

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Julião Gonçalves Amaral

**Sujeito Coletivo, lutas LGBTQIA+ e a esquerda contemporânea: Uma Análise de
Conteúdo da noção de Sujeito Universal Contingente nos estudos sobre os movimentos
sociais LGBTQIA+.**

Belo Horizonte

2024

Julião Gonçalves Amaral

**Sujeito Coletivo, lutas LGBTQIA+ e a esquerda contemporânea: Uma Análise de
Conteúdo da noção de Sujeito Universal Contingente nos estudos sobre os movimentos
sociais LGBTQIA+.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como
requisito parcial como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor.

Orientador: Professor Marcus Abílio Gomes Pereira.

Belo Horizonte

2024

320	Amaral, Julião Gonçalves.
A2024	Sujeito coletivo, lutas LGBTQIA+ e a esquerda contemporânea [manuscrito] : uma análise de conteúdo da noção de sujeito universal contingente nos estudos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ / Julião Gonçalves Amaral.
2024	- 2024. 389 f. Orientador: Marcus Abílio Gomes Pereira. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia 1. Ciência política – Teses. 2. Movimentos sociais - Teses. 3. Identidade de gênero – Teses. 4. Pessoas LGBTQ+ - Teses. I. Pereira, Marcus Abílio Gomes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 08ª/2024 DA DEFESA DA TESE DO ALUNO JULIÃO GONÇALVES AMARAL

Realizou-se, no dia 26 de julho de 2024, às 14:00 horas, por Videoconferência, a defesa da tese, intitulada "Sujeito Coletivo, lutas LGBTQIA+ e a esquerda contemporânea: Uma Análise de Conteúdo da noção de Sujeito Universal Contingente nos estudos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+", elaborada e apresentada por JULIÃO GONÇALVES AMARAL - número de registro 2019664644, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Marcus Abilio Gomes Pereira - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF), Prof. Ricardo Fabrino Mendonça (DCP/UFMG), Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG), Prof. Rafael Cardoso Sampaio (UFPR). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 26 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 26/07/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helga do Nascimento de Almeida, Usuário Externo**, em 02/08/2024, às 20:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Abilio Gomes Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 05/11/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Cardoso Sampaio, Usuário Externo**, em 06/11/2024, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Fabrino Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 06/11/2024, às 22:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3395885** e o código CRC **66D9EFC1**.

Referência: Processo nº 23072.240326/2024-13

SEI nº 3395885

Agradecimentos

A conclusão desta tese de doutorado representa o culminar de uma jornada de anos de estudos, pesquisas e aprendizados. Durante esse período, contei com o apoio e a colaboração de muitas pessoas, às quais sou profundamente grato.

Primeiramente, gostaria de expressar minha sincera gratidão ao meu orientador, Marcus Abílio Gomes Pereira, por sua orientação inestimável, paciência e apoio contínuo ao longo de todo o processo. Seu conhecimento profundo e suas críticas construtivas foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Helga do Nascimento Almeida, Ricardo Fabrino Mendonça, Cristiano dos Santos Rodrigues e Rafael Cardoso Sampaio, agradeço pela leitura atenta e pelas valiosas sugestões que enriqueceram esta tese. Suas observações e comentários críticos contribuíram significativamente para aprimorar a qualidade do meu trabalho.

Agradeço também aos colegas de pesquisa do Centro de Pesquisas em Política e Internet, pelo ambiente colaborativo e pelas inúmeras discussões que tanto ajudaram a moldar as ideias aqui apresentadas. Suas contribuições e apoio foram fundamentais para o avanço desta pesquisa.

À minha família, minha eterna gratidão por todo o amor, paciência e encorajamento ao longo desta jornada. Agradeço à minha mãe, Maria Hélia Pereira Amaral, por sempre acreditar em mim e me apoiar em todas as minhas decisões.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos, Thiago Coacci e Breno Cypriano, pela inestimável contribuição ao trabalho. Agradeço também a todos/as professores/as do Departamento de Ciência Política da UFMG pela riqueza de conhecimentos e compreensão ao longo da minha trajetória acadêmica. Cada aula, cada orientação e cada conselho foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Em especial, gostaria de mencionar aos/às professores/as Marlise Matos, Magna Inácio, Leonardo Avritzer, Nathália Sátiro e Ana Karruz cujas orientações e incentivos foram fundamentais para que eu pudesse superar os desafios encontrados ao longo do caminho.

Finalmente, agradeço às agências de fomento, Capes e Fapemig, pelo financiamento que possibilitou a realização desta pesquisa.

A todos, meu mais sincero muito obrigado. Esta tese é fruto do esforço coletivo de todos que, de alguma forma, contribuíram para a sua concretização.

Figura 01 – Charge da cartunista Laerte Coutinho



Fonte: Laerte Coutinho.

Resumo

A pesquisa em questão busca mapear a produção acadêmica sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ no Brasil, com o intuito de compreender como os estudiosos têm abordado a construção de um sujeito coletivo universal contingente. A partir do pressuposto da fragmentação do sujeito coletivo em ações pela diversidade sexual, a análise focaliza a noção de universalidade contingente, discutida por Butler, Laclau e Žižek, que propõem a universalidade como chave para entender a política democrática radical e a ação dos movimentos sociais. As transformações políticas ocorridas no Brasil na segunda década do século XXI, especialmente após junho de 2013, exemplificam a possibilidade de articulação de sujeitos universais através de disputas hegemônicas, unificando a esquerda em torno de objetivos comuns. A partir de Laclau, Butler e Žižek, e da teoria da identidade coletiva de Melucci, entendemos a identidade coletiva não como um ente fixo, mas como algo a ser reconstruído interpretativamente. A Teoria Queer e a teoria interseccional criticam as concepções tradicionais de identidade e promovem uma política de identidades em constante transformação, destacando a complexidade das opressões interseccionais. Metodologicamente, a pesquisa é bibliográfica e documental, analisando publicações sobre movimentos LGBTQIA+ no Brasil entre 2000 e 2022. Utiliza a Análise de Conteúdo Categorical para examinar como o conceito de Sujeito Coletivo é mobilizado nos estudos selecionados. Ferramentas de Machine Learning auxiliaram na coleta e na análise dos dados, ajudando a identificar padrões relevantes. Os dados revelam uma diversidade de instituições com publicações de artigos sobre o movimento e predominância das áreas de Psicologia, Sociologia e Antropologia. Estudos empíricos mostram uma tendência de articulação do movimento LGBTQIA+ com outras lutas sociais, refletindo a diversidade de sujeitos envolvidos. As Paradas do Orgulho LGBTQIA+ destacam-se como um repertório central de ação e visibilidade. Os dados mostram também que a relação entre movimentos LGBTQIA+ e instituições políticas é complexa, envolvendo tanto parcerias quanto antagonismos significativos. A análise evidencia uma menor presença da Teoria Queer e uma maior mobilização do pensamento interseccional (principalmente a partir do ano de 2017) usado para analisar diversas dimensões do movimento, como opressão e identidade. A internet emerge como um fator crucial na construção do sujeito coletivo e na atuação dos militantes, destacando sua importância para o reconhecimento de identidades e para a formação de alianças entre movimentos sociais. Conclui-se que as mudanças nas concepções de identidade, provocadas por teorias queer e interseccionais e pela mobilização online, abrem caminho para a construção de uma universalidade contingente. A pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas

internas dos movimentos LGBTQIA+ brasileiros e das estratégias de articulação da esquerda frente às mudanças políticas no país.

Palavras-chaves: movimento lgbtqia+; movimentos sociais; sujeito coletivo; universalidade; interseccionalidade.

The research in question aims to map academic production on LGBTQIA+ social movements in Brazil, with the goal of understanding how scholars have approached the construction of a contingent universal collective subject. Based on the assumption of the fragmentation of the collective subject in actions for sexual diversity, the analysis focuses on the notion of contingent universality, discussed by Butler, Laclau, and Žižek, who propose universality as a key to understanding radical democratic politics and the actions of social movements. The political transformations that occurred in Brazil in the second decade of the 21st century, especially after June 2013, exemplify the possibility of articulating universal subjects through hegemonic disputes, unifying the left around common goals. Drawing from Laclau, Butler, and Žižek, as well as Melucci's theory of collective identity, we understand collective identity not as a fixed entity but as something to be interpretatively reconstructed. Queer Theory and intersectional theory criticize traditional conceptions of identity and promote a politics of constantly transforming identities, highlighting the complexity of intersectional oppressions. Methodologically, the research is bibliographic and documental, analyzing publications on LGBTQIA+ movements in Brazil between 2000 and 2022. It employs Categorical Content Analysis to examine how the concept of Collective Subject is mobilized in the selected studies. Machine Learning tools aided in the collection and analysis of data, helping to identify relevant patterns. The data reveal a diversity of institutions publishing articles on the movement and a predominance of the fields of Psychology, Sociology, and Anthropology. Empirical studies show a trend of articulation of the LGBTQIA+ movement with other social struggles, reflecting the diversity of subjects involved. LGBTQIA+ Pride Parades stand out as a central repertoire of action and visibility. The data also show that the relationship between LGBTQIA+ movements and political institutions is complex, involving both partnerships and significant antagonisms. The analysis highlights a lesser presence of Queer Theory and a greater mobilization of intersectional thought (mainly since 2017) used to analyze various dimensions of the movement, such as oppression and identity. The internet emerges as a crucial factor in the construction of the collective subject and the actions of activists, highlighting its importance for the recognition of identities and the formation of alliances between social movements. It is concluded that changes in conceptions of identity, driven by queer and intersectional theories and online mobilization, pave the way for the construction of a contingent universality. The research contributes to the understanding of the internal dynamics of Brazilian LGBTQIA+ movements and the articulation strategies of the left in the face of political changes in the country.

Keywords: lgbtqia+ movement; social movements; collective subject; universality; intersectionality.

Lista de figuras

	Página:
Figura 01 – Charge da cartunista Laerte Coutinho	07

Lista de tabelas

	Página:
Tabela 5.1 – Instituições do/a primeiro/a autor/a	169
Tabela 5.2 – Área do/a Primeiro/a Autor/a	171
Tabela 5.3 – Aspectos Metodológicos	172
Tabela 5.4 – Regras de Associação: ‘Ensaio Teórico’	173
Tabela 5.5 – Regras de Associação: ‘Pesquisa Qualitativa’	178
Tabela 5.6 – Métodos	184
Tabela 5.7 – Regras de Associação: ‘Entrevista’	186
Tabela 5.8 – Regras de Associação: ‘Análise de Documentos’	188
Tabela 5.9 – Regras de Associação: ‘Entrevista’ + ‘Análise de Documentos’	190
Tabela 5.10 – Regras de Associação: ‘Etnografia/Observação Participante’	191
Tabela 6.1 – Repertórios de Ação	202
Tabela 6.2 – Regras de Associação: ‘Parada do Orgulho LGBTQIA+’	204
Tabela 6.3 – Regras de Associação: ‘Encontros/Semana da Diversidade/Seminários’	208
Tabela 6.4 – Institucionalização	209
Tabela 6.5 – Regras de Associação: ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’	210
Tabela 6.6 – Regras de Associação: ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’	211
Tabela 6.7 – Regras de Associação: ‘Partidos Políticos Parceiros’	214
Tabela 6.8 – Regras de Associação: ‘Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’	215

Tabela 6.9 – Sujeito Coletivo	218
Tabela 6.10 – Regras de Associação: ‘LGBTQIA+ Genérico’	219
Tabela 6.11 – Regras de Associação: ‘LBTQIAN+’	224
Tabela 6.12 – Regras de Associação: ‘Autocrítica/Conflitos Internos’	227
Tabela 7.1 – Pensamento Queer	235
Tabela 7.2 – Relação com Outros Movimentos	236
Tabela 7.3 – Regras de Associação: ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’	237
Tabela 7.4 – Regras de Associação: ‘Articulação com Outras Bandeiras’	238
Tabela 7.5 – Pensamento Interseccional	244
Tabela 7.6 – Regras de Associação: Pensamento Interseccional	245
Tabela 7.7 – Internet	247
Tabela 7.8 – Regras de Associação: ‘Construção do "NÓS" na Internet’	249

Lista de Siglas

LGBTQIA+: Lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transesuais, queer, intersexo, assexual.

PT: Partido dos Trabalhadores.

OMS: Organização de Movimentos Sociais.

SUMÁRIO

	Página:
INTRODUÇÃO.	18
Capítulo 01 — Em defesa de uma causa impossível: é possível falarmos de um sujeito Universal para as lutas de esquerda contemporâneas?	27
1.1 – O CONCEITO DE HEGEMONIA EM LACLAU E MOUFFE:	30
1.2 – UNIVERSALIDADE CONTINGENTE: APRESENTANDO OS TERMOS DO DEBATE.	33
1.2.1 – Ernesto Laclau: Identidade, Hegemonia e Universalidade na Constituição da Lógica Política.	33
1.2.2 – Judith Butler: Reencenando o Universal.	38
1.2.3 – Slavoj Žižek: Rejeitando a Escolha entre Redistribuição e Reconhecimento.	45
1.3 - UNIVERSALIDADE NO PENSAMENTO DE ESQUERDA CONTEMPORÂNEO.	50
1.3.1 – O “Povo” como o Universal do Populismo no Pensamento de Laclau.	51
1.3.2 – Butler e a Teoria de Assembléia.	55
1.3.3 – Žižek e a Reinvenção do Comunismo.	60
1.3.4 – Mouffe e a Estratégia Populista de Esquerda.	65
1.4 – CONCLUSÃO.	68
Capítulo 02 — Contexto Político Contemporâneo	72
2.1 - JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E OS PROTESTOS MULTITUDINÁRIOS:	73
2.1.1 – Jornadas de Junho de 2013	75
2.1.2 – Universalidade e Contingência nas Jornadas de Junho de 2013	82
2.2 – MOVIMENTOS SOCIAIS ULTRALIBERAIS, A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E O GOVERNO JAIR BOLSONARO.	93
2.2.1 – A Direita Ultraliberal e o Movimento contra a “Ideologia de Gênero”.	93
2.2.2 – A Crise da Democracia Brasileira.	98
2.2.3 – O Populismo Bolsonarista.	101

2.3 – CONCLUSÃO	108
Capítulo 03 — Internet, Teoria Queer e Interseccionalidade: questões sobre Identidade	111
3.1 – INTERNET E IDENTIDADE COLETIVA.	113
3.1.2 – Identidade Coletiva e Internet.	117
3.2 – A TEORIA QUEER E A CRÍTICA À IDENTIDADE.	123
3.3 – FEMINISMO NEGRO E A TEORIA INTERSECCIONAL.	131
3.3.1 – Interseccionalidade e Identidade	136
3.3.2 – Críticas à Teoria Queer a partir da perspectiva Interseccional.	139
3.4 – CONCLUSÃO	142
Capítulo 04 — Metodologia	147
4.1 – JUSTIFICATIVA	148
4.2 – OBJETIVOS	149
4.2.1 – Objetivo Geral	149
4.2.2 – Objetivos Específicos	149
4.3 – ANÁLISE DE CONTEÚDO CATEGORIAL	149
4.3.1 – Análise de Conteúdo e Codificação	150
4.4 – DESENHO DE PESQUISA	152
4.4.1 – Como a IA foi Utilizada na Pesquisa	154
4.4.1.1 – Sumarização de Textos (Sumy)	156
4.4.1.2 – Regras de Associação (MLxtend)	157
4.4.2 – Procedimentos de pesquisa	161
4.5 – CONCLUSÃO	163
Capítulo 05 — Mapeamento do campo de estudos	168
5.1 – ÁREAS E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL DO/A PRIMEIRO/A AUTOR/A.	168

5.1.1 – Afiliação Institucional do/a primeiro/a autor/a	169
5.1.2 – Área do/a Primeiro/a Autor/a	170
5.2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS ARTIGOS ANALISADOS	172
5.2.1 – Ensaio Teórico	172
5.2.2 – Pesquisa Qualitativa	178
5.2.3 – Métodos de Pesquisa	184
5.3 – CONCLUSÃO	192
Capítulo 06 — Movimentos LGBTQIA+ como Sujeitos de Pesquisa	199
6.1 – REPERTÓRIOS DE AÇÃO	201
6.1.1 – Parada do Orgulho LGBTQIA+	203
6.1.2 – Encontros/Semana da Diversidade/Seminários	208
6.2 – INSTITUCIONALIZAÇÃO	209
6.2.1 – Instituições Políticas (Genérico) Parceiras	210
6.2.2 – Executivos Parceiros	211
6.2.3 – Partidos Políticos Parceiros	214
6.2.4 – Legislativos Parceiros	215
6.3 – SUJEITO COLETIVO	216
6.3.1 – Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico	218
6.3.2 – Sujeito LBTQIAN+	224
6.3.3 – Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+	226
6.4 – CONCLUSÃO	227
Capítulo 07 — Universalidade nos Movimentos LGBTQIA+	231
7.1 – O QUE NÃO FOI ENCONTRADO	234
7.2 – RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTO SOCIAIS E A ESQUERDA	236
7.2.1 – Confluência Reconhecimento/Redistribuição	236
7.2.2 – Articulação Entre Bandeiras	238

7.3 – PENSAMENTO INTERSECCIONAL	244
7.4 – INTERNET E MOVIMENTO LGBTQIA+	247
7.5 – CONCLUSÃO	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
REFERÊNCIAS	266
Apêndice A – Livro de Códigos	276
Apêndice B – Regras de Associação	298
Apêndice C – Códigos Python	387

INTRODUÇÃO

Para situarmos o terreno para onde a nossa discussão vai, gostaríamos de propor o seguinte exercício de imaginação: idealizemos uma sociedade como a do conto “O Homem Bicentenário” de Isaac Asimov, em que robôs sejam capazes de desenvolver (alguma forma de) subjetividade. A isso, adicionamos um cenário parecido ao da animação “Animatrix: The Second Renaissance Parts I & II” em que as máquinas, dotadas de (alguma forma de) subjetividade, recorrem à ONU contra constantes situações de desrespeito a que são submetidas. Concebendo tal cenário, algumas perguntas vêm à cabeça: estaria a esquerda preparada para acolher as demandas dos Inteligências Artificiais sob sua bandeira? As IA’s seriam tomadas pela esquerda como companheiras legítimas ou como o “Eles”, o instrumento do capital que acaba com o emprego do trabalhador e concentra riqueza? E, caso a esquerda conseguisse trazer as IA’s para a luta, esta luta seria tratada como de classe ou identitária? Uma vez que são “instrumentos” criados pelo sistema capitalista para a apropriação máxima de mais-valia, sua bandeira poderia ser interpretada como na chave das lutas de classe ou lutas por redistribuição. Porém, a luta seria também pelos reconhecimento e valorização de uma subjetividade IA, o que as levaria para a chave das lutas identitárias ou por reconhecimento. Outra pergunta, porém, seria: no ponto da história em que tal cenário se desenrola, a própria diferenciação redistribuição/reconhecimento faria algum sentido?

Falar de uma luta unificada na esquerda não tem sido o assunto mais bem-vindo na literatura das últimas décadas. Como muito bem tem demonstrado as feministas, qualquer tentativa de se estabelecer um sujeito universal, mesmo que com fins emancipatórios, tem reforçado e gerado novas formas de exclusão (Guimarães, 2022).. As revoluções burguesas geraram a ideia de “Direitos do Homem e do Cidadão” instituindo um sujeito universal “Humano” que, em sua essência, era um sujeito homem, europeu, burguês, chefe de família. O marxismo gerou a ideia do trabalhador que pouco levava em consideração as questões das trabalhadoras e fechava os olhos para o racismo e para as questões trabalhistas de pessoas LGBTQIA+. O sujeito “mulher” do feminismo foi acusado de ser branco, burgês e heterossexual.

Este também foi um problema dentro do movimento LGBTQIA+. Se por um lado a militância por respeito à diversidade sexual encontrou barreiras e resistências ao

reconhecimento de suas demandas junto à esquerda clássica, por outro lado a história do movimento também é marcada por embates internos e reivindicações por visibilidade pela diversidade de sujeitos que compõem o movimento. As últimas décadas do século XX foram marcadas pela pluralização das lutas sociais em contraponto às demandas dos “trabalhadores”, o sujeito universal da esquerda até então. Essa mudança foi importante para que questões que até então eram pouco consideradas dentro da esquerda (como a luta contra a homofobia) pudessem ganhar autonomia.

Um debate emblemático que reflete com propriedade essa questão é o diálogo entre Nancy Fraser (1995, 1997) Iris Young (1997) sobre a compreensão da justiça na era pós-socialista. Fraser (1995) inicia o debate apontando como as “Lutas por Reconhecimento” se tornaram a forma paradigmática de conflito político no final do século XX, com demandas por reconhecimento de diferenças impulsionando grupos mobilizados por nacionalidade, etnia, raça, gênero e sexualidade. Segunda a autora, essas lutas, caracterizadas como “pós-socialistas”, substituem os “interesses de classe” pela a “identidade de grupo” como principal meio de mobilização política e a dominação cultural pela exploração como a injustiça fundamental. No entanto, essas lutas ocorrem em um contexto de desigualdade material exacerbada. O desafio, de acordo com Fraser (1997), seria desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento que combine coerentemente a política cultural da diferença com a política social da igualdade. Para ela, a justiça hoje requer tanto redistribuição quanto reconhecimento, e é crucial examinar como esses conceitos podem se apoiar mutuamente. Seria necessário também teorizar como desvantagens econômicas e desrespeito cultural se entrelaçam e criar um quadro teórico que articule reconhecimento e redistribuição de forma a abordar adequadamente as demandas contemporâneas. O foco para a autora é entender quando a política de reconhecimento pode apoiar ou minar a política de redistribuição, especialmente em contextos de injustiças culturais e socioeconômicas simultâneas, como gênero e raça. O objetivo maior seria conectar problemáticas políticas dissociadas, propondo que a combinação de economia socialista e política cultural desconstrutiva pode resolver melhor os dilemas de redistribuição e reconhecimento em um campo mais amplo de lutas interseccionais contra injustiças (Fraser, 1995).

Já Young (1997), em contraposição à Fraser (1995), critica a dualidade entre reconhecimento e redistribuição, e mais especificamente, entre ação afirmativa e ação transformadora, no texto de Fraser. A autora argumenta que a abordagem de Fraser não consegue ultrapassar seu caráter dicotômico, mesmo quando tenta estabelecer um continuum

entre injustiças socioeconômicas e identitárias. Isso porque, na proposta de Fraser, as injustiças são reduzidas a duas categorias mutuamente excludentes ou à intersecção entre elas. A posição defendida por Young (1997) é que a economia política permeia o cultural sem deixar de ser material e que a “cultura” é econômica em sua produção, distribuição e efeitos, incluindo seus impactos na reprodução das relações de classe.

Partimos da mesma preocupação que Fraser (1995, 1997) em desenvolver uma crítica que nos permita combinar demandas por redistribuição com demandas por reconhecimento sem ter que escolher entre um e outro. Entretanto, assim como Young (1997), consideramos que a própria divisão entre política cultural e política social problemática, principalmente se levarmos em consideração o contexto político das duas primeiras décadas do século XXI. Nossa preocupação teórica se alinha às críticas formuladas por Butler (1997) ao texto de Fraser (1997).

No texto de Butler (1997), a autora parte de duas reivindicações diferentes que representam o auge de um sentimento que vem crescendo há algum tempo. Uma dessas reivindicações está relacionada a uma objeção explicitamente marxista à redução do marxismo ao estudo da cultura, frequentemente entendida como a transformação do marxismo em estudos culturais. Estas reivindicações, segundo a autora, argumentam que o foco cultural da política de esquerda abandonou o projeto materialista do marxismo, não abordando questões de equidade econômica e redistribuição, nem situando a cultura em termos de uma compreensão sistemática dos modos de produção sociais e econômicos. Segundo esses argumentos, o foco cultural da política de esquerda fragmentou a esquerda em “seitas identitárias”, resultando na perda de uma forma objetiva e universal de racionalidade bem como de ideais, objetivos, uma história, conjunto de valores e uma linguagem comuns para a esquerda. Uma presunção implícita nesses argumentos é a noção de que o pós-estruturalismo teria frustrado o marxismo, dificultando a oferta de relatos sistemáticos da vida social ou a afirmação de normas de racionalidade — sejam objetivas, universais ou ambas. Esse pós-estruturalismo, ao entrar no campo da política cultural, é visto como destrutivo, relativista e politicamente paralisante.

Butler (1997) sugere que os esforços recentes para parodiar a esquerda cultural só poderiam ocorrer devido a uma afiliação e intimidade prévias com a posição parodiada. Ao entrar na paródia, estabelece-se uma relação de desejo e ambivalência. Esse ato resulta em uma exposição pública, ocupando ambas as posições na paródia e alcançando fama cultural temporária. Portanto, o resultado da paródia é paradoxal em que o triunfo percebido pelos defensores de um marxismo mais sério exemplifica e sintomatiza precisamente o objeto cultural

da crítica que eles se opõem. A sensação de triunfo sobre o inimigo, que não pode ocorrer sem, de alguma forma, ocupar o próprio lugar do inimigo, levanta a questão de saber se os objetivos desse marxismo mais sério não foram deslocados para um domínio cultural, produzindo um objeto transitório de atenção midiática no lugar de uma análise mais sistemática das relações econômicas e sociais (Butler, 1997).

A autora questiona se a retórica de unidade, na verdade, não visa domesticar e subordinar precisamente aqueles movimentos que se formaram em parte em oposição a tal domesticação e subordinação. Ela critica a divisão entre o material e o cultural, frequentemente utilizada para marginalizar certas formas de ativismo político. Butler (1997) argumenta que a vitalidade dos “novos movimentos sociais” é essencial para qualquer futuro da esquerda, que deve ser construído com base em movimentos que exigem participação democrática, rejeitando qualquer esforço de imposição de unidade de fora. Ela ressalta que a luta feminista socialista buscou entender como a reprodução das pessoas e a regulamentação social da sexualidade faziam parte do processo de produção e, portanto, da concepção materialista da economia política. Ela conclui que a compreensão da violência estrutural e das regulações sexuais como modos de produção do sujeito é fundamental, destacando a importância do pós-estruturalismo na leitura das diferenças constitutivas de qualquer luta.

Nossa preocupação teórica neste trabalho é, então, pensar uma teoria crítica capaz de, para além de pensar uma ação política de esquerda que congregue tanto redistribuição quanto reconhecimento, abolir a própria diferenciação entre os dois tipos de luta. Além de Butler (1997, 2000), outros autores, entre eles Laclau (2000, 2005), Mouffe (2018) e Žižek (2000, 2011, 2016), também apresentaram preocupações teóricas semelhantes. Especificamente, apontamos um importante diálogo entre Butler (2000), Žižek (2000) e Laclau (2000) sobre a possibilidade/utilidade de retomarmos a noção de universalidade para descrever as/os militantes de esquerda. Os três autores debatem sobre a incompletude das identidades dos sujeitos e sua limitação para que elas sejam o fundamento da representação das demandas dos movimentos sociais e sobre a possibilidade de retomarmos a ideia de um sujeito *Universal* para as lutas de esquerda contemporânea. Escolhemos, então, os movimentos sociais LGBTQIA+¹ como objeto

1 Ao longo dos anos o movimento passa a sofrer transformações também na sua nomenclatura. Descrito basicamente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), em 1993 passa a ser definido como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas). Posteriormente, após 1995, aparece como movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis). A partir de 1999 passa a ser chamado de movimentos GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Em 2008 fica convencionada a sigla LGBT, com o intuito de aumentar a visibilidade das lésbicas no movimento. Atualmente, o movimento é descrito como LGBTQIA+ como o reflexo de uma diversidade de sujeitos que lutam contra as normas sociais e não se reconhecem nas categorias hegemônicas do movimento. Essas mudanças no nome do movimento refletem um jogo político no seu interior que visa afirmar e/ou dar visibilidade

de análise por considerá-los como exemplos emblemáticos de como as críticas às concepções correntes de identidade e a ideia de um Sujeito Universal Contingente se desenvolveram como parte da própria história do movimento.

Um problema recorrente tanto nos estudos sobre o movimento LGBTQIA+ quanto na militância desse movimento é uma concepção monolítica de identidade calcada em um sujeito pré-estabelecido. No movimento LGBTQIA+, a figura de um sujeito coletivo “homossexual” provocou o silenciamento de outros sujeitos (como as lésbicas, as travestis, as/os transsexuais e as/os bissexuais) resultando em diversos rachas internos em alguns grupos e na fragmentação do sujeito do movimento (Facchini, 2009; Prado et al, 2010; Facchini, 2020). Uma concepção de identidade coletiva baseada na ideia de um sujeito político unificado e universal tem sido motivo de diversos embates dentro de movimentos como o feminista e o LGBTQIA+. Pesquisadores e militantes frequentemente caem na armadilha apontada por Melucci (1996) de entender o conceito como um instrumento analítico que pretende apontar um núcleo unificador do movimento, tomando-o de forma reificada e essencialista. Para Melucci (1996), identidade coletiva não é um dado empírico, uma entidade manifesta em um movimento social. A identidade coletiva é uma ferramenta analítica que representa uma solução temporária para um problema conceitual.

O conceito de Identidade Coletiva foi apropriado por pesquisadoras/es de diferentes correntes teóricas que estudam as ações coletivas e muitas foram as pesquisas que tomaram o conceito como um importante elemento de análise das OMS's pesquisadas (Facchini, 2005; Amaral, 2014; Rocha, 2019; Schwarz, 2021). Esta multiplicidade de uso do conceito implicou em diferentes formas em que ele é operacionalizado resultando em um grande leque de análises das organizações estudadas. Em relação ao movimento LGBTQIA+, com a introdução do campo dos estudos *Queer* e as mudanças no contexto político nos primeiros 20 anos do século 21, por exemplo, seria de se esperar uma maior percepção das/os pesquisadoras/es em relação à tensionamentos e formas como as Identidade Coletivas foram construídas nas últimas duas décadas.

É justamente nesse campo de tensões que a presente tese procura entender a questão da Universalidade Contingente nos estudos empíricos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros. Pretendemos mapear a produção acadêmica sobre este movimento buscando

aos segmentos internos (Facchini, 2009). Nesse trabalho utilizamos o termo LGBTQIA+ para designar genericamente a militância de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros nas últimas décadas mesmo quando a referência for feita à períodos em que ele não era utilizado.

entender as diferentes formas como o campo de estudos tem operacionalizado a ideia de um Sujeito Coletivo Universal Contingente frente às muitas tensões pelas quais as OMS têm vivenciado e unificar os achados em um único estudo. De forma genérica, queremos entender como este debate tem impactado no uso do conceito pelas/os pesquisadoras/es e como elas/es têm interpretado a emergência de novos sujeitos políticos no campo destas ações coletivas.

No **capítulo 01**, partimos do pressuposto de que as mudanças no contexto político brasileiro dos últimos dez anos requerem a reconsideração da noção de pluralidade das lutas versus lutas universais, especialmente à luz do ressurgimento do populismo de extrema direita. Autores como Butler, Laclau e Žižek defendem que a universalidade permanece um conceito útil para entender a política democrática radical e os movimentos sociais contemporâneos, apesar das divergências teóricas entre eles. Eles discutem a articulação de políticas e sujeitos universais e questionam a separação entre lutas de classe e lutas identitárias. A incompletude das identidades, fundamental para a hegemonia das ações coletivas, é vista como uma condição necessária para a contestação democrática. O debate sugere que a identidade particular pode alcançar o status de universal através da hegemonia, desafiando normas culturais e abrindo espaço para demandas políticas inovadoras.

Nesta tese, argumentamos que, enquanto os movimentos sociais do final do século XX adotaram uma estratégia identitária para alcançar legitimidade política, as duas primeiras décadas do século XXI trouxeram mudanças significativas no cenário político brasileiro, exigindo uma rearticulação da esquerda. Especificamente, as Jornadas de Junho de 2013 e a emergência da extrema-direita transformaram profundamente a dinâmica política, forçando novas chaves analíticas para os militantes e pesquisadores. O **capítulo 02** examina tanto o contexto político contemporâneo do Brasil, evidenciando as condições que moldaram as dinâmicas atuais, quanto as situações em que sujeitos coletivos universais foram implementados. As manifestações de 2013, em nossa interpretação, marcaram a emergência de um novo sujeito coletivo que desafia concepções tradicionais de identidade, reunindo demandas por reconhecimento e redistribuição. A análise do período subsequente destaca a rearticulação política que culminou na ascensão do populismo bolsonarista. A crise democrática, exacerbada por eventos como o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, reflete uma crise global do capitalismo e um fortalecimento de discursos conservadores e anti-gênero, resultando na emergência de um populismo autoritário apoiado por uma população descontente com a situação política e econômica do país.

Argumentamos que a noção de “Sujeito Universal Contingente” surge como uma questão sobre identidade coletiva, necessitando de uma reconstrução interpretativa pelos pesquisadores. No estudo dos movimentos LGBTQIA+, a Teoria Queer e a Interseccionalidade criticam as concepções tradicionais de identidade, propondo um sujeito queer e destacando a complexidade das opressões interseccionais. A mobilização política online também tem transformado a militância pela diversidade sexual, ressignificando as identidades dos sujeitos. O **capítulo 03** explora esses três campos de estudo: a influência da internet na política contemporânea, a Teoria Queer e a Interseccionalidade, evidenciando como esses debates permitem a construção de uma universalidade contingente. A internet tem papel crucial na formação de identidades coletivas, apesar dos desafios de desinformação e polarização. A Teoria Queer desafia a centralidade da identidade essencializada, propondo coletivos que confrontam a heteronormatividade. A Interseccionalidade analisa a interação de múltiplas categorias sociais, promovendo uma política identitária inclusiva e estratégica. Essas abordagens oferecem uma compreensão complexa das dinâmicas identitárias e das lutas políticas contemporâneas.

No **capítulo 04**, apresentamos a metodologia empregada nesta pesquisa. Partindo da fragmentação do sujeito coletivo nas ações pela diversidade sexual, esta pesquisa mapeia a produção acadêmica sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros, focando em como os pesquisadores percebem a possibilidade de construção de um sujeito coletivo Universal Contingente. A pesquisa busca identificar estudos que questionam o sujeito coletivo hegemônico e visibilizam outros sujeitos interseccionados com categorias como classe e raça, propondo uma visão mais inclusiva. Utilizando Análise de Conteúdo, o estudo categoriza e interpreta dados de 96 artigos publicados entre 2000 e 2022, empregando bibliotecas de Python e algoritmos de Mineração de Dados para aprofundar a análise. O algoritmo facilitou a identificação de padrões e a extração de 1332 Regras de Associação, agrupadas em três categorias de análise. A utilização de Inteligência Artificial Generativa auxiliou na redação inicial da tese, que passou por revisões para adequação acadêmica. A pesquisa objetiva entender como a noção de um sujeito coletivo universal contingente é mobilizada nos estudos sobre os movimentos LGBTQIA+ brasileiros.

No **capítulo 05**, analisamos artigos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros, focando nas características dos textos evidenciadas pela análise das Regras de Associação entre as categorias do nosso estudo. Primeiro, apresentamos as áreas de atuação dos primeiros autores e as instituições às quais estão afiliados, destacando que UFRGS, UFRJ,

UFMG, Unicamp e UnB são as mais frequentes, e que as contribuições vêm majoritariamente de Psicologia, Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais. Em seguida, analisamos os ensaios teóricos, identificando que os principais temas e abordagens nas revisões de literatura enfatizam a identidade coletiva, com uma forte presença de autocríticas e conflitos internos. Por fim, investigamos os aspectos metodológicos dos textos, destacando a predominância das pesquisas qualitativas, com métodos como entrevistas, análise de documentos e etnografias sendo os mais utilizados. A análise revelou que as pesquisas qualitativas frequentemente articulam lutas LGBTQIA+ com outras lutas sociais, como feministas e negras, e mostram uma diversificação nos repertórios de ação, especialmente na organização de eventos e produção de conteúdo online.

No **capítulo 06**, examinamos elementos relativos aos movimentos sociais LGBTQIA+ enquanto sujeitos de pesquisa, destacando características comuns aos estudos da área e analisando como estas se manifestam nos textos avaliados, com foco nos Repertórios de Ação, no processo de Institucionalização e no Sujeito Coletivo do movimento. A análise de regras de associação mostra uma complexa teia de relações entre os movimentos LGBTQIA+ e instituições políticas no Brasil, destacando parcerias com Executivos e partidos políticos, que frequentemente resultam em apoio material e iniciativas de saúde pública. No entanto, essas relações também apresentam adversidades, exemplificadas pelo caso do governo Dilma Rousseff e o kit anti-homofobia. Quanto ao Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico, observamos uma prevalência de reflexões teóricas e pesquisas qualitativas, com menor presença em etnografias. A categoria 'LBTQIAN+' se mostra associada aos estudos empíricos (em contraposição aos ensaios teóricos) e a críticas ao essencialismo/política identitária, refletindo questionamentos profundos das concepções identitárias hegemônicas. Críticas ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+ estão associadas à autocrítica e conflitos internos, indicando um movimento em constante diálogo e negociação para incluir uma gama mais ampla de experiências e identidades, como lésbicas, travestis e transexuais, e corrigir a sobrerrepresentação de homens brancos.

O **capítulo 07** discute a percepção dos pesquisadores sobre a possibilidade de um Sujeito Coletivo Universal Contingente no movimento LGBTQIA+ brasileiro, partindo da ausência de uma discussão explícita sobre a Universalidade Contingente entre militantes e estudiosos. Sendo assim, nos focamos na formulação sobre identidade e sujeito coletivo do movimento. A análise aponta uma significativa intersecção entre questões identitárias e de classe, evidenciada pela categoria 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' nas pesquisas

qualitativas, embora as revisões de literatura sobre essa intersecção ainda sejam escassas. A articulação das lutas de classe e sexualidade também aparece associada a outras causas sociais, mas a separação teórica entre lutas identitárias e de classe persiste. A análise revelou também uma baixa utilização da Teoria Queer nos estudos sobre o movimento LGBTQIA+, com a Teoria Interseccional ganhando destaque por questionar identidades essencializadas e analisar diversas formas de opressão. A internet desempenha um papel crucial na ação política e na coleta de dados das pesquisas, facilitando a construção de identidades coletivas e a formação de alianças. As categorias relacionadas à internet destacam sua importância na militância e nos métodos de pesquisa qualitativa, embora ainda não sejam suficientemente consideradas nas revisões de literatura.

Capítulo 01 — É possível falarmos de um sujeito *Universal* para as lutas de esquerda contemporâneas?

A literatura acadêmica sobre as ações coletivas dividiu os conflitos sociais, em resumo, entre lutas por redistribuição — de sindicatos, trabalhadores rurais, por moradia, — e lutas por reconhecimento — feministas, étnico/raciais, LGBTQIA+. Porém, dadas as mudanças no contexto político brasileiro nos últimos dez anos, cabe-nos realizar as mesmas perguntas feitas por Butler (2000), Laclau (2000) e Žižek (2000): ainda seria frutífero aceitar a noção de pluralidade das lutas em contraposição às lutas universais ou o recente ressurgimento do populismo de extrema-direita nos obriga a repensar as lógicas da política radical contemporânea? A noção de pluralismo seria redutível a uma lógica particularista que negaria a ideia de *universal*? Seriam a afirmação de direitos universais e a afirmação da especificidade de grupos compatíveis? Discutimos as possibilidades de articulação de políticas e sujeitos *universais* nos movimentos sociais atuais a partir do debate entre Butler (2000), Laclau (2000) e Žižek (2000) no livro “Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary dialogues on the left”. Apesar das divergências teóricas, os três autores sustentam, seguindo a noção de incompletude das identidades, que a *Universalidade* ainda é um conceito útil para compreender a política democrática radical e a ação dos movimentos sociais contemporâneos.

O debate entre Laclau (2000), Butler (2000) e Žižek (2000) nos traz importantes questionamentos sobre como construir na militância e apreender teoricamente formas de alianças políticas que não se fundamentam em uma identidade de sujeito particular. Por um lado, as propostas dos três autores colocam em xeque a identidade particular como fundamento da ação coletiva. Por outro lado, os três acabam por reafirmar a importância da identidade coletiva ao defenderem a noção de um sujeito *universal* para as lutas de esquerda contemporânea. Ao proporem a separação da identidade do sujeito da identidade coletiva e a abolição da diferenciação entre lutas de classe e identitárias, os três apontam para uma virada conceitual no entendimento dos movimentos sociais para o início do século XXI. Porém, em que medida os movimentos sociais em suas ações cotidianas têm construído bandeiras alinhadas com esse tipo de sujeito coletivo? As/os pesquisadoras/es dos movimentos sociais têm percebido formas de ação coletiva que poderiam ser lidas a partir destes pressupostos teóricos?

Esse debate nos serviu de inspiração teórica para pensar o problema de pesquisa em tela. Se algumas/uns autoras/es — como Laclau (2000), Butler (2000) e Žižek (2000) — têm criticado a identidade como fundamento da política, o conceito de *identidade coletiva* se manteve como um importante instrumento analítico dos movimentos sociais contemporâneos?

Nosso objetivo em revisitar este debate é apresentar o argumento de que, apesar de a literatura classificar as reivindicações dos Novos Movimentos Sociais como relacionadas às identidades dos seus atores (atribuindo-lhes a alcunha de Movimentos Identitários), para os três autores a identidade nunca é completamente constituída e essa incompletude é essencial ao próprio projeto de hegemonia das ações coletivas. Partindo de diferenças teóricas sobre o que fundamenta a falha de qualquer reivindicação de identidade em obter determinação final ou completa, os três valorizam esse fracasso como uma condição da própria contestação democrática. O debate entre os três autores aponta para as possíveis formas de se construir ações coletivas fundamentadas em um sujeito *Universal* sem que este esteja encerrado em uma identidade única e fechada (classe trabalhadora, negro/a, gay, lésbica, travestis, etc) e romper, assim, com a dicotomia classe/identidade das lutas sociais.

Butler (2000), Laclau (2000) e Žižek (2000), apesar das diferenças teóricas entre os três, partem do pressuposto que o conceito de hegemonia, assim como formulado por Laclau e Mouffe (2001) no livro “Hegemonia e Estratégia Socialista”, é central para entendermos como pode ser concebida a ideia de um sujeito universal. É **por meio** de uma disputa hegemônica que uma identidade particular pode alcançar o status de universal. No primeiro tópico, apresentamos o conceito de hegemonia como foi formulado por Laclau e Mouffe (2015). Em “Hegemonia e Estratégia Socialista”, o autor e a autora exploram as transformações políticas da esquerda no final do século XX, argumentando que as mudanças históricas desafiaram conceitos tradicionais de análise política e o papel das lutas sociais. Eles propõem a ideia de hegemonia como uma lógica fundamental para entender as lutas contemporâneas, criticando a visão tradicional do socialismo centrado na classe trabalhadora. Os autores enfatizam a importância da articulação política em campos cruzados por antagonismos para a construção da hegemonia.

No segundo tópico, entraremos no debate entre Butler (2000), Laclau (2000) e Žižek (2000), propriamente dito, sobre a possibilidade/utilidade de retomarmos a noção de universalidade para descrever as/os militantes de esquerda. Os três autores apontam para a incompletude das identidades dos sujeitos e sua limitação para que elas sejam o fundamento da representação das demandas dos movimentos sociais. A partir deste ponto, eles discutem a

possibilidade de retomarmos a ideia de *Universal* para as lutas de esquerda contemporânea. A importância deste debate para o nosso estudo está, por um lado, no argumento deles sobre os problemas na construção de uma Identidade Coletiva colada à identidade de um sujeito e, por outro, por propor um modelo que supere a clássica dicotomia lutas de classe/lutas identitárias.

Laclau (2000) argumenta que a mediação política é inerente a qualquer identidade emancipatória universal. Ele expande a concepção de hegemonia, enfatizando a necessidade de articulação política e deslocamento do trabalho democrático entre diferentes classes. O autor sugere que a relação hegemônica envolve uma representação de impossibilidade, em que o universal e o particular se rejeitam, mas ainda assim dependem um do outro. Essa relação hegemônica, segundo Laclau, exige a produção de significantes tendencialmente vazios que permitem ao particular assumir a representação do universal, mantendo a incomensurabilidade entre os dois. Butler (2000) destaca a incompletude constitutiva de qualquer identidade particular, concordando com Laclau (2000) sobre a falha inerente a toda tentativa de universalização. Ela problematiza a noção de Universalidade, argumentando que ela está intrinsecamente vinculada às normas culturais e qualquer reivindicação de universalidade requer tradução cultural. A autora sugere que desafiar as normas convencionais de universalidade pode abrir espaço para demandas políticas inovadoras que expõem suas limitações e exclusões, permitindo uma renovação dos parâmetros do universal na política. Já Žižek (2000) parte do conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe (2015) para explorar a relação entre universalidade e contingência histórica. Destaca-se a ideia de que as diferenças internas no espaço social e o limite entre sociedade e não-sociedade são contingentes, resultando da luta política pela hegemonia. Žižek examina como a política pós-moderna enfrenta o dilema da escolha entre uma visão corporativa e uma revolucionária radical, apontando para a possibilidade de uma luta interminável entre elementos particulares.

No tópico 03 nós buscamos apresentar outras obras dos/as quatro autoras/es discutidos/as até agora em que podemos encontrar a noção de universalidade contingente permeando seu pensamento. A primeira obra é a “Razão Populista” de Ernesto Laclau (2005). Contrapondo concepções pejorativas sobre o assunto, o autor argumenta que a vagueza e indeterminação do termo “Populismo” são características inerentes à própria realidade social. Destaca-se a importância da centralidade dos significantes vazios na formação de identidades diferenciais e a função da retórica na articulação política do “povo”. O “povo” seria o significante vazio/flutuante “universal” que articula toda a cadeia de demandas dos sujeitos do populismo. A segunda obra apresentada é “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para

uma teoria performativa de assembleia”, de Judith Butler (2018). Aqui, a autora explora a dinâmica dos corpos em protestos, greves e vigílias, destacando os aspectos dessas ações em que o corpo não apenas ocupa o espaço público, mas também expressa reivindicações. A autora analisa a construção discursiva do “povo” nas assembleias populares, destacando sua fluidez e adaptação às demandas políticas em evolução, aspecto esse que abre a possibilidade de construção de um sujeito universal para a luta. Do filósofo Slavoj Žižek, apontamos duas obras em que podemos encontrar a ideia de “Universal” sendo debatida. Em seus livros “Em Defesa das Causas Perdidas” e “O Sujeito Incomodo”, Žižek (2011, 2016) busca reinventar o comunismo e repensar o sujeito de esquerda na contemporaneidade. Ele destaca a importância do diálogo entre marxismo e psicanálise para compreender as tensões sociais contemporâneas, defendendo uma noção de sujeito universal contingente que reconhece a complexidade das identidades sociais. No livro “Por Um Populismo de Esquerda”, Mouffe (2019) argumenta que o populismo de esquerda pode ser uma resposta viável para reafirmar a democracia e superar a condição pós-política. Essa estratégia visa formar um sujeito coletivo capaz de desafiar o neoliberalismo e estabelecer uma nova hegemonia democrática. Através dela é possível mobilizar afetos e articular diversas demandas democráticas em torno de uma concepção radical de cidadania. A atenção dada pela autora a uma concepção antiessencialista de sujeito é o ponto de ancoragem, a nosso ver, para a construção de um sujeito universal em sua proposta.

1.1 – O CONCEITO DE HEGEMONIA EM LACLAU E MOUFFE:

Butler, Laclau e Žižek concordam que o conceito de hegemonia é central para compreendermos a formação de um sujeito universal, conforme formulado por Laclau e Mouffe (2015) no livro “Hegemonia e Estratégia Socialista”. No livro, Laclau e Mouffe (2015), analisando o cenário político da esquerda nas últimas décadas do século XX, partem do pressuposto que os métodos convencionais de análise e cálculo político, a natureza das forças em conflito, o próprio significado das lutas e objetivos da esquerda foram colocados à prova pelas mudanças históricas balizaram o campo em que estas “verdades” foram construídas. Estas mudanças são sobre os discursos já estabelecidos da esquerda e da maneira como são concebidos os agentes/sujeitos de mudança social, a organização dos espaços políticos e os principais pontos de eclosão de transformações sociais. Os novos feminismos, os movimentos de protesto de minorias étnicas, nacionais e sexuais, as lutas ambientais, entre outros — os chamados “Novos Movimentos Sociais” — trouxeram um alargamento do conflito social. Isso

permitiu, segundo os autores, o potencial para alcançarmos sociedades mais livres, democráticas e igualitárias (Laclau e Mouffe, 2015).

Segundo Laclau e Mouffe (2015), o que estaria em crise no contexto político de escrita do livro seria a concepção de socialismo que repousa sobre a centralidade ontológica da classe trabalhadora. Além disso, estaria em crise também o papel da Revolução como o momento fundador na transição de uma sociedade para outra e a percepção distorcida de uma vontade coletiva unitária e homogênea que tornaria desnecessário o momento da política. Considerando-se o racionalismo do marxismo clássico — ao apresentar a história e a sociedade como sistemas compreensíveis fundados em torno de leis conceitualmente explicáveis — a lógica da hegemonia se mostra como um processo complementar e contingente, necessário para desequilíbrios conjunturais internos a um paradigma evolutivo cuja validade estrutural nunca foi desafiada (Laclau e Mouffe, 2015).

O autor e a autora apontam para, no final do século XX, a queda do último reduto do reducionismo de classe dado que a própria unidade e homogeneidade dos sujeitos de classe se fragmentaram em um conjunto de posições precariamente articuladas. Assim, uma vez rejeitada a tese da neutralidade das forças produtivas, os sujeitos em luta não podem ser referidos a nenhum ponto necessário de unificação. A imutabilidade de cada elemento social nas teorizações iniciais sobre a hegemonia originava-se do vínculo inquebrável entre a tarefa hegemonizada e a classe que se supunha ser seu agente inerente; enquanto o vínculo entre a tarefa e a classe que a hegemonizava era apenas factual ou contingente. Com isso, não apenas a categoria de necessidade deixa de ser viável, como também cai a possibilidade de se explicar a relação hegemônica em termos de pura contingência, uma vez que o espaço que tornava compreensível a oposição necessidade/contingente se dissolveu (Laclau e Mouffe, 2015).

Laclau e Mouffe (2015) argumentam não haver uma relação lógica e necessária entre os objetivos socialistas e as posições dos sujeitos nas relações de produção. A articulação entre eles é externa e não surge de algum movimento natural de cada um para se unir ao outro. Segue-se, então, que a direção da luta dos trabalhadores não se daria de forma regular, ela dependeria de suas formas de articulação dentro de um contexto hegemônico dado. Ao criticar a ideia de uma sociedade unificada em torno de leis necessárias, Laclau e Mouffe (2015) argumentam não ser possível simplesmente explicitar o aspecto não necessário das relações entre elementos. Se fosse assim, então manteríamos o caráter necessário da identidade dos próprios elementos. Essa seria a assimetria manifesta entre uma crescente proliferação de diferenças e as dificuldades de

qualquer discurso que tenta ancorá-las como momentos de uma estrutura articulatória estável (Laclau e Mouffe, 2015).

Entretanto, se aceitamos o caráter relacional de toda identidade junto da condição de não completude de toda fixação discursiva, o caráter ambíguo do significante, (sua não fixação a nenhum significado) só pode existir em meio a uma proliferação de significados. Portanto, a prática de articulação se baseia na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o significado. O caráter parcial dessa fixação se desdobra da abertura do próprio social, resultado do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do próprio campo de discursividade. A representação política seria elaborada, então, não como um tipo definido de relação. Ela é gerada como o campo de uma oscilação instável em que o ponto de fuga seria ou a literalização da ficção por meio da quebra do vínculo entre representante e representado, ou o desaparecimento da identidade separada através de sua assunção como um elemento de uma única identidade. O ponto de fechamento de uma totalidade discursiva não pode se dar no nível de um “sujeito que atribui significado”, uma vez que a subjetividade do agente é atravessada pela mesma instabilidade em qualquer outro ponto da totalidade discursiva da qual faz parte (Laclau e Mouffe, 2015).

Em razão dessa ausência de sutura final, a solução não pode surgir da dispersão das posições de sujeito. Há um jogo de sobredeterminação entre elas que traz de volta a perspectiva de uma totalidade impossível já que nenhuma destas posições consegue consolidar-se como uma posição separada. Se, através da cadeia de equivalência, todas as determinações objetivas diferenciais de seus termos foram perdidas, então só podemos ter a identidade ou através de uma determinação positiva subjacente a todas elas, ou por sua referência comum a algo externo (Laclau e Mouffe, 2015).

Importante para compreender a lógica do pensamento e Laclau e Mouffe (2015) são como eles definem a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Há a tendência à expansão pela lógica da diferença das posições que podem entrar em uma relação de combinação e de continuidade entre si. Já a lógica da equivalência aumenta os elementos que podem ser substituídos uns pelos outros diminuindo, desta forma, o número de posições que podem ser combinadas. O autor e a autora utilizam o termo “posição de sujeito popular” para se referirem à posição construída através da divisão do espaço político em dois campos antagônicos. E “posição de sujeito democrático”, segundo eles, se refere a posição de um antagonismo nitidamente delimitado que não divide a sociedade dessa forma. Já que a demarcação de uma

certa interioridade é necessária para construir uma totalidade que possibilita a divisão desse espaço em dois campos, o fechamento relativo desse espaço é fundamental para a construção discursiva do antagonismo. O espaço político da luta feminista é constituído dentro do conjunto de práticas e discursos que criam diferentes formas de subordinação das mulheres; o espaço da luta antirracista é constituído dentro do conjunto sobredeterminado de práticas que constituem a discriminação racial (Laclau e Mouffe, 2015).

No que diz respeito ao contexto no qual esses espaços se tornam autônomos uns dos outros, em parte é estruturado pelas formações discursivas que institucionalizaram os múltiplos tipos de subordinação, e em parte é desdobramento das próprias lutas. Além disso, é fundamental que a articulação ocorra através de uma disputa com práticas articulatórias antagonistas. A hegemonia precisa se manifestar em um campo cruzado por antagonismos e, assim, supor manifestações de equivalência e resultados de diferença. Somente a existência de um amplo espaço de significantes flutuantes e a possibilidade de sua articulação em campos divergentes é o que constitui o terreno que possibilita delimitar uma prática como hegemônica (Laclau e Mouffe, 2015).

1.2 - UNIVERSALIDADE CONTINGENTE: APRESENTANDO OS TERMOS DO DEBATE.

1.2.1 - Ernesto Laclau: Identidade, Hegemonia e Universalidade na Constituição da Lógica Política:

Laclau (2000), em acordo com Butler (2000) e Žižek (2000), parte do pressuposto de que Hegemonia é uma categoria política útil que define o próprio terreno onde se constrói as relações políticas. Retomando duas passagens da “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel”, de Marx, o autor mostra o que é específico em uma lógica hegemônica considerando os deslocamentos conceituais que uma abordagem hegemônica trouxe às categorias da teoria política clássica. O autor apresenta duas lógicas de construção hegemônica no pensamento de Marx que servem de ponto de partida para ele pensar como hegemonia e universalidade podem ser mobilizadas para pensar a política contemporânea.

O que Laclau (2000) nos aponta, na primeira lógica, é a formulação clássica em que a lógica do desenvolvimento capitalista levaria a uma proletarização das classes médias e do campesinato de modo que uma massa proletária homogênea se tornaria a maioria da população

que insurgiria contra a burguesia exploradora. Neste caso, toda a particularidade se dissolve e a emancipação resultaria de uma dissolução drástica da sociedade. Além disso, o poder se torna supérfluo na medida em que o próprio ser da sociedade civil realiza a universalidade. Tendo o proletariado encarnado a universalidade da comunidade, o Estado perde qualquer razão de existir e seu desaparecimento é a consequência inevitável do surgimento de uma comunidade para a qual a divisão Estado/sociedade civil tornou-se supérflua. A emancipação, então, levaria à recuperação de uma essência que não requer nada externo a si mesma para ser o que é se tornando a uma plenitude não mediada.

Já na segunda lógica, uma passagem pela particularidade é a condição de emergência de quaisquer efeitos universalizantes uma vez que, neste caso, a emancipação ocorre como consequência de uma parcela parcial da sociedade civil alcançar a “dominação geral”. Algo que não deixa de ser particular deve demonstrar seu direito de identificar seus próprios objetivos particulares com os objetivos emancipatórios universais da comunidade. Aqui, qualquer potencial efeito universalizante depende da exclusão antagônica de um setor opressor, o que, para Laclau (2000), nos levaria a concluir que poder e a mediação política são inerentes a qualquer identidade emancipatória universal. Seriam, então, necessárias duas formas de mediação política para se construir o discurso emancipatório. Por um lado, temos a transformação dos interesses particularistas do setor dominante em ascensão no discurso emancipatório de toda a sociedade e, por outro, a presença de um regime opressor que é a própria condição dessa transformação. Neste caso, a possibilidade de um discurso emancipatório universal dirigido à comunidade como um todo depende não de um colapso de todas as particularidades, mas de uma interação paradoxal entre elas.

Laclau (2000) aponta que, para Marx, apenas a primeira lógica, a reconciliação plena e não mediada, constitui uma verdadeira emancipação enquanto que a segunda seria uma universalidade parcial ou espúria que é compatível com uma sociedade de classes. A emancipação plena e universal se daria, então, mediante a verificação da hipótese básica da simplificação da estrutura de classes sob o capitalismo e seria necessário apenas que a lógica do capital não vá nessa direção para que o domínio do particularismo se prolongue. Se a emancipação se restringe a esse modelo, temos como consequência que a mediação política, longe de desaparecer, se tornaria a própria condição de universalidade e de emancipação social. Porém, como essa mediação surge da ação de um ator histórico limitado dentro da sociedade, ela não pode ser atribuída a uma esfera pura e separada, é uma universalidade parcial e pragmática. Entretanto, a própria possibilidade de dominação torna-se dependente da capacidade de um ator

histórico limitado apresentar sua própria emancipação “parcial” como equivalente à emancipação da sociedade como um todo. Como essa dimensão do todo não pode ser reduzida à particularidade que assume sua representação, sua própria possibilidade inclui uma autonomização da esfera das representações ideológicas frente aos aparatos de dominação direta.

Segundo Laclau (2000), para que um setor específico da sociedade seja tomado como o universal, ele não pode se reduzir à organização desta particularidade em torno de seus próprios interesses. Para se tornar hegemônico, um determinado setor social depende de apresentar seus próprios objetivos como aqueles que realizam as demandas universais da comunidade. A partir do pensamento de Gramsci, Laclau (2000) argumenta que o pensamento de Gramsci — em acordo com Marx e contra Hegel — desloca o centro de gravidade da análise social do Estado para a sociedade civil ao afirmar que qualquer “classe universal” surge desta última, não de uma esfera separada constituída acima da sociedade civil. Entretanto, Gramsci — agora concordando com Hegel e contra Marx — concebe esse momento de universalidade como político, e não como uma reconciliação da sociedade com sua própria essência. Então, a única universalidade que a sociedade pode alcançar é uma universalidade contaminada pela particularidade — uma Universalidade Hegemônica. Assim, Laclau (2000), ainda com Gramsci, expande e radicaliza a sua concepção de hegemonia ao apontar que a luta emancipatória exige articulação e mediação política e que o deslocamento do trabalho democrático de uma classe para outra muda não apenas a natureza do trabalho em si, mas também a identidade dos agentes — que deixam de ser meramente agentes de “classe”.

Para o autor, essa nova formulação demanda que passemos de uma apresentação puramente sociológica e descritiva dos agentes concretos envolvidos nas operações hegemônicas para uma análise formal das lógicas envolvidas nestas operações. Laclau (2000) argumenta ser de pouco proveito nos referirmos às identidades, vontades coletivas complexamente articuladas, por meio de designações simples — como classes, grupos étnicos etc. —, nomes para pontos transitórios de estabilização. Para o autor, precisamos compreender as lógicas de sua constituição e dissolução, bem como as determinações formais dos espaços em que se inter-relacionam.

Retomando a noção de que a identificação dos objetivos de um determinado grupo com os objetivos emancipatórios de toda a comunidade, temos que a razão para essa identificação está no fato de este setor específico ser capaz de provocar a queda de um regime considerado por

todos como um “crime geral”. Laclau (2000) afirma que, se o crime é geral e apenas um determinado setor é capaz de derrubá-lo, e não o “povo” como um todo, isso significa que a distribuição do poder dentro do pólo “popular” é desigual. Enquanto na formulação clássica do marxismo a universalidade do conteúdo e universalidade formal se sobrepõem exatamente no corpo do proletariado, agora temos uma cisão entre o particularismo dos conteúdos e a universalização formal como consequência de sua irradiação sobre o toda a sociedade, efeito da universalidade do crime combinada com a particularidade do poder capaz de aboli-lo. Laclau (2000) conclui, então, que a desigualdade do poder é uma dimensão constitutiva da relação hegemônica.

Porém, Laclau (2000) afirma que se a aceitação generalizada da hegemonia da particularidade que encarna a emancipação política dependesse apenas de sua capacidade de derrubar um regime repressivo, o apoio que obteria estaria limitado ao momento da derrubada e não haveria, então, sincronia entre a “revolução” — o momento de derrubada do regime opressor — e a “emancipação” de uma determinada classe da sociedade civil. Para chegar a essa sincronia entre a revolução (do sujeito universal) e a emancipação (das particularidades dos sujeitos sociais) são necessários vários deslocamentos, todos apontando para uma complexidade crescente na relação entre universalidade e particularidade.

Primeiramente, um sistema de dominação é sempre um sistema particular. Porém, se esse sistema será tomado como “o notório crime de toda a sociedade”, sua própria particularidade precisa ser apresentada como um símbolo do obstáculo que impede a sociedade de coincidir consigo mesma, de atingir sua plenitude. Não há um conceito/nome que corresponda a essa plenitude nem um conceito correspondente a um objeto universal que a bloqueie. Mas essa plenitude impossível ainda pode ter um nome tomando-o emprestado da particularidade do regime opressor que se torna, assim, parcialmente universalizado (Laclau, 2000a).

Em segundo lugar, se há um crime geral deve haver uma vítima geral. Entretanto, a sociedade é uma pluralidade de grupos e demandas particularistas. Se vai haver o sujeito de uma certa emancipação global — o sujeito antagonizado pelo crime geral — ele só pode ser politicamente constituído pela equivalência de uma pluralidade de demandas. Como resultado, essas particularidades, por sua equivalência entre si, não permanecem simplesmente elas mesmas, mas também constituem uma área de efeitos universalizantes. Já a impossível

“plenitude da sociedade”, é evidente que lhe falta qualquer forma de expressão direta e só lhe é possível chegar ao nível da representação por uma passagem pelo particular (Laclau, 2000).

Essa particularidade é dada pelos objetivos daquele setor particular cuja capacidade de derrubar o regime opressor abre caminho para a emancipação política. Entretanto, a particularidade dos objetivos não permanece como mera particularidade, mas é contaminada pela cadeia de equivalências que vem a representar. Laclau (2000) aponta, assim, que só há hegemonia se a dicotomia universalidade/particularidade for superada, essa é outra dimensão constitutiva da relação hegemônica. A universalidade só existe encarnada em alguma particularidade e, concomitantemente, nenhuma particularidade pode se tornar política sem se transformar no locus de efeitos universalizantes.

Já que o universal e o particular se rejeitam, mas ainda assim exigem um ao outro, o que é inerente à relação hegemônica é a representação de uma impossibilidade. A plenitude da sociedade e seu correlato (o “crime geral”) são objetos necessários para que a sincronia entre objetivos particulares e gerais venha a ocorrer. Se a passagem pelo particular é necessária, é porque a universalidade não pode ser representada de maneira direta, não há conceito correspondente à ela. Se sua necessidade impõe que haja acesso ao nível de representação, sua impossibilidade significa que esta será sempre distorcida. Os meios de representação são, então, particularidades que, sem deixar de ser particularidades, assumem uma função de representação universal (Laclau, 2000).

Laclau (2000) se pergunta, então, sobre a possibilidade ontológica das relações pelas quais identidades particulares assumem a representação de algo diferente de si mesmas. O autor parte da noção de que algo ao qual nenhum conceito corresponde ainda pode ter um nome e pressupõe que uma função de representação universal consista em ampliar a distância entre a ordem do nomear e a do que pode ser apreendido conceitualmente. Podemos afirmar, então, que quanto mais ampla for a cadeia de equivalências que uma particularidade venha a representar e quanto mais seus objetivos se tornarem um nome de emancipação global, mais frouxos serão os vínculos entre esse nome e seu significado original particular. Assim, o nome cada vez mais se aproxima da condição de significante vazio. Porém, como essa coincidência total do universal com o particular é em última análise impossível — dada a inadequação constitutiva dos meios de representação — há um resquício da particularidade que não pode ser eliminado. Por não estar restrito a nenhum limite conceitual a priori, o próprio processo de nomeação será aquele que determinará retroativamente o que de fato é nomeado. Porém, se o nome (o significante)

estiver tão atrelado ao conceito (significado) a ponto de não ser possível nenhum deslocamento na relação entre os dois, não podemos ter nenhuma rearticulação hegemônica. A relação hegemônica, então, requer a produção de significantes tendencialmente vazios (flutuantes) que permitem ao particular assumir a representação do universal mantendo a incomensurabilidade entre os dois. Esta é, para Laclau (2000), uma terceira dimensão constitutiva da relação hegemônica. A quarta dimensão da hegemonia seria o fato de o terreno em que ela se expande é o da generalização das relações de representação como condição da constituição de uma ordem social.

Para Laclau (2000), o direito de minorias étnicas, nacionais ou sexuais (por exemplo) só pode ser formulado como direitos universais. O universal é um lugar vazio que só pode ser preenchido pelo particular e que produz uma série de efeitos cruciais na estruturação/desestruturação das relações sociais. O Universal é vazio, porém já preenchido por algum conteúdo contingente, particular, que atua como seu substituto. Cada Universal é o campo de batalha no qual a multiplicidade de conteúdos particulares luta pela hegemonia. Segundo o autor, não podemos conceber o processo hegemônico como aquele em que os espaços vazios seriam simplesmente preenchidos por forças hegemônicas pré-constituídas. Há um processo de contaminação dos significantes vazios pelas particularidades que realizam as costuras hegemônicas, mas esse é um processo de contaminação que opera em ambas as direções.

1.2.2 - Judith Butler: Reencenando o Universal:

Dialogando com os pressupostos teóricos apresentados por Laclau e Mouffe (2015) , Butler (2000) afirma que as políticas democráticas são constituídas por exclusões que voltam para lhes assombrar e que esse “fantasma” se torna politicamente eficaz uma vez que ele força a expansão e a rearticulação das premissas básicas da própria democracia. A autora parte do pressuposto, assim como Laclau (2000) e Žižek (2000), de que a formação de qualquer governo democrático ou de qualquer posição de sujeito particular dentro desse governo é necessariamente inacabada. Essa “incompletude” é entendida pela autora como a falha de qualquer articulação particular (identidade) para descrever a população que ela representa, que todo sujeito é constituído diferencialmente e o que é produzido como o “fora constitutivo” do sujeito nunca pode se tornar completamente imanente (Butler, 2000).

Entendendo identidade particular como aquela vinculada a um conteúdo específico (como, por exemplo, raça, gênero ou etnia), Butler (2000) concorda com Laclau (2000) ao afirmar que toda e qualquer identidade particular nunca se completa em sua tentativa de alcançar a autodeterminação e a incompletude constitutiva é a característica estrutural que todas compartilham. Uma identidade é constituída por sua diferença em relação a um conjunto ilimitado de outras identidades. A “incompletude” de toda e qualquer identidade é um resultado direto de sua emergência diferencial: nenhuma identidade particular pode emergir sem presumir e decretar a exclusão de outras. Quando a cadeia de equivalência é operacionalizada como categoria política, ela exige que certas identidades reconheçam a situação de determinação incompleta que compartilham com as outras. Se uma identidade particular tentar universalizar sua própria condição sem reconhecer que outras estão em uma situação estrutural idêntica, ela falha em conquistar uma aliança com outras identidades emergentes e irá identificar erroneamente em si o significado e o lugar da própria universalidade (Butler, 2000).

Ela afirma que, desta forma, Laclau (2000) identifica uma condição comum a toda politização, a de que qualquer conteúdo específico deixa de constituir plenamente uma identidade, uma condição de falha necessária que não apenas pertence a universalidade, mas que é o “lugar vazio e inerradicável” da própria universalidade. Qualquer formação política que tentar preencher esse lugar descobre que não pode e uma tensão necessária emerge em seu interior. Entretanto, essa falha em preencher o lugar vazio é precisamente a promessa futura de universalidade, seu status como uma característica ilimitada e incondicional de toda articulação política. Por mais que esse fracasso não possa ser perseguido diretamente como o “objetivo”, ele tem em si uma grande serventia. Tendo isso em mente, o objetivo da política precisa então mudar para conciliar esse fracasso como uma fonte estrutural de sua aliança com outros movimentos políticos (Butler, 2000).

Outra questão colocada pela autora é a de que o próprio regime de poder que busca regular o sujeito, o faz provendo um princípio de autodefinição para este. Caso o faça, então não adiantaria afirmar uma noção do sujeito como fundamento da agência já que o próprio sujeito seria produzido por meio de relações de poder que antecipadamente determinam quais serão os objetivos da agência. Entretanto, não seria possível afirmar que todos estamos reiteradamente presos sem qualquer ponto de resistência à regulação. Mas sim que não devemos pensar que, ao abraçar o sujeito como fundamento da agência, teremos contrariado os efeitos do poder regulatório (Butler, 2000).

Para a autora, torna-se crucial a análise da vida psíquica já que as *normas* sociais que produzem os desejos e restringem o funcionamento do sujeito não operam unilateralmente. Ela afirma que nenhuma norma pode operar sobre um sujeito sem a ativação da fantasia e o apego fantasmático a ideais que são ao mesmo tempo sociais e psíquicos. Ela, entretanto, se contrapõe à ideia de fantasia como algo que ocorre em um nível e a interpelação social em outro. Esses movimentos não respondem à questão de como a normatividade social não é pensável fora da realidade psíquica que é o instrumento e a fonte de sua efetividade contínua. As normas não são apenas corporificadas, mas a própria corporificação é um modo de interpretação que submete a própria normatividade a uma temporalidade que se repete. As normas não são entidades estáticas, mas características da existência incorporadas e interpretadas que se sustentam nas idealizações fornecidas pela fantasia. A norma opera para estruturar a fantasia, mas também é colocada em uso pela psique de diversas maneiras. Dessa forma, poderíamos dizer que a norma estrutura a fantasia, mas não a determina. E que a fantasia faz uso da norma, mas não a cria (Butler, 2000).

Apesar de aceitar o pressuposto da psicanálise de que o sujeito nasce com base na *forclusão*², essa não é, para Butler (2000), um ponto de fuga da sociabilidade. Ainda que seja inevitável afirmar que a individuação demanda uma *forclusão* que produza o inconsciente, não podemos dizer que este seja uma realidade psíquica livre do conteúdo social que posteriormente constitui uma lacuna necessária no domínio da vida social consciente. O inconsciente é a condição psíquica em que as normas são registradas, o terreno de seu reforço, seu desfazer e sua perversão. É a trajetória de sua apropriação em identificações e negações nem sempre realizadas conscientemente. A *forclusão* que funda o sujeito se articula através de trajetórias de poder e ideais reguladores que delimitam o que pode ser ou não uma pessoa, que separam o humano do animal, distinguem homens de mulheres e concebem a identificação em direção a uma heterossexualidade “inevitável”. Também pode produzir identidades raciais, nacionais e de classe difíceis de se reafirmar ou contrapor (Butler, 2000).

Segundo Butler (2000), o poder surge *na* e *como* formação do sujeito. Para ela, separar a função de geradora do sujeito dos domínios de poder seria negar a maneira como os significados sociais são interpretados como parte da própria ação dos processos psíquicos inconscientes. Ainda, se os ideais de personalidade são produzidos através de *forclusões* de vários tipos, então

2 Forclusão ou *foraclusão* é o mecanismo designado por Lacan (1985) por meio do qual há a rejeição de um significante do campo simbólico de um sujeito. Este é um mecanismo específico da psicose em que há a não inscrição do significante, ele deixa de ser incluído. Ao contrário do recalque em que há a integração do significante ao inconsciente do indivíduo, o significante *fora*cluído retorna sob a forma de alucinação para o psicótico (Lacan, 1985).

o pânico, o terror, o trauma, a raiva, a paixão e o desejo que emergem em relação a tais ideais não podem ser compreendidos sem referência às suas formulações sociais. Entretanto, longe de afirmar que as formas sociais de poder produzem sujeitos como seus simples efeitos e que as normas são internalizadas como realidade psíquica ao longo de linhas condicionantes, o que Butler (2000) busca enfatizar é o modo como as normas sociais são experienciadas de maneiras variadas como realidade psíquica, sugerindo que estados psíquicos-chave — como melancolia ou mania, paranóia e fetichismo — não apenas assumem formas específicas sob certas condições sociais, mas também não têm outra essência subjacente além das que as formas específicas assumem (Butler, 2000).

Butler (2000) recorre à Hegel para afirmar que as categorias com as quais enxergamos a realidade são moldadas pelo mundo que buscamos conhecer. Da mesma forma, não seria possível conhecer o mundo sem a ação prévia dessas categorias. Assim, as categorias pelas quais o mundo se torna disponível para nós são continuamente refeitas pelo encontro com o mundo que elas facilitam e tanto o sujeito cognoscente quanto o mundo são desfeitos e refeitos pelo ato do conhecimento. Essa afirmação é importante para a sua concepção de Universalidade uma vez que, segundo a autora, não seria possível estabelecer uma noção de Universalidade como transcendente das normas culturais. Butler (2000) argumenta que para que a noção de Universalidade de Hegel se mostre boa em condições de culturas híbridas, ela terá que se tornar uma Universalidade forjada através do trabalho de tradução cultural. A autora propõe repensar a Universalidade através deste ato de tradução cultural e afirma que, para isso, nem uma presunção de comum linguístico e cognitivo, nem um postulado teleológico de uma fusão final de todos os horizontes culturais serão um caminho possível para a reivindicação Universal (Butler, 2000).

Segundo Butler (2000), Hegel nos mostra o que acontece quando uma facção particular se mostra como Universal e pretende representar a vontade geral suplantando as vontades individuais de que é composta. A facção particular que é oficialmente tomada como universal se torna, então, assombrada pelas vontades excluídas da função representativa. Assim, o governo estabelecido — a facção entendida como Universal — precisa, então, continuamente restabelecer sua única reivindicação de universalidade, apagando todos os restos das vontades excluídas do domínio da representação. Apesar de a Universalidade inicialmente manifestar aquilo que é auto-idêntico a todos os seres humanos, ela perde essa auto-identidade como consequência de sua recusa em acomodar todos os seres humanos dentro de seu alcance.

Aqueles que permanecem radicalmente não representados pela vontade Universal não se elevam ao nível do reconhecimento humano dentro de seus termos (Butler, 2000).

Uma vez que a Universalidade deixa de abranger e se constrói sobre uma hostilidade fundamental à toda particularidade, ela continua a *ser* e a *animar* a própria hostilidade pela qual se funda. O Universal só pode ser a vontade geral na medida em que permanece incontaminado pelo particular, concreto e individual. Butler (2000) afirma que, para Hegel, essa universalidade abstrata não apenas requer esse desaparecimento, mas é tão fundamentalmente dependente dele que sem esse desaparecimento não seria nada. Sendo que a universalidade não é nada sem seu desaparecimento, Butler (2000) afirma que ela *é* esse mesmo desaparecimento.

Butler (2000), então, chega a algumas conclusões preliminares sobre a Universalidade a partir de Hegel. Em primeiro lugar, universalidade é um nome que sofre acréscimos e inversões de significado que não pode se reduzir a nenhum de seus momentos característicos. Em segundo lugar, ela é necessariamente assombrada pelo traço da coisa particular à qual se opõe sob a forma (a) de uma duplicação espectral da universalidade, e (b) um apego dessa coisa particular à própria universalidade. Em terceiro lugar, há a impossibilidade de superar a relação da universalidade com sua articulação cultural, o que significa que qualquer ideia transcultural do universal será manchada pelas normas culturais que pretende transcender. Em quarto lugar, uma vez que o próprio conceito de universalidade obriga a uma compreensão da cultura como uma relação de troca, nenhuma noção de universalidade pode se inserir com facilidade em uma noção de cultura única (Butler, 2000).

Se retomarmos a noção da condição estrutural de incompletude inerente à toda identidade e que nenhuma identidade particular pode emergir sem presumir e decretar a exclusão de outras, entendemos que quando uma cadeia de equivalência é operacionalizada como categoria política, ela exige que determinadas identidades reconheçam que compartilham a situação de uma determinação incompleta. Qualquer identidade particular que procure universalizar sua própria situação sem reconhecer a situação estrutural idêntica de outras identidades tomará a si mesma como condição universal elevando, assim, o seu conteúdo específico e incompleto à condição global. Assim, segundo Butler (2000), Laclau identifica uma condição comum a toda politização, a condição pela qual qualquer conteúdo específico deixa de constituir plenamente uma identidade, uma condição de falha necessária que é o lugar vazio da própria universalidade. Na medida em que qualquer formação política procura preencher esse lugar e descobre que não pode, uma tensão necessária surge e essa falha em

preencher esse lugar vazio é justamente a promessa futura da universalidade, seu status como uma característica ilimitada e incondicional de toda articulação política. Inevitável como é que uma organização política postule o possível preenchimento desse lugar como um ideal, é igualmente inevitável que não o faça.

Dessa forma, o Universal para Laclau, segundo Butler (2000), não seria uma essência ou uma forma preexistente ao qual os indivíduos aderem, mas sim a realização dos objetivos frágeis e sempre incompletos da ação política. Não é o espaço de uma presença, mas o local reservado de uma ausência. Para Butler (2000), Laclau mostra que a incompletude estrutural de cada afirmação particular está implicada em um universal. Butler então faz duas perguntas importantes. Voltando a Hegel, ela questiona: o que significa exatamente encontrar o universal tanto na relação entre os particulares quanto inseparável dessa relação? E, em segundo lugar, tendo em mente o processo de tradução cultural, a relação entre os particulares deve se tornar uma tradução cultural para que o universal se torne um conceito ativo e operacional na vida política?

Segundo Butler (2000), a primeira pergunta exige uma consideração sobre a condição de incompletude estrutural da identidade. É bastante explícita a ideia de que toda identidade é colocada em um campo de relações diferenciais, mas se essas são pré-sociais ou, então, se constituem um nível estrutural de diferenciação que condiciona o social mas é distinto dele, encontramos o universal em mais um domínio, nas características estruturais de toda linguagem. Além disso, se entendemos a universalidade como um lugar vazio e tomamos os significados políticos como conteúdos que preenchem esse vazio, então estaríamos afirmando a política como exterior à linguagem o que, para Butler (2000), anularia a própria ideia de performatividade política defendida por Laclau.

Butler (2000) insiste que a reivindicação de universalidade sempre ocorre por meio de um conjunto de convenções culturais em um local reconhecível. Uma demanda, de fato, não pode ser realizada sem que ela seja reconhecida como uma demanda. Mas, a autora pergunta, o que determina quais demandas serão ou não reconhecidas? Butler (2000) afirma que um conjunto de normas sociais são invocadas no reconhecimento de tais reivindicações e que há uma retórica estabelecida para a afirmação da universalidade. Assim, para que uma reivindicação funcione e, performativamente, decreta a própria universalidade que enuncia, ela deve passar por uma série de traduções nos vários contextos culturais em que o significado e a força de demandas universais são feitas. Isso significa que, Butler (2000) insiste, nenhuma

afirmação de universalidade surge fora de uma norma cultural. Se tomarmos a multiplicidade de normas contestadoras que constituem o campo internacional, nenhuma afirmação de universalidade pode ser realizada sem exigir imediatamente o processo de tradução cultural. Sem tradução, o próprio conceito de universalidade não consegue ultrapassar as fronteiras linguísticas que pretende cruzar a não ser através de uma lógica colonial e expansionista. Ao enfatizar o lugar da cultura na enunciação da universalidade, Butler (2000) mostra que não apenas não pode haver noção operativa de universalidade que não assuma os riscos da tradução, mas que a própria reivindicação de universalidade está vinculada a várias encenações sintáticas dentro da cultura que tornam impossível separar as características formais das culturais.

Mas, Butler (2000a) se pergunta, o que acontece quando um grupo desprivilegiado passa a reivindicar que eles devam ser incluídos dentro do alcance da “Universalidade”? Retomando a ideia de que afirmar que o universal ainda não foi articulado é insistir que aquilo que permanece “não realizado” pelo universal o constitui essencialmente, Butler (2000) entende que o universal anuncia seu “não-lugar” justamente quando surgem desafios à sua formulação existente por parte daqueles que não são abrangidos por ele mas que, no entanto, exigem estar incluídos no universal como tal. O que estaria em jogo aqui, então, é a função excludente de certas normas de universalidade que buscam transcender os locais culturais de onde emergem. Quando alguém não tem o direito de falar sob os auspícios do universal mas o faz reivindicando direitos universais de uma forma que preserva a particularidade de sua luta, esse alguém fala do local que pode ser prontamente descartado como absurdo ou impossível. Ao falarmos em “direitos humanos de lésbicas e gays” ou mesmo em “direitos humanos das mulheres”, somos apresentados a uma estranha aproximação do universal e do particular que não sintetiza nem separa os dois. O “humano” como convencionalizado não inclui lésbicas, gays e mulheres, e a mobilização atual tem por objetivo expor essas limitações do “humano”, o termo que define os limites do alcance universal do direito.

Porém, o traço excludente dessas normas convencionais que determinam a universalidade não impede que recorramos ao termo, apesar de implicar em um uso não convencional. O que não quer dizer que o novo recurso seja uma universalidade mais verdadeira, mas que as normas convencionais e excludentes de universalidade podem produzir formulações não convencionais que denunciem as características limitadas e excludentes da primeira enquanto impulsionam um novo conjunto de demandas. Para Butler (2000), justamente porque são enunciados por aqueles não previamente autorizados a utilizá-los, um reaproveitamento inovador dos principais termos da modernidade é possível. O que emerge é

uma forma/demanda política não exclusivamente universal nem puramente particular em que os interesses particulares de certas formulações de universalidade são expostos e que nenhum universal se livra dos traços particulares de onde surge e por onde transita. O ato de fala reiterativo oferece assim, segundo a autora, a possibilidade de privar o discurso estabelecido de seu controle exclusivo sobre a definição dos parâmetros do universal dentro da política. Esse tipo de ato político não torna definitiva retroativamente a sua própria reivindicação, mas recita e reencena o conjunto de normas que deslocam a legitimidade de uma suposta autoridade para o mecanismo de sua renovação.

1.2.3 – Slavoj Žižek: Rejeitando a Escolha entre Redistribuição e Reconhecimento:

Žižek (2000) formula sua ideia sobre universalidade afirmando que o pensamento de esquerda contemporâneo deveria recusar a escolha, para ele falsa, entre luta de classes e lutas identitárias/pós-modernas. O autor começa pelo conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe (2015) que, para ele, fornece uma matriz da relação entre universalidade, contingência histórica e o limite de um Real impossível. A característica chave do conceito de hegemonia, segundo Žižek (2000), está na conexão contingente entre as diferenças dos elementos dentro do espaço social e o limite que separa a própria sociedade da não-sociedade. O antagonismo radical só poderia ser representado, então, através das diferenças particulares internas ao sistema. Para Žižek (2000), o ponto de Laclau e Mouffe (2015) seria, então, que as diferenças externas são também sempre internas e a ligação entre as duas seria em última instância contingente, o resultado da luta política pela hegemonia.

Segundo Žižek (2000), a tensão que melhor exemplifica o conceito de hegemonia, na história do marxismo, é o deslocamento da lógica revolucionária radical da equivalência — recorrendo a diferentes grupos contingentes para realizar a tarefa universal de transformação social global — para redução "revisionista" da agenda a uma série de problemas sociais particulares que devem ser resolvidos gradualmente. Dessa forma, afirma Žižek (2000), nos encontramos entre uma visão corporativa pura da sociedade como um “corpo” e a visão revolucionária radical do antagonismo entre a sociedade e as forças anti-sociais. Esses dois extremos acabam por coincidir. Uma visão corporativa pura tem que expulsar as forças que se opõem à sua noção orgânica de “corpo social” reafirmando assim o antagonismo radical entre o “corpo social” e a força externa, enquanto a prática revolucionária radical tem que contar com um elemento particular (classe) que incorpora a universalidade. Para Žižek (2000), a única

solução a esse dilema seria aceitar que estamos condenados à luta interminável entre elementos particulares para substituir a totalidade impossível.

A ruptura radical da “invenção democrática” consiste no próprio fato de que a luta entre mais sujeitos-agentes para ocupar o lugar do poder, o que antes era experimentado como uma ameaça, torna-se agora a própria condição do poder. O “lugar vazio” do poder, a lacuna entre esse lugar e aquele que efetivamente exerce o poder — antes considerado como um obstáculo ao funcionamento normal do poder — torna-se agora sua condição positiva. Estamos lidando, assim, com a multiplicidade de configurações da sociedade democrática e essas configurações não são simplesmente diferentes subespécies do gênero de Democracia, mas com uma série de rupturas que afetam a própria noção universal de Democracia.

Com isso, Žižek (2000) observa que enquanto a narrativa da esquerda pós-moderna da passagem do marxismo “essencialista” para a irreduzível pluralidade de lutas identitárias/pós-modernas descreve um processo histórico real, seus pensadores deixam de fora a aceitação do capitalismo como “o único jogo” e renunciam a qualquer tentativa real de superar o regime liberal capitalista existente. É nesse silencioso “recuo teórico do problema da dominação dentro do capitalismo” que, para Žižek (2000), estamos lidando com um caso exemplar do mecanismo de deslocamento ideológico. Quando o antagonismo de classe é rejeitado e seu papel estruturante é suspenso, os outros marcadores de diferença acabam por suportar todo o peso dos sofrimentos produzidos pelo capitalismo além daqueles atribuíveis à marcação explicitamente politizada. Žižek (2000) afirma que se o marxismo contribuiu para explicitar que o problema da liberdade estava nas relações sociais implicitamente naturalizadas no discurso liberal, podemos aceitar o contra-argumento de que a política pós-moderna apoia a necessidade de desnaturalizar/repolitizar a economia e também uma série de outros domínios — relações entre os sexos, por exemplo — deixados “não formulados” por Marx. Se a política identitária/pós-moderna tem o grande mérito de “repolitizar” uma série de domínios anteriormente considerados “apolíticos” ou “privados”, ela, porém, não o faz com o capitalismo já que a própria noção do “político” por meio do qual ela atua se assenta na “despolitização” da economia.

Žižek (2000) então — a propósito do argumento de Laclau de que o Político não é um domínio social específico mas o próprio conjunto de decisões contingentes que fundamentam o Social — afirma que a emergência pós-moderna de novas múltiplas subjetividades políticas não atingem o nível radical do ato político propriamente dito. O que o autor faz é aplicar a ideia da

“universalidade concreta” hegeliana à “democracia radical”. Segundo Žižek (2000), a noção de hegemonia de Laclau e Mouffe (2015) — em que a lacuna antagônica entre a sociedade e seu limite externo, a não-sociedade, é mapeada em uma diferença estrutural intra-social — é próxima da ideia hegeliana de “universalidade concreta” — em que uma diferença específica se sobrepõe à diferença constitutiva do próprio gênero.

Em relação a “reconciliação” hegeliana entre Universal e Particular rejeitada por Laclau por causa da lacuna que separa para sempre o Universal vazio/impossível do conteúdo particular contingente que o hegemoniza vemos que, de acordo com Žižek (2000), na medida em que cada espécie particular não se ajusta ao seu gênero universal, quando finalmente chegamos a uma espécie particular que se encaixa plenamente em sua noção universal, a própria noção do que é universal se transforma em outra. Para Žižek (2000), este é um paradoxo propriamente dialético da universalidade concreta enquanto historicidade. Na relação entre um gênero e sua subespécie, uma dessas subespécies será sempre o elemento que nega o próprio caráter universal do gênero.

Žižek (2000) também considera a noção de universalidade proposta por Butler mais refinada do que a simples denúncia da universalidade como falsa. Para o autor, Butler está ciente de que a universalidade é inevitável e que, apesar de cada figura histórica de universalidade envolver um conjunto de inclusões e exclusões, ela abre espaço para renegociar os limites de inclusão/exclusão como parte da luta política em curso pela hegemonia. A concepção de “Direitos Humanos Universais”, Žižek (2000) exemplifica, exclui ou reduz a um status secundário um conjunto de práticas e orientações sexuais e, para o autor, seria muito reducionista simplesmente aceitar o “jogo liberal padrão” de insistir que devemos apenas redefinir e ampliar a noção de direitos humanos para incluir essas práticas. Para ele, o que se perde de vista pelo liberalismo humanista é que tais exclusões são constitutivas da universalidade “neutra” dos direitos humanos. A ampliação real da noção de direitos humanos para estes grupos rearticulária radicalmente nossa noção do que significa “humanidade” em direitos humanos.

Para Žižek (2000), a leitura marxista explicita o conteúdo particular que dá o giro ideológico burguês específico à noção de direitos humanos. Os Direitos Humanos Universais dizem do direito dos proprietários brancos do sexo masculino de trocar livremente no mercado, exercer a dominação política e explorar trabalhadores e mulheres. Porém, essa identificação do conteúdo particular que hegemoniza a forma universal é, segundo o autor, apenas parte da

narrativa. A outra metade está na investigação de como e em que condições históricas a própria universalidade abstrata se torna um fato da vida social e em que situações os indivíduos se experimentam como sujeitos de direitos humanos universais. De acordo com Žižek (2000), em uma sociedade em que a troca de mercadorias predomina, os próprios indivíduos se relacionam consigo mesmos como corporificações contingentes de noções abstrato-universais. A formação social ou cultural concreta dos sujeitos é vivenciada como contingente pois o que os define em última instância é a capacidade universal abstrata de pensar e/ou trabalhar.

Para o autor, a universalidade torna-se “atual” somente se tematizar as exclusões em que se funda, questionando, renegociando e deslocando-as. A universalidade deve assumir a lacuna entre sua própria forma e conteúdo, concebendo-se como inacabada em sua própria noção. Segundo Žižek (2000), precisamos explorar as mudanças fundamentais na própria lógica do modo como a universalidade funciona no espaço sócio-simbólico. As noções pré-moderna, moderna e pós-moderna da prática ideológica da universalidade não diferem apenas em relação aos conteúdos particulares que são incluídos e/ou excluídos nas noções universais. A própria noção subjacente de universalidade funciona de maneira diferente em cada uma dessas épocas.

Para Žižek (2000), então, tanto Butler — ao falar do interminável processo político de renegociar as inclusões/exclusões das noções ideológicas universais predominantes — quanto Laclau — ao propor seu modelo de luta interminável pela hegemonia — estão meramente teorizando um momento histórico específico da esquerda pós-moderna quando aparentemente estão fornecendo as coordenadas formais de todo processo ideológico-político. De acordo com Žižek (2000), então, o problema está em como historicizar o próprio historicismo. A passagem do marxismo “essencialista” para a política contingente pós-moderna (em Laclau) ou a passagem do essencialismo sexual para a formação contingente de gênero (em Butler) não seriam simples progressos epistemológicos, mas parte da mudança global na própria natureza da sociedade capitalista. Se contrapondo a noção política pós-moderna que tende a proibir a própria referência ao capitalismo como “essencialista”, Žižek (2000) afirma que a contingência plural das lutas políticas pós-modernas e a totalidade do Capital não se opõem. Para o autor, o Capital de alguma forma limita a livre deriva dos deslocamentos hegemônicos ao fornecer o próprio pano de fundo e o terreno para a emergência de subjetividades políticas contingentes.

Žižek (2000) se volta para a crítica que Butler faz à teoria lacaniana para mostrar uma característica da noção de Universalidade não mencionada por ela e Laclau. Segundo Žižek (2000), enquanto Butler reconhece que na teoria lacaniana o processo de formação do sujeito é

sempre incompleto, nunca alcançando a identidade plena, o próprio obstáculo que impede a sua completa realização, para Lacan, é em uma *barra* transcendental a priori. Assim, para Butler, em vez de reconhecer a total contingência do processo histórico, Lacan coloca o sujeito sob o signo de uma proibição fundamental e a-histórica. Subjacente à crítica de Butler está a tese de que a teoria lacaniana sustenta o processo histórico em uma restrição a priori quase transcendental limitando, assim, a contingência histórica radical. Assim, a teoria lacaniana orienta para a distinção (kantiana) entre estrutura formal a priori e seus exemplos históricos contingentes. Žižek (2000) então aponta que a crítica de Butler (2000) à Lacan — na medida em que ela aceita que “o sujeito-em-processo é incompleto precisamente porque é constituído por exclusões politicamente salientes não estruturalmente estáticas” — confunde a forma da exclusão com algum conteúdo particular excluído.

A leitura que Žižek (2000) faz da teoria lacaniana, no entanto, é que a própria Universalidade está sempre enraizada em um conteúdo particular, mas não apenas no sentido de hegemonia. A própria forma de universalidade emerge através de um deslocamento radical, alguma impossibilidade ou “repressão primordial”. Assim, para Žižek (2000), o foco não deveria ser qual conteúdo particular hegemoniza a universalidade vazia, mas quais conteúdos específicos devem ser excluídos para que a própria forma vazia de universalidade apareça como o campo de luta pela hegemonia. A luta política pela hegemonia cujo resultado é contingente e a *barra* ou impossibilidade “não-histórica” estão entrelaçados na medida em que há uma luta pela hegemonia precisamente porque alguma *barra* anterior sustenta o vazio em jogo na luta hegemônica.

Para Žižek (2000), a teoria lacaniana nos leva, então, a tematizar os conteúdos traumáticos/excluídos constitutivos da forma universal vazia. Só há *espaço histórico* na medida em que esse espaço é sustentado por alguma exclusão (forclusão) mais radical. Assim, para Žižek (2000), precisamos diferenciar dois níveis do processo hegemônico: no primeiro nível, a luta pela qual um conteúdo particular se hegemoniza como noção Universal vazia e, no segundo nível, a *impossibilidade/barra* mais fundamental que torna o Universal vazio e o terreno para a luta hegemônica.

1.3 - UNIVERSALIDADE NO PENSAMENTO DE ESQUERDA CONTEMPORÂNEO.

A concepção de universalidade formulada no diálogo entre os três autores e apresentada no tópico anterior pode ser facilmente localizada em alguns de seus trabalhos mais recentes destes autores. A influência de Judith Butler (2002) na Teoria Queer³, por exemplo, mostra uma forte presença da noção de universalidade contingente nos estudos sobre sexualidade. A ascensão da extrema direita⁴ pelo mundo — e a sua versão bolsonarista no Brasil — obrigou uma rearticulação do campo da esquerda de tal forma que precisamos repensar as coordenadas políticas da esquerda. Esta rearticulação precisa ir além do debate clássico sobre redistribuição/reconhecimento buscando atualizá-lo para os novos conflitos e adversários da política contemporânea.

Apresentaremos aqui a presença de uma lógica universal contingente para a esquerda nos livros “Corpos em aliança e a política das ruas” de Butler (2018), “Em defesa das causas impossíveis” de Žižek (2011) e “Por um populismo de esquerda” de Mouffe (2018). Nosso objetivo aqui não é realizar uma revisão bibliográfica extensiva mostrando a noção de universalidade contingente em cada obra de cada autor e autora. O que buscamos é mostrar na teoria política contemporânea a existência formulações teóricas que rompam com a necessidade de ações coletivas fundamentadas em identidades individuais, transcendam a dicotomia — considerada por nós como limitantes da ação política — entre lutas de classe e lutas identitárias e possibilitem a articulação entre as diferentes bandeiras dos movimentos sociais no campo da esquerda.

1.3.1 - O “Povo” como o Universal do Populismo no Pensamento de Laclau:

A abordagem proposta por Laclau (2013) para compreender o populismo mobiliza a noção de um sujeito universal contingente focando especificamente na figura do “povo”. A análise de Laclau oferece uma compreensão complexa e multifacetada do conceito de “povo”, destacando sua construção discursiva contingente, suas contradições internas e sua capacidade de mobilização política em contextos de conflito e mudança social.

Em sua análise, o autor confronta algumas das concepções pejorativas associadas ao populismo, sugerindo que tais conotações negativas surgem a partir de pressupostos questionáveis. Os dois pressupostos pejorativos a que o autor se refere são que, em primeiro lugar, o populismo é vago e indeterminado em relação ao seu público-alvo e seus princípios

³ Abordaremos com mais detalhes a Teoria Queer no capítulo 03.

⁴ Abordaremos com mais detalhes o bolsonarismo no capítulo 02.

políticos e, em segundo lugar, o populismo é apenas “retórica” vazia. Contra esses dois argumentos, Laclau afirma que essa vagueza e indeterminação não são meras falhas discursivas, mas sim características inerentes à própria realidade social em certos contextos. Além disso, ele destaca que a “retórica” não é uma mera sobreposição à estrutura conceitual autônoma, mas sim uma parte integrante dela. Sendo assim, o autor argumenta, o populismo se mostra por excelência como uma maneira de se compreender a constituição do político enquanto tal (Laclau, 2013).

Laclau (2013) afirma haver três conjuntos de categorias fundamentais para se compreender sua abordagem teórica: 1) Discurso; 2) Significante Vazios e Hegemonia; e 3) Retórica. Na visão de Laclau (2013), o discurso é o espaço fundamental para a construção da objetividade. Ele argumenta que o discurso não se limita apenas à fala e à escrita, mas abrange qualquer conjunto de elementos nos quais as relações desempenham um papel constitutivo. Isso implica que os elementos não existem previamente ao contexto relacional, mas são constituídos por ele. Portanto, para Laclau, “relações” e “objetividade” são sinônimos. Ele recorre à ideia de Saussure de que na linguagem não há termos positivos, apenas diferenças, e estende essa noção a qualquer elemento significativo, seja uma ação ou uma palavra. Em sua perspectiva, não há um fundamento além do jogo das diferenças que privilegie alguns elementos sobre outros. Qualquer centralidade que um elemento possa ter é explicada pelo jogo das diferenças em si.

Ao abordar o segundo conjunto de categorias — significantes vazios e hegemonia —, Laclau (2013) destaca a importância de compreender a formação de identidades puramente diferenciadas e a necessidade de determinar o todo no qual essas identidades são constituídas. Ele argumenta que a centralização dessas identidades diferenciais ocorre por meio da interação das diferenças, não de um centro estrutural necessário. Laclau (2013) expõe uma argumentação baseada em uma série de passos estruturados. O autor destaca que, em um conjunto puramente diferencial, a totalidade precisa estar presente em cada ato de significação individual, sendo sua apreensão conceitual condição essencial para a significação em sua totalidade. Ele ressalta a necessidade de compreender os limites dessa totalidade, diferenciando-a de outras instâncias. A partir disso, identifica-se um verdadeiro exterior como algo excluído pela totalidade, o qual permite sua própria constituição. Isso leva à tensão entre a lógica da diferença e da equivalência, evidenciando que toda identidade é construída nessa dinâmica. Laclau (2013) argumenta que essa totalidade é, ao mesmo tempo, impossível e necessária, pois sua representação é mais ampla do que a apreensão conceitual, envolvendo a possibilidade de uma diferença particular assumir a representação de uma totalidade incomensurável, fenômeno denominado pelo autor

como hegemonia. Nesse sentido, a categoria da totalidade é um horizonte, não um fundamento, requerendo um investimento radical e engajamento em jogos de significados que vão além da apreensão conceitual. Isso destaca a importância da dimensão afetiva nesse processo.

Ao abordar o terceiro conjunto de categorias — retórica — Laclau (2013) afirma que um deslocamento retórico ocorre quando um termo literal é substituído por um termo figurativo. Explorando a retórica clássica, ele destaca a noção de catacrese, onde um termo figurativo é usado quando não há um equivalente literal disponível. Laclau propõe que essa distorção do significado surja da necessidade de expressar algo que o termo literal não consegue transmitir. Ao conectar essa ideia com suas observações sobre hegemonia e significantes vazios, o autor argumenta que a construção política do “povo” é fundamentalmente catacrética, uma vez que emerge da necessidade de nomear um objeto simultaneamente impossível e necessário, essencial para qualquer processo significativo.

O autor também aborda a tensão entre equivalência e diferença, destacando que essa tensão é insuperável, mas, ao mesmo tempo necessária para a significação e a identidade. Ele discute como uma diferença particular pode representar uma totalidade incomensurável, resultando em uma identidade hegemônica que se baseia em significantes vazios, cuja particularidade incorpora uma completude inalcançável. Dessa forma, a categoria da totalidade — ou universalidade —, para Laclau, não pode ser eliminada, mas é uma totalidade fracassada que serve como horizonte, não como fundamento. Ele sugere que a totalização hegemônica requer um investimento radical e um engajamento em jogos de significados diferentes da apreensão puramente conceitual.

A noção de “significantes flutuantes”, cujo significado está suspenso entre fronteiras alternativas de equivalências, se faz central nesta lógica. Retomando a lógica apresentada pelo autor até aqui, temos a presença de um significante vazio que expressa e estabelece uma cadeia de equivalência e, em segundo lugar, a autonomização do momento equivalencial em relação aos seus laços integradores. Embora a equivalência surja devido à pluralidade de demandas, esse momento não é simplesmente subordinado a elas. Ao contrário, desempenha um papel fundamental ao possibilitar essa pluralidade. No entanto, é importante ressaltar que essa inscrição de equivalência, embora confira solidez e estabilidade às demandas, também restringe sua autonomia, uma vez que deve operar dentro dos parâmetros estratégicos estabelecidos para toda a cadeia. Isso nos leva aos limites desse jogo de subordinação e autonomização das demandas particulares. A cadeia só pode existir na tensão instável entre esses dois extremos e se

desintegra caso um deles prevaleça sobre o outro. A unilateralidade do momento de subordinação transforma os significantes populares em entidades inoperantes, incapazes de servir como fundamento para as demandas democráticas. Por outro lado, a autonomização além de certo ponto leva a uma pura lógica de diferenças e ao colapso do campo de equivalência popular.

No entanto, afirma Laclau (2013), surge uma questão crucial quando a fronteira dicotômica, embora ainda presente, se torna imprecisa devido à ascensão do regime opressivo à hegemonia. Nesse cenário, ao tentar interromper a cadeia de equivalência do campo popular, o regime estabelece uma cadeia alternativa de equivalência, na qual algumas demandas populares são articuladas como elos completamente diferentes. Isso resulta em uma autonomia dos significantes populares que difere daquela que foi examinada anteriormente. Agora, o particularismo da demanda se torna autossuficiente e independente de qualquer articulação de equivalências, enquanto seu significado se torna indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências. Laclau denomina esses significantes de "flutuantes", cujo sentido fica suspenso entre diferentes contextos de significado.

Assim, observamos duas abordagens antagônicas na construção do povo como ator histórico. A forma como o significante de uma demanda será fixado depende do resultado de uma luta hegemônica. Durante períodos de crises orgânicas, quando o sistema simbólico precisa ser remodelado de forma radical, a dimensão flutuante torna-se mais visível. Portanto, embora as categorias de significantes "vazios" e "flutuantes" sejam diferentes em sua estrutura, ambas desempenham papéis essenciais nas operações hegemônicas. A presença de uma fronteira estável é central para os significantes vazios, enquanto os flutuantes buscam compreender a dinâmica dos deslocamentos dessa fronteira. Essas dimensões, embora distintas, se sobrepõem de maneira considerável e são cruciais em qualquer processo de construção hegemônica do "povo" (Laclau, 2013).

Laclau (2013) então explora a emergência do conceito de "povo" sob a influência de três variáveis: a articulação de relações de equivalência através de significantes vazios, os deslocamentos das fronteiras internas por meio da produção de significantes flutuantes e a presença de uma heterogeneidade constitutiva que desafia as recuperações dialéticas e destaca a centralidade da articulação política. O autor argumenta que há uma lacuna significativa entre a particularidade dos grupos que compõem uma comunidade e a noção de comunidade como um todo universal. Ele destaca que essa lacuna só pode ser superada hegemonicamente, quando

uma particularidade assume a representação de uma totalidade que transcende a própria particularidade. Ao lidar com identidades diferenciadas, Laclau ressalta a necessidade de determinar um “Todo” ou um “Universal” que agregue todas essas identidades em uma única luta. Ele argumenta que esse processo de totalização não pode ser realizado por meio de um centro Universal determinado a priori, mas sim através das próprias diferenças internas que compõem a luta universal.

O autor destaca que toda identidade social é constituída pela interação entre diferença e equivalência, mas também reconhece a existência de um desnível essencial no Social, onde a totalização exige que uma particularidade assuma a representação de uma totalidade impossível. Isso pode resultar na emergência de significantes privilegiados que condensam o significado de todo um campo antagônico. A identidade hegemônica, que surge como um denominador comum para todas outras identidades na cadeia de equivalências, emerge geralmente de uma demanda individual que adquire centralidade em determinado momento. Essa demanda particular, ao se tornar parte da cadeia de equivalência, transcende sua própria particularidade para representar a totalidade das demandas de equivalência. No entanto, essa representação universal não é estática; ela é transmitida a outros elos da cadeia, dividindo-os entre suas próprias demandas particulares e a significação popular proporcionada pela sua inserção na cadeia de equivalência. Essa dinâmica gera uma tensão, onde a força da demanda individual depende da sua inscrição na articulação de equivalência. Embora a identidade popular se torne mais extensiva ao representar uma variedade de demandas, ela se torna intensivamente mais pobre ao despojar-se de conteúdos particulares para abarcar demandas sociais heterogêneas (Laclau, 2013).

1.3.2 - Butler e a Teoria de Assembléia:

A crítica à universalidade e a ideia de um sujeito contingente tem perpassado o trabalho de Judith Butler ao longo dos anos. Várias das teorizações sobre gênero da autora (Butler; 2002, 2003, 2010) tem criticado os sujeitos universais dos movimentos feministas e LGBTQIA+ e proposto uma universalidade contingente para o gênero — crítica incorporada e encarnada no sujeito coletivo dos movimentos queer. No livro “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia” (2018), a ideia de um sujeito universal também está presente em seu pensamento. Porém, neste livro o pensamento da autora não se restringe apenas à questão de gênero, mas o expande para pensar as manifestações de rua e todos os

coletivos que venham a se envolver em protestos — especificamente, no nosso caso, a esquerda. O pensamento de Butler em sua totalidade seria de grande importância para pensarmos um sujeito universal contingente — principalmente o que está na base da Teoria Queer. Porém, este tópico se foca no “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia” por haver uma aí uma teoria (universal?) para a esquerda como um todo.

Em seu trabalho, Butler (2018) explora a interação entre corpos em contextos de protestos, assembleias, greves e vigílias. Sua tese central reside na ideia de que a ação coletiva pode ser uma forma corpórea de questionar conceitos políticos fundamentais, em específico a democracia e a soberania popular, incluindo a definição do “povo”. Butler (2018) ressalta o aspecto “corpóreo” desse fenômeno, em que o corpo não apenas ocupa o espaço público durante manifestações, mas também se torna o foco de reivindicações contra a precariedade generalizada. Manifestantes demandam comida, emprego digno, moradia, segurança para caminhar em público, igualdade no direito ao casamento e muito mais, todos relacionados de forma direta ao corpo. Segundo a autora, as formas de expressar a precariedade envolvem a ação dos corpos e a liberdade expressiva na assembleia pública. Essas manifestações podem ter diversos objetivos, como oposição a governos despóticos, nacionalismo, militarismo, injustiça econômica, desigualdade de direitos de cidadania e danos ecológicos.

O ponto central do argumento de Butler (2018) é que a ação pública não ocorre em um vácuo; ela é condicionada por circunstâncias que podem requerer a ação coletiva para criá-la ou mantê-la. A autora destaca as questões fundamentais sobre o que condiciona tais ações e como a ação coletiva e corpórea deve ser reconsiderada em um contexto histórico em que grupos precarizados buscam construir formas de ação que reivindicam as condições necessárias para sua existência. Butler (2018) retoma suas análises anteriores sobre gênero para explorar a relação entre performatividade, corpo e a esfera política, especialmente em contextos de manifestações de rua. Ela invoca a ideia do “direito de aparecer” de Hannah Arendt (1989) para abordar a falta desse direito nos espaços públicos. O direito de aparecer é algo que não é garantido às vidas precarizadas, incluindo minorias sexuais, de gênero e raciais. Muitas vezes, manifestações públicas surgem em busca do direito de aparecer e se manifestar. A autora argumenta que a política de gênero deve se aliar a outras populações que compartilham a característica de precarização, a fim de reivindicar o direito ao aparecimento, ou seja, o direito de ter direitos. Para compreender a luta pelos direitos das minorias sexuais como parte de um projeto democrático radical em busca de justiça social, é necessário reconhecer que a precariedade é uma característica compartilhada por outras populações que também se

manifestam nas ruas. Os direitos em disputa são diversos e não se limitam a uma identidade específica. A própria luta busca ampliar a noção de “nós” na luta.

Butler (2018) destaca que a precariedade pode resultar de uma série de fatores aleatórios, como desastres e doenças, e sua prevenção e tratamento podem ser mais eficazes para algumas populações ou regiões do que para outras, levando a uma distribuição desigual da precariedade. Assim, pessoas de baixa renda, negras, transgêneras e outras minorias são mais frequentemente afetadas pela precariedade e correm maior risco de violência. Coletivos compostos por essas populações, cujos direitos não são garantidos nos espaços públicos, formam um “povo” sem representação nas esferas políticas. São precisamente esses atores que dão corpo às manifestações públicas.

A autora também coloca em ênfase a relação entre o espaço arquitetônico e as manifestações de rua. Ela destaca que as manifestações com frequência ocorrem nas ruas, onde os corpos se reúnem, se movem e se expressam de forma coletiva, reivindicando um determinado espaço como público. Uma parte significativa dessas manifestações visa questionar e, às vezes, contestar a própria natureza pública do espaço. As ações coletivas transformam o espaço físico, animando a arquitetura local. Portanto, é relevante examinar como as assembleias e a expressão dos manifestantes reconfiguram a materialidade do espaço em disputa. Ela também aponta que a maneira como os manifestantes aparecem e o papel da mídia nesse processo são fundamentais. Quando as pessoas se manifestam em público, é essencial que suas ações sejam percebidas e registradas pelos sentidos. A cena das ruas adquire potência política quando uma versão visual e auditiva dela é comunicada aos espectadores. Nesse sentido, a mídia, seja ela a mídia tradicional ou alternativa, desempenha um papel crucial. Ela não apenas relata os eventos, mas também faz parte da própria ação. A mídia se torna um espaço estendido e replicável em suas dimensões audiovisuais. Embora a cena política ocorra em uma dada localidade, a mídia permite que espectadores distantes tenham algum tipo de acesso direto ao evento por meio das imagens e sons transmitidos. Butler destaca, assim, como a relação entre espaço arquitetônico e mídia é intrínseca às manifestações de rua, revelando como essas dimensões se entrelaçam na construção da ação coletiva e da visibilidade política. A materialidade do espaço e a representação midiática desempenham papéis interligados na formação e disseminação das manifestações públicas.

Butler (2018) explora as obrigações éticas que têm alcance global, independentemente da proximidade ou distância entre as partes envolvidas. Ela aborda a ontologia identitária das

alianças políticas e a importância da diversidade de grupos, discutindo uma "ética de coabitação" que molda a maneira como nos relacionamos com outros indivíduos e coletividades. Seu questionamento se centra na capacidade de responder de maneira ética ao sofrimento de pessoas distantes de nós e investiga o que possibilita esse encontro ético. Ela observa que quando pessoas se mobilizam contra eventos ocorridos em outra parte do mundo, algo novo e distinto ocorre. Surge uma forma de indignação que não depende de uma vivência compartilhada de forma local. São laços de solidariedade que transcendem barreiras geográficas e temporais, chegando a sujeitos que podem não compartilhar a mesma língua ou local de origem.

A autora desafia a ideia de que as obrigações éticas só podem existir em contextos de comunidades delimitadas por fronteiras geográficas, unidas por uma língua comum e uma identidade nacional. Esses vínculos éticos ultrapassam fronteiras, graças às traduções visuais e linguísticas. Butler (2018) argumenta que as obrigações éticas que ela descreve não se baseiam em consentimento ou comunitarismo. Sua tese é que as demandas éticas que surgem nos circuitos globais dependem de uma reversibilidade limitada entre proximidade e distância. Isso significa que, através da mídia e da representação visual, o sofrimento de pessoas distantes pode parecer mais próximo, enquanto o que está próximo pode parecer distante. Para Butler (2018), alguns vínculos éticos são formados precisamente por essa reversibilidade e pelo impasse que ela cria. Essas obrigações éticas são permeadas pela circulação de informações, criando conexões em diferentes momentos e permitindo que múltiplos sujeitos sejam afetados por essas obrigações de maneira abrangente. A capacidade de nos relacionarmos de forma ética com outros seres humanos, independentemente de sua localização geográfica, é um aspecto fundamental da ética da coabitação proposta por Butler.

A autora, então, propõe uma perspectiva inovadora sobre a vulnerabilidade corporal como uma forma de ativismo e resistência. Ela explora o caráter performativo do corpo em espaços públicos, considerando sua submissão ao coletivo e às tecnologias de comunicação. Butler (2018) destaca situações em que as alianças políticas não podem se manifestar por meio de assembleias de rua devido ao risco de intensa vigilância policial ou militar. Nessas circunstâncias, a vulnerabilidade corporal pode significar perigo, como o risco de prisão, violência ou morte. As alianças políticas se formam de maneira a minimizar a exposição enquanto buscam justiça. A autora argumenta que é crucial compreender a relação entre vulnerabilidade e ação política. Quando afirmamos que certos grupos são vulneráveis de

maneira diferenciada, na verdade, estamos dizendo que alguns são mais visados e mais afetados pela pobreza e violência.

Butler (2018) destaca que o ato de aparecer ativamente nas ruas muitas vezes envolve um risco deliberado de exposição. Portanto, mobilizar a vulnerabilidade, especialmente a vulnerabilidade de um grupo, não significa reduzir os indivíduos a "vidas desprotegidas". Em vez disso, é importante reconhecer que existe uma operação difusa de poder que lesa os corpos em várias situações, como nas ruas, celas, periferias urbanas ou nas fronteiras, resultando em um tipo específico de desamparo político. A autora argumenta que certas populações são consideradas suscetíveis à injúria e podem ser descartadas com base em políticas econômicas e militares. A vulnerabilidade, assim, pode ser usada para selecionar grupos como alvos de dizimação. Por outro lado, a noção de vulnerabilidade é assegurada por defensores dos direitos humanos que buscam proteger os grupos vulneráveis. Portanto, a vulnerabilidade desempenha um papel complexo na vida humana, pois pode tanto ameaçar certos sujeitos como motivá-los a se unirem em assembleias e “aparecerem” em público (Arendt, 1989) em busca de justiça e proteção contra sua situação de vulnerabilidade.

Butler (2018) explora o significado da liberdade de assembleia e a construção da noção de “povo” nas assembleias populares. Ela questiona em que sentido a liberdade de assembleia expressa a soberania popular e como a designação “o povo” funciona nesse contexto. A autora destaca que a construção da ideia de “nós, o povo” é um ato de fala proclamado por uma coletividade durante protestos. Esse ato de fala não descreve a pluralidade de sujeitos que representa, mas os reúne sob essa identidade coletiva. No entanto, a construção do povo através desse ato de fala é problemática, pois resulta na inclusão de alguns e na exclusão de outros. Ela argumenta que não podemos confiar apenas em traços ou imagens momentâneas para determinar quem compõe o “povo”. A categoria povo não se apresenta como uma entidade coletiva que fala em uníssono. Pelo contrário, é internamente dividida, surgindo de várias formas e sendo, ao mesmo tempo, unificada e dispersa. Portanto, “o povo” não delimita exatamente quem faz parte dele, pois sempre há algo além do grupo específico que se formou e que expressa o que todo povo deseja.

Para Butler (2018), a invocação discursiva do “nós, o povo” se relaciona com um povo cujas demandas e desejos ainda não estão completamente formados e conhecidos. Essa expressão inicia uma descrição mais ampla de ações e desejos, delineando o caminho para reivindicações políticas substanciais e representa a prontidão do grupo para se envolver em

questões políticas mais profundas e significativas. Portanto, a noção de “povo” nas assembleias populares é fluida e se adapta às demandas políticas em evolução.

Butler (2018) ressalta a importância do corpo nas ações políticas, destacando a dimensão performativa dos atos corpóreos. Ela argumenta que somos corpos precários e que precisamos de condições que permitam a organização coletiva para continuar a existir. Nesse contexto, a vulnerabilidade é um aspecto fundamental da forma como os corpos persistem socialmente. A vulnerabilidade dos corpos nos coloca no cerne de questões políticas mais amplas relacionadas à igualdade e à desigualdade, pois ela pode ser projetada, negada, explorada e manipulada na produção e naturalização das desigualdades sociais.

As manifestações de rua, de acordo com Butler (2018), envolvem corpos que compartilham a situação de precariedade, moldando o espaço físico e usando as mídias como palco. Elas criam laços éticos e de solidariedade entre sujeitos com diferentes línguas, mas que compartilham um ideal comum o que, em nosso entendimento, compõe um sujeito coletivo universal contingente para as manifestações. O objetivo das manifestações é legitimar a ocupação das ruas por sujeitos vulneráveis, mobilizando discursivamente “o povo” e articulando um projeto de vida que vai além do bem-estar econômico e material. As mídias — principalmente as mídias sociais de internet — desempenham um papel fundamental nas manifestações. Os embates discursivos travados online pelas/os militantes da rua ajudam a “trazer” a população para os atos de rua expondo o problema a ser combatido, as bandeiras e os confrontos enfrentados por eles.

1.3.3 - Žižek e a Reinvenção do Comunismo:

Repensar o sujeito de esquerda (e a própria esquerda em si) tem feito parte do projeto teórico de Žižek (2011, 2016) de forma mais sistemática e explícita. No livro “Em Defesa das Causas Perdidas”, o autor apresenta uma proposta teórica que visa reestabelecer as bases do comunismo contemporâneo. Já no livro “O Sujeito Incomodo”, ele discute o status do sujeito cartesiano na contemporaneidade. Os dois livros apresentam uma proposta de esquerda em que tanto a ideia de “classe trabalhadora” — o sujeito universal do marxismo — quanto a própria ideia de “econômico” como “determinação de última instância” são revistas tendo como pano de fundo outra noção de universalidade. Em uma época marcada pela divisão/diferenciação entre lutas por redistribuição e lutas por reconhecimento, a proposta de Žižek possibilita,

segundo nossa interpretação, uma nova compreensão da esquerda. Compreensão essa que, frente ao avanço do populismo de extrema direita, permite agregar lutas de classe e identitárias sob uma única bandeira sem que com isso se perca as especificidades de cada luta.

Žižek (2011) argumenta no livro “Em Defesa das Causas Perdidas” que as “grandes causas” se deparam com importantes desafios em uma era pós-moderna marcada pela pulverização ideológica. Nesse contexto, apesar de existir uma diversidade de posições em busca de hegemonia, um consenso se sobressai: a rejeição das grandes explicações e a necessidade de um “pensamento fraco”. No âmbito da política, propõe-se deixar de lado a busca por sistemas abrangentes e projetos globais emancipatórios, defendendo-se, como alternativa, formas específicas de resistência e intervenção. É exatamente contra esse argumento que o pensamento de Žižek (2011) se posiciona. No complexo mundo contemporâneo, há uma tentação em simplificar questões políticas complexas através de um gesto brusco que não passa de um ato impotente que tende a reproduzir a própria ideologia predominante.

Para o autor, no âmbito do senso comum, a opção mais frequente é o liberalismo conservador esclarecido. Este, ao mesmo tempo em que reconhece a inexistência de alternativas viáveis ao capitalismo, alerta para a ameaça que a dinâmica capitalista representa para seus próprios fundamentos. O capitalismo só pode prosperar em condições de estabilidade social e confiança simbólica, exigindo um forte aparato cultural e educacional. Contudo, Žižek (2011) argumenta, essa abordagem é considerada limitada. O autor propõe um salto de fé em ideais supostamente perdidos — a reinvenção do “comunismo” —, aceitando a insuficiência da sabedoria empírica cética em momentos de crise. A aposta é na verdade relacionada à posição de onde se fala, não na busca por uma verdade “objetiva”. Para Žižek (2011), é aqui que o marxismo e a psicanálise se destacam, pois os dois campos teóricos mantêm uma relação dialética entre teoria e prática, reconhecendo a tensão irreduzível entre ambas. Žižek (2011) argumenta que a análise dos fracassos dos regimes comunistas conduz à reflexão sobre a fidelidade e a necessidade de resgatar o seu potencial emancipatório sem cair na armadilha da nostalgia ou da adaptação excessiva às novas circunstâncias. Para ele, o retorno de filosofias aparentemente obsoletas evidencia a resistência a uma fácil alternativa democrático-liberal.

Segundo Žižek (2011), o que deveria estar relegado ao esquecimento, descartado e completamente desacreditado, ressurgiu de maneira vigorosa. A perplexidade diante desse ressurgimento é compreensível: como pode essa filosofia, amplamente condenada ao longo de décadas, renascer de maneira tão intensa? Uma perspectiva alternativa é proposta: as ideias

autênticas são perpétuas, reapresentando-se sempre que são consideradas mortas. A verdadeira intenção de Žižek (2011) por trás da “defesa das causas perdidas” não é a defesa do terror stalinista, mas sim problematizar a alternativa democrático-liberal aceita de forma fácil. Seu argumento central é que, apesar desses fenômenos serem considerados fracassos históricos, isso não representa toda a verdade. Em cada um deles, destaca-se um instante redentor que desaparece na rejeição democrático-liberal, sendo crucial isolarmos esse ponto.

É no diálogo estabelecido entre marxismo e psicanálise que o pensamento de Žižek (2011) coincide com a proposta antiessencialista de sujeito — e abre a possibilidade de se pensar um sujeito Universal Contingente para a esquerda contemporânea. Atualmente, precisamos entender que, se existe uma classe trabalhadora, essa classe trabalhadora nunca acontece em estado puro mas sempre é atravessada por diferentes marcadores de geração, religião, raça, gênero, sexualidade, origem e etc. O “antagonismo fundamental”, então, nunca se daria de maneira transparente. Assim sendo, a “situação revolucionária” em que todas as tensões sociais seriam simplificadas/reduzidas à luta de classes — no marxismo — não ocorre nunca pura, mas é sempre mediada por outros antagonismos, como os étnicos, religiosos, etc. (Žižek, 2011). Em diálogo com Laclau (2005), Žižek (2011) reconhece que “o que temos aqui é uma série de antagonismos que constroem (ou podem construir) uma cadeia de equivalências, ‘contaminando-se’ metaforicamente, e o antagonismo que surge como ‘central’ é o resultado contingente das lutas pela hegemonia” (Žižek, 2011, p. 289). Porém, ele argumenta, isso não significa que devemos abandonar o âmbito econômico, relegá-lo a segundo plano ou entendê-lo como mais uma variável entre muitas na análise antagonismos sociais.

Para Žižek (2011), a economia exerce seu papel de determinar a estrutura social em última instância, mas é preciso fazer a diferenciação entre o econômico “virtual”, como o ponto absoluto de referência do campo social, e o econômico em “sua realidade”, um dos elementos/subsistemas da totalidade social real. O *econômico virtual* não estaria *diretamente* presente como o agente causal real da dinâmica social; ele nunca é dado diretamente, mas designa uma virtualidade diferencial a ser interpretada sempre encoberta pelos meios que o concretizam. Ele é a causa ausente que circula entre os diversos campos sociais — econômica, política ideológica, jurídica — distribuindo-os em suas articulações específicas. É assim que, para Žižek (2011), devemos entender a noção marxista de “determinação de última instância” da economia. A instância sobredeterminante da economia seria uma causa distante nunca direta. Ela intervém nas lacunas da causalidade social direta (Žižek, 2011).

A economia se inscreve na própria tradução da luta política na luta cultural-popular-identitária e essa transposição nunca é direta, mas é sempre deslocada (Žižek, 2011). É dessa forma que a extrema direita, por exemplo, entende as lutas por direitos sexuais, contra o racismo e pela legalização da maconha — entre outras — sob o guarda-chuva genérico de comunista/socialista e toma a defesa do capitalismo como uma defesa dos valores cristãos tradicionais e morais da sociedade. Ainda tomando a emergência da extrema direita⁵ como exemplo, é a partir dessa lógica de pensamento que podemos entender a ascensão da extrema-direita não apenas como a expressão da luta de classes ou como uma afronta aos direitos identitários (de negras/os, LGBTQIAP+, mulheres, indígenas, ambientalistas, e etc.), mas como ambos simultaneamente. Mais do que isso, o que essa crise parece deixar nítido é que a própria diferenciação entre lutas de classe e lutas identitárias é infrutífera dos pontos de vista político e acadêmico.

Ao assumir os vários atravessamentos que constroem a “classe trabalhadora” e postular a existência de um “econômico virtual”, Žižek (2011) formula uma noção de “reinvenção do comunismo” muito alinhada à sua proposta de universalidade apresentada em seu diálogo com Laclau (2000) e Butler (2000). Ao congregar uma série de demandas sob a sua designação, “classe trabalhadora” se torna um significante flutuante capaz de articular o campo de esquerda em torno de um sujeito universal. Este não seria estabelecido em uma “identidade” de sujeito específica e aberto à lutas hegemônicas para a entrada de novos sujeitos que se oponham a um adversário comum — no caso, o sistema capitalista de produção.

Em “Sujeito Incômodo”, Žižek (2016) propõe uma reflexão crítica sobre o sujeito universal na política a partir do pensamento dos autores Badiou, Balibar e Rancière. Embora reconheça os avanços desses pensadores em relação ao ponto de partida althusseriano, enfatizando seu mérito por transcenderem Althusser sem se submeterem a perspectiva pós-moderna ou desconstrucionista, Žižek (2016) argumenta que todos eles caem na armadilha da política “marginalista”. Essa abordagem, segundo o autor, baseia-se na aceitação da lógica das explosões momentâneas de politização radical vistas como “impossíveis” e carregam as sementes de seu próprio colapso ao se defrontarem com a Ordem existente. Um traço comum nas obras dos três autores identificado por Žižek (2016) foi a redução do sujeito ao processo de subjetivação. Rancière, por exemplo, se foca no processo pelo qual uma “parcela dos sem-parcela” se envolve em disputas por direitos. Já Badiou destaca a participação apoiada na fidelidade ao “Acontecimento-Verdade”. Balibar, por sua vez, concentra seu interesse em um

⁵ Abordaremos o bolsonarismo e a extrema direita com mais detalhes no capítulo 02.

ator político que insiste em sua reivindicação “impossível” de igualdade e liberdade contra qualquer ordem positiva que pretenda concretizá-la.

É importante destacar que, para Žižek (2016), a subjetivação defendida por estes autores é o momento em que o vazio ontológico transforma-se em algo tangível, desencadeando um abalo na ordem estabelecida do Ser, da estrutura da Sociedade e da política enquanto dispositivo de controle. Segundo o autor, é necessário compreender a relação entre a redução do sujeito à subjetivação e a maneira como a base teórica destes autores se sustenta na oposição entre duas lógicas básicas. Para Rancière são a polícia e a política. Em Badiou, Ser e Acontecimento-Verdade. E, em Balibar, a ordem universal imaginária versus a égaliberté. Em cada um dos três casos, o segundo aspecto é caracteristicamente político, estabelecendo uma ruptura na ordem positiva do Ser, onde uma situação se faz “politizada” quando uma demanda particular assume a posição de representante para o Universal impossível (Žižek, 2016).

Se voltando à Laclau, Žižek (2016) afirma que a relação entre o universal e o particular é contingente e política, já que o universal só é aplicável por meio de uma ruptura no particular, em que um elemento particular assume o papel de substituto para o universal ausente. A política, portanto, aparece da produção de significantes vazios que refletem a impossibilidade estrutural da sociedade. Assim, a lacuna entre os significantes comuns e o Significante-Mestre vazio constituem o espaço político. A disputa pela hegemonia política e ideológica, segundo Žižek (2016), seria um confronto pelos termos que são entendidos como “apolíticos”, mas que vão além das divisões políticas (Žižek, 2016).

Žižek (2016) faz uma associação entre a concepção de Laclau sobre a universalidade ideológica como vazia — onde distintos conteúdos particulares competem pela hegemonia — com a ideia marxista da universalidade ideológica como “falsa”, privilegiando um interesse particular. Tanto uma perspectiva quanto a outra evidenciam a lacuna entre o Universal e o Particular, embora de modos distintos. O exemplo dos direitos humanos ilustra bem essa lacuna. Enquanto uma análise marxista pode revelar como os direitos humanos são moldados ideologicamente para servir aos interesses burgueses, Laclau argumenta que a relação entre o conceito vazio de direitos humanos e seu conteúdo particular é contingente, permitindo que diferentes grupos redefinam o próprio conceito através de suas lutas políticas. Nesse sentido, toda universalidade ideológica dá origem a um elemento particular que a subverte, como o sintoma que mina o próprio Universal ao qual serve de exemplo (Žižek, 2016).

Žižek (2016) propõe que consideremos não apenas dois, mas três níveis de universalidade. No primeiro nível temos o Universal vazio (como o ideia abstrata de direitos humanos). No segundo nível, temos o conteúdo particular que hegemoniza esse Universal vazio (“os direitos humanos são, na verdade, os direitos de proprietários privados homens e brancos de realizar livremente suas trocas no mercado, explorar trabalhadores e mulheres e exercer a dominação política...”). E, no terceiro nível, temos o indivíduo, que atua como um excesso sintomático que desestabiliza esse conteúdo hegemônico (as lutas em torno da ampliação dos direitos humanos — direitos humanos de mulheres, indígenas e etc.). Essa análise mostra como o indivíduo expressa a unidade dialética entre o Universal e o Particular. Ele testemunha o vazio existente entre os dois, mostrando que o Universal sempre é “falso” em sua concretização, sendo hegemonizado por um conteúdo particular que pressupõe diversas exclusões (Žižek, 2016).

O gesto político da esquerda seria, então, desafiar a ordem universal concreta existente em prol de seu sintoma, daquilo que não possui “lugar próprio” em sua estrutura, como os imigrantes ilegais ou os sem-teto. Essa postura de identificar-se com o sintoma é diferente da denúncia da universalidade objetiva como falsa. Vincular a universalidade com o ponto de exclusão — como afirmar que “somos todos trabalhadores imigrantes” — seria, segundo Žižek (2016), mais proveitoso tanto teórica quanto politicamente. Em uma sociedade hierárquica, a universalidade genuína é determinada pelo modo como as partes se relacionam com aqueles que estão “na base”, excluídos por todos os outros. Segundo Žižek (2016), o universalismo de esquerda não busca retornar a um conceito universal neutro, como uma noção abstrata de humanidade. Em vez disso, diz de um universal que surge em um elemento particular estruturalmente deslocado, “fora dos gonzo”, representando sua dimensão universal dentro de uma sociedade dada (Žižek, 2016).

1.3.4 - Mouffe e a Estratégia Populista de Esquerda:

Nos livros “Por um Populismo de Esquerda” (2019) e, posteriormente, “Towards a Green Democratic Revolution: Left Populism and the Power of Affects” (2022), Chantal Mouffe apresenta um projeto político para a esquerda que, em nossa interpretação, configura uma proposta por excelência do Universal Contingente. Analisando a situação atual na Europa Ocidental, Mouffe (2019) argumenta que estamos vivenciando um “momento populista” que representa resistências contra a condição pós-democrática resultante de três décadas de domínio

neoliberal. Este domínio se encontra atualmente em crise, criando a oportunidade para uma nova formação hegemônica. A natureza dessa formação, se mais autoritária ou democrática, dependerá da articulação dessas resistências e da política que enfrentará o neoliberalismo. A oportunidade para instaurar ações contra-hegemônicas afim de se superar o consenso pós-político demanda o desenvolvimento de uma fronteira política e, segundo a estratégia populista de esquerda, essa fronteira precisa ser estabelecida de maneira “populista”, opondo o “povo” à “oligarquia”. Esse confronto envolve a articulação de diversas demandas democráticas formando um “povo” que Mouffe (2019) destaca como uma construção discursiva. Essa ideia de “povo”, para a autora, não é um referente empírico ou uma categoria sociológica, mas uma formação proveniente de uma “cadeia de equivalência” entre demandas heterogêneas, unidas pelo alinhamento com uma visão democrática radical de cidadania e pelo confronto à oligarquia, forças que impossibilitam a concretização do projeto democrático.

Mouffe (2019, 2022) enfatiza que a estratégia populista de esquerda visa estabelecer um sujeito coletivo capaz de desencadear uma ação política para implementar uma nova hegemonia no âmbito do sistema democrático-liberal. Formação essa que precisa promover os fundamentos para a recuperação e aprofundamento da democracia, embora os padrões desse processo possam variar conforme os contextos nacionais. Segundo a autora, esta é a proposta de uma abordagem específica para a formação da fronteira política, não um programa político completo. Movimentos ou partidos que escolham essa estratégia podem adotar rumos diversos, não necessariamente sendo identificados como “esquerda populista”. O termo é usado no nível analítico para referir-se a eles.

Para Mouffe (2019), ao reconhecer que o populismo pode ser uma estratégia política com vistas a fortalecer a democracia, é possível reconsiderar o termo, atribuindo-lhe uma conotação positiva na conjuntura atual. Em um contexto pós-democrático, quando a reconstrução e a radicalização da democracia estão em pauta, o populismo ressalta a dimensão essencial do “demos” na democracia, desafiando a visão pós-política que a associa ao consenso. Mouffe (2022) argumenta que a esquerda necessita de reconfigurar o “povo” de um modo não essencialista, construindo a “cadeia de equivalência” e focando na dominação, exploração e discriminação. A autora aponta como os populistas de direita foram capazes de configurar o “povo” de formas excludentes, valendo-se de emoções a seu favor e engajando os cidadãos. A esquerda deve adotar a mesma estratégia agora, porém, de maneira inclusiva e emancipatória.

Segundo a autora, o populismo admite a necessidade de considerarmos a diversidade de reivindicações em vez de limitar o sujeito coletivo somente a partir da noção de “classe”. No lugar de considerar o momento populista somente como um risco à democracia, é crucial compreender como ele possibilita também a sua radicalização. Usufruir dessa oportunidade exige admitir que a política é inerentemente partidária e que ela demanda o estabelecimento de uma fronteira entre o “nós” e o “eles”. Somente recuperando o caráter agonístico da democracia é que podemos mobilizar afetos e estabelecer uma vontade coletiva no rumo de uma ampliação dos valores democráticos (Mouffe, 2019).

Ao abordar o cerne de sua proposta de um “Populismo de Esquerda”, Mouffe (2019) destaca o desafio da esquerda durante a redação de “Hegemonia e Estratégia Socialista”. Naquela época, era imperativo reconhecer as reivindicações dos “Novos Movimentos Sociais” e integrá-las às demandas clássicas dos trabalhadores. Atualmente, segundo a autora, o reconhecimento e a legitimação dessas exigências progrediram, e agora é possível argumentar que a situação se inverteu: as demandas da “classe trabalhadora” é que são negligenciadas. A proposta teórica de Mouffe (2019) destaca que o desafio de uma estratégia populista de esquerda seria reafirmar a importância da “questão social” considerando-se a crescente dispersão e heterogeneidade dos “trabalhadores”, bem como a singularidade de diversas reivindicações democráticas. A construção de “um povo” em torno de um programa que trate modalidades variadas de subordinação relacionadas à exploração, dominação ou discriminação é crucial.

Mouffe (2019) afirma que, entre as críticas à estratégia populista de esquerda, alguns argumentam que agrupar as demandas democráticas na construção de “um povo” poderia resultar em um sujeito homogêneo anulando, assim, a pluralidade. Ela refuta essas objeções, enfatizando que a estratégia populista está fundamentada em uma perspectiva antiessencialista. O povo, em sua proposta, não parte de um ponto de referência empírico, mas de uma formação política discursiva que não existe anteriormente à sua articulação e a criação de uma vontade coletiva através de uma cadeia de equivalência não produz um sujeito homogêneo, mas mantém ativas as diferenças democráticas.

Mouffe (2019) recorre a Gramsci, destacando a relevância do domínio cultural no desenvolvimento e disseminação do senso comum que regula uma interpretação específica de realidade. Compreender o senso comum como efeito de uma articulação discursiva torna possível perceber como é possível transformá-lo por meio de ações contra-hegemônicas.

Enfatizando o papel crucial das práticas artísticas e culturais na luta hegemônica, Mouffe (2018) afirma que essas práticas podem exercer um papel essencial na formação de novas formas de subjetividade, pois, ao lançar mão de recursos que provocam reações emocionais, podemos alcançar as pessoas no nível afetivo. Isso ressalta a enorme capacidade da arte em fazer com que percebamos as coisas de formas diferentes e enxerguemos novas alternativas.

Mouffe (2019) argumenta que a sociedade é moldada por práticas hegemônicas, cuja finalidade é instaurar uma ordem em um cenário contingente. Essas práticas são consideradas “sedimentadas” uma vez que escondem o ato inicial de sua implantação política contingente, sendo interpretadas como evidentes. Toda organização social é uma articulação transitória e instável dessas práticas, buscando criar uma ordem em meio à contingência. As práticas hegemônicas são aquelas que articulam uma ordem específica e fixam o sentido das instituições sociais, expressando uma configuração particular de relações de poder sem um fundamento racional último. Mouffe (2019) destaca que o que se apresenta como uma ordem natural não reflete uma objetividade mais profunda, independente das práticas que a originaram. Todo sistema social é passível de desafio por práticas contra-hegemônicas que buscam desestabilizá-lo para implantar uma nova forma de hegemonia.

A autora recorre à teoria psicanalítica freudiana para desafiar a visão essencializada do sujeito, argumentando que a personalidade não é organizada em torno da transparência de um ego, mas estruturada em níveis fora da consciência. A psicanálise reforça uma abordagem antiessencialista ao afirmar que não existem identidades essenciais, apenas formas de identificação, destacando que a história do sujeito é sobre suas identificações, sem uma identidade encoberta a ser trazida de volta. A perspectiva antiessencialista ressalta que todo ator social é moldado por um conjunto de “posições discursivas” que nunca podem ser inteiramente fixadas em um sistema fechado de diferenças. Esse agente é construído por meio de diversos discursos, sem uma relação necessária, mas com um constante movimento de sobredeterminação e deslocamento. A “identidade” desse sujeito é, portanto, sempre contingente, precária e temporariamente fixada na intersecção desses discursos, dependendo de formas específicas de identificação.

1.4 – CONCLUSÃO.

Nosso objetivo com este debate é reconsiderar a relevância da noção de Universalidade para as configurações das lutas dos movimentos sociais para o século XXI, focando em novas formas de cooperação entre os coletivos. Isso nos faria reconsiderar a ideia de Identidade Coletiva, deslocando a construção da solidariedade das ações coletivas, que antes se baseavam nas identidades dos indivíduos envolvidos, para um “Nós” contingente, sempre aberto a novas categorias. Se, por um lado, as teorias tradicionais da emancipação sustentam certa homogeneidade dos atores a serem emancipados, por outro lado perspectivas pós-modernas são caracterizadas pela diversidade de demandas dos sujeitos sociais.

Concordamos com a ideia de que, principalmente devido ao ressurgimento do populismo de extrema direita, o cenário político brasileiro dos últimos dez trouxe à tona questões importantes sobre a validade da pluralidade de lutas em contraste com as lutas universais. Essa reflexão nos leva a considerar a possibilidade de articular políticas e sujeitos universais dentro dos movimentos sociais contemporâneos, como discutido pelos autores do livro “Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary dialogues on the left”. Butler (2000), Laclau (2000) e Žižek (2000), apesar das diferenças, estão de acordo que a noção de Universalidade ainda é importante para interpretar a política democrática radical e a ação dos movimentos sociais, sobretudo considerando-se o caráter incompleto das identidades. Essa discussão levanta o desafio de construir alianças políticas que não dependam de identidades específicas, destacando a importância de uma identidade coletiva sem se limitar a uma identidade única e fechada.

O conceito de hegemonia, conforme formulado por Laclau e Mouffe (2015), é essencial para entendermos como a ideia de um sujeito universal pode ser concebida. Através de uma disputa hegemônica, uma identidade particular pode ser elevada ao status de universal. Laclau e Mouffe (2015) analisam, como discutido no início deste capítulo, as transformações políticas da esquerda no final do século XX, argumentando que as mudanças históricas desafiaram os conceitos tradicionais de análise política e o papel das lutas sociais. Eles propõem a hegemonia como uma lógica central para compreender as lutas contemporâneas, criticando a visão tradicional do socialismo focado exclusivamente na classe trabalhadora. Os autores enfatizam a importância da articulação política em contextos marcados por antagonismos para a construção da hegemonia.

O diálogo de Butler (2000), Laclau (2000) e Žižek (2000), abordado no segundo tópico, permite-nos considerar a possibilidade de uma identidade emancipatória universal mediada pela

política, como propõe Laclau (2000), e a importância de questionar as normas tradicionais de universalidade, conforme apontado por Butler (2000). Žižek (2000) acrescenta à discussão ao explorar a relação entre universalidade e contingência histórica, destacando a importância da luta política na construção da hegemonia.

No terceiro tópico, analisamos em outras obras dos quatro autores discutidos como a ideia de universalidade contingente está presente. “A Razão Populista”, de Ernesto Laclau, foi a primeira obra apresentada. Em vez de considerar a vagueza e indeterminação do populismo como falhas, Laclau (2013) vê essas características como aspectos inerentes à realidade social. Laclau (2013) destaca a importância do discurso na construção da objetividade, o papel central dos significantes vazios na formação de identidades e a função da retórica na articulação política do “povo”.

“Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia”, de Judith Butler (2018), é a segunda obra apresentada. Nela, Butler (2018) examina como os corpos em protestos, greves e vigílias podem desafiar conceitos políticos essenciais, como democracia e soberania popular. A autora enfatiza o papel do corpo nessas ações que não apenas ocupa o espaço público, mas também expressa reivindicações. Butler (2018) analisa a construção discursiva do “povo” nas assembleias populares destacando sua fluidez e adaptação às demandas políticas em mudança.

Sobre o filósofo Slavoj Žižek, discutimos dois livros em que a ideia de “Universal” é abordada. Em “Em Defesa das Causas Perdidas” e “O Sujeito Incômodo” (Žižek, 2011, 2016), Žižek pretende estabelecer as bases para a reinvenção do comunismo e repensar o sujeito de esquerda na atualidade. Ele destaca a importância do diálogo entre marxismo e psicanálise para entender as tensões sociais contemporâneas, defendendo uma noção de sujeito universal contingente que reconhece a complexidade das identidades sociais.

Finalmente, no livro “Por Um Populismo de Esquerda”, Chantal Mouffe (2019) propõe que o populismo de esquerda pode ser uma alternativa eficaz para reforçar a democracia e resolver a situação pós-política. Ela propõe a construção de um sujeito coletivo que possa desafiar o neoliberalismo e criar uma nova hegemonia democrática, mobilizando afetos e articulando diversas demandas democráticas em torno de uma visão radical de cidadania o que, em nossa visão, se alinha a uma concepção “Universal” de sujeito.

A divisão entre lutas por redistribuição e lutas por reconhecimento têm sido comum, no final do século XX e início do século XXI, nos campos de estudos sobre ações coletivas. No entanto, com a ascensão do projeto liberal-fascista, surgiu uma nova perspectiva sobre esse debate. A utilização de formas de desrespeito, como homofobia, racismo e machismo, para implementar um projeto ultraliberal-conservador de retirada de direitos da classe trabalhadora mostrou como o sistema capitalista depende de estruturas sociais excludentes para se manter. Embora a divisão entre lutas de classe e lutas identitárias tenha sido importante para a afirmação de grupos antes invisibilizados, essa diferenciação agora parece ser contraproducente e politicamente ineficaz. Além disso, os militantes ultraliberais-conservadores veem tanto as lutas por redistribuição quanto as lutas por reconhecimento como inimigos, chamando-as genericamente de “comunistas”.

No capítulo 02, nossa análise se concentrará no contexto político brasileiro que mencionamos, especificamente as Jornadas de Junho de 2013 e a ascensão da extrema direita. Durante as Jornadas de Junho de 2013, a esquerda brasileira — tanto de classe quanto identitária — se uniu em torno de objetivos comuns. O surgimento da extrema direita no Brasil reconfigurou o conceito de “Eles” — as lógicas de opressão e exclusão contra as quais a esquerda se opõe — criando um “adversário” comum para as lutas por redistribuição e reconhecimento. Nosso objetivo com o capítulo 02 é não apenas descrever o atual contexto político da esquerda brasileira, mas também mostrar como, por meio de disputas hegemônicas, esses dois eventos permitiram a articulação de sujeitos “universais” (tanto de esquerda quanto de direita) nos últimos anos.

Capítulo 02 — Contexto Político Contemporâneo

O argumento que defendemos nesta tese é o de que, se em um primeiro momento os movimentos sociais do final do século XX tiveram que se afirmar como identitários como uma estratégia para alcançar legitimidade política, nas primeiras duas décadas do século XXI o cenário político brasileiro mudou e outras forças políticas entraram em cena forçando a esquerda a ter que se rearticular frente ao novo contexto. Mas, quais foram as mudanças no contexto político brasileiro e exigem dos militantes e pesquisadores novas chaves analíticas? Argumentamos que as Jornadas de Junho de 2013 e a emergência da extrema direita causaram uma mudança significativa no cenário político brasileiro, a tal ponto de exigir-se da esquerda outra forma de articular seus militantes.

Este capítulo desempenha um papel fundamental em duas frentes distintas, cada uma contribuindo para uma compreensão mais profunda do surgimento de sujeitos coletivos universais no cenário político brasileiro atual. Em primeiro lugar, serve como uma espécie de fundação para entendermos o contexto político contemporâneo do Brasil, fornecendo um panorama abrangente das condições sociais, econômicas e culturais que moldaram e influenciaram as dinâmicas políticas atuais. Esse entendimento é crucial para contextualizar os eventos e as tendências que caracterizam a política brasileira nos dias de hoje, desde o surgimento de movimentos sociais ultraliberais até a ascensão de líderes políticos de extrema direita. Por outro lado, o capítulo também se propõe a destacar situações específicas na política atual em que sujeitos universais foram concebidos e implementados na prática.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram um ponto de virada na política brasileira contemporânea, influenciadas por movimentos globais como a Primavera Árabe e o Occupy. Originadas com o Movimento Passe Livre em São Paulo, as manifestações rapidamente se expandiram, abrangendo uma gama diversificada de demandas, desde questões relacionadas ao transporte público até insatisfações com a corrupção e a classe política. A análise desse evento destaca a emergência de um novo sujeito coletivo que desafia as concepções tradicionais de identidade coletiva ancoradas em categorias fixas como classe, raça ou gênero. Ao mesmo tempo, as Jornadas questionam a dicotomia entre movimentos identitários e de classe, reunindo demandas por reconhecimento e redistribuição. A dispersão das demandas após junho de 2013

possibilitou a rearticulação política, culminando em diferentes polarizações políticas, incluindo o surgimento do populismo bolsonarista.

No contexto brasileiro contemporâneo, a ascensão de movimentos sociais ultraliberais e a crise da democracia se entrelaçam, culminando na eleição do presidente Jair Bolsonaro. Este fenômeno é impulsionado por uma série de fatores, incluindo o distanciamento temporal do período de redemocratização e a disseminação de uma onda conservadora, marcada pela rejeição à "ideologia de gênero" e às políticas de redistribuição de renda promovidas por governos de esquerda na América Latina. A extrema direita, capitalizando o descontentamento com as instituições da democracia representativa, renova suas estratégias de ação, alinhando-se com uma defesa radical do livre mercado e combatendo políticas de bem-estar social e pensamento de esquerda. A crise democrática no Brasil, que tem como marcos eventos como as jornadas de junho de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff, articula-se com uma crise mundial do capitalismo, enquanto discursos anti-gênero permeiam o cenário político, fortalecendo os setores religiosos e conservadores. A eleição de Bolsonaro é interpretada como a emergência de um populismo autoritário, que encontra respaldo em uma parte significativa da população descontente com a situação política e econômica do país, buscando impor um projeto político sobre a democracia.

2.1 - JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E OS PROTESTOS MULTITUDINÁRIOS:

As duas primeiras décadas do século XXI foram testemunhas do ressurgimento de uma onda de protestos em todo o mundo. Explosões repentinas de engajamento que foram recebidas por pesquisadoras/es e militantes como sinais de mudanças estruturais. A ocupação de praças e ruas, as assembleias horizontais nas cidades, a grande quantidade de imagens e narrativas nas redes sociais e as multidões marchando pelas avenidas demonstraram insatisfações e críticas à ordem estabelecida em países como Egito, EUA, Espanha, Turquia, Brasil e Chile. Esses movimentos compartilhavam formas de luta notavelmente semelhantes e uma conscientização mútua de solidariedade, culminando em uma onda global de mobilizações e protestos sociais (Carneiro, 2012; Žižek, 2012, Safatle, 2012; Almeida, 2013; Gohn, 2014; Gohn, 2016; Pereira e Santos, 2016; Mendonça, 2017; Mendonça et al, 2019; Mendonça e Domingues, 2022). O epicentro desse despertar ocorreu no norte da África, resultando na queda de ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Esse fervor se estendeu pela Europa, manifestando-se em ocupações e greves na Espanha e Grécia, bem como em revoltas nos subúrbios de Londres e, a

partir de Wall Street, se espalhou por todos os Estados Unidos. Em todos esses países, prevaleceu uma forma comum de ação: a ocupação de praças, a utilização de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que rejeitavam os espaços institucionais tradicionais (Carneiro, 2012).

O cenário objetivo subjacente a esses eventos foram as crises social, econômica e financeira persistente desde 2008, resultando no aumento do desemprego e na carestia de gêneros alimentares. Assim como aponta Carneiro (2012), estes protestos possuíram uma essência dionisíaca, uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração. Estes jovens perceberam esse processo como um despertar coletivo propagado não apenas pela mídia tradicional, mas também por meio das redes sociais da internet assumindo a forma de uma disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (Carneiro, 2012; Almeida, 2013). Diversos pensadores críticos (Carneiro, 2012; Žižek, 2012; Safatle, 2012; Almeida, 2013; Gohn, 2014; Gohn, 2016; Pereira e Santos, 2016; Mendonça, 2017; Mendonça et al, 2019; Mendonça e Domingues, 2022) têm se dedicado a analisar e interpretar os significados desse novo cenário, em alguns casos com textos redigidos no calor dos acontecimentos.

A análise de Žižek (2012) sobre os acontecimentos de 2011 argumenta que, após abandonar o denominado “essencialismo da luta de classes” em favor da pluralidade das lutas anti-racistas, feministas, entre outras, a esquerda ocidental viu nos protesto o capitalismo global emergir como o nome do problema a ser enfrentado. Para o autor, os protestos criaram um vazio no campo da ideologia hegemônica o qual será necessário algum tempo para preenchê-lo adequadamente, dado que se trata de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro novo. Segundo ele, a razão pela qual os manifestantes saíram às ruas é que estão cansados de medidas paliativas que apenas amenizam os graves problemas causados pelo capitalismo sem os resolver de fato.

Žižek (2012) argumenta que hoje não faltam anticapitalistas e testemunhamos uma abundância de críticas aos horrores do capitalismo. No entanto, segundo ele, existe uma armadilha para toda essa abundância de críticas: uma regra não questionada delas, tão cruel quanto possa parecer, é a moldura liberal democrática da luta contra esses excessos. O objetivo destas críticas anticapitalistas, explícito ou implícito, seria democratizar o capitalismo, estender o controle democrático para a economia por meio da pressão da mídia, inquéritos parlamentares, leis mais severas, investigações policiais honestas, etc. Jamais, porém,

questionar a moldura institucional democrática do estado de direito burguês e essa continua sendo a “vaca sagrada” na qual mesmo as formas mais radicais desse “anticapitalismo ético” não se atrevem a tocar. É aqui que, segundo Žižek (2012), o pensamento de Marx permanece válido. Para Marx, Žižek (2012) argumenta, a questão da liberdade não deveria ser localizada particularmente na esfera política propriamente dita. A chave para a verdadeira liberdade, em vez disso, reside na rede apolítica de relações sociais, desde o mercado até a família, em que a mudança necessária, se quisermos melhoria efetiva, não é a reforma política, mas a transformação nas relações sociais apolíticas de produção. Em tais procedimentos democráticos (que, é claro, podem ter um papel positivo), não importa quão radical seja nosso anticapitalismo, busca-se a solução na aplicação dos mecanismos democráticos, os quais, não podemos esquecer, são parte do aparato estatal burguês que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista.

2.1.1 – Jornadas de Junho de 2013

No Brasil, a onda de protestos da década de 2010 veio encarnada nas Jornadas de Junho de 2013. No lastro de grandes manifestações como a Primavera Árabe, os Indignados e o Occupy, em Junho de 2013 estourou um ciclo de manifestações que, compartilhando das táticas e performances destas manifestações, tomaram as ruas das capitais brasileiras (Gohn, 2014; Gohn, 2016; Pereira e Santos, 2016; Mendonça, 2017; Mendonça et al, 2019; Mendonça e Domingues, 2022; Galvão e Tatagiba, 2023; Mendonça e Simões, 2023; Pinto, 2023; Alonso, 2023). Inicialmente puxadas pelo Movimento Passe Livre e motivadas pelo aumento das passagens na cidade de São Paulo, as Jornadas de Junho de 2013 logo cresceram e agregaram uma infinidade de demandas como o fim da corrupção, a melhoria da saúde e educação, além de uma profunda insatisfação com a classe política levando milhares de pessoas às ruas de todo país (Gohn, 2014; Gohn, 2016; Pereira e Santos, 2016; Mendonça, 2017; Mendonça et al, 2019; Mendonça e Domingues, 2021). À medida em que as multidões se juntaram às manifestações, as demandas se expandiram ainda mais passando a ser, genericamente, “contra tudo” além da denúncia em relação à violência policial recorrente nos protestos (Gohn, 2014).

Como apontam Mendonça et al (2019), as Jornadas de Junho, se em um momento inicial contestavam o preço das passagens do transporte público e demandavam a sua melhoria, posteriormente levaram a lutas simbólicas e à emergência de significados conflitantes. Enquanto o Movimento Passe Livre defendia a causa do transporte público como a principal

motivação das manifestações, outros grupos — como O Gigante Acordou — disputavam o significado das Jornadas e tentavam ampliar a agenda dos protestos (Mendonça et al, 2019).

À medida em que os protestos se espalhavam, o Movimento Passe Livre — um movimento progressista de esquerda não alinhado a nenhum partido político — logo se deu conta da possibilidade de mudança de agenda. Uma grande parcela dos manifestantes que aderiram aos protestos logo percebeu ali uma forma de contestar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e denunciar publicamente os casos de corrupção muito visíveis na mídia à época. Porém, não era de interesse do MPL se vincular ao discurso antipartidário difuso que se instalava. Se as demandas relativas ao transporte público do MPL foram mobilizadas como o estopim que desencadeou a onda de protestos, em pouco tempo diversos setores da sociedade encontraram ali a oportunidade de expressar publicamente suas insatisfações com a situação da política brasileira.

A metáfora da “gota d’água” foi usada para afirmar que o que desencadeou os protestos não foi sua causa real. Foi simplesmente a “última gota” que fez transbordar a indignação do país. Muitas postagens publicadas na página da OGA [O Gigante Acordou] mostram as ruas repletas de manifestantes, argumentando que o país finalmente percebeu a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção e o interesse próprio de quem está no poder e despertou (Mendonça et al, 2019, p. 13).

Como Mendonça e Simões (2023) apontam, a sequência de protestos de 2013 é um “acontecimento” que requer uma análise cuidadosa a partir de uma gama de pontos de vista, sendo que o mês de junho deste ano desempenha um papel crucial na política contemporânea brasileira. Porém, trata-se de um fato complexo, de caráter fluido, capaz de ajustar-se em diferentes contextos. O autor e autora afirmam que a sua complexidade, magnitude e seus desdobramentos não devem ser interpretadas de maneira precipitada (Mendonça e Simões, 2023).

Procurando compreender com maior precisão essa complexidade, os autores sugerem interpretar as manifestações de junho de 2013 como um “acontecimento”, o que nos permite revelar as repercussões fundamentais na maneira como analisamos o fenômeno, conferimos significado a ele e refletimos sobre suas variadas inserções em diferentes enigmas. O valor investigativo da ideia de acontecimento está em sua habilidade de reconhecer o caráter mutável do elemento em análise, assim como as forças que influenciam suas mudanças, sem ancorá-lo em uma forma definida. O uso da abordagem do “acontecimento” para analisar junho de 2013 traz, segundo Mendonça e Simões (2023), pelo menos quatro vantagens. A primeira delas seria destacar a capacidade interpretativa do fenômeno; a segunda vantagem seria tratar o processo

histórico em toda a sua complexidade; evidenciar as contestações políticas que atravessam as consequências do fenômeno seria a terceira vantagem; e, por fim, questionar a perspectiva de que os agentes/sujeitos antecedem as ações.

Para entender os impactos reais das manifestações nas abordagens analíticas e na maneira como os indivíduos vivenciam e interpretam o mundo, os autores defendem que é necessário compreendê-las como uma ruptura, dado que junho de 2013 representa um ponto de virada crucial na política brasileira contemporânea. A perspectiva analítica do “acontecimento” destaca como os agentes sociais não antecedem suas ações, mas são moldados por elas, contrastando com abordagens que buscam explicar o fenômeno pela reconstituição dos agentes que o teriam originado e impulsionado. Assim, podemos considerar junho de 2013 como um “acontecimento” que não apenas resulta de ações pré-existentes, mas que também influencia os agentes, deslocando-os e modificando de maneira mais profunda o campo da disputa política. Este “acontecimento” não é apenas uma simples junção de agentes que o antecedem, mas um episódio que os desloca, retira-os de suas posições estabelecidas e os compele em novas direções (Mendonça e Simões, 2023).

Mendonça e Simões (2023) argumentam que a noção do acontecimento não pretende fornecer uma narrativa única e ampla sobre o que realmente foi aquele fenômeno histórico, pois ela se concentra em examinar como ocorrem as disputas políticas para caracterizar esse “realmente”. As disputas políticas são relevantes porque movem passados e futuros ao mesmo tempo, impactam os agentes sociais e possibilitam o surgimento de novas formas de subjetividade política. Embora a noção de acontecimento frequentemente seja usada para criar desconexões em relação ao passado, estas não devem ser vistas como uma eliminação do passado em si. A perspectiva do acontecimento oferece uma visão detalhada e sofisticada para entender fenômenos sociais, sem limitá-los a “fatos” que seriam entendidos pela exposição dos processos que os teriam gerado.

A perspectiva do acontecimento visa entender como as disputas sobre o passado influenciam os processos políticos pelos quais os agentes e seus futuros são remodelados, em vez de revelar um passado supostamente autêntico. Interpretar junho de 2013 como “acontecimento” envolve, segundo os autores, considerar sua dimensão disruptiva, seu potencial interpretativo para esclarecer nossa realidade, as narrativas divergentes sobre suas causas e os horizontes de possibilidade que ele revela. Encarar junho de 2013 desta forma exige

entender como os agentes envolvidos são impactados por ele e se transformam, ao mesmo tempo em que lutam para direcioná-lo em várias direções (Mendonça e Simões, 2023).

Alonso (2023) examina os protestos de junho de 2013 caracterizando o evento como uma manifestação da “política de rua” ao longo das administrações do PT. Alonso (2023) trata das tensões decorrentes entre três correntes ideológicas: o neossocialista, o autonomista (ambos à esquerda) e o nacionalista (à direita). A autora sustenta que os governos do PT não foram capazes atender plenamente às reivindicações dos movimentos sociais de esquerda, nem conter as pressões conservadoras, levando a uma insatisfação generalizada (Alonso, 2023).

A autora aponta três principais áreas de tensão durante esse período. A primeira diz sobre a redistribuição de terras e riqueza, encontrando oposição de setores empresariais e do agronegócio. A segunda área foca na moralidade individual e coletiva, tratando de questões como aborto, sexualidade e corrupção, o que instiga defensores da família tradicional e grupos evangélicos. A terceira área de tensão aborda a legitimidade da violência estatal, interpelando a ação da polícia e a forma de lidar com os crimes da ditadura militar. Alonso (2023) sustenta que as reações a essas transformações, que não corresponderam totalmente às expectativas dos movimentos de esquerda, alimentaram uma crescente resistência da direita (Alonso, 2023).

Alonso (2023) afirma que as manifestações de junho de 2013 foram a consequência de tensões reunidas ao longo das administrações de Lula, explodindo na gestão de Dilma Rousseff. Essas manifestações, inicialmente dispersas, transformaram-se em um ciclo de mobilizações com diversas pautas, como reflexo do desagrado com as políticas do PT. De acordo com Alonso (2023), Lula, em um primeiro momento considerado como um líder próximo aos movimentos sociais, encontrou dificuldades quando essas lideranças começaram a assumir cargos no governo, não conseguindo implementar totalmente suas pautas. Esse panorama criou oportunidades para novos participantes nas ruas, com o PT abrindo mão de suas pautas históricas, o que descontentou tanto a base à esquerda quanto os conservadores. A autora indica que o PT, ao perceber a crescente mobilização, tentou reagir com acordos e políticas de emergência, mas a dinâmica já havia se alterado. A alteração do foco do debate para a corrupção e a resposta inadequada do PT possibilitaram o crescimento do campo patriótico, enquanto os movimentos de esquerda tiveram sua capacidade de mobilização reduzida (Alonso, 2023).

A interpretação de Galvão e Tatagiba (2023) sobre o ciclo de protestos de 2013 oferece uma análise teórica relevante que, segundo nossa compreensão, está alinhada com as formulações de Žižek (2000, 2011, 2012) acerca da política de esquerda atual. As autoras

destacam as contradições do capitalismo para elucidar os conflitos. No entanto, isso é feito sem aderir a uma visão essencialista do sujeito de classe e admitindo os diversos marcadores sociais que constituem esse sujeito. Em outras palavras e nos termos da nossa leitura sobre a esquerda contemporânea, a partir de um sujeito “Universal Contingente” de esquerda. A análise das autoras revela que, enquanto as Jornadas de Junho de 2013 possibilitaram às esquerdas se organizarem em torno de um “Nós”, ao mesmo tempo levantaram bandeiras que também permitiram à extrema direita, nos anos seguintes a 2013, se organizar em torno de um “Nós” — ou um “Eles” quando visto a partir da perspectiva da esquerda.

Galvão e Tatagiba (2023) analisam as jornadas de junho por meio de uma abordagem que procura integrar política e economia para entender o contexto em que os protestos emergiram, além de ressaltar como a classe e outros aspectos de identidade, como raça e gênero, se articulam ou não na formação dos participantes do protesto. As autoras sustentam que, no contexto brasileiro, a amplificação dos protestos desde 2012 é, em parte, consequência do acirramento do conflito distributivo relacionado à tentativa do governo de Dilma Rousseff em expandir o “ensaio desenvolvimentista”. A abordagem escolhida pelas autoras segue o caminho iniciado por alguns pesquisadores de movimentos sociais que, em especial após a crise financeira global de 2008, interrogam como as alterações no capitalismo neoliberal influenciam a formação de atores coletivos, sua habilidade de gerar novas demandas e os repertórios de ação.

Embora existam alguns sinais de que adversidades econômicas — como elevado desemprego e baixo crescimento — possam se relacionar ao surgimento de movimentos sociais específicos, a variação nos resultados é considerável. Os impactos negativos do neoliberalismo nas relações de trabalho transcendem os limites da empresa, resultando em conflitos diversos. As autoras argumentam que, ao interagir com outros pontos de vista teóricos, o marxismo reconhece que o conceito de classe não é suficiente para abranger as diversas formas que a resistência social pode assumir, apesar de ele seja essencial para compreender os conflitos sociais. Aceitar a relevância da contradição entre capital e trabalho não significa limitar os conflitos à esfera econômica ou à oposição direta entre classes. A análise sobre a divisão sexual e étnica do trabalho e o debate sobre a interseccionalidade das relações entre gênero, raça e classe destacam a natureza complexa da identidade. Essa abordagem integrada dos protestos possibilita pensar sobre o que é comum entre movimentos sociais e lutas diferentes em termos geográficos e temáticos. Os protestos não se restringem a enfrentar a comercialização de direitos, pois nem todos são igualmente impactados pela crise, e os protestos não agrupam um

conjunto uniforme de vítimas que resistem ao neoliberalismo pelos mesmos motivos (Galvão e Tatagiba, 2023).

Galvão e Tatagiba (2023) sublinham a importância do conceito de classe e de seus conflitos, mesmo admitindo que as divisões de classe, por si só, não provocam conflitos, nem bastam para explicar as variadas formas que a resistência social assume nas sociedades capitalistas. As autoras sustentam que a lugar na estrutura produtiva e o impacto da ideologia meritocrática, que valida as posições na divisão social do trabalho, são fatores decisivos. Assumindo uma visão relacional e não essencialista de classes, elas argumentam que estas não podem ser entendidas de maneira automática, como meros reflexos do econômico.

O acirramento do conflito distributivo durante uma crise — como a crise financeira global de 2008 ou as crises financeira e política no Brasil de 2015 — afeta diretamente a dinâmica dessa crise. Isso gera efeitos no campo político e nos benefícios concedidos a indivíduos e empresas incapazes de prosperar por mérito próprio, recorrendo assim a medidas antiéticas ou ilegais. Este discurso, baseado na ideologia meritocrática, destaca a equidade de oportunidades, a necessidade de igualdade de condições e o cumprimento das normas estabelecidas, desconfiando de qualquer política de ação afirmativa ou incentivo à produção, argumentando que estas criam vantagens indevidas e corrompem a competição justa. Percebe-se, neste contexto, tanto na onda global de manifestações quanto no caso brasileiro uma apropriação da bandeira de combate à corrupção por grupos conservadores, que buscam deslegitimar as políticas de bem-estar social, suscitando a austeridade como solução para a crise. De modo paradoxal, esse tema, empregado em um primeiro momento para criticar as políticas de combate à desigualdade social do PT, foi assimilado pelas camadas populares, demonstrando sua capacidade de ser interpretado como um interesse compartilhado por diferentes grupos sociais (Galvão e Tatagiba, 2023).

Segundo as autoras, as decisões dos governos petistas para responder à crise global acentuaram o conflito distributivo entre as classes pelo controle da renda e do orçamento público. Isso amplificou as insatisfações com o governo, particularmente no que se diz às políticas sociais. Essas contrariedades não resultam diretamente da degradação dos indicadores macroeconômicos, mas estão de certa forma relacionadas a ela, tendo em perspectiva os sinais de diminuição do dinamismo econômico desde o ano de 2011 (Galvão e Tatagiba, 2023).

No cenário brasileiro, marcado por uma economia dependente de capital estrangeiro e subalterna na divisão internacional do trabalho, os efeitos das políticas implementadas pelos

países centrais com vistas à recuperação após a crise de 2008 se fazem sentir no país. A coação por parte das empresas exigindo cortes de custos e afrouxamento das regras trabalhistas levou à adoção de modos precários de contratação e a medidas que visam reduzir direitos, promovendo alternativas ao emprego formal, como a prestação de serviços e o empreendedorismo. Na contramão da tendência global, as políticas desenvolvimentistas do governo Lula permitiram uma rápida recuperação econômica. A continuidade da valorização do salário mínimo em meio a crise e o crescimento da participação dos salários no PIB entre 2009 e 2013 distinguem o Brasil de outros países, onde medidas neoliberais são habituais em períodos de crise (Galvão e Tatagiba, 2023).

No entanto, as novas modalidades de contratação e gestão da força de trabalho culminaram em cortes de cargos de supervisão e na geração de vínculos ocupacionais mais precários, tocando até mesmo trabalhadores mais qualificados. A expansão do crédito às famílias e o crescimento do consumo provocaram inflação nos serviços prestados por trabalhadores com menos qualificação, afetando aqueles com salários que crescem de forma mais lenta, principalmente os que se encontram na parte intermediária da pirâmide social. Diante desse panorama, o governo de Dilma Rousseff fortaleceu as políticas desenvolvimentistas, respondendo às necessidades do setor produtivo. Porém, partes da burguesia e das classes médias manifestaram descontentamento com as políticas sociais e a intervenção estatal na economia, incentivando uma “guerra ideológica” favorável à redução dos gastos públicos e do aumento dos juros para enfrentar a inflação (Galvão e Tatagiba, 2023).

A resposta do governo às reivindicações dos manifestantes em 2013, alocando royalties do petróleo para educação e saúde, foi acolhida de maneira distinta de acordo com a divisão de classes. Para além de perceberem seu prestígio social ameaçado, as classes médias se defrontaram com suas oportunidades de mobilidade social reduzidas pelos benefícios concedidos a grupos considerados sem mérito. O desaquecimento econômico e a redução na mobilidade social impactaram as perspectivas e comportamentos políticos a partir de 2013. Questões de corrupção e impostos receberam ênfase nos protestos após 2013, criando oportunidades políticas para grupos opositores. O combate à corrupção converteu-se em um componente associado ao conflito distributivo, empregando um discurso que torna equivalente os benefícios estatais a suborno e desvio de recursos públicos. Baseado na ideologia meritocrática, esse discurso coloca em xeque as políticas de ação afirmativa e estímulo à produção, visando deslegitimar as políticas de bem-estar social e favorecer a austeridade como solução para a crise (Galvão e Tatagiba, 2023).

2.1.2 - Universalidade e Contingência nas Jornadas de Junho de 2013

As Jornadas de Junho de 2013 abriram espaço para que uma pluralidade de demandas fossem colocadas publicamente, inclusive demandas de setores da direita e da extrema direita (Mendonça e Domingues, 2022). Independentemente da demanda ou do espectro ideológico a qual os demandantes se alinhavam, o Estado brasileiro foi o principal alvo da indignação dos manifestantes. Seja apontando as insuficiências das políticas públicas de transporte, educação e saúde, denunciando a corrupção da classe política ou acusando o excesso de violência policial em uma manifestação democrática, o Estado foi o principal interlocutor e objeto dos protestos (Mendonça e Domingues, 2022).

É como se, simultaneamente, fosse apontada a incapacidade de o Estado resolver questões e fosse demandado que ele o fizesse, por meio da expressão da ira contra tudo o que está aí, o que acaba por revelar, ao mesmo tempo, potência e impotência; agência e frustração (Mendonça e Domingues, 2022, p. 12).

Junho de 2013 foi um “acontecimento” de grande interesse para a nossa análise uma vez que, ao tentarmos traçar o sujeito coletivo dessas ações coletivas, logo percebemos a insuficiência das concepções que fundamentam a identidade coletiva na identidade individual. As análises do sujeito coletivo das Jornadas mostram como não é possível localizar uma identidade de sujeito à frente das manifestações colocando em xeque a noção de luta identitária bem como a divisão “Lutas por Redistribuição” e “Lutas por Reconhecimento” — uma vez que várias das demandas dos manifestantes se encaixam nessas duas categorias de luta e outras tantas não se alinhavam a nenhuma destas. As Jornadas de Junho de 2013 foram um acontecimento ideal que nos possibilitou discutir empiricamente o debate sobre a possibilidade de construção de um sujeito Universal para as ações coletivas atualmente.

Importante ressaltar que a construção de um sujeito universal contingente não implica a inexistência de relações conflitivas no interior do “Nós” sendo concebido. Sarmento, Reis e Mendonça (2017) investigaram os conflitos de gênero presentes nas assembleias populares das Jornadas de Junho de 2013 e as estratégias adotadas para lidar com eles. A análise das autoras e autores mostrou a existência de lógicas de violência de gênero dentro de movimentos considerados emancipatórios. No entanto, também apontou para o potencial transformador desses conflitos, que desafiam os coletivos a reavaliarem suas práticas ao longo de suas jornadas

de luta. Ao ter que lidar com as lógicas de violência no interior do movimento, as/os militantes são obrigada/os a repensar “Nós” como um todo.

Para Gohn (2016), as Jornadas de Junho de 2013 colocaram em debate o problema de como explicar esta nova conjuntura de ações coletivas, se pela ação dos sujeitos — identidades coletivas organizadas em grupos ou indivíduos isolados — ou pelas estruturas dos sistemas política e/ou econômica vigentes. Para a autora, é através da articulação dos dois caminhos que conseguimos formular uma explicação eficiente. Gohn (2016) argumenta que, a partir das Jornadas de Junho de 2013, “novíssimos atores entraram em cena e mudaram o panorama das manifestações no Brasil” (Gohn, 2016, p. 129) e que estas manifestações integram uma “nova forma de movimento social”. Essa “nova forma de movimento social” é, para a autora, diferente dos movimentos operários, sindicais e agrários clássicos bem como dos chamados novos movimentos sociais da segunda metade do século XX organizados em torno do reconhecimento das identidades. Segundo Gohn (2016), encontrar eixos identitários ou unidade nas manifestações é impossível, uma vez que são blocos heterogêneos internamente

Para Gohn (2016), “multidão” — em contraposição à “povo” e “massa” — é a categoria que melhor descreve os sujeitos nos protestos de Junho de 2013. Por ser uma identidade temporária “que esgota sua significação e sua função na fração de tempo em que se manifestam nas ruas e no modo como se expressa” (Gohn, 2016, p. 131), não ser o sujeito de classe, nem de raça e não estar confinado nas categorias fixas de identidade das teorias das ações coletivas é que multidão se tornou o sujeito das Jornadas de Junho de 2013 e o novo sujeito da sociedade brasileira (Gohn, 2016).

Para fins da nossa exposição em tela, discordamos de três argumentos específicos apresentados por Gohn (2016). O primeiro é o que afirma que as Jornadas de Junho de 2013 foram protagonizadas por “novíssimos sujeitos políticos”; o segundo diz da impossibilidade de traçar uma identidade coletiva para o evento; e o terceiro se relaciona à categoria que melhor descreve os sujeitos das manifestações — “multidão” em contraposição à “povo”.

Nosso argumento, de forma geral, é que os sujeitos que estiveram à frente dos protestos em Junho de 2013 foram os mesmo sujeitos políticos de sempre — de classe, raça, gênero, etc. —, mas organizados em torno de uma identidade coletiva diferente; que é sim possível delimitar uma identidade coletiva para o movimento, porém uma identidade coletiva descolada de qualquer identidade individual prévia; e que “povo” é o significante que organiza as demandas heterogêneas dos manifestantes em uma identidade coletiva universal e contingente. Para isso,

voltaremos ao debate de Laclau (2000), Butler (2000) e Žižek (2000) sobre universalidade e contingência e recorreremos ao pensamento de Laclau (2013) sobre a construção do “povo” como categoria política do populismo. Nosso objetivo é apresentar como os fenômenos políticos das primeiras décadas do século provocaram um deslocamento no entendimento da identidade coletiva na direção da construção de um sujeito universal, porém sem tornar o conceito obsoleto.

Em relação à questão da novidade dos sujeitos no protesto, a própria Gohn (2016) aponta como muitos movimentos sociais já estabelecidos à algum tempo integraram as manifestações de 2013. Marcha das Vadias, Marcha da Maconha, Movimentos LGBTQIA+, feministas e negros, entre outros levaram as suas pautas para as ruas em junho de 2013. Em muitos estados, sindicatos e movimentos sociais tradicionais colaboraram para tornar as Jornadas de Junho de 2013 um gigantesco evento político. O próprio Movimento Passe Livre não nasceu em junho de 2013, mas se organizou anos antes e protestava pela melhoria do transporte nos moldes dos clássicos “Novos Movimentos Sociais”. A novidade aqui, é que todos estes grupos não se encerravam unicamente em suas pautas, mas as articulavam como um grande todo com as outras demandas das ruas (Gohn, 2016). Muitos desses sujeitos em cena afirmam como sua experiência prévia de militância foi importante para que as manifestações de junho de 2013 acontecessem (Mendonça e Figueiredo, 2019).

Esse fato deixa explícito para nós como que a novidade de junho de 2013 não estava nos sujeitos que foram às ruas. Nas Jornadas de Junho de 2013 não tivemos “novos” sujeitos protestando, mas sim os clássicos sujeitos dos movimentos sociais organizados de uma “nova” forma — articulando diferentes demandas em uma única mobilização. Isso não quer dizer que não houve novos sujeitos nas ruas em 2013. Estudos mostram como as Jornadas de Junho de 2013 serviram de terreno para que sujeitos coletivos de direita e extrema direita, até então não presentes nas ruas, se organizassem e trouxessem para público as suas demandas (Gohn, 2016; Mendonça e Domingues, 2022). Porém, e apesar da semente plantada para o florescimento da extrema direita ser importante para a nossa análise assim como veremos mais adiante, esses novos sujeitos não eram a hegemonia dos protestos e ainda eram muito incipientes em 2013.

Se em 2013 a novidade não estava nos sujeitos, mas na forma como os sujeitos de sempre se organizaram, como, então, os sujeitos dos clássicos movimentos sociais se articularam? O que, especificamente, há de novo na forma como os movimentos sociais se organizaram em 2013? Este ponto nos leva à nossa segunda discordância com Gohn (2016), da

possibilidade de delimitarmos uma identidade coletiva para as manifestações. Em contraponto à afirmação de que não é possível determinar uma identidade coletiva para as Jornadas de Junho de 2013, defendemos que as manifestações de 2013 foram marcadas por um sujeito coletivo que não estava ancorado em nenhuma identidade particular — de classe, raça, gênero ou orientação sexual —, mas sim um sujeito coletivo universal, contingente e aberto a uma diversidade de particularidades sociais.

Para entender o sujeito coletivo das Jornadas de Junho de 2013, precisamos abandonar as concepções teóricas que tomam o sujeito como constituído *a priori* ou um efeito da política e compreendê-los como meio de manifestação corpóreo da prática da política. Ou seja, os processos de construção identitária envolvem tentativas de encaixe e, para nós, se tornam teoricamente significativos os momentos em que os desencaixes explicitam a desarticulação do todo e alteram a configuração do jogo (Marques e Mendonça, 2018).

As grandes manifestações do início do século XXI constituíram uma forma de “Nós” ambivalente e polifônico (Mendonça, 2017). As Jornadas de Junho de 2013 são desestabilizantes, já que não se estruturam em formas estabelecidas e localizáveis de identificação e qualquer tentativa de verificar uma identidade coletiva para este evento deve entendê-la como instável, heterogênea e plural (Mendonça, 2017; Marques e Mendonça, 2018). “Sua novidade e potência desestabilizadora residem no fato de emergirem novos processos de subjetivação em que se questionam os lugares sociológicos pré-moldados para a ocupação daqueles sujeitos” (Marques e Mendonça, 2018, p. 51). Apesar de muitos dos grupos e coletivos que integraram as manifestações se organizarem em torno de fatores como gênero, orientação sexual e raça, nenhuma dessas características foi ampla o suficiente para definir a coletividade (Mendonça, 2017).

Laclau (2000, 2013) afirma que só podemos falar na emergência da identidade do “povo” quando temos uma série de demandas heterogêneas que se homogeneizam dentro de uma cadeia de equivalências. Para o autor, há um abismo intransponível entre a particularidade dos grupos que integram a comunidade como um todo, concebida como a totalidade universal. Esse abismo só pode ser mediado hegemonicamente por meio de uma particularidade que, em certo momento, assume a representação de uma totalidade que vai além da própria particularidade em si. Porém, para que essa operação seja possível, a força hegemônica tem de apresentar sua particularidade como encarnação da universalidade vazia que a extrapola. A demanda particular, então, se torna um significante vazio para que ela possa fazer as vezes de

demanda universal que dá sentido a toda a cadeia de demandas particulares (Laclau, 2000; 2013).

Assim, não é que existe uma particularidade que simplesmente ocupe um lugar vazio, mas uma particularidade que, através de uma luta hegemônica, conseguiu tornar-se um significante vazio da comunidade e apresenta reivindicações legítimas para ocupar aquele lugar (Laclau, 2013, p. 247).

A construção de equivalência entre as diferentes demandas tende a conferir estabilidade a elas em um único discurso coerente, mas também limita a sua autonomia, pois ela passa a operar por meio de critérios estratégicos organizados em torno da cadeia como um todo (Laclau, 2013). A heterogeneidade das narrativas de atores individuais e coletivos na base das manifestações de junho de 2013 apontaram para a ausência de um único processo de identificação e a força deste evento está justamente na possibilidade de diversos sujeitos se enxergarem como agentes do todo (Mendonça, 2017). Porém, isso não significa uma fragmentação total e dispersa do evento, mas há sim uma coerência que atravessa cada narrativa que compõe os protestos. O que se evidenciou é que o todo das Jornadas de Junho de 2013 se alinhou justamente pela possibilidade das muitas apropriações do que foram as manifestações (Mendonça e Figueiredo, 2019). Marchar juntos pelas ruas protestando contra as insuficiências do Estado — cada um com a sua demanda particular — foi algo que excedeu as percepções individuais e estabeleceu o processo coletivo (Mendonça, 2017).

No sentido proposto por Laclau (2000, 2013), as Jornadas de Junho de 2013 agregaram uma diversidade de demandas particulares e heterogêneas — melhoria do transporte público, políticas públicas eficientes, fim da corrupção, etc. — que construíram uma lógica de equivalência entre elas e se estabilizaram em um discurso coerente ao se direcionarem contra o Estado e suas forças políticas. Todas essas demandas se articularam em torno de um significante vazio que se hegemonizou servindo de elo entre elas e possibilitou a delimitação de sujeito coletivo universal e contingente.

Se houve um sujeito coletivo universalizado em torno de um significante vazio nas ruas durante junho 2013, cabe aqui nos questionar que sujeito é esse. Qual significante melhor descreve a identidade coletiva das Jornadas de Junho de 2013? Essa questão nos leva a nossa terceira discordância com Gohn (2016), a de que “povo”, em contraposição à “multidão”, é a melhor categoria para descrever os manifestantes de junho de 2013.

Para Butler (2018), a construção da ideia de “nós, o povo” é antes de tudo um ato de fala anunciado por uma coletividade no momento de um protesto. Como um ato de fala, “nós, o

povo” é, segundo ela, um enunciado que não descreve a pluralidade de sujeitos ao qual nomeia, mas que reúne este grupo. A construção do “povo” através deste ato é em si problemática já que isso resultará na inclusão discursiva dos que fazem parte do “povo” e, da mesma forma, na exclusão de quem não faz (Butler, 2018). Como a designação “o povo” trabalha por meio de uma delimitação que representa termos de inclusão e exclusão, Butler (2018) afirma que não podemos simplesmente confiar em traços e/ou imagens momentâneas para confirmar um número de corpos que constituem o povo.

Isso quer dizer que a categoria “povo” nunca se apresenta como uma existência coletiva que fala em coro. Quem quer que seja, “o povo” está dividido internamente, surgindo de formas diversas e em alguma medida tanto reunido quanto disperso. Assim, “o povo” não delimita com exatidão o que constitui o povo já que sempre há algo para além do grupo particular que se formou e apareceu falando sobre o que todo “povo” quer. Para Butler (2018), a invocação discursiva deste “nós, o povo” concerne a um povo em que as demandas e desejos ainda não estão completamente formados e conhecidos. “Nós, o povo” inicia uma descrição mais ampla de atos e desejos. Ele delineia o caminho para um grupo específico de afirmações e expressa a nossa prontidão para as reivindicações políticas substantivas indicando a disposição do grupo para se envolver em questões políticas mais profundas e significativas. Assim, a concepção de “povo” nas assembleias populares é fluida e se ajusta às demandas políticas em constante evolução (Butler, 2018). Em suma, “o povo” não é, para Butler (2018), uma representação estatística ou eleitoral de todo o povo que compõe a nação, mas são aqueles que, em certo sentido, reivindicam “ser” o povo nas ruas.

Para Laclau (2013), a grande questão é como que o povo se torna um sujeito político como efeito da ação política. Não há um povo antes da política, mas ele é resultado de um conjunto de ações que se desenrolam no próprio fazer da política. O autor relaciona as lógicas da diferença e da equivalência como movimentos que produzem o sujeito político “povo”. A lógica da equivalência é o movimento de articulação entre diferentes demandas que acontece através da relação entre elas em torno de um significante vazio que alcança seu significado por meio do processo de nomeação. Já a lógica da diferença é caracterizada por uma particularidade não relacionada com outras particularidades e que pode ou não ser abarcada dentro de um sistema social (Prado e Marques, 2021). “O povo” para Laclau (2013) seria exatamente esse significante vazio em que há suspensão do seu significado e que articula as diferentes demandas. Assim, “o povo” não se refere a um conteúdo ontológico dado de antemão e pode designar uma série heterogênea de sujeitos organizados dentro do sistema social.

Como afirmado anteriormente, a pluralidade foi um traço definidor do “Nós” compartilhado nas manifestações de 2013. Houve nestes protestos uma sobreposição de reivindicações distintas que criou o terreno comum (Mendonça, 2017). É nesse sentido que afirmamos que em 2013 “o povo brasileiro” — o significante vazio que unificou a heterogeneidade de sujeitos, pluralidade de reivindicações e diferenças ideológicas — foi às ruas orientados contra o poder estatal.

As Jornadas de Junho de 2013 — bem como as outras manifestações multitudinárias ao redor do globo no mesmo período — foi um acontecimento em que pudemos verificar, nos termos do debate entre Laclau (2000), Butler (2000) e Žižek (2000), a materialização de uma identidade coletiva universal e contingente que questiona a lógica das identidades fixas e coerentes que serviam de base para a leitura dos Novos Movimentos Sociais da década de 1960. Questiona também a dicotomia movimentos identitário/movimentos de classe uma vez que o sujeito coletivo das Jornadas de Junho de 2013 congregou em si “demandas por reconhecimento” e “demandas por redistribuição” ao mesmo tempo em que superou ambas lógicas de demandas.

Entretanto, precisamos trazer à cena a leitura “pós-estruturalista” de junho 2023 feita por Pinto (2023). Mobilizando o mesmo campo teórico que nós, a autora chega a conclusões que — se em um primeiro momento contesta a nossa interpretação — com uma análise mais detalhada de sua interpretação podemos ampliar e complexificar a nossa interpretação da presença de um sujeito Universal Contingente nas mobilizações de junho de 2013.

A fim de analisar a onda de protestos de junho de 2013 sob uma perspectiva pós-estruturalista, Pinto (2023) se volta ao diálogo entre Butler (2000), Laclau (2000) e Žižek (2000) a fim de reconsiderar a insuficiência do sujeito de “classe” como agente da emancipação e, assim, retomar a ideia de sujeito universal para compreender os diversos deslocamentos dos sujeitos nos protestos. Sob essa perspectiva, a autora examina os regimes de verdade que organizam os discursos sobre a democracia brasileira. A autora argumenta que, a partir do pressuposto de que o agente central para a mudança seria o proletariado, o marxismo enfrenta um limite regular quando as lutas políticas não se alinham com seus princípios, principalmente quando a luta de classes não se desenvolve conforme previsto em primeiro lugar. Isso não significa desconsiderar a constituição de universais que dão sentido a períodos históricos, mas sim reconhecer a provisória natureza desses universais, que estão sempre ameaçados em sua existência dado a sua própria procura por um fechamento definitivo (Pinto, 2023).

As últimas décadas do século XX e os dois primeiros decênios do século XXI presenciou a multiplicação de lutas por direitos e por mudanças radicais nas relações de poder. Entre estas, temos as lutas feministas, contra o racismo, pelos direitos da população LGBTQIA+, dos refugiados de guerras e da fome, pelos animais e pela preservação do meio ambiente, entre outras.

A autora afirma que não se deve conferir mecanicamente a responsabilidade pelo estado das lutas políticas — ou seja, pela ausência do sujeito de classe nas lutas sociais e políticas — a esse conjunto de lutas. Mesmo levando-se em consideração que a presença desse sujeito conseguiria barrar o crescimento da direita, faltam garantias de sua efetivação dado à ausência de outros sujeitos, frequentemente pejorativamente denominados como “identitários”. Um dos motivos desse erro está na falta de compreensão da capacidade de construir equivalências entre a pluralidade de lutas e a possibilidade de reconstruir um universal mais inclusivo, mesmo que provisório e apto a estabelecer relações antagônicas com o capitalismo (Pinto, 2023).

No entanto, como Pinto (2023) argumenta, afirmar a não essencialização dos sujeitos e não fixidez dos universais e que não há um “a priori” em nenhuma luta e em seus resultados não é o mesmo que dizer que qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento. A contingência não é uma vivência a ser experimentada, mas uma circunstância da percepção humana limitada por sua historicidade, fatores de surgimento e pelo conhecimento de cada época. Em síntese, a noção de contingência emerge a partir da ruptura com o essencial, sugerindo que, se nenhum elemento é intrínseco, qualquer coisa pode ser contingente (Butler, 2000). Analisando as manifestações de Junho de 2013, Pinto (2023) argumenta não ser possível delimitar um motivo fundamental que esclareça a razão pela qual as pessoas foram às ruas. A tese de que, em outras épocas, tais circunstâncias estavam vigentes e os protestos não aconteceram é pertinente, pois esses eventos não podem ser entendidos sob uma visão de causalidade. Não foram o MPL ou o aumento das passagens que provocaram os protestos da maneira como ocorreram, mas a junção desses fatos com um colapso em curso da narrativa governamental que tinha formado a vivência democrática brasileira (Pinto, 2023).

Segundo Pinto (2023), a declaração da característica contingencial do discurso não sugere distanciá-lo do real ou contrapor-se a ele, mas afirmar que o real só pode se manifestar através do discurso. Nesse sentido, não há uma existência precedente do real. De acordo com a pesquisadora, a ideia relaciona-se com o sistema de veracidade de Foucault, que destaca a abordagem da realidade em cada comunidade, abrangendo as categorias de narrativas

reconhecidas como verdadeiras, os métodos para diferenciar afirmações verdadeiras ou falsas, e as práticas para alcançar a veracidade. A ruptura do regime de verdade de uma formação discursiva não é simples, pois cada período possui suas verdades. A autora afirma que desde 1968, por exemplo, o Brasil experimentou protestos que agruparam os grupos mais jovens à esquerda em busca da democracia ou promovendo candidatos do PT ao cargo de presidente. Ao longo das últimas décadas, houve uma ampliação constante dos significados da democracia com as batalhas por direitos manifestadas nas ações coletivas (Pinto, 2023).

Os eventos de 2013 apresentaram uma retórica única em relação ao cenário político brasileiro atual. Distinguindo-se do padrão de comunicação coeso de protesto, essa demonstração se distinguiu por um conjunto de fragmentos discursivos. Estes fragmentos apareceram às vezes por meio de declarações resumidas, outras vezes mediante coletivos formados nas mídias sociais, e também originaram-se de ações sociais e, mesmo que indiretamente, de agremiações políticas e federações sindicais. Durante as manifestações, ocorreu a junção desses fragmentos discursivos, mostrando direções, mas os atores mais eficientes nessas ações foram aqueles que estavam fora dos protestos, especificamente os principais meios de comunicação televisiva e as autoridades policiais. Os canais de TV discutiram temas em torno de duas figuras opostas: o auto-intitulado “cidadão de bem” e seu oponente, o “vândalo fora da lei”. O entendimento de que o sujeito se realiza no discurso e o reconhecimento de uma grande fragmentação discursiva levam à verificação de diversos sujeitos, cada um portador apenas de seu próprio interesse. Contudo, o sujeito “cidadão de bem”, formado através da abordagem comunicacional, mostra-se como um agente não político, sem filiação partidária e conservador (Pinto, 2023).

Enquanto as mídias online abordavam pessoas com reivindicações que variavam desde lemas anarquistas até pedidos pela volta do governo militar, a televisão aberta foi eficaz na coordenação dessas demandas fragmentadas. Isso gerou uma narrativa que converteu os protestos em demonstrações autênticas de cidadãos de bem contra as administrações do PT. As circunstâncias em que aconteceram os embates discursivos em 2013 impactaram os acontecimentos posteriores, que se desenvolveram entre os pleitos presidenciais de 2014 e 2018. Segundo Pinto (2023), quatro acontecimentos foram cruciais nesse intervalo e redefiniram a narrativa política brasileira: a rejeição por parte do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em aceitar o desfecho das eleições presidenciais de 2014, o movimento pela destituição de Dilma Rousseff e o ato do impeachment, a sentença e detenção do presidente Lula, e a escolha de Jair Bolsonaro para presidente em 2018. O intervalo de 2013 a 2018 no

Brasil sobressai, então, como oportuno para captar as particularidades envolvidas na quebra do regime de verdade. Nestas ocorrências, percebe-se a ruptura do discurso que mantinha a vivência democrática brasileira (Pinto, 2023).

A elaboração discursiva, segundo o passado recente do Brasil entre 1994 e 2018, expõe períodos de constância, com cadeias de equivalências conferindo sentido às práticas políticas, e fases de desordem discursiva em que componentes flutuam desarticulados. As manifestações de Junho de 2013 sobressaem como um evento singular, simbolizando o instante inaugural de ampla fragmentação discursiva depois da primeira vitória eleitoral de FHC. O Movimento Passe Livre, no começo protestando contra o reajuste da passagem, logo perdeu o protagonismo quando o governante municipal acolheu a demanda. Uma hipótese em que o MPL liderasse os acontecimentos, coordenando outras reivindicações e formando uma discurso com cadeias de equivalência, mostra que as manifestações poderiam ter tomado um rumo distinto. Porém, a expansão da mobilização levou a uma maior fragmentação, em vez da formação de uma cadeia de equivalência. A narrativa ideológica de caráter partidário ainda impactou o pleito de 2014, enquanto as principais emissoras de TV aberta no Brasil criaram enredos que dividiram os protestantes entre cidadãos de bem e aqueles ligados a doutrinas e agremiações partidárias (Pinto, 2023)

A ruptura do sistema de verdade, revelada nas manifestações de junho de 2013, não significou somente uma crise no poder do PT, mas também uma turbulência na estrutura partidária do país. O sujeito, quando reduzido à essência de proletário, não resolve os desafios do combate ao capitalismo. Pinto (2023) argumenta que Laclau (2000), em alinhamento com Butler (2000), questiona o essencialismo identitário, evidenciando que as identidades pré-constituídas limitam a chance de emancipação. Laclau (2000, 2013) destaca a formação de sujeitos ao elaborar suas teorias sobre o populismo, sustentando que eles não podem subsistir previamente ou fora do indivíduo popular. A multidão nas ruas não é o povo, pois a construção do povo exige a transformação de demandas isoladas para uma demanda universal, envolvendo a criação de fronteiras políticos e a elaboração discursiva do poder como força opositora. Compreender o sujeito que se desloca da orientação esquerdista para, eventualmente, votar em um candidato de extrema direita exige levar em conta a fluidez do sujeito, suas diversas posições e a articulação dos discursos que o formam (Pinto, 2023).

A análise de Pinto (2023) levanta questões relevantes para a nossa compreensão da formação do “povo” como sujeito coletivo universal contingente de junho de 2013.

Primeiramente, mesmo com a satisfação da reivindicação limitada do MPL — a diminuição do custo das tarifas — pelas autoridades, é possível afirmar que o protesto de junho de 2013, no conjunto, foi realmente disperso? As bandeiras de luta contra a corrupção e a classe política hegemônica não conseguiram integrar todas as outras demandas parciais ao redor de um significativo vazio que integraria o sujeito coletivo das manifestações?

Segundo nossa interpretação, a luta contra o governo, a classe política e a corrupção foi capaz de articular os sujeitos de junho de 2013 sob o significante comum, “o povo”. Mesmo com estas bandeiras tendo sido cooptadas pela extrema direita em movimentos pós 2013, à época das jornadas de junho elas foram abraçadas por quase a totalidade dos manifestantes, mesmo os de esquerdas críticos ao governo do PT.

Agora, façamos o movimento contrário de contestar nossa afirmação anterior embasados na interpretação de Pinto (2023). Mesmo assumindo a afirmação de Pinto (2023) de que junho de 2013 não foi capaz de criar um “sujeito universal” para o movimento, podemos afirmar que, seguindo o raciocínio da autora, junho de 2013 nos mostra dois cenários importantes para a nossa análise. O primeiro é que, por mais que este acontecimento tenha falhado em constituir uma cadeia de equivalências entre os sujeitos de junho de 2013, este processo ao menos foi iniciado. Demandas heterogêneas começaram a se articular em um significante flutuante comum (“o povo”), mas os “poderes” externos (mídia e governos que atenderam a demandas particulares) conseguiram dispersar o movimento.

O segundo é o cenário pós 2013 em que, tomando junho de 2013 como importante ponto de inflexão da política brasileira contemporânea (Mendonça e Simões, 2023), articulou as demandas heterogêneas da extrema direita em um significante flutuante que criou o sujeito político “bolsonarista” e, em reação a este movimento, abriu a possibilidade para a articulação das demandas heterogêneas da esquerda (tanto de classe quanto de identitária) para o enfrentamento do bolsonarismo. Em nossa interpretação, a dispersão das demandas e sujeitos argumentada por Pinto (2023) de fato fragmentou este “povo” como sujeito de 2013, mas em um momento após as jornadas parte destas demandas dispersas foram rearticuladas em outras ondas de protestos divididas em dois pólos político opostos – os movimentos a favor e contra o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Nosso argumento é o de que essa dispersão possibilitou, no pós junho de 2013, a articulação de um outro “universal contingente” no pólo da extrema direita em torno do “Populismo Bolsonaroista”. Já no pólo do campo da esquerda, se por um lado junho de 2013 fez com que as demandas de “classe” se articulassem com as demandas

“identitárias”, permitiu também que a emergência de um poder, um “Eles”, aos quais tanto os sujeitos de classe quanto os sujeitos identitários tiveram que se opor: “o Bolsonaroismo”.

2.2 - MOVIMENTOS SOCIAIS ULTRALIBERAIS, A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E O GOVERNO JAIR BOLSONARO.

2.2.1 - A Direita Ultraliberal e o Movimento contra a “Ideologia de Gênero”.

As diversas vertentes do pensamento da nova direita têm sido verificadas em várias partes do mundo nas últimas décadas, nutrindo-se, principalmente, das críticas ao Estado de bem estar social e ao marxismo. Os pensadores dessa direita advogam que o sistema capitalista seria o mais desejável e compatível com a sua visão de mundo. A moralização do debate público — que seriam resolvidos de forma apropriada através do recurso à religião e ao senso comum —, o ataque à cultura moderna e a responsabilização da esquerda de todos os males das sociedades contemporâneas seriam características comuns a todas/os as/os teóricas/os e militantes dessa corrente (Löwy, 2015; Chaloub e Perlatto, 2016).

Segundo Löwy (2015), desde a década de 1930, é a primeira vez que a extrema-direita alcança influência política considerável na Europa. Porém, diferentemente do fascismo dos anos 1930, atualmente os regimes de extrema-direita não chegaram a se tornar regimes totalitários, apesar das inclinações autoritárias dos políticos que alcançaram os governos de alguns países. Outra diferença está no fato de que a burguesia hoje volta seus interesses à globalização capitalista neoliberal em contraponto ao nacionalismo econômico típico dos projetos fascistas. “O que eles têm em comum é o seu nacionalismo chauvinista [...], xenofobia, racismo, ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais antigo do continente), islamofobia e anticomunismo” (Löwy, 2015, p. 653-654). Em sua maioria, defendem medidas de segurança autoritárias como aumento da repressão policial e da pena de morte.

Para Löwy (2015), enquanto na Europa há certa continuidade ideológica entre os movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, a extrema-direita brasileira atual tem pouca relação com o integralismo, forte movimento fascista brasileira da década de 1930. Diferentemente do movimento na Europa, no Brasil os partidos de extrema-direita não possuem a superioridade da parcela branca da população como bandeira política e o racismo se torna bastante difuso nos discursos e práticas destes grupos. Outra característica distintiva da extrema-direita brasileira em relação à europeia está no apelo e exaltação dos militares. “O

chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil [...]” (Löwy, 2015, p. 663).

No Brasil, segundo Chaloub e Perlatto (2016), o afastamento temporal em relação ao período de redemocratização e ao fim da ditadura militar possibilitou um clima de maior “conforto” para que muitas pessoas se apresentem abertamente como de direita. Somam-se a esse processo a forte onda conservadora procedente de movimentos como o de luta contra a “ideologia de gênero” e a maior presença do Estado em políticas públicas de redistribuição de renda e de mobilidade social protagonizadas pelos governos de esquerda na América Latina. Estes processos têm incentivado movimentos de resistência a esse tipo de mudança e a defesa mais radical de agendas (ultra) liberais (Chaloub e Perlatto, 2016).

As décadas que compreenderam o período da ditadura militar foram marcadas pela forte luta por condições melhores de vida. O resultado foi os mais importantes ciclos de protesto da história política brasileira tendo os setores de esquerda como os principais protagonistas deste processo que, desde então, têm dominado o cenário do confronto político no Brasil. Esta lógica de participação se alterou consideravelmente com o ciclo de protestos das Jornadas de Junho de 2013. “Sob um clima geral de insatisfação em relação às instituições da democracia representativa e descrença nas organizações políticas tradicionais” (Tatagiba, 2018, p. 114), a extrema direita — se apropriando-se do “espírito de junho” —, renovou seu repertório de ação, até então focado apenas à lógica eleitoral, para incluir o confronto político entre elas (Tatagiba, 2018; Mendonça e Domingues, 2022). Organizações como o Movimento Brasil Livre, o Movimento Vem Pra Rua, Revoltados Online, entre outros, articularam-se nesse período levantando a bandeira do ultraliberalismo. Os anos seguintes à 2013 foram marcados por ondas de protestos por parte destes grupos mirando o governo de Dilma Rousseff. Entretanto, os protestos não tinham apenas o governo petista como alvo, mas também toda a cultura de esquerda de forma mais ampla (Gohn, 2016; Tatagiba, 2018).

A criação de laços de solidariedade e percepção de um “Nós” é fácil de distinguir na ação dos militantes e das lideranças dos grupos dessa nova direita ultraliberal. Todas/os se percebem como pertencentes a uma mesma coletividade organizada em torno da defesa radical do livre-mercado e contra as políticas de bem-estar social e o pensamento de esquerda, o que originou a coesão necessária para a sua organização de modo institucionalizado. Inicialmente, se organizaram em grupos nas redes sociais com o intuito de estudar e aprender mais sobre o

liberalismo (Rocha, 2018; Rocha, 2019). Logo reconheceram uns nos outros o traço compartilhado de defesa radical de que a lógica de mercado seria a solução preferível para todos os problemas sociais ou econômicos. Foi justamente este traço que os impulsionou a formação de um “contrapúblico ultraliberal que começou a tomar corpo a partir do esforço empreendido por seus membros para fundar novas organizações que pudessem representá-los” (Rocha, 2019, p.11). Assim, uma identidade coletiva em torno da defesa radical e moral do livre mercado e, além disso, da percepção de si como “vítimas do esquerdismo” foi se consolidando entre os militantes (Rocha, 2018; Rocha, 2019).

Segundo Rocha (2019), o pertencimento a um “contrapúblico ultraliberal” é reforçado por uma rejeição às discussões dos ambientes acadêmicos que, segundo as/os militantes da extrema direita, são dominados culturalmente pela esquerda. O campo da esquerda é onde se localiza a maior rejeição e o conflito estabelecido pelos movimentos sociais de direita. Manifestações públicas de repúdio aos pensadores de esquerda, contra a Venezuela e Cuba — países vistos por elas/es como ícones do socialismo contemporâneo —, contra partidos políticos de esquerda e, de forma mais marcante, contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, do PT, figuraram entre os principais repertórios de ação desses grupos (Chaloub e Perlatto, 2016; Rocha, 2018; Rocha, 2019).

O antipetismo é característica mais marcante do conflito estabelecido pelos grupos de direita. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi tomado como o principal “Eles” contra o qual esses grupos antagonizam. As políticas de redistribuição de renda formuladas durante os governos petistas e o crescimento econômico estimulado a partir do Estado foram vistas como responsáveis por inflarem a estrutura estatal do país — o oposto da visão de ausência radical do Estado pregada pelos ultraliberais. O PT passou a ser identificado como o epicentro de toda a corrupção política do Brasil e ambas características — políticas de redistribuição e a corrupção — foram tomadas como responsáveis pela alta carga tributária que “sugaria” os recursos de uma classe de produtores de riqueza e direcionando-os para parasitas não produtores — políticos e pobres — que se privilegiariam do fruto do trabalho dos “cidadãos de bem”. Além da pauta econômica, a questão moral também tem predominância no conflito dos grupos de direita. A defesa da meritocracia e dos valores da família tradicional se contrapõe às políticas de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, às políticas de ações afirmativas e às de demarcação de terras indígenas e de quilombos, tendo o PT como o maior ícone de promoção dessas políticas (Löwy, 2015; Chaloub e Perlatto, 2016; Rocha, 2018; Rocha, 2019; Tatagiba, 2018).

O antipetismo transformou as insatisfações generalizadas em engajamento ativo com uma causa dando energia aos protestos da direita. Como um fenômeno político-eleitoral que integra a rejeição exclusiva a um único partido por um lado, e um fenômeno sócio-político que se expressa no ódio ao PT por outro lado, o antipetismo salienta as relações de conflito das quais a mobilização de direita se sustenta (Tatagiba, 2018). “Nesse caso em particular, evidencia o nexo entre mudanças nos processos de representação política, imaginários sociais e a emergência dos protestos” (Tatagiba, 2018, p. 121). O ódio ao PT foi o que possibilitou aos manifestantes se constituírem como coletividade. Como fenômeno sócio-político, foi decisivo no recrutamento e no forte traço de cruzada moral a qual a mobilização assumiu expresso na luta do bem — o “Nós” ultraliberal — contra o mal — o “Eles” petista/esquerdista — que estaria destruindo a sociedade brasileira (Tatagiba, 2018).

Tatagiba (2018) define em parte as manifestações de direita como “protestos cujas demandas voltam-se à contestação dos valores, políticas e propostas orientados pelos pressupostos da justiça social e da igualdade humana” (Tatagiba, 2018, p. 117). Como dito anteriormente, as/os militantes e pensadoras/es da nova direita associam o forte elogio ao liberalismo radical com um extremo repúdio à agenda do reconhecimento dos direitos das minorias. Seus argumentos para contrapor aos pensamentos e políticas de esquerda muitas vezes se sustentam em temas relacionados com os direitos humanos, direitos das mulheres, de negros e de homossexuais e termos como “feminazis”, “gayzistas”, “abortistas” e etc. com frequência são evocados para expressar aversão a esta agenda. A atenção às minorias se dá também aos avanços promovidos pelos governos do PT no campo dos direitos humanos, promovendo uma valorização do papel do Estado neste campo. Isso abriu a possibilidade para os movimentos de direita explorarem o desconforto e os preconceitos de parcela da população em relação aos direitos dos grupos minoritários (Chaloub e Perlatto, 2016; Tatagiba, 2019).

Outro movimento parte da base do bolsonarismo é o de luta contra a “ideologia de gênero”. Vimos crescer nas últimas décadas em todo mundo — especialmente na Europa e na América Latina — uma forte ofensiva contra a igualdade de gênero. Setores religiosos e conservadores se articularam contra o gênero em diversas partes do globo para se opor às questões da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual e do reconhecimento das identidades não heterossexuais, classificando-as sob a alcunha de “ideologia de gênero”. Como uma reação à participação dos movimentos feministas e LGBTQIA+ nas conferências internacionais das Nações Unidas no Cairo (1994) e Pequim (1995), lideranças religiosas — inicialmente católicas, mas posteriormente evangélicos também — se uniram em redes

transnacionais numa ofensiva contra os direitos sexuais (Kóvatz e Poim, 2015; Miskolci e Campana, 2017; Biroli, 2020).

Os argumentos sustentando a existência da “ideologia de gênero” remontam ao final da década de 1990 com os textos do ex-papa Bento XVI — à época cardeal Joseph Aloisius Ratzinger — que atacavam o campo de estudos feminista que ganhava terreno ao longo das décadas. Os grupos religiosos começaram a definir a “ideologia de gênero” como “um sistema de pensamento fechado” e a equipara aos diversos totalitarismos como o nazismo, por exemplo (Miskolci e Campana, 2017). Esses grupos acusam os movimentos feministas e LGBTQIA+, as Nações Unidas e as “elites” internacionais como responsáveis por uma suposta decadência dos padrões morais e dos valores da família (Biroli, 2020).

No Brasil, o discurso anti-gênero encontrou terreno no aumento acentuado de representantes religiosos eleitos para o parlamento, onde líderes pentecostais assumiram o combate contra formas alternativas de sexualidade e as políticas públicas voltadas para essa população. Para o Congresso de 1986 — encarregado de elaborar a nova Constituição democrática — foram eleitos 33 deputados evangélicos, sendo 70 após 2010, 74 em 2015 e 83 em 2018. Após as eleições de 2018, o número de políticos evangélicos eleitos cresceu para 195 deputados federais e 8 senadores. Alianças entre a Igreja Católica e as igrejas evangélicas possibilitaram a ampliação do ativismo conservador levando milhares de pessoas às ruas para protestar contra as bandeira da “ideologia de gênero” — educação sexual, igualdade de gênero, casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção por casais do mesmo sexo (Biroli, 2020).

Nesse contexto de crescente contestação religiosa conservadora, a campanha eleitoral de 2010 teve Dilma Rousseff (PT) como a primeira mulher a concorrer à Presidência da República com reais chances de vitória. Os debates envolvendo os direitos sexuais e reprodutivos ganharam centralidade no processo eleitoral. Como estratégia de ataque, o rival de Rousseff — José Serra (PSDB) — questionou o posicionamento da candidata sobre a questão do aborto. Como resposta, a candidata do PT se aproximou das lideranças religiosas católicas e neopentecostais assumindo o compromisso de não tomar iniciativas de mudança na legislação sobre o aborto, sobre o matrimônio de pessoas do mesmo sexo e sobre o combate à homofobia. Com a ampliação da bancada neopentecostal no Congresso Nacional durante as eleições de 2010, alguns de seus representantes assumiram o controle da comissão de Direitos Humanos, evitando avanços em projetos de interesses de mulheres, indígenas, negros, homossexuais, entre outros (Miskolci e Campana, 2017).

2.2.2 - A Crise da Democracia Brasileira

A atual crise democrática no Brasil — que tem como marcos simbólicos as jornadas de junho de 2013, o acirrado processo eleitoral de 2014, o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão de Lula, a recessão econômica, política e social do governo Temer culminando na escolha de Jair Bolsonaro como presidente em 2018 — apresenta uma confusa ligação com a crise mundial do capitalismo de 2008 (Löwy, 2015; Mascaro, 2018; Galvão e Tatagiba, 2023) e se sustenta a partir do discurso anti-gênero emplacado pelos setores religiosos da sociedade (Biroli, 2020; Miskolci e Campana, 2017). Desde 2008, a crise de forma econômica capitalista articula uma crise de forma política que se transveste de crise moral exigindo dos Estados soluções que seus próprios limites não permitem tomar o que leva, consequentemente, às estratégias de ataques à democracia por meio de golpes (Löwy, 2015; Mascaro, 2018).

Para Mascaro (2018), os anos de governos do PT não foram capazes de elaborar formas de resistência ao discurso neoliberal econômico e ao fascismo social que controlavam a agenda política do país à época. Segundo o autor, a luta de classes sempre foi uma missão constante dos setores burgueses do mundo todo. Por eles controlarem os aparelhos ideológicos, tal luta representa a manutenção indefinida do mesmo cenário social. Porém, em momentos de crises econômicas e políticas, ela também se torna uma investida ativa na retirada de direitos e das condições sociais do povo permitindo uma espécie de acumulação por espoliação e procedendo a uma depressão da situação da classe trabalhadora (Mascaro, 2018). No campo do gênero, percebemos a descontinuação de políticas públicas de promoção da igualdade, retrocessos na legislação e a emergência de medidas repressivas contra grupos feministas e LGBTQIA+, além da censura. Medidas reacionárias são legitimadas por uma agenda moral focada na “defesa da família”. Além dos movimentos feministas, as mulheres na política se tornam alvos de violência com seu direito à participação questionado (Biroli, 2020).

De acordo com Brown (2019), a extrema direita chega ao poder nas democracias liberais por todo mundo e as suposições cegas sobre os valores e instituições ocidentais somadas a uma combinação nada familiar de elementos como libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo tornam esse movimento difícil de prever, compreender e contestar seu desenvolvimento. Elas agregam elementos antes tomados como opostos. Na construção dessa extrema direita, favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado de bem estar social e exaltação da liberdade —

elementos tipicamente neoliberais — se somam ao nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais (Brown, 2019).

Segundo Biroli (2020), conservadorismo e neoliberalismo se encontram na definição dos valores familiares a partir de uma perspectiva privatizante e convencional, assim como na construção do panorama de inteligibilidade e possibilidade política de modo que o público é deslocado como o espaço onde as alternativas são construídas. A família é o elemento central para o entendimento da articulação das dimensões moral e econômica que conectam a erosão das tendências democratizantes e do público e da reação anti-gênero. A preservação da “família” pode legitimar retrocessos nos direitos individuais, censura e violência contra minorias. Ao mesmo tempo, a proteção e o apoio à família são tomados como justificativa para o dismantelamento da infraestrutura pública e para a restrição dos direitos econômicos e trabalhistas como uma necessidade prática e um antídoto para as incertezas e para a precariedade social (Biroli, 2020).

Avritzer (2018) argumenta que na evolução democrática brasileira há um paradoxo apontando para, até o início dos anos 2010, o fortalecimento da democracia no país e, a partir de então, uma completa reversão destas condições e a produção de um “mal-estar” político. Segundo o autor, esse mal-estar se iniciou com as manifestações de 2013 que deram espaço e voz a uma série de atores e ações que estimularam um nível inédito de intolerância política. Artistas e políticos identificados como adversários passaram a ser agredidos publicamente e os discursos de tolerância e pela diversidade foram revertidos por propostas de defesa de uma agenda anti-direitos e anti-igualdade (Avritzer, 2018).

Para o autor, estes retrocessos não significam um simples desvio no percurso democrático brasileiro. Ele defende que a democracia no país admitiu a continuidade de vias antidemocráticas de questionamentos políticos sempre disponíveis àqueles que quisessem utilizá-las criando, assim, um *pêndulo democrático* em que a política no Brasil envolve tanto períodos de expansão democrática — fortalecimento das instituições e aceitação das eleições — quanto períodos de regressão — em que os resultados do sufrágio são contestados de maneira infundada pelos opositores derrotados (Avritzer, 2018).

Para Avritzer e Rennó (2021), o novo populismo e atitudes antidemocráticas ganharam cada vez mais destaque após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, repetidos escândalos de corrupção generalizada entre os partidos e a eleição de Jair Bolsonaro — um

candidato politicamente marginal com claras tendências autoritárias — para a presidência da república nas eleições de 2018. O enfraquecimento das instituições políticas criou um terreno fértil para ataques populistas à democracia, sendo o primeiro ano da administração de Bolsonaro marcado por um comportamento instável do presidente, ataques à imprensa, conflitos entre grupos políticos, ameaças de interrupção do mandato e desprezo pela política pública (Avritzer e Rennó, 2021).

A mistura de um contexto generalizado de crise econômica e política, uma paranóia moral quanto à (falsa) deterioração da família em face à “ideologia de gênero” e uma crescente insatisfação popular com os partidos políticos estabelecidos sempre foi o clima perfeito para a ascensão de populistas autoritários ao poder (Levitsky e Ziblatt, 2018) e, no Brasil, isso não foi diferente. Aproveitando o caos social ao qual o Brasil se encontrava, Jair Messias Bolsonaro se lançou como candidato à presidência da república em 2018 se apresentando como um *outsider*. Bolsonaro foi deputado federal por 28 anos, tendo décadas de vida política e estando longe de ser um outsider político de fato, mas a sua baixa projeção como deputado ao longo dessas quase três décadas possibilitou que ele se apresentasse como tal.

2.2.3 – O Populismo Bolsonarista

Jair Bolsonaro foi eleito no segundo turno, em 2018, com 55,13% dos votos válidos contra 44,87% do seu adversário Fernando Haddad. Contando com o apoio de grande parte da burguesia brasileira e internacional, militantes de movimentos sociais de direita, dos militares e de lideranças católicas e protestantes pentecostais, Bolsonaro foi eleito se afirmando como um outsider político condenando a corrupção dos partidos do establishment político brasileiro. Apoiando uma pauta conservadora, ele fez campanha condenando os direitos sexuais e reprodutivos, atacando a demarcação de áreas indígenas e quilombolas e prometendo a flexibilização das leis e da fiscalização ambiental. Mais que isso, prometeu dar sequência às reformas da previdência e tributária e à agenda liberal de privatização das empresas estatais iniciadas por Michel Temer.

Bolsonaro se elegeu afirmando representar a “voz do povo” contra a “elite política corrupta” — representada em última instância pelo Partido dos Trabalhadores — responsável pela crise econômica e degeneradora da moral na política nacional, perfil típico de uma populista potencialmente autoritário (Levitsky e Ziblatt, 2018). Mesmo antes de ser eleito, o atual presidente do Brasil já acendia os sinais de alerta para um autocrata. Durante sua trajetória como parlamentar, Bolsonaro fez homenagens a militares torturadores, exaltou o período da

ditadura militar e seu filho e cabo eleitoral se pronunciou publicamente falando sobre a facilidade que seria para o exército fechar o Superior Tribunal Federal — STF. Apresentando um discurso violento, ele fez falas públicas pregando o extermínio de opositores políticos na sua célebre frase “vamos fuzilar a petralhada”, se referindo aos membros do PT. Já em seus primeiros meses de mandato, Bolsonaro deu fortes indícios de que seu governo seria marcadamente autoritário e, em seu discurso de posse, ele afirmou que estaria empenhado em combater o comunismo e a “ideologia de gênero”.

Após inúmeros protestos dos movimentos de direita durante os anos 2010 reivindicando publicamente a intervenção militar, Bolsonaro subiu ao poder se apropriando deste discurso fortemente conservador e anti-sistêmico. Em 2018, foi eleito um presidente reacionário, não adepto das negociações do jogo democrático e da construção de coalizões. Sua chegada ao poder criou um desequilíbrio populista entre a presidência e as instituições contra-majoritárias que fortaleciam suas capacidades de controle durante a Nova República. O primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado por uma relação turbulenta com o Congresso Nacional em que o presidente vetou mais propostas legislativas que os outros presidentes e foi quem teve mais vetos derrubados pelo legislativo (Avritzer e Rennó, 2021).

Como apontam Avritzer e Rennó (2021), o projeto autoritário de Bolsonaro encontrou apoio em parte da população que compartilha uma visão autoritária da sociedade e da política e se torna importante conhecer a gama de atitudes dessa parcela da população para compreender o potencial de apoio popular ao colapso democrático. No Brasil, as opiniões favoráveis à intervenção militar na política ganharam significativa adesão de massa nos últimos anos e estão de acordo com as declarações de apoio ao presidente. O então presidente Bolsonaro se tornou um ícone do autoritarismo entre as elites políticas brasileiras ao defender abertamente uma retórica que ataca a ideia de que a democracia seja o único ou o melhor sistema. Ele investe contra a democracia por dentro combinando uma mistura de defesa aberta ao regime ditatorial militar com um discurso de intolerância (Avritzer e Rennó, 2021).

Em 2020, com a chegada da pandemia de Covid-19, a maneira como o governo Bolsonaro lidou com a crise sanitária fez com que as taxas de aprovação do presidente despencassem. A resposta do presidente à popularidade decrescente e ao aumento dos protestos políticos foi justamente ameaçar as instituições democráticas. Por várias semanas, o presidente participou de comícios e manifestações de rua em que os militantes defendiam a intervenção militar e o fechamento de instituições democráticas (AVRITZER E RENNÓ, 2021).

No dia 7 de setembro de 2021, milhares de pessoas foram às ruas vestidas com a camisa verde e amarela da seleção brasileira e portando bandeiras do Brasil se manifestarem a favor do governo do governo de Jair Bolsonaro. Os manifestantes exigiam, entre diversas pautas, o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), voto impresso para as eleições de 2022 e a intervenção militar no governo com a manutenção de Bolsonaro como presidente da república. Entre as diversas demandas autoritárias e anti-democráticas estampadas nos cartazes em diversas línguas, várias afirmações se apresentavam como se esta fosse a “vontade do povo brasileiro”. Esta retórica ecoou no discurso proferido por Bolsonaro para os manifestantes na Avenida Paulista que, entre xingamentos e afirmações de deslegitimidade de ministros do STF, fez a simbólica afirmação “Eu sempre estarei onde o povo estiver”, se referindo aos ali presentes como se fossem a maioria da população brasileira (UOL, 2021).

Jornalistas e analistas políticos (JORNAL NACIONAL, 2021) não tardaram para explicar, com base em pesquisas de opinião, que aqueles manifestantes não representavam “o povo” brasileiro deslegitimando, assim, a magnitude da representação do presidente. Pesquisas apontavam que a aprovação ao governo Bolsonaro à época do referido discurso não passava de 25% do eleitorado — grupo formado por seus apoiadores mais aguerridos —, enquanto que em torno de 50% dos eleitores consideram seu governo ruim ou péssimo e que 75% deles rejeitam completamente as pautas anti-democráticas e consideram a democracia como a melhor forma de governo. Eles explicaram que as milhares de pessoas nas ruas neste 7 de setembro representavam a quase totalidade dos apoiadores do presidente — uma grande minoria numérica se comparada à população como um todo. Os protestos contrários às políticas do governo Bolsonaro realizados no mesmo dia em pontos diferentes das cidades seriam símbolos desta falha na retórica de Bolsonaro já que ali está grande parte do “povo” a qual Bolsonaro não representa (MAGRI, LUIZ, SENA, 2021).

Este evento chama a atenção para duas dimensões do problema da retórica populista do povo mobilizada por Jair Bolsonaro. Em primeiro lugar, os jornalistas acertam em questionar a legitimidade de Bolsonaro em afirmar representar “o povo brasileiro”. Pensando do ponto de vista de uma democracia eleitoral, seu apoio não foi suficiente para que nas urnas houvesse a manutenção de seu projeto político e a rejeição da população à forma como o ex-presidente governou representou sua derrota em uma tentativa de reeleição. Porém, a insistência de Bolsonaro em afirmar representar “o povo” não é completamente infundada. Para entender isso, voltaremos à discussão sobre como “o povo” surge feito por nós no tópico anterior sobre os protestos de 2013 tomando como base as formulações teóricas de Laclau (2013) e Butler (2018)

e a mobilizaremos para compreender a retórica populista bolsonarista. Para isso, ao pensamento do autor e da autora alinharemos a formulação de Canovan (2005) sobre o assunto.

Canovan (2005) argumenta que, na política ocidental contemporânea, os movimentos populistas ainda procuram mobilizar o “povo” como parte excluída e afirmam agir em seu nome como um todo soberano. Ainda demandam que o poder político seja transferido da elite para as massas populares. A linguagem do “povo” na política contemporânea é inevitável. Enquanto alguns políticos podem afirmar uma vitória eleitoral como um mandato popular, outros podem exigir que contendas sejam transferidas à própria população para decidir. Ou então, no clamor populista clássico, pode-se demandar para que o poder político seja tirado dos políticos e “devolvido ao povo”. Segundo a autora, A ideia de que todos “povos” têm o direito à autodeterminação seria a noção mais subversiva de todas. Dado que a ideia de “povo” pode conferir legitimidade a limites geográficos, constituições, regimes e políticas públicas, não é de se estranhar que todos os tipos de grupos e interesses tenham um incentivo para afirmar que são ou falam pelo povo (Canovan, 2005).

Sendo assim, não é de se admirar que tal linguagem seja tão difusa quanto familiar. As afirmações de todos serem a voz do povo confundem o significado da noção, gerando ambigüidades como um legado de séculos de uso na controvérsia política. Capturado em momentos diferentes por muitas causas políticas diversas, a noção de “povo” foi ampliada para se ajustar às suas diferentes formas e descartá-la como mera retórica vazia de políticos populistas seria um erro. As ambigüidades que a tornam tão difícil de se definir refletem não apenas uma história de conflito político, mas também as questões reais envolvidas nesses conflitos. Apesar de normalmente abranger a política como um todo, “o povo” como uma categoria tem sido frequentemente mais restrita do que a de população. Em alguns momentos se refere a um grupo exclusivo de cidadãos privilegiados, em outros significa, inversa e confusamente, aqueles excluídos das elites, o “povo comum” (Canovan, 2005).

Poderíamos supor que “o povo” de qualquer sistema político em particular seria, de maneira genérica, a população dentro de suas fronteiras. Entretanto, esta filiação abriga algumas das ambigüidades mais curiosas e significativas sobre o significado do “povo”. Tradicionalmente, o termo tem significado tanto a comunidade política como um todo quanto um grupo menor dentro dela. Além disso, como dito anteriormente, apesar de em muitos momentos o grupo identificado como “o povo” fosse uma elite política da qual a maioria foi excluída, o termo também tem sido usado regularmente para denotar as classes inferiores

excluídas. A convocação dos populistas a “devolver a política ao povo” exploram esta ambigüidade. Primeiramente, “o povo” é entendido em contraste com os detentores do poder e posteriormente expandido para exercer a autoridade do povo soberano como um todo. Populistas são vistos comumente de maneira pejorativa, porém, a crença na soberania popular a qual evocam está no cerne da própria democracia (Canovan, 2005).

Mesmo que “o povo” seja entendido em termos relativamente inclusivos, suas definições permanecem problemáticas uma vez que a noção implica tanto um limite político quanto, para além disso, à humanidade em geral. Quando nos concentramos no povo dentro de um limite político definido, somos mais uma vez confrontados com as ambigüidades teóricas e com as tensões práticas. “O povo” sempre possuiu dois sentidos aparentemente incompatíveis entre si: o grupo político como um todo ou apenas uma parte da população — em alguns momentos a parte privilegiada que controlava a política, em outros, mais frequentemente, a parte excluída do poder. A ambigüidade entre parte e todo persiste por meio de muitos conflitos nos quais o “povo como parte excluída” reivindica o poder como a maioria do “povo como todo soberano” (Canovan, 2005).

A política ocidental contemporânea movida pelos apelos para que o povo recupere seu poder soberano não contém mais um povo comum subordinado e distinto. A retórica populista coloca o povo soberano no centro das atenções, mas faz com que sua natureza, autoridade e poder de ação pareçam bastante simples e diretos. (Canovan, 2005). Guardadas as devidas diferenças teóricas, podemos encontrar na proposta de Canovan (2005) certa ressonância com os pensamentos de Laclau (2013) e Butler (2018). Como afirmamos anteriormente, para Butler (2018) a construção da ideia de “nós, o povo” é antes de tudo um ato de fala anunciado por uma coletividade no momento de um protesto. Como um ato de fala, “nós, o povo” é, segundo ela, um enunciado que não descreve a pluralidade de sujeitos ao qual nomeia, mas que reúne este grupo. A construção do “povo” através deste ato é em si problemática já que isso resultará na inclusão discursiva dos que fazem parte do “povo” e, da mesma forma, na exclusão de quem não faz (Butler, 2018).

Como a designação “o povo” trabalha por meio de uma delimitação que representa termos de inclusão e exclusão, Butler (2018) afirma que não podemos simplesmente confiar em traços e/ou imagens momentâneas para confirmar um número de corpos que constituem o povo. Isso quer dizer que a categoria “povo” nunca se apresenta como uma existência coletiva que fala em coro. Quem quer que seja, “o povo” está dividido internamente, surgindo de formas diversas

e em alguma medida tanto reunido quanto disperso. Assim, “o povo” não delimita com exatidão o que constitui o povo já que sempre há algo para além do grupo particular que se formou e apareceu falando sobre o que todo “povo” quer. Para Butler (2018), a invocação discursiva deste “nós, o povo” concerne a um povo em que as demandas e desejos ainda não estão completamente formados e conhecidos. “Nós, o povo” inicia uma descrição mais ampla de atos e desejos. Ele delineia o caminho para um grupo específico de afirmações e expressa a nossa prontidão para as reivindicações políticas substantivas (Butler, 2018).

Retomando o pressuposto teórico de Laclau (2013), só podemos falar na emergência da identidade do “povo” quando temos uma série de demandas heterogêneas que se homogeneizam dentro de uma cadeia de equivalências. Para o autor, há um abismo intransponível entre a particularidade dos grupos que integram a comunidade e a comunidade como um todo, concebida como a totalidade universal. Esse abismo só pode ser mediado hegemonicamente por meio de uma particularidade que, em certo momento, assume a representação de uma totalidade que vai além da própria particularidade em si (Laclau, 2013).

Porém, para que essa operação seja possível, a força hegemônica tem de apresentar sua particularidade como encarnação da universalidade vazia que a extrapola. A demanda particular, então, se torna um significante vazio para que ela possa fazer as vezes de demanda universal que dá sentido a toda a cadeia de demandas particulares. “Assim, não é que existe uma particularidade que simplesmente ocupe um lugar vazio, mas uma particularidade que, através de uma luta hegemônica, conseguiu tornar-se um significante vazio da comunidade e apresenta reivindicações legítimas para ocupar aquele lugar” (Laclau, 2013, p. 247). Temos, então, um significante vazio que expressa e constitui uma cadeia de equivalência entre as demandas heterogêneas. A construção de equivalência entre as diferentes demandas tende a conferir estabilidade a elas em um único discurso coerente, mas também limita a sua autonomia, pois ela passa a operar por meio de critérios estratégicos organizados em torno da cadeia como um todo.

Esse processo assume que a fronteira interna permaneça a mesma, sem deslocamentos e todo o modelo depende da presença da fronteira dicotômica estável entre o “Nós” e o “Eles”. Porém, o “Eles” pode tentar interromper a cadeia de equivalências do campo popular por meio de uma cadeia alternativa na qual as demandas populares são articuladas como elos inteiramente diferentes tornando a fronteira dicotômica imprecisa. Os significados das demandas, então, passam a ser indeterminados entre fronteiras alternativas de equivalências (Laclau, 2013). Laclau (2013) denomina “significantes flutuantes” esses significantes aos quais o sentido está,

assim, suspenso. “O povo” para Laclau (2013) seria exatamente esse significante flutuante em que há suspensão do significado. Assim, “o povo” não se refere a um conteúdo ontológico dado de antemão e pode designar uma série heterogênea de sujeitos organizados dentro do sistema social.

É a partir dessa concepção que devemos compreender a relação dos líderes populistas com suas bases que afirmam retoricamente representar “o povo” como um todo. Não podemos tomar a relação dos líderes populistas com suas bases como uma simples relação de manipulação e dominação e deslegitimá-la por isso já que, em grande medida, essa parte do povo acredita e se sentem representados pelo projeto do líder. Muito menos pelo fato de seus apoiadores serem numericamente a minoria da população. Mesmo sendo a menor parte da população, se as bases dos chefes populistas estiverem organizadas politicamente nas assembleias de rua sinalizando para a sociedade seus desejos, eles podem alcançar o objetivo de tornar hegemônico o projeto de poder do líder populista.

Como apontado por Canovan (2005), nenhum líder populista consegue representar a totalidade do povo, por mais que em seu discurso o povo apareça como um bloco único e monolítico. Além disso, não há um conteúdo ontológico a priori que constitui “o povo” como um sujeito coletivo que possa servir de parâmetro para dizer quem é e como se faz a representação do povo (Laclau, 2013; Butler, 2018). E se por um lado os jornalistas estão certos em questionar a ideia de povo proferida por Bolsonaro já que, segundo Butler (2018), não é possível tomarmos apenas imagens momentâneas e parciais para confirmar “o povo”; por outro lado, em nenhuma manifestações de rua, “o povo” presente representa “o povo” na totalidade, mas sempre apresenta uma gama ampla de atos e desejos que demarcam o caminho para um grupo de demandas e para reivindicações políticas substantivas. Assim, as manifestações do dia 7 de setembro apresentam “um povo” que, mesmo sendo apenas parte do “povo”, também é “o povo”.

Mesmo sendo a minoria numérica da população, a base popular do então presidente Bolsonaro estava articulada o suficiente no dia 07 de setembro para apresentar à sociedade seus desejos e defender seu projeto político. Sua organização foi suficiente para que suas demandas — demandas anti-democráticas — permanecessem vivas e ativas. Mesmo que não tivessem quantidade numérica para encampar a reeleição deste projeto ao Executivo Nacional, podem garantir a sua sobrevivência em outros espaços institucionais como nos legislativos de todos os níveis, nos executivos locais, nos Conselhos e etc. Nos termos de Laclau (2013), estão aptos a

disputarem a hegemonia deste projeto e tornar estas demandas o significante flutuante que expressa e constitui toda a cadeia de equivalência que comporia “o povo brasileiro”.

Assim, Bolsonaro consegue vocalizar as demandas de uma parte substantiva do povo que, apesar de numericamente minoritária, é substantiva o suficiente para se organizar e tentar forçar o projeto autoritário sobre a democracia. O grande truque retórico de Bolsonaro é justamente canalizar e potencializar essas vozes fazendo-as parecer a vontade do povo como um todo e usá-las para implementar seus fins políticos. Nesse sentido, combater essa ameaça à democracia envolve, antes de mais nada, retirar o foco da deslegitimação numérica dos protestos, reconhecer a legitimidade na forma e investir contra seu conteúdo (a retórica autoritária).

O projeto autoritário não deve ser contestado apenas por sua baixa adesão como se ele fosse uma demanda de “ninguém” e fosse apenas resultado da manipulação de um líder populista sobre a massa. Primeiramente, devemos assumir que se um líder populista consegue mobilizar (parte) do “povo” com esta proposta, é porque ela encontra eco como demanda de parte da população. Muito menos como se essas manifestações fossem feitas por parte do povo que “não conta” para a democracia justamente por ser minoria numérica. Essa parte do “povo” conta e muito. E é justamente por serem importantes para a democracia que o projeto autoritário e anti-democrático se torna perigoso, pelo seu enraizamento junto à parte das massas. É a partir daí que a disputa deve ser feita, não como se a democracia fosse um valor naturalmente dado para as sociedades contemporâneas, mas como resultado de uma disputa ideológica. O combate ao autoritarismo bolsonarista deve se dar através de uma disputa hegemônica em que democracia se torne o significante que dá sentido a toda cadeia de equivalências que constrói “o povo”.

2.3 – CONCLUSÃO

Defendemos a tese de que as transformações no contexto político brasileiro nos primeiros vinte anos do século 21, particularmente as Jornadas de Junho de 2013 e a ascensão da direita radical, afetaram consideravelmente a esquerda política, exigindo uma reorganização de suas táticas. Essa mudança requer novas perspectivas analíticas por parte de ativistas e estudiosos para entender e reagir de forma adequada ao novo ambiente político. Este capítulo cumpre uma função essencial ao oferecer um suporte para situar a situação política brasileira

atual, buscando responder ao problema de “qual a importância de discutirmos novamente lutas universais?” Além disso, evidencia como “sujeitos coletivos universais” estão sendo idealizados e postos em prática efetivamente.

Os protestos de junho de 2013 simbolizaram um ponto de virada significativo na política brasileira atual, assinalando não apenas um ciclo de manifestações, mas também um ponto de redefinição no entendimento das nuances da “identidade coletiva” e das relações políticas. Nossa análise é a de que os atores principais desses levantes eram os mesmos segmentos sociais convencionais. No entanto, mobilizados de uma forma distinta, reunindo-se em torno de uma consciência coletiva ampla e variável. Ao estender as reivindicações além do problema do transporte coletivo e adotar temas como a luta contra a corrupção, avanços na saúde e educação, os protestos demonstraram o descontentamento amplo com os políticos e o governo, consolidando o “povo” como o principal ator político.

A diversidade dos discursos e reivindicações observadas nos protestos de Junho de 2013 desafia as ideias convencionais de identidade coletiva, sinalizando o surgimento de um ator político que não se alinha com categorias pré-estabelecidos de classe social, etnia ou sexo. Esse sujeito coletivo universal e contingente problematiza os conceitos de identidades estáveis e consistentes, revelando uma transformação no entendimento dos movimentos sociais e nos modos de estruturação política. As manifestações não só incluíram reivindicações por reconhecimento e redistribuição, mas também foram além dessa divisão, mostrando uma nova interação no ativismo político.

A herança das Manifestações de Junho de 2013 prolonga-se para além do período dos atos, moldando a formação do panorama político brasileiro após 2013. A difusão das reivindicações e dos atores durante e após os levantes facilitou a reorganização de correntes políticas opostas, levando à divisão observada durante o processo de destituição da antiga presidenta Dilma Rousseff e ao surgimento do populismo bolsonarista. Nesse cenário, o entendimento das Mobilizações de Junho de 2013 como um fato multifacetado é essencial para compreender as consequências políticas que se seguiram e as mudanças na sociedade brasileira.

Abordamos o surgimento dos movimentos ultra-liberais no cenário brasileiro, sobretudo no período de administração de Jair Bolsonaro, e suas relações com a crise da democracia. Com o passar do tempo, o afastamento do período de fim da ditadura e redemocratização facilitou um contexto favorável para o aparecimento de uma articulação de direita conservadora mais aguerrida. Isso se uniu a uma onda conservadora de contestação às políticas de repartição de

riqueza e ascensão social, e à propagação do discurso contra o gênero, encabeçada por grupos religiosos. Esses movimentos encontram sua unidade na promoção do liberalismo econômico e na resistência à filosofia de esquerda, demonstrando-se em oposição a personalidades políticas e teorias relacionadas à mentalidade progressista.

A instabilidade democrática do Brasil — marcada pelos protestos de junho de 2013, o pleito eleitoral disputado de 2014 e a votação de Bolsonaro em 2018 — raízes profundas, abrangendo a crise mundial do capitalismo de 2008. Essa instabilidade piorou com investidas à democracia por meio de manobras políticas e uma narrativa contra identidade de gênero propagada por facções religiosas. O regime Bolsonaro, evidenciado por volatilidade, ofensivas à mídia e descaso pela administração pública, espelha uma inclinação universal de emergência de dirigentes populistas autocráticos. Bolsonaro, ao se posicionar como porta-voz do “povo” contra uma cúpula política desonesta, explora a insatisfação pública e expressa reivindicações de uma fração importante da sociedade, apesar de ser menos numerosa, tendo como meta instituir um plano ditatorial sobre a ordem democrática.

Capítulo 03 — Internet, Teoria *Queer* e Interseccionalidade: questões sobre Identidade

Um questionamento importante que nos fazemos, porém, é: onde e como encontramos esse “Sujeito Universal Contingente”? Para quais fatos/fenômenos sociais devemos olhar para encontrar essa universalidade? O Sujeito Universal Contingente é, basicamente, uma questão sobre identidade coletiva. Em última instância, o que se questiona é quais identidades coletivas os movimentos sociais devem construir para que eles façam parte de uma esquerda, até certo ponto, unificada. Como apontou Melucci (1996), a identidade coletiva não é um “ente” empírico estanque e pronto para ser observado. Antes disso, ela deve ser reconstruída interpretativamente pelo/a pesquisador/a no momento da análise do movimento social. Da mesma forma, a Universalidade Contingente não é encontrada em “estado bruto” para o/a pesquisador/a analisar. Para analisar a presença ou não de um Universal Contingente nos estudos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+, focamos a nossa atenção nos debates sobre Identidade realizados pelas/os autoras/es. Mais do que isso, nos interessou analisar os casos em que as concepções correntes de Identidade (tanto coletiva quanto do sujeito) são colocadas em xeque.

No campo de estudos dos movimentos LGBTQIA+, as críticas mais contundentes às noções de Identidade vêm da Teoria Queer. As/os teóricos queer, fortemente influenciados pelos trabalhos de Judith Butler, denunciaram o universalismo do sujeito gay (homem, branco de classe média) como excludente e oferecido o sujeito *queer* como uma forma de Universal Contingente para o movimento. A teoria Interseccional também surge com uma forte crítica às concepções canônicas de identidade. Ao apontar que as lógicas de opressão se entrecruzam, a interseccionalidade dá grande visibilidade a diferentes sujeitos até então fora do “universal” do movimento. Em nosso estudo verificamos também que a mobilização política online têm transformado a militância pela diversidade sexual não apenas fornecendo novos instrumentos de ação política, mas também fazendo com que a própria identidade dos sujeitos seja ressignificada.

Este capítulo tem o objetivo justamente de apresentar estes três campos de estudo. As mudanças nas concepções de identidade provocadas por eles, em nossa interpretação, permitem a abertura para a construção de uma universalidade contingente. No primeiro tópico, discutimos

o papel da internet na articulação política contemporânea e na construção/ressignificação das identidades individual e coletiva. O advento das tecnologias digitais, particularmente a disseminação da internet e das redes sociais, tem transformado radicalmente os espaços de produção, disseminação e debate político, influenciando diretamente a participação dos cidadãos nessas discussões. Manifestações globais como os movimentos Occupy, Indignados e as Jornadas de Junho de 2013 destacaram o papel fundamental das plataformas digitais na organização e divulgação desses eventos, evidenciando a emergência de uma identidade coletiva impulsionada pela internet. Contudo, a análise crítica dessas plataformas revela desafios significativos, como a disseminação de desinformação, polarização ideológica e manipulação informacional. As redes sociais, ao oferecerem um espaço de comunicação negociável e hipertextual, desempenham um papel central na formação de identidades coletivas e na promoção de agendas políticas. Embora alguns argumentem que a natureza individualizante das plataformas digitais possa minar a solidariedade coletiva, outros afirmam que essas mídias complementam e remodelam a identidade coletiva, especialmente ao facilitar a afiliação individual e a criação de significados compartilhados. Além disso, o ambiente online tem sido fundamental para a mobilização e reconhecimento das identidades políticas em diversos movimentos sociais, incluindo o ativismo LGBTQIA+.

O segundo tópico é dedicado a apresentar o pensamento queer. A Teoria Queer, surgida nos anos 1990, desafia a centralidade da identidade na compreensão da luta anti-LGBTQIfóbica, propondo uma politização da dissidência sexual e uma política de identidades não essencializadas. Esta teoria critica as Ciências Sociais por sua visão heterossexista e busca desconstruir a interpretação binária da sexualidade. Ao enfatizar que as identidades são estratégicas e mutáveis, não essenciais, a teoria queer confronta a ideia de um sujeito político unitário, propiciando a formação de coletivos queer. Esses coletivos, ao se oporem à heteronormatividade, desafiam não apenas uma visão monolítica da identidade coletiva, mas também da alteridade, reconhecendo que tanto os sujeitos abjetos quanto os premiados pelas normas são afetados por elas. A emergência da política e da Teoria Queer trouxe tensões para o campo das pesquisas e dos movimentos LGBTQIA+, mas também desafiou e inspirou novas abordagens e reflexões sobre identidade e ativismo.

A teoria Interseccional é o tema do terceiro tópico. O conceito de interseccionalidade analisa as complexas interações entre raça, gênero, classe e outras categorias sociais na compreensão das dinâmicas de poder e opressão. Destaca-se a contribuição do feminismo negro nesse contexto, evidenciando como essa abordagem permite uma compreensão mais profunda

das experiências individuais e das estruturas sociais, desafiando o feminismo hegemônico e promovendo uma política identitária mais inclusiva. O texto discute o papel da interseccionalidade na compreensão das identidades individuais e coletivas, destacando sua relevância como ferramenta analítica na política identitária e na análise das relações de poder. Além disso, abordamos a noção de essencialismo estratégico como uma abordagem valiosa para a interseccionalidade, permitindo que grupos marginalizados usem a política identitária como uma ferramenta política. Este tópico também destaca a importância de examinar como as dimensões políticas das identidades individuais e coletivas podem ser pontos de partida para a pesquisa e prática interseccionais, evidenciando a complexidade das dinâmicas identitárias na interseccionalidade. A partir da perspectiva interseccional, destaca-se críticas fundamentais sobre a relação entre raça, classe e sexualidade na Teoria Queer. Weimer (2021) argumenta que a teoria queer não conseguiu pautar adequadamente o papel da raça na construção da sexualidade. A emergência da Crítica Queer de Cor (Queer of Color Critique) como uma voz radical que interroga as formações sociais a partir de intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade é uma resposta a essas lacunas, promovendo uma leitura complexa e interseccional do gênero e das sexualidades.

3.1 - INTERNET E IDENTIDADE COLETIVA.

Os anos 2000 e 2010 viram eclodir inúmeras manifestações ao redor do mundo (Gohn, 2014; Gohn, 2016; Pereira e Santos, 2016; Mendonça et al, 2019; Mendonça e Domingues, 2022). Os movimentos Occupy, Indignados, Primavera Árabe, as Jornadas de Junho de 2013, entre outros, chacoalharam as maiores democracias burguesas ao redor do mundo. Diferente das grandes manifestações ocorridas em outros momentos históricos, uma das características que marcaram os protestos multitudinários do século XXI foi o intenso uso de espaços de sociabilidade digital como o Facebook, Twitter, Youtube, entre outros, na organização e publicização dos eventos (Almeida, 2013; Pereira e Santos, 2016). O Facebook, por exemplo, se tornou especialmente relevante para cidadãos/ãs e militantes no acesso à informação – principalmente no que se refere à política – possibilitando a diversos grupos se assumirem como atores coletivos (Pereira, 2012; Sousa e Morais, 2021). Importantes também são os impactos das mídias sociais na autonomia de indivíduos e coletivos, uma vez que elas permitem a esses atores sociais adotar a função de criadores e comunicadores proativos de informações (Sousa e Morais, 2021).

Segundo Vinhas, Sainz e Recuero (2020), a Sociologia Digital surge como um campo especializado voltado para entender e integrar o emprego das tecnologias digitais na investigação sociológica. Diante das novas questões que surgem com a propagação das tecnologias digitais no cotidiano, a Sociologia Digital constitui uma possibilidade para revisar conceitos e técnicas consolidadas antes da era tecnológica. Nesse contexto, seu objetivo é refletir, através de padrões teórico-metodológicos atuais, sobre as relações entre público/privado, tradição/modernidade, rural/urbano e outras fronteiras que definem as interações sociais. Além disso, a Sociologia Digital promove uma contínua análise sobre as conexões entre inovação, interação social e saber, considerando os recursos digitais como oportunidades para testes metodológicos que visam abordar temas de interesse social (Vinhas, Sainz, Recuero; 2020).

Conforme Penteado et al. (2023) argumentam, no início dos anos 2000, três acontecimentos — a proliferação dos smartphones, o acesso em grande escala à internet e as plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagens — transformaram de maneira significativa as esferas de debate político. Isso expandiu o alcance da comunicação política para abranger a análise do engajamento dos indivíduos em diálogos abertos nessas plataformas, buscando detectar eventos comunicativos que moldam os mecanismos políticos. Após o entusiasmo inicial com a capacidade libertadora das mídias digitais durante os protestos globais entre 2010 e 2013, uma perspectiva mais crítica emergiu após eventos políticos como a eleição de Donald Trump e o Brexit. Estes casos evidenciaram a existência da proliferação de informações falsas, polarização, publicidade direcionada e distorção informativa em contextos online, levando-se a compreensão das redes sociais como cenários de uma “internet ambivalente”. Essas questões agora atraem mais interesse de pesquisadores, jornalistas e figuras políticas preocupados com as transformações nas ações políticas atualmente (Penteado et. al., 2023).

Conforme demonstraram Penteado et. al. (2022), os espaços digitais têm se tornado um cenário favorável para a propagação de narrativas populistas e informações falsas. Penteado et. al. (2022) examinaram as interações no X (Twitter) do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ao longo da crise da Covid-19. Ao estudar as táticas de comunicação utilizadas por Bolsonaro, a pesquisa analisou os temas de todas as suas postagens e os estudos das 100 mensagens mais replicadas. Os resultados dos autores e autoras mostram que a estratégia populista, caracterizada pelo despertar de sentimentos como fúria e pela grande quantidade de informação falsa,

produziu os conteúdos mais replicados pelos apoiadores do antigo presidente (Penteado et. al.; 2022).

As redes digitais viabilizam embates discursivos entre distintos atores políticos. Penteado et. al. (2023) defendem que, no cenário deste meio de comunicação, a discussão pública em plataformas digitais fica mais intrincada, unindo atributos sociotécnicos e métodos de discurso variados dos participantes. Isso coloca obstáculos para as análises de Comunicação Política e Opinião Pública, principalmente em conexão à contenda de interpretações de acontecimentos políticos por diferentes coletivos, bloqueando a criação de consensos. Nas mídias sociais, emergem discursos alternativos e embates de narrativas entre participantes, demonstrando divergências políticas que podem aumentar a polarização. O embate discursivo na internet envolve desacordos entre narrativas em sintonia com diversos alinhamentos políticos, criando redes de interesses que cristalizam orientações políticas e ideológicas (Penteado et. al., 2023).

Os embates discursivos geram contendas na rede em relação à política. Concordamos com Vinhas, Sainz e Recuero (2020) que a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) surge como um recurso analítico crucial para entender os eventos políticos atuais na América Latina, especialmente aqueles que ocorrem no espaço virtual. Os acontecimentos políticos recentes têm sido caracterizados por forte polarização, algo visível nas trocas digitais. Conforme Vinhas, Sainz e Recuero (2020), Laclau e Mouffe (2015) fornecem uma perspectiva do discurso como um desenvolvimento constante, baseado em um ambiente social marcado pela contingência. Sob essa ótica, o discurso não é meramente uma demonstração de ideias, mas uma forma de articulação que busca conferir sentido a componentes espalhados na estrutura social. Essa visão difere com a ideia de esfera pública habermasiana, que valoriza a lógica e o entendimento comum (Vinhas, Sainz, Recuero; 2020).

As articulações discursivas, segundo Laclau e Mouffe (2015), aparecem em meio a embates contínuos, tentando criar identidades coletivas em oposição ao “Outro” visto como inimigo. Essas articulações não representam uma substância estável, como uma classe social, mas surgem de forma contingente e instável, influenciadas pelas situações políticas e sociais do contexto. Essa dinâmica não permite a formação de uma unidade equilibrada, pois cada narrativa está sempre em resistência a um “Outro”. A análise dos antagonismos discursivos possibilita não apenas explicar as razões e as articulações associadas, mas também captar as contradições sociais implícitas. Os antagonismos evidenciam os limites da objetividade,

mostrando como a existência de um “Outro” é essencial para a formação da identidade política de um coletivo (Vinhas, Sainz, Recuero; 2020).

Essas antagonismos discursivos são fruto dos processos de articulação e repulsão entre componentes diversos, orientadas pelas regras de equivalência e diferença (Laclau, 2013). Os pontos nodais, ou de convergência, cumprem um papel essencial nesse sistema, possibilitando que elementos distintos se conectem em torno de uma identidade compartilhada. Nas comunicações em espaços digitais, como o X (Twitter), esses pontos nodais são com frequência reconhecidos por meio de expressões-chave e tags, promovendo a criação de grupos online e o fortalecimento de narrativas. Assim, as relações sociais online criam um cenário favorável para o surgimento de antagonismos discursivos, acirrando a polarização política vista atualmente. Essa complicada rede de significados e conflitos engendra o ambiente político e social, questionando as concepções usuais de consenso e coesão social (Vinhas, Sainz, Recuero; 2020).

O estudo conduzido por Oliveira, Lima e Penteado (2020), por exemplo, analisa o contexto das mídias sociais um ano após o homicídio da vereadora Marielle Franco. Utilizando a Análise de Redes Sociais na Internet, o propósito foi traçar as interações e os grupo que emergiram em relação a esse crime. Os autores apontam que as hashtags como #QuemMatouMarielle e #MariellePresente foram fundamentais nesse processo, unindo debates, expressões de apoio e reivindicações de justiça. A investigação revelou uma rede vasta e dispersa, com diversos núcleos temáticos, mas com um interesse comum na descoberta dos responsáveis pelo delito (Oliveira, Lima, Penteado; 2020).

Na pesquisa de Vinhas, Sainz e Recuero (2020), os autores e autoras assumem que o X (Twitter), como uma ferramenta de mídia social, exerce uma função expressiva no surgimento de narrativas políticas durante os períodos de pleito. A ênfase do estudo foi o desenvolvimento de embates discursivos durante os Pleitos Presidenciais de 2018 no Brasil, analisando as hashtags #bolsolão e #marqueteirosdojair. De maneira específica, foram observadas as interações em torno de um artigo de jornal da Folha de São Paulo, chamado “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, lançado em 18 de outubro de 2018. Os autores e autoras investigam como essas hashtags são articuladas discursivamente, aplicando a Análise do Discurso de Laclau e Mouffe como base teórica (Vinhas, Sainz, Recuero; 2020).

Já a investigação de Penteado et al. (2023) objetivou entender como os conflitos discursivos ocorrem em mídias eletrônicas. Os pesquisadores examinaram no Twitter o afastamento do antigo ministro da Educação do regime Bolsonaro, Abraham Weintraub, e sua

indicação para o Banco Mundial em junho de 2020. Esse incidente desencadeou discussões entre simpatizantes e opositores do governo, evidenciando padrões de interação, tópicos abordados e tipos de usuários mais ativos. A meta foi observar a sequência temporal, os tópicos e os tipos de indivíduos participantes desse embate discursivo (Penteado et al., 2023).

3.1.2 – Identidade Coletiva e Internet

Sousa e Morais (2021) apontam que o uso da internet na mobilização política ganha maior visibilidade em contextos de questionamento dos sistemas políticos. Cidadãos/ãs coletiva ou individualmente usam as redes sociais para expressarem sua indignação e reivindicarem direitos. A amplitude e a instantaneidade proporcionadas pelas redes sociais permitem às/aos ativistas, combinados às ações na rua, influenciar a agenda política, promover e coordenar protestos de forma mais dinâmica. A internet possibilita que militantes falem por si próprios ao invés de dependerem dos representantes para terem voz (Sousa e Morais, 2021).

De acordo com Pereira e Santos (2016), entre as principais características da comunicação online estão o fato de que são negociáveis e incontroláveis, não são constrangidas a um espaço ou tempo limitados, são hipertextuais e, diferentemente dos meios massivos informação, são vias de mão dupla. Para os autores, o uso da internet por atores sociais pode contribuir com a formação de novos canais de informação e na ampliação de sua circulação favorecendo uma maior pluralidade de percepções de mundo. A adoção das redes sociais como ferramenta política pode colaborar para a mobilização dos grupos, na transformação organizacional e – especificamente o ponto que nos interessa aqui – na construção da identidade coletiva (Pereira e Santos, 2016).

A partir da incorporação das redes sociais digitais, as ações coletivas podem se estabelecer sem uma liderança formal possibilitando o desenvolvimento de ações baseadas na circulação de conteúdos personalizados. Mais especificamente no que se refere ao nosso tema de interesse, os ambientes online permitem a construção e a manutenção de identidades através da comunicação. As redes sociais permitem um reconhecimento compartilhado de situações de injustiça bem como na definição da estrutura social que permite tal situação possibilitando a construção de uma “Nós” que transcenda a necessidade de uma presença no mesmo espaço ou tempo. A identidade coletiva também é facilitada pela comunicação online na medida em que esta estabelece percepções compartilhadas dos objetivos a serem alcançados bem como das melhores estratégias para alcançá-los (Pereira e Santos, 2016).

Porém, os benefícios do uso das mídias sociais nos protestos e ações coletivas não é um consenso entre os estudiosos. Kavada (2015) aponta que, por um lado, pesquisadores têm enfatizado o potencial para mobilizações instantâneas das redes sociais e a sua capacidade para agrupar com rapidez apoiadores em torno de temas sociais contenciosos. A internet permite aos ativistas organizarem protestos sem os recursos e estruturas oferecidos pelas OMS convencionais facilitando um tipo de “organização sem organizações”. As formas de adesão aos movimentos sociais atuais também foram profundamente alterados com o uso da internet uma vez que ela possibilita aos apoiadores se unirem a uma causa com apenas um “clique”, o que desafia o que comumente significa ser um “membro” (Kavada, 2015).

Por outro lado, segundo a autora, o potencial para construção coletivos é apontado como um dos problemas no uso da internet. A autora argumenta que algumas críticas enfatizam que as plataformas das redes sociais são pensadas como redes individuais e inadequadas para a criação de solidariedade coletiva. A lógica individualizante dessas plataformas podem facilitar a agregação de sujeitos em torno de causas comuns, mas não a difusão de uma identidade compartilhada estimulada com maior facilidade pela comunicação face a face (Kavada, 2015).

Bennett e Segerberg (2013) apontam o potencial empoderador da internet, sugerindo que as mídias sociais estão produzindo uma atividade de protesto diferente, que eles definem como “ação conectiva”. A ação conectiva é, segundo os autores, aquela em que os/as ativistas se engajam individualmente encontrando um terreno comum em estruturas de ação fáceis de personalizar possibilitando que as diferentes formas de se enxergar os problemas comuns sejam compartilhados através das redes digitais. Com a participação e o engajamento se tornando mais flexíveis e personalizados na ação conectiva, a lógica tradicional da ação coletiva está, para os autores, sendo gradualmente ultrapassada. Bennett e Segerberg (2013) afirmam que enquanto nas dinâmicas das ações coletivas tradicionais a construção de uma identidade coletiva era essencial, na ação conectiva não há a necessidade simbólica de um “Nós” unido, tornando a identidade coletiva dispensável.

Porém, Gerbaudo e Treré (2015) afirmam que, apesar de Bennett e Segerberg (2013) terem um sólido argumento em relação ao declínio das organizações formais de massa e o aumento das formas individualizadas de engajamento, a afirmação deles sobre a irrelevância da identidade coletiva é equivocada. Para Gerbaudo e Treré (2015), a oposição entre redes sociais e identidade coletiva não enxerga o fato de que as mídias digitais não são substitutivas, mas complementares à identidade coletiva. As plataformas de mídia social têm desempenhado um

papel central no processo de construção da identidade pois se tornaram os “locais” onde novos nomes coletivos, ícones e slogans foram lançados o que contribuiu de forma decisiva para o surgimento de atores coletivos (Gerbaudo e Treré, 2015).

Gerbaudo e Treré (2015) apontam que essa oposição ocorre porque as mídias sociais são vistas como meras ferramentas ou canais de veiculação de mensagens negligenciando, assim, a natureza ritual e simbólica dos processos comunicativos. Na linha do argumento de Gerbaudo e Treré (2015), Kavada (2015) examina como as mídias sociais foram importantes na construção do “coletivo” dentro do movimento Occupy Wall Street e mostra como o Facebook e o Twitter fizeram parte do processo de identificação do movimento. Ao combinar a teoria da comunicação organizacional com a compreensão de identidade coletiva de Melucci (1996), Kavada (2015) argumenta como o processo de identificação ocorre em um conjunto de conversas fixadas em textos ou códigos que, por sua vez, encapsulam e codificam a identidade do movimento.

Considerando as plataformas digitais tanto como fenômenos socioculturais quanto tecno-comerciais, Kavada (2015) sugere usar a noção de “código” ou “texto” de forma que abranja não apenas o código do software, mas também as normas, regulamentos, arquitetura e modelos de negócios que sustentam o design das plataformas. Para além dos objetivos e ideologia do movimento, esses códigos também podem se referir aos rituais e práticas adotados, como os códigos de conduta e os sinais empregados em protestos e assembléias gerais. Além disso, as fronteiras, visibilidade e acessibilidade das conversas do movimento na internet são típicas das formas como o ator coletivo delimita a fronteira entre o interior e o exterior do movimento, um aspecto importante da formação da identidade coletiva (Kavada, 2015).

Segundo Milan (2015), as mídias sociais promovem certos mecanismos para gerar a política de visibilidade. Em primeiro lugar, os indivíduos tornam-se heróis da história ao aderirem aos protestos e torná-los visíveis. Os eventos se desenrolam ao mesmo tempo tanto nos meios físicos quanto na nuvem e a expressão da ação nos perfis das redes sociais se tornam condição para a ação. Em segundo lugar, as mídias digitais possibilitam aos usuários atrair outras pessoas por meio de tags, citações e menções reiterando, assim, a definição coletiva de Nós/Eles. Elas também a espalham para os espectadores, iniciando novos ciclos de troca e negociação. Em terceiro lugar, as mídias sociais possibilitam às/aos usuárias/os ultrapassarem a copresença permitindo a reencenação contínua da ação social em plataformas online – através de interações assíncronas – estendendo, assim, a duração e ciclo de vida da mobilização. Por

último, performance, interpelação e reprodutibilidade se transformam em ritual contribuindo para difundir a identidade coletiva em formas estilizadas e dramatizadas que restauram os vínculos e promovem a solidariedade grupal (Milan, 2015).

Milan (2015) se volta ao conceito de identidade coletiva e analisa os processos de sua construção em circunstâncias de ativismo digital se perguntando *se e como* o ambiente online contribui para mudar a forma como militantes geram solidariedade grupal. A autora afirma que, ao invés de tornar a identidade coletiva redundante, as mídias sociais digitais ampliam e remodelam os processos pelos quais uma identidade coletiva é criada, reproduzida e mantida. Elas não são simplesmente responsáveis por uma estrutura específica para a construção e troca de mensagens em um meio específico. As mídias sociais contribuem para transformar o processo de “trabalho de sentido” da ação política. O material das mídias sociais tornaram-se o veículo do trabalho de significado, unindo e substituindo outros intermediários tradicionais – mídia alternativa e convencional e interações face a face – e o processo através do qual o simbólico toma forma (Milan, 2015).

Para mostrar como as mídias sociais reestruturam as dinâmicas da ação coletiva, Milan (2015) apresenta a ideia de “protesto na nuvem” (cloud protesting). Segundo a autora, a nuvem, nesta concepção, pode assumir dois significados. Em primeiro lugar, representa um espaço digital imaginado onde os recursos vitais para a ação coletiva são armazenados e utilizados. Em segundo lugar, é entendida como uma metáfora da maneira em que indivíduos se conectam em um domínio de ação coletiva típico da era das mídias sociais. A nuvem designa o espaço virtual onde acontece a produção cultural e simbólica dos movimentos sociais. Esse lugar simbólico guarda os elementos que possibilitam a ação conjunta como significados, identidades, narrativas, saberes vivenciados e redes de solidariedade (Milan, 2015).

A nuvem promove, então, uma afiliação “solta” estabelecida em uma base individual. Construída pela seleção e justaposição de significados produzidos por indivíduos discretos, a identidade coletiva, neste contexto, torna-se flexível e simbolicamente inclusiva, estabelecida em denominadores comuns mínimos abertos a interpretações. Essa identidade personalizada é experiencial, policêntrica, refinada e multicamada. Através das mídias sociais, a co-presença não é mais um pré-requisito para a ação, nem um requisito para a experiência coletiva (Milan, 2015).

Os teóricos dos movimentos sociais têm ressaltado a importância de considerar a fluidez das identidades coletivas e as maneiras como elas mudam ao longo do tempo. Aproveitando-se

da disponibilidade de dados das redes sociais e da transição da ação coletiva para a ação conectiva, novos métodos podem ser usados para modelar a mudança de identidade ao longo de um período médio a longo. Morselli et. al. (2023) analisaram dados do Facebook e argumentam que uma abordagem complexa e longitudinal ao estudo da identidade coletiva não só é possível, mas também necessária. Os autores e autoras exploram a formação e transformação da identidade no contexto de um ramo local do movimento *Gilets Jaunes* (Coletes Amarelos) na França. Ao empregar um desenho de pesquisa misto que combina modelagem de tópicos automatizada, análise de conteúdo e investigação linguística baseada em dicionário, Morselli et. al. (2023) mostram como as identidades coletivas são modeladas por meio de processos complexos e conflituosos na internet que formam um trabalho de identidade perpétuo (Morselli et. al.; 2023).

Nos movimentos LGBTQIA+, a mobilização política através da internet também tem desempenhado um importante papel no reconhecimento de si das/os militantes e na construção/transformação das identidades coletivas. No artigo de Biondo e Signorini (2015), um dos textos analisados em nosso estudo, as autoras destacam um tipo de confronto que tem se ampliado consideravelmente nos espaços digitais contemporâneos proporcionados pela Internet. Para isso, foram examinados exemplos de seis comunidades ativistas de gênero e sexualidade no Facebook, à luz das teorias pós-feminista e queer. O objetivo foi contextualizar o discurso ativista presente nessas comunidades e demonstrar a importância das construções linguísticas nos processos contemporâneos de definição e desconstrução das identidades de gênero e sexualidade. Os exemplos analisados pelas autoras revelam formas de reprodução e negação do discurso ativista em situações de conflito explícito e implícito. Em ambos os casos, o embate é político e ideológico, desviando o foco da discussão proposta inicialmente pelo moderador. Elas evidenciam ressignificações que promovem redesenhos identitários relacionados a questões de gênero e sexualidade, destacando um processo de resistência tanto daqueles que negam o discurso ativista quanto daqueles que o interpretam sob uma perspectiva pós-moderna feminista (Biondo, Signorini; 2015).

Outro exemplo de como a articulação política online tem impactado nas noções de identidade dos sujeitos dos movimentos LGBTQIA+ é o artigo de Jesus (2017), outro dos textos analisados nesta tese. Segundo a autora, a globalização, impulsionada pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, tem desafiado as fronteiras culturais e influenciado as concepções de gênero, tanto nas interações sociais quanto na definição de papéis masculinos e femininos. As diversas correntes do feminismo desempenham um papel fundamental nessa

transformação, aproveitando os recursos da virtualidade para disseminar discursos que abordam a interseccionalidade de opressões e identidades, contribuindo para a criação de novas práticas sociais. A autora analisa um debate realizado via Facebook, entre 17 e 31 de outubro de 2015, que reuniu seis lideranças trans brasileiras autoidentificadas como transfeministas. Esse evento informal explorou antecedentes teóricos e perspectivas atuais do pensamento trans no contexto do feminismo. Ela constata que blogueiras e ativistas transfeministas utilizam plataformas online, como blogs, comunidades e páginas em redes sociais, para expressar suas reflexões, ampliando a visibilidade e o debate sobre questões de gênero e sexualidade. A emergência das identidades trans em um contexto global de maior visibilidade representa um aspecto central na redefinição do gênero e na consolidação do conceito de identidade de gênero. Esses movimentos feministas digitais praticam uma interseccionalidade que vai além do discurso oral, encontrando espaço no ambiente digital para questionar e reconstruir conceitos e práticas. Essas expressões online, oriundas do Transfeminismo, contribuem para desafiar e moldar as percepções de gênero e identidade, influenciando diretamente as discussões e os movimentos sociais offline (Jesus; 2017).

Ao proporcionarem espaços de embates discursivos e disputa hegemônica (Vinhas, Sainz, Recuero; 2020), as plataformas online permitem que diferentes demandas estabeleçam cadeias de equivalência entre si e que os sujeitos políticos possam ressignificar a forma como veem a si mesmos e os adversários. É exatamente neste ponto que o tema das articulações políticas na internet se torna importante para a nossa análise. Ao possibilitar o questionamento das “coordenadas” das identidades individual e coletiva e colocar diferentes demandas em um cadeia de equivalências, a internet permite que concepções universais contingentes de sujeito sejam debatidas e colocadas em prática pelas/os militantes.

3.2 - A TEORIA QUEER E A CRÍTICA À IDENTIDADE.

A Teoria Queer emerge no campo de estudo sobre gênero e sexualidade questionando a centralidade da noção de Identidade para entendermos a construção da luta anti-LGBTQIfóbica. Podemos considerar a Teoria e o Ativismo Queer como um grupo de ações de militância e de produções teóricas que se orientam para a contestação das normas sociais fundamentadas no sexo. A Teoria Queer se constitui como campo nos anos 1990 se opondo à política da igualdade. Em oposição à ideia segundo a qual as minorias sexuais e as mulheres deveriam se integrar aos valores da sociedade dominante – presentes na políticas de igualdade –, as/os teóricas/os queer

enxergam nestas minorias espaços de contestação social e desconstrução de normas excludentes (Butler, 2002; Preciado, 2011; Miskolci, 2009; Rea e Amancio, 2018). A Teoria Queer parte do pressuposto de que “as minorias sexuais deveriam permanecer em um lugar estratégico de luta, resistindo à tentação de se uniformizar e se integrar ao conforto da maioria e da sociedade capitalista, como um todo” (Rea e Amancio, 2018, p. 4), defendendo uma politização da dissidência sexual e uma política das identidades não essencializadas (Rea e Amancio, 2018).

Segundo Miskolci (2009), a teoria queer apresenta uma crítica às Ciências Sociais ao apontar que elas sempre têm tratado a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. Esse pressuposto heterossexista do pensamento sociológico se mostrava até mesmo nas investigações sobre as sexualidades não-hegemônicas. As minorias sexuais sempre foram pensadas a partir de uma lógica heterossexual de se entender o mundo. Através da desconstrução, a teoria queer busca explicitar a interpretação binária da sexualidade e mostrar como oposições como hetero e homossexualidade são constantemente reforçadas e reatualizadas de forma a estarmos sempre dentro dessa lógica binária de pensamento e que, ao invés de quebrá-la, a teoria social acaba por constantemente reinscrever suas bases (Miskolci, 2009).

O termo queer tem operado historicamente como uma prática linguística em que o seu propósito foi produzir um sujeito através de uma interpelação humilhante e ele sempre esteve vinculado à acusação, à patologização e ao insulto. Aqui não se trata apenas de compreender como o discurso agrava os sujeitos, mas também como certos agravos colocam os sujeitos nos limites das ontologias e nos esquemas de inteligibilidade disponíveis (Butler, 2002). Segundo Butler (2002), os atos performativos são formas de fala que autorizam e, ao serem enunciadas, também realizam certas ações e conferem poder vinculante à ação realizada. Como uma interpelação que se pretende um campo de oposição coletiva, o termo queer nunca foi possuído plenamente, mas que sempre retorna, se torce, se desvia de um uso anterior e se orienta por propósitos políticos expansivos.

Para as/os teóricas/os queer, as identidades possuem valor apenas estratégico na formulação de reivindicações radicais e para trazer à agenda ações políticas de contestação das normas. Porém, a identidade deve ser entendida como uma construção mutável sempre transformada e renegociada historicamente. As identidades não são essências, mas estratégias. A militância queer buscou se diferenciar dos rumos oficiais do movimento LGBT clássico –

considerado conformista e pouco subversivo – e de suas pautas de reconhecimento de direitos (Rea e Amancio, 2018).

Como apontamos anteriormente, segundo Melucci (1996), a identidade coletiva é uma definição iterativa e compartilhada produzida pelos sujeitos relativa às suas ações e que envolve definições que dizem respeito aos fins, significados e ao campo de ação desses sujeitos. Diz de uma rede de relacionamentos entre os atores que interagem, se comunicam, se influenciam, negociam e tomam decisões e os movimentos sociais desenvolvem sua identidade coletiva em um relacionamento circular com um sistema de oportunidades e restrições a que estão submetidos. Os atores coletivos são capazes de identificar-se na medida que conseguem distinguir entre eles próprios e o ambiente em que estão inseridos. A unidade do sujeito coletivo está na sua capacidade em localizar-se no interior de um sistema de relações e não é possível para esse sujeito coletivo constituir sua identidade de forma independente de outros atores sociais e políticos (Melucci, 1996).

Um problema recorrente tanto nos estudos sobre movimentos sociais (sobretudo movimentos LGBTQIA+) quanto na militância desses movimentos é uma concepção monolítica de identidade calcada em um sujeito pré-estabelecido. No movimento feminista, ter uma noção pré-concebida e de “mulher” fez com que as outras que não se encaixem nesse modelo não se sentissem representadas pelo movimento (Butler, 2003). No movimento LGBTQIA+, a figura de um sujeito coletivo “homossexual” provocou o silenciamento de outros sujeitos (como as lésbicas, as/os travestis, as/os transsexuais, as/os bissexuais, entre outras/os) resultando em diversos rachas internos em alguns grupos e na fragmentação do sujeito do movimento (Facchini, 2009; Prado et al, 2010). Muitos coletivos, atualmente, buscam construir sua militância tentando romper com a necessidade de um sujeito político unitário. Essas/es militantes sempre procuram enfatizar a multiplicidade e a heterogeneidade dos sujeitos que compõem a militância. Elas/es constantemente apontam a “causa” como fator aglutinador do grupo ao invés de uma identidade “homossexual”, “gay” ou “lésbica” (Amaral, 2014). Este posicionamento marca a compreensão dos grupos de que a heteronormatividade e a homofobia afetam a todas/os, mesmo que de maneiras diferenciadas. Além disso, tomar os sujeitos como ontologicamente naturais pode provocar a invisibilização das lógicas de poder que atuam por trás da construção desse sujeito desrespeitado (Amaral, 2014; Facchini, Carmo, Lima; 2020).

Por sua conformação às exigências da política representacional de que se deva articular um sujeito estável, o feminismo e o movimento LGBT acabam abrindo a guarda a acusações de

deturpação da representação. Ao estarem condicionadas à lógica imposta pela estrutura de representação política, “a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o ‘sujeito’ do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional” (Butler, 2003, p. 18) e o sujeito feminista (ou LGBT) se mostra discursivamente construído pelo próprio sistema político que deveria favorecer a sua emancipação. A construção política do sujeito se mostra vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão e esse processo é efetivamente ocultado e naturalizado por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (Butler, 2003).

Para Butler (2003) – um dos grandes expoentes da Teoria Queer –, a insistência em uma categoria de mulheres coerente e unificada rejeitou a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é fundamentada a noção de “mulheres” (Butler, 2003). O movimento acabou, assim, reproduzindo no seu interior o mesmo universalismo excludente que historicamente tem apontado como causa da sua opressão. Como argumentamos no primeiro capítulo, as políticas democráticas são, para Butler (2000), constituídas através de exclusões que retornam para assombrar os sistemas políticos estabelecidos sobre sua ausência. Essa assombração se torna politicamente eficaz precisamente na medida em que o retorno dos excluídos forçam uma expansão e uma rearticulação das premissas básicas da própria democracia. A formação de qualquer organização política ou democrática – ou qualquer concepção de sujeito particular dentro desse sistema político – é necessariamente incompleta na medida em que há o fracasso de qualquer articulação em particular para descrever a população que ela representa. Cada sujeito é constituído diferencialmente e o que é produzido como o “exterior constitutivo” do sujeito nunca pode tornar-se totalmente dentro ou imanente de concepções universalistas (Butler, 2000).

O sujeito não pode ser entendido como aquele que impõe categorias prontas em um mundo pré-dado, as categorias são moldadas pelo mundo que ele procura conhecer, assim como o mundo não é conhecido sem a ação prévia dessas categorias. As categorias pelas quais o mundo se torna disponível para nós são continuamente refeitas pelo encontro com o mundo que elas facilitam. A universalidade não é uma característica da capacidade cognitiva do sujeito, mas é interligada ao problema do reconhecimento recíproco. O reconhecimento não é possível para além das práticas habituais em que ele ocorre, assim nenhuma condição formal de reconhecimento seria suficiente. O que seria chamado por Hegel de “substância universal”, segundo Butler (2000), é essencialmente condicionado pela prática habitual e os indivíduos fundamentam e reproduzem esses costumes. A implicação dessa visão, como apontado no

capítulo 01, é que qualquer esforço para estabelecer a universalidade como transcendente das normas culturais parece ser impossível (Butler, 2000).

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2003, p. 20).

A especificidade do feminino é totalmente descontextualizada e separada analítica e politicamente da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relação de poder que constituem a identidade. Assim, não apenas nos perguntarmos como as mulheres e os homossexuais podem se fazer representar de forma efetiva na política, deve-se também compreender como as próprias categorias de mulher e homossexual são produzidas e reprimidas pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais buscam emancipação (Butler, 2003). “A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento.” (Butler, 2003, p. 23). Segundo a autora, devemos justamente formular no interior dessa estrutura uma crítica às categorias de identidade que elas buscam engendrar, naturalizar e imobilizar.

A autora aponta que a política das ruas não pode se sustentar em uma identidade social específica para a construção do NÓS. Segundo Butler (2018), a política de gênero precisa se aliar às outras populações que compartilham a característica de precarização a fim de reivindicar o direito ao aparecimento – ou o direito a ter direitos. Para que a luta pelos direitos das minorias sexuais seja entendida a partir de um projeto democrático radical como uma luta por justiça social, é preciso perceber que a precariedade é a característica compartilhada por outras populações que vão para as ruas. Os direitos em disputa são plurais, não circunscritos por nenhuma identidade de antemão – não é prerrogativa de nenhuma identidade determinada – sendo a luta em si aquilo que busca expandir a noção do “Nós” da luta.

Butler (2018) afirma que se a precariedade pode se dar em decorrência de uma variedade de fatores aleatórios – como desastres e doenças – e sua prevenção e tratamento podem ocorrer de forma mais efetiva para algumas populações ou em algumas regiões do que em outras, configurando-se, assim, uma distribuição demográfica desigual da condição precária. Assim, pessoas pobres, negras, transgêneras e etc. são alvos mais frequentes da precariedade e se

tornam mais passíveis de violência. Coletivos compostos por estas pessoas e que não possuem seus direitos resguardados nos espaços públicos conformam uma ideia de “povo” sem qualquer perspectiva de representatividade nas arenas políticas e são justamente estes atores que dão corpo às manifestações públicas.

Ela afirma que certas populações são tomadas como suscetíveis de injúria aptas a serem descartadas nos termos da política econômica e militar, sendo que a vulnerabilidade seria então uma maneira de escolher uma população para dizimação. Em contraponto, a ideia de vulnerabilidade é defendida por militantes dos direitos humanos quando eles apontam a necessidade de proteção aos grupos vulneráveis. Assim, a ideia de vulnerabilidade opera tanto para atingir quanto para proteger certos grupos se tornando, assim, a condição intrínseca para a vida humana sendo ao mesmo o que pode ameaçar certos sujeitos e o motor para estes sujeitos se reunirem em assembléias contra a situação de vulnerável (Butler, 2018).

Uma concepção de *identidade coletiva* baseada na ideia de um sujeito político unificado tem sido motivo de diversos embates dentro de movimentos como o feminista e o LGBTQIA+. Pesquisadores e militantes frequentemente caem na armadilha apontada por Melucci (1996) de tomar o conceito como um instrumento analítico que pretende apontar um núcleo unificador do movimento, tomando-o de forma reificada e essencialista. Entretanto, o problema não se encontra no conceito de identidade coletiva, mas sim na forma como ela é concebida. Para Melucci (1996) identidade coletiva não é um dado empírico, uma entidade manifesta em um movimento social. A identidade coletiva é uma ferramenta analítica que representa uma solução temporária para um problema conceitual. Assumindo a incompletude inerente a qualquer identidade (Butler, 2000), entendemos que a identidade coletiva é um processo trabalhoso onde a unidade e equilíbrio são constantemente restabelecidos em reação às mudanças e transformações nos seus elementos internos e externos (Melucci, 1996). Ela é tomada como um campo que se expande e se contrai em que suas fronteiras se alteram de acordo com o contexto em que ela se insere. Essa formulação nos permite compreender a possibilidade da formação de coletivos *queer* atualmente. Muitas das novas organizações buscam incorporar na sua ação política as críticas feitas pela teoria *queer* e tentam construir um sujeito coletivo que não seja baseado na eleição de uma identidade sexual como constituinte do movimento (Amaral, 2014).

Importante ressaltar que o ato mediante o qual um nome autoriza ou desautoriza uma série de relações sociais ou sexuais é, necessariamente, uma repetição. Uma expressão performativa tem “êxito” na medida em que tenha como sustento e encubra as convenções que a mobilizam. Assim, nenhum termo pode funcionar performativamente sem sua historicidade

acumulada (Butler, 2002).

Si una expresión performativa surte efecto provisoriamente (y yo sugeriría que su éxito sólo puede ser provisorio), ello no se debe a que haya una intención que logra gobernar la acción del habla, sino únicamente a que esa acción repite como en un eco outras acciones anteriores y acumula la fuerza de la autoridad mediante la repetición o la cita de un conjunto anterior de prácticas autorizantes (Butler, 2002, p. 319).

Os termos que pretendemos e insistimos em politizar a identidade exigem que nos voltemos contra a historicidade constitutiva destes termos. Assim como é necessário afirmar as demandas políticas recorrendo a categorias de identidade e reivindicar o poder de nomear-se e determinar as condições em que se deva usar esse nome, devemos admitir que é impossível sustentar este tipo de domínio sobre a trajetória dessas categorias dentro do discurso. A expectativa de autodeterminação que desperta a autodenominação encontra a oposição da historicidade do nome, a história dos “usos” que ela nunca controlou. Este não é um argumento contra o emprego das categorias de identidade, é um argumento que recorda o risco que corremos ao usá-las (Butler, 2002).

Nesse sentido, continua sendo politicamente indispensável a reivindicação às categorias políticas – como mulheres, gay e lésbica – justamente devido ao fato de que reivindicar esses termos se torna necessário para podermos refutar a lógica de desrespeito no campo legal, nas atitudes públicas e na vida privada. Caso se situasse em uma posição independente de todas estas outras modalidades de poder, a política queer perderia sua força democratizadora. A desconstrução política do queer não deve paralisar o emprego de tais termos, mas deve estender o alcance deles e nos fazer considerar a que preço e com que objetivos eles são utilizados e através de que relações de poder se engendraram tais categorias. Assim, as categorias de identidade se mostram como erros necessários e, desta maneira, também será necessário afirmar o termo *queer* como uma forma de afiliação entendendo que, como uma categoria, ele nunca poderá descrever plenamente àqueles a que pretende representar (Butler, 2002).

Preciado (2014, 2018) traz à Teoria Queer uma crítica à essencialidade com que os corpos são entendidos. O autor evidenciou a artificialidade da construção teórica dos corpos mostrando como o sexo e o gênero são tecnologias biopolítica. Preciado (2011, 2014, 2018) interpretou a crescente tecnologização dos corpos no que afirmou ser uma “era farmacopornográfica” que seria marcada por crescentes intervenções corporais dos mais diversos tipos. Segundo ele, a “tecnossexualidade” é fruto de um processo histórico em que a sexologia e patologização da homossexualidade teriam um lugar fundamental (Weimer, 2021).

Aqui, o conceito de gênero ganha centralidade no debate. Ele passa a ser entendido como um conjunto de dispositivos sexopolíticos que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais (Preciado, 2011). “O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros” (Preciado, 2011, p. 14). O corpo e o gênero tornam-se, para além de lugares de poder, os espaços de criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos de minorias sexuais.

Identificações negativas (como bichas e sapatas) são tomadas como possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização e os movimentos e teorias queer fazem uso de estratégias ao mesmo tempo hiperidentitárias (exacerbação das características identitárias) e pós-identitárias (superação das características identitárias) utilizando as identidades desviantes como recursos políticos máximos. A teoria e a política queer buscam reapropriar e desviar os discursos dominantes da ciência e da política que buscam construir o corpo “normal” e o corpo “desviante”. Em oposição às políticas “feministas” e “homossexuais” dominantes, ela não se baseia em uma identidade natural (homem/mulher) nem em na definição de práticas sexuais (heterossexual/homossexual), mas na multiplicidade de corpos sexuados que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” (Preciado, 2011).

Ao assumir uma identidade coletiva *queer*, muitos grupos atualmente procuram restabelecer as lógicas sobre as quais se fundamenta a construção do NÓS. A identidade coletiva desses grupos não é estabelecida em torno de nenhuma identidade individual e/ou categoria de sujeito pré-estabelecida. Ao entender que o os une é a causa e não a identidade, elas/es retiram o foco da ação do sujeito e passam a colocá-la na norma a que se opõe. A luta contra a norma passa a ser o fator aglutinador da militância. Dessa forma, esses não são movimentos de gays e/ou lésbicas, mas sim daquelas/es que se opõem à heteronormatividade. A percepção de que a homofobia não é uma violência que ocorre separada de outras também é comum entre as/os militantes desses coletivos. Elas/es compreendem que a heteronormatividade se vale de outros eixos de poder e se articula com diferentes formas de desrespeito estabelecendo dinâmicas que criam diferentes sujeitos subalternos (Amaral, 2014, Facchini, Carmo, Lima; 2020).

Ao se afirmarem contra a norma que os constroem como subalternos, esses coletivos colocam em xeque não apenas uma visão monolítica da identidade coletiva (do NÓS), mas também uma visão monolítica do ELES. Se assumimos que as normas estabelecem os padrões éticos da vida pública e os parâmetros de reconhecimento de sujeitos considerados

“verdadeiros”, e que não existe posição de sujeito fora da norma – mas sim sujeitos considerados abjetos pelas normas –, podemos assumir que a norma ao mesmo tempo perpassa a construção tanto do NÓS quanto do ELES (Amaral, 2014). O NÓS (que seriam sujeitos abjetos pelas normas) também são construídos com base nos padrões normativos e o ELES (que seriam sujeitos premiados pelas normas) também são afetados pelas ações coercitivas da norma. Tanto o NÓS quanto o ELES são aliados e adversários em potencial e qualquer posição de “inimigo” e/ou contramovimento só poderia ser localizada temporária e contextualmente de forma relacional (Amaral; 2014; Facchini, Carmo, Lima; 2020).

A emergência da política e da Teoria Queer trouxe fortes tensões tanto para o campo de pesquisas quanto da atuação dos movimentos LGBTQIA+. Se por um lado militantes queer questionam o quanto a política – até então chamada de – identitária pode ser reprodutora de desigualdades e exclusão, por outro militantes e pesquisadoras/es tradicionais acusam os queer de um academicismo sem fundamento prático e sempre reafirmaram a importância da delimitação da identidade como um instrumento importante de contestação social e interpelação do Estado. Seja contestando os pressupostos queer ou confirmando-os, as/os pesquisadoras/es se lançaram ao campo realizando trabalhos empíricos entendendo as novas organizações e realizando releituras das tradicionais.

A experiência dos movimentos sociais *Queer* nos mostra a possibilidade de construção de uma luta social em torno de um significante vazio – o *queer* – que expressa e constitui uma cadeia de equivalência entre as demandas de todos afetados pela heteronormatividade – lésbicas, gays, travestis, transexuais, héteros não binários e etc. – em torno de uma única luta e um único inimigo. Podemos então afirmar que a política e a teoria queer se fundamentam em sujeito coletivo universal contingente nos termos propostos por Butler (2000) em seu diálogo com Laclau (2000) e Žižek (2000).

3.3 - FEMINISMO NEGRO E A TEORIA INTERSECCIONAL.

O conceito de interseccionalidade foi proposto por Kimberlé Crenshaw (2002) para ser capaz de capturar as múltiplas interfaces entre raça, gênero e classe (entre outras). A autora propõe que raça e gênero não seriam apenas características identitárias que simplesmente se somam na enumeração de lógicas de violências, mas que se interferem e se implicam mutuamente articulando lógicas de opressão específicas (Crenshaw, 2002). A abordagem interseccional permite maneiras mais complexas e efetivas para a análise social e intervenção

política (Weimer, 2021). Essa abordagem do feminismo negro “oferece grande potencial para o estudo crítico da articulação entre diversos marcadores sociais da diferença” (Weimer, 2021, p. 207) permitindo estudos empíricos sobre lógicas de exclusão e representações políticas mais nuançados. Rodrigues e Freitas (2021) apontam que, apesar do termo “interseccionalidade” ter sido formulado por Crenshaw no final da década 1980, a noção de opressões cruzadas e indissociáveis de raça, gênero e classe já se encontrava entre as militantes dos movimentos de mulheres negras brasileiras desde as décadas de 1970 e 1980. Essas ativistas denunciavam que entre os movimentos feministas, raça era considerado um elemento secundário e entre os movimentos negros, o sexismo não era considerado importante (Rodrigues e Freitas, 2021).

Segundo Collins (2021), a interseccionalidade examina como as variadas formas de poder se cruzam e afetam as vivências pessoais e as interações sociais. Esse enfoque percebe a conexão entre categorias como etnia, estrato social, identidade de gênero, sexualidade, origem nacional, habilidade e faixa etária, entre outros, e como elas se influenciam mutuamente. Dessa forma, a interseccionalidade não considera esses grupos como elementos separados, mas como componentes interdependentes que funcionam de maneira integrada na organização social. É relevante observar que, ainda que essas relações interseccionais de poder na maioria dos casos não sejam explícitas, elas possuem um impacto significativo em todas as dimensões do cotidiano e das interações sociais. A abordagem interseccional facilita uma percepção mais completa e situada dos processos sociais, sublinhando a urgência de levar em conta várias facetas da identidade e do poder ao investigar temas sociais e políticos (Collins, 2021).

A autora apresenta o caso das militantes negras americanas nos anos de 1960 e 1970, tendo suas demandas frequentemente ignoradas por movimentos centrados apenas em uma categoria de identidade, como etnia, gênero ou estrato social. Dado esse cenário, as mulheres negras apelaram à abordagem interseccional como um método de análise que compreendia e incluía todas as facetas de sua identidade em suas lutas por igualdade e justiça. A força da abordagem interseccional como recurso de análise está em sua habilidade de evidenciar as interrelações entre diversas formas de repressão e injustiça. Os exemplos apresentados por Collins (2021), como o exame interseccional do futebol e o ativismo das mulheres negras no Brasil, destacam como essa perspectiva pode elucidar os sistemas de poder, reconhecer questões sociais e reforçar a militância em resposta às desigualdades coletivas (Collins, 2021).

Para Collins (2021), ao invés de se limitar apenas ao seu conceito ou raiz teórica, o essencial é focar nossa concentração no que a interseccionalidade realiza. O uso cotidiano da

interseccionalidade como um método crítico é o que realmente estimula sua importância e influência no entendimento das transformações das dinâmicas sociais atualmente. A interseccionalidade assinala que as vivências pessoais são determinadas por uma multiplicidade de elementos conectados e intrincados. Um exemplo disso é que homens e mulheres podem passar por formas variadas de racismo, assim como mulheres de etnias diferentes podem viver o sexismo de modos distintos. Ao esclarecer esses pontos da experiência pessoal, a interseccionalidade proporciona uma perspectiva mais abrangente e contextualizada para examinar as interações sociais (Collins, 2021).

O feminismo interseccional se opõe a uma forma hegemônica de feminismo que se coloca como referência normativa tanto política quanto acadêmica e que é acusado como sendo majoritariamente branco, cisgênero, heterossexual e institucional. Segundo Marcinik e Mattos (2021), existe uma extensa produção destes feminismos investigando como diversos marcadores sociais atravessam os sujeitos nas construções de seus saberes e práticas de resistência nos permitindo compreender o lugar dos discursos feministas nos processos de subjetivação e racialização das mulheres. Para bell hooks (2015), as feministas brancas não têm levado a sério a inter-relação entre opressões de raça, sexo e classe não estando, assim, aptas a falar pela diversidade do “ser” mulheres bem como incapazes de dialogar com elas. Os problemas que afligem as mulheres não podem ser considerados de forma isolada, assim como não é possível eleger um como universal a todas. Os discursos sobre as feminilidades admitem significados específicos a partir de diversos marcadores e trajetórias que atravessam o sujeito “mulher” (Marcinik e Mattos, 2021).

A perspectiva interseccional apresenta uma crítica ao essencialismo do feminismo hegemônico sobre as discussões propostas por mulheres racializadas. Ela é mais abrangente que a simples soma do racismo e do sexismo nas análises sobre opressões. Não levar em conta a interseccionalidade impede que se leve em consideração as formas específicas de subordinação com as quais mulheres negras, lésbicas, indígenas, entre outras, são submetidas. Para além das experiências das mulheres, a perspectiva interseccional também é mobilizada para explicitar dinâmicas entrecruzadas de opressão de pessoas LGBTQIA+ negras/os/es e indígenas (Fernandes, 2015; Rea e Amancio, 2018; Weimer, 2021). Ao invés de presumir que todos os sujeitos pertencentes a um grupo social compartilham das mesmas experiências, a noção de interseccionalidade defende que, mesmo em suas similaridades, todas/os possuem vivências específicas influenciadas por diversos traços de sua identidade. Dessa forma, é preciso que se pense em privilégios e opressões como fluídos e dinâmicos, sujeitos à mudanças e, em

determinadas situações, intercambiáveis (Crenshaw, 2002; Marcinik e Mattos, 2021; Nogueira, 2021).

A análise da Copa do Mundo da FIFA, realizada por Collins (2021), proporciona uma chance incomparável para entendermos os processos complexos das relações de poder, evidenciando como diferentes tipos de opressão se interligam e surgem em escala mundial. Segundo a autora, a FIFA, na qualidade de entidade principal na coordenação da Copa do Mundo, está atravessada por diversos domínios de poder conectados: estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal. Esses domínios não são imutáveis, mas sim configurados por práticas organizacionais que se desenvolvem ao longo do tempo e em diferentes cenários regionais. A utilização da interseccionalidade facilita um exame aprofundado das conexões específicas das relações de poder dentro da FIFA, expondo como aspectos como sexo e caráter nacional se interligam e afetam as atividades administrativas em cada campo de domínio. No domínio estrutural, por exemplo, as bases fundamentais das instituições sociais configuram as chances e disponibilidades de diferentes grupos sociais, enquanto no domínio cultural, as ideias e a cultura exercem uma função central na coordenação das relações de poder. O domínio disciplinar, por sua vez, se refere à imposição de diretrizes e regulamento que podem ajudar a propagar desigualdades baseadas em características como etnia, condição econômica e sexo. No domínio interpessoal, as interações sociais são formadas pelas identidades interseccionais dos sujeitos, influenciando suas experiências e percepções de poder e pertencimento (Collins, 2021)..

Collins (2021) salienta o crescimento acelerado da disparidade financeira mundial como uma questão de alta importância coletiva e governamental. Este fenômeno impacta consideravelmente a maior parte dos habitantes do planeta, com cerca de 70%, segundo a autora, sendo atingidos pela progressiva desigualdade na distribuição da riqueza. A perspectiva interseccional surge como um recurso de análise valioso para entender os diversos aspectos da desigualdade econômica global. Ao levar em conta os cruzamentos de etnia, identidade sexual, faixa etária, nacionalidade e outras categorias sociais, a interseccionalidade mostra como diferentes segmentos são influenciados de formas variadas pelas mudanças na economia mundial. Por exemplo, mulheres, negos/as, jovens e moradores de regiões do interior enfrentam dificuldades específicas no setor de trabalho e na tentativa de estabilidade financeira. Além disso, a interseccionalidade questiona as justificativas superficiais baseadas unicamente na classe social para a desigualdade econômica. Enquanto a teoria de marxista tende a dar prioridade à classe como o fator chave da desigualdade, a interseccionalidade admite a relação

entre classe, etnia, identidade de gênero e outras categorias sociais na edificação das estruturas do poder econômico. Aí reside o potencial de construção de um Universal Contingente já que o pensamento interseccional possui ferramentas analíticas que possibilita às diferentes identidades excluídas do “Universal” vocalizarem suas demandas (Collins, 2021).

Rodrigues e Freitas (2021) mobilizam a perspectiva interseccional para analisar o movimento de mulheres negras brasileiras. O autor e a autora apresentam a ampla contribuição intelectual de mulheres negras brasileiras com destaque para as obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro e Fátima Oliveira que, já nas décadas de 1970 e 1980, conjugavam a dupla militância de luta contra o racismo e o sexismo que serviu de base para a construção do pensamento e da prática de um feminismo negro brasileiro. Lélia Gonzalez é entendida como a figura primordial no Movimento de Mulheres Negras por, entre outros motivos, antever os debates sobre o cruzamento de gênero, raça e classe que hoje é caracterizado como interseccional. Gonzalez criticava simultaneamente os movimentos negro e feminista – militando em ambos – defendendo que os feminismos precisavam se atentar às múltiplas formas de opressão que incidem sobre as mulheres. Ela destacou a importância da autonomia dos grupos de mulheres negras, indígenas e populares por julgar que essas mulheres são as mais apropriadas para vocalizar seus próprios interesses e formas de simbolizar o mundo (Rodrigues e Freitas, 2021).

Collins (2021) sublinha a importância central das mulheres negras no Brasil, enfatizando suas militância e colaborações para as causas feminista e de igualdade racial. Tendo em vista o início da Década das Mulheres da ONU em 1975, as militantes negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras no congresso das Mulheres Brasileiras. Esse documento foi vital para trazer foco aos problemas específicos que impactavam as mulheres negras no país, sublinhando como suas vidas eram configuradas por relações multifacetadas de identidade sexual, etnia e orientação sexual. Além disso, Collins enfatiza a complexidade das relações de poder interseccionais no Brasil, formadas por elementos históricos como o escravidão, colonização e a ideia falsa de igualdade racial. As vivências das negras brasileiras são intensamente afetadas pelo entrelaçamento de etnia, gênero e classe, manifestando-se em áreas como trabalho, educação e acesso a recursos sociais. O movimento das mulheres afro-brasileiras se manifesta como uma resposta a essas complexidades, incentivando uma estratégia identitária que reconhece as vivências comuns de opressão, exploração e exclusão (Collins; 2021).

Marcinik e Mattos (2021), a partir de uma perspectiva interseccional, buscam compreender como os processos de subjetivação e racialização de feministas brancas se dão. O conceito mostra para as autoras como que posições desprivilegiadas (de gênero) não apagam os privilégios de raça. As autoras apontam que as mulheres entrevistadas em sua pesquisa se identificam como “feministas brancas” mas, apesar disso, seus processos de racialização e subjetivação são marcados por diferentes características sociais. Marcinik e Mattos (2021) trazem em suas análises discussões sobre como pensar a branquitude nos contextos feministas hegemônicos tentando compreender as tensões e acordos que emergem quando feministas brancas se dispõem a dialogar e pensar sobre a sua condição racial. Elas mostram que, mesmo estando sujeitas a lógicas de opressão de gênero, essas feministas reconhecem momentos em que usufruem de certos privilégios de raça. Mais do que isso, elas mostram como opressões de gêneros e privilégios de raça se entrecruzam de maneira complexa em certos momentos (Marcinik e Mattos, 2021).

Já Nogueira (2021) faz uma discussão sobre a militância de mulheres lésbicas negras em diversas formas de sororidade, como associações, sindicatos, coletivos, grupos de autoajuda, entre outros. Mobilizando a perspectiva interseccional, a autora tenta mostrar a trajetória desta forma de feminismo – e de feministas – historicamente submetidas a múltiplas segregações e, muitas vezes, vistas como sujeitos exóticas ou excêntricas.

O conceito de interseccionalidade e suas múltiplas possibilidades de análise demarcam também os sistemas de dominação que produzem violências, sobretudo sobre mulheres lésbicas negras, por serem discriminadas, exploradas, oprimidas, e por terem suas trajetórias de vida desafiando diretamente a estrutura social vigente e sua ideologia sexista, classista e racista (Nogueira, 2021, p. 02).

Em face das diversas forças opressivas que afetam as mulheres – como o sexismo, o racismo estrutural, o conservadorismo latente da sociedade, entre outras –, Nogueira (2021) mostra em seu texto como essas mulheres foram pioneiras ao, a partir da sua militância, inserirem no movimento feminista da década de 1990 temas até então inexistentes, nem mesmo pelas lésbicas brancas. O conceito de interseccionalidade permitiu à autora mostrar que, dado todo o histórico de múltiplas violências a quais foram submetidas, as militantes feministas lésbicas negras tiveram que pensar as suas ações orientadas para o próximo, as outras dos movimentos feministas e LGBT – mulheres heterossexuais e lésbicas brancas –, aquelas com diferentes demandas, mas que precisavam ter seus direitos garantidos. A partir dessa forma de fazer política, as lésbicas negras foram construindo trajetórias de militância com agendas

próprias, articulando esses diferentes marcadores em suas identidades coletiva e pessoal (Nogueira, 2021).

3.3.1 – Interseccionalidade e Identidade

Collins (2021) ressalta a importância vital da interseccionalidade como um recurso investigativo que expande nosso entendimento das identidades coletivas e da ação política. Ela nota que a interseccionalidade apareceu como uma reação à necessidade de políticas de identidade mais inclusivas, como no exemplo das mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos, que mobilizaram suas características em sociedades que as desvalorizavam. Ao interpretar as identidades como interligadas e dinâmicas, a interseccionalidade questiona a concepção convencional de identidade como algo fixo, indicando que ela é formada e influenciada por ambientes culturais e relações de poder.

O entendimento da identidade individual como interseccional tem desdobramentos importantes, pois admite a diversidade das vivências humanas. Em lugar de serem reduzidas a uma única categoria, as pessoas passam a se reconhecer ao mesmo tempo em múltiplas características, como origem, gênero, orientação sexual e grupo étnico. Porém, Collins (2021) alerta contra a simplificação excessiva da interseccionalidade como uma teoria especificamente voltada para a identidade individual. Mesmo que destaque a pluralidade de identidades, a interseccionalidade supera isso, proporcionando uma análise mais abrangente das relações de poder e das maneiras como elas influenciam variados setores sociais. A interseccionalidade constitui um método poderosa para reconhecer as sutilezas das identidades coletivas e individuais, bem como os processos políticos que atravessam essas questões (Collins, 2021).

Collins (2021) discute as controvérsias sobre a interseccionalidade e a identidade no meio acadêmico, enfatizando a relevância de um entendimento mais claro desses temas. Ela nota que, apesar de a interseccionalidade ter sido vinculada à política de identidade e ignorada por alguns grupos acadêmicos, é essencial interrogar que tipo de identidade esses críticos pressupõem ligados à interseccionalidade e se ela deve ser rejeitada em pesquisas sobre a identidade. Vários estudiosos veem a interseccionalidade como problemática, alegando que ela focaliza exageradamente a identidade e sugerem até mesmo o abandono do conceito. Entretanto, essa perspectiva omite o fato de que a interseccionalidade sempre incluiu análises estruturais como parte crucial de seu método (Collins, 2021).

Uma crítica adicional relaciona-se ao alegado essencialismo da interseccionalidade, sustentando que ela não admite devidamente a diferença. Porém, a interseccionalidade admite a mutabilidade das identidades individuais, que mudam de acordo com o contexto social e as relações de poder. Além disso, críticos alegam que a política identitária pode ser separatista, favorecendo o reconhecimento cultural em detrimento da redistribuição econômica. No entanto, investigações de campo mostram que o enfoque identitário pode ser um mecanismo de empoderamento político para coletivos excluídos. A pesquisa de José E. Cruz (1998) acerca da política porto-riquenha em Hartford, por exemplo, rebate essas objeções, revelando como a mobilização política fundamentada na identidade não gerou separação ou vitimização, mas sim promoveu a participação cidadã. Outro caso citado é o estudo de Barvosa-Carter (2001) sobre a formação de uma identidade étnica emergente entre mexicanos e porto-riquenhos nos Estados Unidos. Essa nova identidade étnica ajudou a formar uma aliança política consciente das múltiplas diferenças dentro desses grupos, promovendo a cooperação na luta pela igualdade (Collins, 2021).

Portanto, Collins (2021) destaca que as objeções à abordagem interseccional frequentemente são fundamentadas em entendimentos superficiais e mal interpretados, desconsiderando sua profundidade e aptidão para estimular análises mais integradas das identidades individuais e coletivas. Collins (2021) examina a função da identidade na interseccionalidade, questionando qual tipo de identidade se adequa a essa abordagem. Ela apresenta o conceito de essencialismo estratégico, conforme sugerido por Gayatri Spivak, que indica que as identidades mobilizadas em campanhas por direitos não são permanentes, mas sim calculadamente essencialistas. Isso implica ser possível se alinhar a uma posição conscientemente essencialista em relação às categorias de identidade relevantes para expressar uma consciência coletiva e alcançar metas políticas definidas. Essa abordagem sublinha a importância estratégica das categorias de identidade em certos contextos, possibilitando que sujeitos e coletivos se juntem em relação a temas específicos. Portanto, o essencialismo estratégico é um instrumento valioso para a abordagem interseccional, já que possibilita que comunidades marginalizadas adotem a estratégia identitária como um método de ação política.

Ao lidar com identidades coletivas, uma abordagem mais produtiva é examinar como as dimensões políticas das identidades individuais e coletivas podem ser pontos de partida para a pesquisa e a prática interseccionais, em vez de serem vistas como fins em si mesmas. Isso enfatiza a importância de compreender como as identidades se entrelaçam e se manifestam em diferentes contextos políticos, destacando a complexidade das dinâmicas identitárias na

interseccionalidade. O estudo de Sousa, Gallas e Perez (2021), texto analisado na presente tese, revisitou a trajetória do Grupo Matizes, principal movimento social em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+ em Teresina (Piauí), examinando como o movimento abordou questões de gênero, etnia-raça, classe e sexualidade, tanto de forma isolada quanto interseccional. Os resultados destacam que, embora a interseccionalidade não seja explicitamente articulada, a compreensão das múltiplas opressões sociais enfrentadas pela comunidade LGBTQI+ está intrinsecamente ligada à essência do Grupo Matizes (Sousa, Gallas e Perez; 2021).

A Teoria Queer — discutida no tópico anterior — foi alvo de muitas críticas feitas a partir de uma perspectiva interseccional. As teorias Queer e Interseccional partem de uma mesma crítica ao pensamento e movimento feminista clássico — a saber, o universalismo excludente provocado por entender as mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e dos países do nortes global como o sujeito político do feminismo — dando respostas diferentes a esse mesmo problema. Porém, parte das críticas feitas ao feminismo clássico também foi direcionada à perspectiva queer por autoras e autores do campo da interseccionalidade. No seguinte subtópico, apresentamos de forma mais detida esse debate.

3.3.2 - Críticas à Teoria Queer a partir da perspectiva Interseccional.

Segundo Weimer (2021), a questão racial sempre foi considerada pela teoria queer. Porém, essa presença se dá de forma secundária. Em seu desenvolvimento ao longo da década de 1990, a teoria queer não conseguiu pautar devidamente o papel da raça na construção da sexualidade (Miñoso, 2015; Weimer, 2021). Miñoso (2015) — durante o Congresso Desfazendo Gênero II — enfatizou o fato de corpos negros e indígenas estarem ausentes nos espaços de debate sobre a diversidade sexual. A autora salientou que a análise do dispositivo da sexualidade manteve-se, basicamente, como um dispositivo da sexualidade burguesa e branca e criticou o pensamento Queer questionando o seu trânsito na América Latina. Ela pergunta o que uma teoria elaborada no norte global poderia falar de contextos diferentes como a América Latina e afirma que a incorporação da Teoria Queer por pesquisadoras/es do sul poderia incorrer em uma expansão do eurocentrismo e de seu programa (Miñoso, 2015).

Apesar do debate teórico sobre a raça ser contemporâneo ao desenvolvimento da teoria queer, os diálogos nem sempre ocorreram ou, quando aconteciam, eram marcados por mal-

entendidos e omissões. Por mais que a questão racial sempre estivesse presente no pensamento queer, é de grande relevância que muitas/os LGBTQIA+ negras/os ou latinas/os não tenham se identificado com ele. Muitas/os intelectuais negras/os enxergam a Teoria Queer como marcada por uma homonormatividade branca de classe média com a qual elas/es não se reconhecem (Weimer, 2021).

Em Butler (2002; 2003), a atenção dada às questões raciais aparece de forma mais incisiva uma vez que uma das propostas da autora é justamente analisar os corpos em sua materialidade fazendo com que o marcador de raça seja incontornável. Butler (2003), criticando a forma como o feminismo ao construir seu sujeito coletivo (mulheres) desconsidera marcadores sociais importantes, defende a indissociabilidade entre gênero, raça, etnicidade, origem regional, classe, entre outros na constituição da identidade. Posteriormente (Butler, 2002), a autora afirma a raça como a consequência do processo histórico de constituição do racismo e também se questiona se a regulação sexual não se faz através de fronteiras raciais. Butler (2002) chega a conclusão de que a sexualidade é racialidade. A diferença sexual não se dá anteriormente à diferença de raça uma vez que não há uma “forma” sexual que não seja marcada pela raça. O Queer em Butler (2002) é lido como o que desequilibraria a normas sexuais – tanto de raça quanto de gênero – e, reafirmando as críticas à política de identidade, insiste não ser proveitoso inventariar diferenças de maneira que cada grupo priorize suas identidades específicas em detrimento de outras em suas reivindicações (Weimer, 2021).

De fato, é muito possível argumentar sobre a importância não periférica das questões de classe e étnico-raciais para a crítica queer em diálogo com o pensamento interseccional. Partir de uma interpretação segundo a qual a luta contra as normas sexuais pressupõe uma leitura interseccional da dominação, nos permite apontar para uma genealogia não branca da teoria queer (Rea e Amancio, 2018). Rea e Amancio (2018) salientam como, antes mesmo da primeira onda da teoria queer, foi Anzaldúa (2012) quem utilizou o termo queer pela primeira vez como estratégia para contestar as normas raciais, culturais e de classe em conjunto com as normas sexuais e de gênero. Para Anzaldúa (2012), por estar situado entre fronteiras e encruzilhadas, o “sujeito” fronteiriço se dilui. Ele não apenas é atravessado por muitos marcadores, como estes impossibilitam que as “entidades” constituintes sejam enumeradas. Porém, é justamente essa ausência de lugar que torna possível o encontro de todas/os as/os que não têm lugar. O queer, em Anzaldúa, representa algo para além de uma expressão da sexualidade, mas se torna exatamente essa impossibilidade de determinação do ser fronteiriço. O termo queer surge em Anzaldúa racializado. Como uma posição que congrega “los atravesados” (os desviantes da norma) – o

vira-lata, o mulato, o mestiço e todas/os aquelas/es que atravessaram o limite do normal – o queer nasce em Anzaldúa cercado por aspectos raciais (Weimer, 2021).

Ross (2005) critica as formulações Eve Kosofsky Sedgwick – ao lado de Butler, um dos expoentes da Teoria Queer – sobre a lógica do armário que, segundo o autor, se apresenta de forma não-marcada supondo, então, um sujeito universal branco. Segundo Ross (2005), a teoria queer “branca” é obcecada pela função do “armário” como um princípio da experiência sexual abrindo, assim, mão de inspirações provenientes de raça e classe. O autor afirma que Sedgwick ultrapassa o binarismo do armário, mas o faz a partir da leitura de autoras/es da elite européia e estadunidense. Ross (2005) questiona se as formulações de Sedgwick podem ser generalizadas para outras culturas ou se as minorias raciais estão contemplados em sua ideia de moderno. O autor exemplifica que para muitos gays negros do Harlem, a homossexualidade sempre foi assumida para amigos e família tornando o “armário” e o fenômeno de “sair do armário” irrelevantes neste contexto. O ponto de Ross (2005) não é inventariar onde a perspectiva do armário se aplica ou não, mas se isso pode se dar descolado dos aspectos de classe e raça. Quando se é um corpo negro, já definido (racialmente) de antemão como não-normativo, “sair do armário” e se assumir como dissidente da norma pode não fazer sentido.

Rea e Amancio (2018) argumentam que, de fato, o campo de pesquisas Queer latino-americano permanece ainda bastante branco, não apenas por suas principais vozes serem brancos, mas também porque as temáticas do colonialismo, opressão de raça/etnia e de classe ainda se apresenta como menos desenvolvida. As autoras afirmam que, dessa forma, surge a objeção à forma como que alguns comportamentos e maneiras de vidas adotados por sujeitos LGBT podem se tornar normativos e reproduzem os padrões sociais associados à burguesia e à branquitude. Segundo as autoras, contar a história de enfrentamento às normas sexuais implica necessariamente enfrentar outras histórias, como a da assimilação pela sociedade capitalista neoliberal e seus padrões (Rea e Amancio, 2018).

Rea e Amancio (2018) destacam o campo de pesquisas denominado Queer of Colour Critique como importante devido às dificuldades em traduzir a teoria queer clássica para os contextos do sul sem que, com isso, se reproduza a colonialidade do saber⁶. A teoria Queer of

⁶ Segundo Pereira e do Pateo (2024), a colonialidade do saber, conceito desenvolvido por Edgardo Lander, é fundamental para entender a hierarquização dos conhecimentos e suas consequências nas relações entre os povos originários das Américas e os europeus brancos. Esse conceito descreve um dispositivo que organiza todas as culturas, povos e territórios do planeta em uma narrativa universal que abrange todo o espaço e tempo, tanto passados quanto presentes, dificultando a compreensão do mundo a partir de perspectivas locais e submetendo-nos a uma lógica eurocêntrica, onde a Europa é vista como o centro geográfico e o ápice do progresso temporal (Pereira, do Pateo; 2024)

Colour (QOC) se constitui como uma voz radical que interroga as formações sociais a partir de intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade. O pensamento QOC é produzido em sua maioria por sujeitos queer não-brancos. Como um campo heterogêneo, a teoria QOC deriva, para além da crítica Queer, das contribuições do feminismo interseccional das mulheres não-brancas, de análises materialistas e da teoria pós-estruturalista.

É importante considerar que o guarda-chuva da teoria Queer of Colour perpassa as identidades étnico-raciais de quem nele se reconhece, e se define, mais precisamente, como uma opção política e teórica, que consiste no engajamento a uma leitura complexa e interseccional do gênero e das sexualidades, articulando-os com a crítica aos fenômenos da expansão capitalista neoliberal, dos novos imperialismos e da produção de hierarquias e privilégios em termos de raça, nacionalidade e classe no seio das comunidades LGBT, aos níveis nacional e global (Rea e Amancio, 2018, p. 17-18).

A crítica QOC recupera o termo queer para se referir a processos de construção de comportamentos de grupos normativos e não-normativos para além de ser simplesmente sinônimo de “homossexual”. A intersecção entre gênero, raça e classe na construção de sexualidades desviantes cria hierarquias mais complexas que dicotomia homossexual/heterossexual (Rea e Amancio, 2018).

Rea (2018), em um dos artigos analisados em nosso estudo, propõe uma reflexão sobre as contribuições de autoras lésbicas para o desenvolvimento da Teoria Queer, com foco especial na Crítica Queer de Cor (Queer of Color Critique). A autora destaca que a Crítica Queer de Cor atualmente enfatiza a relevância dos coletivos lésbicos de cor e como estes desafiam as políticas LGBT predominantes, especialmente nos países do centro. Além disso, a autora observa que a introdução da teoria queer no continente africano evidencia o papel de destaque das mulheres lésbicas como acadêmicas e ativistas (Rea; 2018).

3.4 – CONCLUSÃO

O tema do “Sujeito Universal Contingente” surge como um desafio fundamental no estudo das mobilizações sociais, especialmente nos estudos sobre a diversidade sexual e de gênero. A formação dessa universalidade contingente está intimamente associada à reelaboração interpretativa das identidades coletivas pelos acadêmicos durante a avaliação dos movimentos sociais. No campo dos estudos sobre os movimentos LGBTQIA+, as objeções mais contundentes às ideias de identidade originam-se da Teoria Queer e da abordagem interseccional. A Teoria Queer, inspirada pelos trabalhos de Judith Butler, desafia o

universalismo do sujeito gay e sugere o sujeito queer como uma opção mais inclusiva. De maneira similar, o pensamento interseccional sublinha as conexões complexas entre raça, gênero, classe e outras categorias sociais no entendimento dos mecanismos de poder e opressão, confrontando interpretações rígidas de identidade coletiva. Estas visões, conjuntamente, possibilitam a criação de uma universalidade contingente que reconhece e respeita a multiplicidade de vivências e condições sociais presentes nas mobilizações LGBTQIA+. Objetivamos com este capítulo expor as abordagens queer e interseccional e sua conexão com a identidade nos movimentos sociais, duas vertentes teóricas que se mostraram significativas nos estudos examinados nesta pesquisa.

A Teoria Queer, nascida dos estudos de identidade de gênero e sexualidade, questiona a ideia da Identidade na interpretação da luta anti-LGBTQIfóbica, posicionando-se como uma forma de ativismo e elaboração conceitual destinada a contrariar as regras sociais sustentadas no sexo. Diferentemente das políticas de equidade que assumem a aceitação dos grupos sexuais minoritários nos valores dominantes, os estudiosos queer percebem nesses grupos áreas de oposição e desmontagem das normas excludentes. A perspectiva Queer, ao engajar politicamente a dissidência sexual e recusar identidade fixas, afirma que as populações LGBTQIA+ devem continuar em uma situação tática de enfrentamento, desafiando a inclusão aos padrões hegemônicos e promovendo uma estratégia identitária em contínua transformação.

Ao enfatizar a dimensão histórica das identidades e das categorias de gênero, a Teoria Queer desafia a ideia imutável do sujeito coletivo, sublinhando sua construção contínua em relação aos processos sociais e políticos. A estratégia queer também critica as ideias de identidade política dentro dos grupos LGBTQIA+, propondo que um entendimento monolítica de identidade pode resultar em marginalizações internas e desintegração do grupo. Ao acentuar a diversidade e as diferenças dos sujeitos envolvidos no ativismo, os coletivos queer buscam desenvolver uma política baseada na contestação das normas, em vez de se basearem em uma identidade política pré-estabelecida.

A perspectiva da interseccionalidade manifesta-se como um recurso essencial para compreender as complexas relações de poder que envolvem as vivências pessoais e as estruturas sociais. Ao admitir a ligação entre raça, gênero, classe e outras categorias sociais, a interseccionalidade confronta enfoques superficiais e essencialistas sobre opressão, sublinhando a importância de considerar várias esferas de identidade e poder. No contexto do movimento feminista negro, essa estratégia proporciona uma compreensão mais ampla das

maneiras particulares de dominação enfrentadas por mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, ressaltando a relevância de observar as sobreposições entre injustiças estruturais.

As colaborações das mulheres negras para os movimentos feminista e de igualdade racial no Brasil, desde as décadas de 1970 e 1980, foram essenciais para o desenvolvimento de um feminismo interseccional que valoriza as nuances das realidades enfrentadas por mulheres racializadas. Personalidades como Lélia Gonzalez defenderam a urgência de perspectivas que englobem raça, gênero e classe em uma análise interligada. Essas mulheres precursoras introduziram assuntos até então desconsiderados no movimento feminista, conectando reivindicações específicas e desenvolvendo agendas próprios que reconheçam as ligações entre discriminações.

A interseccionalidade surge como uma perspectiva essencial para entender as identidades individuais e coletivas, enfrentando concepções simplificadas e fixas sobre o tema. Collins (2021) enfatiza a importância de um entendimento mais acurado das temáticas associadas à interseccionalidade e à identidade no meio acadêmico. A autora sublinha a necessidade de analisar como os aspectos políticos das identidades individuais e coletivas podem ser a partida para o estudo e a ação interseccionais. Ao refletir sobre o papel da identidade na interseccionalidade, Collins (2021) introduz o conceito de essencialismo estratégico, sugerindo que as identidades acionadas em reivindicações por liberdades não são permanentes, mas estrategicamente essencialistas. Isso mostra a importância política das categorias de identidade em contextos específicos, permitindo que pessoas e coletivos se juntem em relação a temas específicos.

A abordagem interseccional surge como um recurso essencial na análise das restrições da doutrina queer, sobretudo em relação ao seu enfoque sobre a questão racial. Mesmo que a teoria queer tenha considerado problemas raciais, essa inclusão foi frequentemente periférica e contestada por sua predominância burguesa e branca. A crítica interseccional realça a importância de refletir sobre os cruzamentos entre raça, classe, gênero e sexualidade na constituição da subjetividade. A crítica queer de cor, sobretudo na América Latina, confronta a supremacia do eurocentrismo na abordagem queer e sublinha a necessidade de uma abordagem interseccional que contemple as nuances das identidades étnico-raciais e sociais. A Teoria Queer of Colour (QOC) desponta como uma resposta significativa à ausência de representatividade e à reprodução de padrões normativos ligados à burguesia e ao branquitude na doutrina queer tradicional. Essa perspectiva apoia uma interpretação multifacetada e

interseccional do gênero e das sexualidades, relacionando-as com críticas ao capitalismo neoliberal, à produção de hierarquias e privilégios em termos de raça, pertencimento nacional e classe.

Discutimos também o impacto das tecnologias digitais, como a rede mundial e as redes sociais, na organização política contemporânea e na criação e redefinição das identidades individuais e coletivas. Embora esses canais forneçam novos meios para a participação política e favoreçam o reconhecimento das identidades políticas, eles também trazem obstáculos, como a propagação de desinformação e polarização ideológica. No entanto, esses meios têm sido essenciais para o engajamento político, especialmente na militância LGBTQIA+. O entendimento das transformações nas noções de identidade fomentadas pela abordagem queer, pelo método interseccional e pela militância online possibilita perceber o surgimento de uma universalidade contingente que valoriza a diversidade de vivências e identidades presentes nas lutas sociais contemporâneas.

O surgimento da internet e das mídias sociais alterou significativamente as dinâmicas da sociedade contemporânea, principalmente no que se refere à criação da identidade coletiva e ao engajamento político. Iniciativas como Occupy, Indignados e as Jornadas de Junho de 2013 evidenciaram uma utilização massiva dos meios digitais para a estruturação e comunicação de acontecimentos, proporcionando às pessoas e coletivos uma nova voz e capacidade de mobilização. A Sociologia Digital aparece como um campo dedicado a entender essas mudanças, buscando atualizar teorias e métodos para avaliar as novas relações entre público e privado, tradição e modernidade, entre outras divisões sociais. A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe se destaca como um recurso metodológico essencial para captar esses eventos, sublinhando o caráter contingente e frágil das articulações discursivas e os conflitos que influenciam as identidades políticas na era da internet.

A análise acerca da conexão entre identidade coletiva e internet expõe um panorama complicado e diversificado. Com base nas colaborações de vários autores e autoras, surge a percepção de que a rede mundial provoca alterações importantes nos mecanismos de ativismo e na formação de identidades coletivas. As plataformas online, especialmente, disponibilizam um ambiente favorável para a manifestação de descontentamento, a organização de manifestações e o estabelecimento de novos veículos de comunicação. Expande-se, assim, a diversidade de concepções de realidade e incentiva-se uma maior visibilidade para temas sociais controversos.

Contudo, as análises também apontam para divergências e desafios. Enquanto alguns estudiosos, como Bennett e Segerberg (2013), enfatizam a emergência de uma “ação conectiva” que dispensa a necessidade de uma identidade coletiva unificada, outros, como Gerbaudo e Treré (2015), argumentam que as mídias sociais complementam, ao invés de substituir, a construção da identidade coletiva. Nesse sentido, a internet não torna a identidade coletiva redundante, mas sim amplia e remodela os processos pelos quais ela é criada, reproduzida e mantida. Além disso, em movimentos como o LGBTQIA+, os estudos revelam como a mobilização política online desempenha um papel crucial na reconstrução das identidades de gênero e sexualidade. A análise desses casos evidencia a importância das plataformas online como espaços de embate discursivo, onde diferentes demandas podem estabelecer cadeias de equivalência e ressignificar concepções de sujeito, tanto individual quanto coletivo.

Capítulo 04 — Metodologia

A fragmentação dos sujeitos políticos que reivindicam representação no movimento LGBTQIA+ tem colocado importantes questões para os/as pesquisadores/as do campo. Estudiosos/as do movimento LGBTQIA+ se lançaram para entender as organizações que pretendem vocalizar as demandas de lésbicas, travestis e transsexuais bem como de grupos que militam interseccionando as categorias de sexualidade com outras categorias como classe, raça, etnia, religião e etc. Amplia-se, assim, a produção acadêmica sobre a militância LGBTQIA+ focando na identidade coletiva das organizações e visibilizando as diversas experiências que compõem a luta desse movimento. O tema da identidade teve um grande impacto na produção acadêmica sobre as lutas por diversidade sexual no Brasil, o que refletiu em um forte posicionamento de grande parte dos/as pesquisadores/as brasileiros/as dedicados/as a esses estudos. Posições que, em grande parte, afirmam a centralidade da identidade no entendimento sobre a forma de agir das organizações que compõem o movimento LGBTQIA+ ao mesmo tempo em que trouxeram para o debate os processos de construção científica acerca de formulações teóricas e metodológicas sobre a identidade.

Partindo do pressuposto da fragmentação do sujeito coletivo nas ações coletivas pela diversidade sexual, pretendemos com esta pesquisa mapear a produção acadêmica em torno dos movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros tomando-a como objeto de análise da maneira como as/os pesquisadoras/es têm percebido, direta ou indiretamente, a possibilidade de construção de um sujeito coletivo Universal Contingente nas análises do movimento. Pretendemos, especificamente, mapear os estudos sobre os movimentos LGBTQIA+ brasileiros, elencar quais deles questionam o sujeito coletivo hegemônico do movimento e visibilizam outros sujeitos coletivos — inclusive interseccionados com outras categorias como classe e raça — e apresentam, assim, uma possibilidade de construção de um sujeito universal contingente.

Assim, o problema de pesquisa que nos interessa responder é: **“Como” a noção de um Sujeito Coletivo Universal Contingente tem sido mobilizado nos estudos sobre o movimento LGBTQIA+ brasileiro?**

Este capítulo tem por objetivo apresentar o modelo para a pesquisa de doutorado que pretende mapear a entrada de um sujeito coletivo universal contingente no campo de estudos

dos movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros. Buscaremos delimitar os principais elementos de uma Análise de Conteúdo Categorial que tomará os artigos sobre os movimentos LGBTQIA+ publicados em periódicos científicos como objeto de análise. No primeiro tópico, buscaremos apresentar a justificativa do projeto mostrando quais são as principais contribuições que buscamos alcançar com este estudo. No segundo tópico, apresentamos os objetivos da pesquisa. No terceiro tópico, discorremos sobre os principais elementos de uma Análise de Conteúdo Categorial, o método com o qual pretendemos analisar a mobilização teórica do sujeito coletivo do movimento LGBTQIA+ nas pesquisas analisadas. O quarto tópico, detalha o desenho da pesquisa — as categorias de análise, a amostra de textos selecionados e os softwares de análise.

4.1 – JUSTIFICATIVA

Essa proposta de investigação é resultado de uma trajetória de estudos sobre o movimento LGBTQIA+ que tem percebido a identidade coletiva como um conceito central para a compreensão da ação dessa militância. Algumas/uns pesquisadores/as do campo dos movimentos sociais têm enfatizado que diferentes aspectos relacionados às organizações sofrem o impacto direto da maneira como os grupos constroem sua identidade coletiva. A escolha das ações realizadas pelos grupos, a definição dos parceiros e dos adversários e as relações de desrespeito que combatem estão em relação direta com a construção da identidade coletiva do movimento (Melluci, 1996; Honneth, 2003; Mello, Avelar e Maroja, 2012; Hernández, 2013; Prado e Machado, 2014).

Em estudo anterior (Amaral, 2014), percebemos como certos grupos, em função dos processos de negociação internos e externos que lançaram mão para construir sua identidade coletiva de forma diferenciada do restante do movimento LGBTQIA+, escolhiam certos repertórios de ação e rejeitavam outros, buscavam se afastar das instituições do Estado e apontavam situações de preconceito e discriminação que colocavam questões importantes para as teorias clássicas sobre a homofobia.

Porém, a partir de avanços teóricos no campo dos movimentos sociais e dos movimentos LGBTQIA+, a noção de política identitária e os conceitos de Identidade e Identidade Coletiva passaram a ser questionados. Muitas/os pesquisadoras/es e militantes apontam que uma política embasada na noção de uma identidade de sujeito reproduz as próprias estruturas sociais que

provocam as desigualdades. Além disso, essa forma de política perpetua diferentes lógicas de exclusão contra aqueles que não se encaixam no modelo de sujeito prescrito pela Identidade Coletiva do grupos mas que também são vítimas da heteronormatividade e do preconceito lgbtqfóbico.

Este estudo possui a dupla vantagem de apontar o estado do debate tanto entre as/os acadêmicas/os quanto — a partir da perspectiva das/os pesquisadoras/es — entre as/os militantes. Com a presente tese, pretendemos compreender como o campo tem entendido e se posicionado em relação a este debate. Além disso, será possível entender a partir da leitura das/os pesquisadoras/es como as próprias organizações têm se apropriado, rejeitado e/ou se reinventado em torno desta tensão.

4.2 – OBJETIVOS

4.2.1 – Objetivo Geral:

Mapear a produção acadêmica sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros apresentando críticas/questionamentos sobre o sujeito coletivo hegemônico do movimento – abrindo, assim, a possibilidade de pensarmos em um sujeito coletivo universal contingente para o movimento.

4.2.2 – Objetivos Específicos:

- Mapear as pesquisas empíricas sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ no Brasil;
- Analisar como o Sujeito Coletivo do movimento é entendido nestes estudos.

4.3 – ANÁLISE DE CONTEÚDO CATEGORIAL

Para compreender a forma como as/os pesquisadoras/es têm operacionalizado a noção de Sujeito Coletivo nos estudos sobre o movimento LGBTQIA+ brasileiros, lançamos mão de análises qualitativas para aprofundar na interpretação de como conceitos e teorias são operacionalizados nas pesquisas analisadas. Realizamos uma Análise de Conteúdo das pesquisas escolhidas codificando e categorizando os dados resultantes.

4.3.1 – Análise de Conteúdo e Codificação

Segundo Sampaio e Lycarião (2021), a Análise de Conteúdo é um método de pesquisa que apresenta um grande número de aplicações, seja como método principal a gerar os dados, seja como técnica intermediária em outras metodologias. É uma técnica que se baseia em procedimentos sistemáticos para criar inferências válidas sobre conteúdos verbais, visuais ou escritos. Tem por objetivo descrever, quantificar ou interpretar os significados, as intenções, as consequências ou o contexto relativos a algum fenômeno. A “AC [Análise de Conteúdo] é mais bem-sucedida quando analistas consideram realidades sociais constituídas linguisticamente que são enraizadas nos tipos de conversações que geram textos a serem analisados (Sampaio e Lycarião, 2021, p. 23). Através da AC, podemos reduzir em descrições curtas grandes quantidades de dados gerados a partir de textos.

Muito frequentemente, a Análise de Conteúdo é mobilizada para analisar dados qualitativos gerados em entrevistas em profundidade, grupos focais, diários de campo etnográficos, observações participantes e — muito relevante para nosso estudo — delinear o desenvolvimento do conhecimento. Segundo Sampaio e Lycarião (2021), diversas/os pesquisadoras/es brasileiras/os têm utilizado a Análise de Conteúdo para avaliar artigos científicos em diversas áreas do conhecimento como a Comunicação, a Ciência Política e as Ciências Sociais. Nos últimos anos, o interesse de pesquisas sobre a própria pesquisa cresceu consideravelmente. Pesquisas cientométricas ganharam terreno com o intuito de compreender a organização dos campos de estudos em diversas áreas. Muito frequentemente, essas pesquisas se baseiam em Análises de Conteúdo de artigos, papers, dissertações, teses, etc., para se observar autores, instituições, abordagens teóricas e técnicas de pesquisa (Sampaio e Lycarião, 2021).

Como uma técnica que busca possibilitar a criação de inferências sobre um determinado conteúdo textual, na Análise de Conteúdo Categorical de caráter quantitativo, as/os pesquisadoras/es realizam a *codificação* do material analisado aplicando-lhes *códigos* que vão formar *categorias* (Sampaio e Lycarião, 2021). Esse é um processo de caráter tanto quantitativo quanto qualitativo. Um *código* “é um rótulo ou uma etiqueta que usamos para classificar, qualificar, registrar partes do conteúdo de acordo com os objetivos da pesquisa” (Sampaio e Lycarião, 2021, p. 45). O código é um elemento essencial da Análise de Conteúdo. É uma palavra ou termo curto que atribui uma característica que resume um dado textual ou visual. Já a *codificação* é o procedimento através do qual os dados são agrupados em unidades para permitir

uma descrição das características relacionadas ao conteúdo. Significa arranjar os dados de maneira sistemática de forma a possibilitar a criação de um sistema, classificação ou categorização. Em resumo, quando um/a pesquisador/a aplica um *código* a algum conteúdo, ele/a está *codificando*. Esse processo proporciona a segregação e o reagrupamento dos dados para formar sentido e construir uma explicação (Sampaio e Lycarião, 2021).

Uma vez com o material codificado, os códigos que se relacionam a partir de um conteúdo ou contexto são agregados em *categorias*. As categorias são elementos que permitem a descrição de um fenômeno. Elas são construtos analíticos criados a partir da teoria ou experiência do/a pesquisador/a (Sampaio e Lycarião, 2021). “As categorias são geralmente baseadas na pergunta de pesquisa, na unidade de análise selecionada, em teorias relevantes, em pesquisa prévia e mesmo com base nos próprios dados” (Sampaio e Lycarião, 2021, p. 46). Os códigos são organizados dentro de uma categoria quando eles descrevem aspectos similares ou diferenças relevantes do material que devem ser analisados em conjunto.

Uma das tarefas centrais da Análise de Conteúdo é justamente a definição de um *esquema de codificação*. O esquema de codificação “vai determinar quais são as categorias e códigos a serem aplicados, assim como as regras para a codificação que deverão ser devidamente seguidas pelos codificadores” (Sampaio e Lycarião, 2021, p. 58). O esquema de codificação deve ser materializado em um manual denominado *livro de códigos* que deve descrever em detalhes todas as categorias e seus códigos bem como todas as regras a serem seguidas no processo de codificação. Além da elaboração do livro de códigos, um passo igualmente importante é a criação de um *formulário de codificação* que será preenchido pelas/os codificadoras/es. O formulário de codificação deve ser feito de modo a apresentar os espaços apropriados para aplicação dos códigos nas devidas categorias. O objetivo na criação do livro de códigos e do formulário de codificação é dar as informações mais completas possíveis sobre o processo de codificação, passo importante pois facilita a validação dos dados da pesquisa e, posteriormente, para possibilitar a replicabilidade dos procedimentos (Sampaio e Lycarião, 2021).

A codificação em uma Análise de Conteúdo qualitativa permite organizar o texto estudado para, ao longo da análise, se descobrir padrões que não podem ser vistos diretamente. A ideia central é passar gradativamente do texto bruto refinando-o em pequenas etapas de acordo com as preocupações de pesquisa, cada etapa se baseando na anterior. Na codificação

qualitativa, não é necessário enxergar de imediato a conexão entre o texto bruto e a pergunta de pesquisa, só é preciso ver até o próximo passo (Auerbach, Silverstein e Louise, 2003).

O primeiro passo é “cortar” o *texto bruto* a ser analisado em proporções gerenciáveis. As partes do texto que se relacionam à pergunta de pesquisa são chamadas de *texto relevante*. Uma vez selecionado o texto relevante, busca-se as palavras e/ou frases semelhantes que são mobilizadas para expressar a mesma ideia, elas são chamadas de *ideias repetidas* que ajudam a esclarecer as preocupações da pesquisa. O próximo passo é encontrar grupos de ideias repetidas com algo em comum. Chamamos o que elas têm em comum de *tema*, um tópico implícito que organiza um grupo de ideias repetidas. Da mesma forma que as ideias repetidas são organizadas em temas, organizamos os temas em ideias maiores e mais abstratas. Chamamos de *construtos teóricos* o agrupamento abstrato de temas. Por fim, os construtos teóricos são organizados em uma *narrativa teórica*, que resume o que foi aprendido acerca da pergunta de pesquisa. A narrativa teórica é, basicamente, a etapa do resultado da pesquisa que faz a ponte entre as preocupações das/os pesquisadoras/es e o texto em análise (Auerbach, Silverstein e Louise; 2003).

4.4 – DESENHO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental produzida a partir de publicações científicas — artigos publicados em periódicos — divulgadas em formato digital e disponível online. É de caráter descritivo uma vez que seu objetivo principal é descrever as características do campo de estudos dos movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros. O principal objetivo das pesquisas descritivas é a descrição das características de um fenômeno ou a análise da associação entre variáveis (Gil, 2002). Pretendemos utilizar dados gerados e analisados por algoritmos de Processamento de Língua Natural (PLN) com o intuito de inferir a composição do campo de estudos dos movimentos LGBTQIA+.

Nossa análise focalizou os estudos empíricos sobre o movimento LGBTQIA+ publicados no Brasil entre os anos de 2000 e 2022. Este corte temporal se dá por compreender os períodos políticos da chegada ao governo do PT, o período do impeachment de Dilma Rousseff e a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república. Nossa intenção é, de forma implícita, analisar “se” e “como” o contexto político também tem interferido na produção acadêmica do campo no que se refere ao uso do conceito de Identidade Coletiva.

‘Sujeito Coletivo’ é o conceito central em análise na pesquisa. Produzindo dados a partir deste conceito, esperamos compreender se os/as pesquisadores/as têm captado possibilidades de construção de um sujeito coletivo universal contingente nos movimentos sociais LGBTQIA+. Utilizamos o método de Análise de Conteúdo Categorical a fim de analisar a forma como o conceito é mobilizado pelas/os pesquisadoras/es do campo de estudos do movimento.

Selecionamos como amostra os estudos teóricos e empíricos sobre as organizações do Movimentos Sociais LGBTQIA+ brasileiros publicados em periódicos científicos. Pretendemos analisar artigos que constem na base de dados Scopus. Esta base se justifica pelo fato de as bases de dados internacionais, como a Web of Science, agregarem em sua maioria os periódicos das Ciências Humanas mais bem avaliados (qualis A1 e A2) deixando de fora aqueles com a menor nota (Codato, Madeira e Bittencourt, 2020). “É sabido que a coleção Web of Science possui menos periódicos em seus arquivos e tem critérios bastante rígidos para a inclusão de material na base” (Lorencetti, 2021, p. 22). Como apontado por Oliveira (2018), grande parte dos estudos de um campo que está emergindo e se desenvolvendo são publicados, em um primeiro momento, em periódicos menos reconhecidos (qualis B1, B2, B3 e B4) e isso também ocorreu com os estudos sobre o movimento LGBTQIA+. Grande parte destes periódicos estão indexados na base de dados Scopus e acessar os artigos desta base nos possibilitaria justamente ampliar a amostra de textos a serem analisados.

A base Scopus é considerada o maior banco de dados de produções científicas com revisão de pares, oferecendo um número abrangente da produção mundial de diversos assuntos além de oferecer ferramentas de busca avançada que facilitam e ampliam a busca por temas (Perich, Sangalli e Gabriel, 2021). Analisando diferentes bases de dados, Lorencetti (2021) afirma que a Scopus é a base de dados com mais resultados para as Ciências Humanas, retornando uma busca mais ampla que a Web of Science – dado o filtro mais rígido da base para periódicos mais bem classificados. Entretanto, a autora pontua, a forma como todas as disciplinas das Ciências Sociais são agrupadas em uma mesma categoria pode dificultar a busca para pesquisadores que procuram abordagens específicas (Lorencetti, 2021). Para o nosso interesse, porém, essa acaba sendo uma vantagem já que estamos interessados em analisar um campo de pesquisas multi/inter-disciplinar e buscamos as produções científicas das Ciências Humanas como um todo.

O primeiro passo foi construir uma string⁷ de busca que nos permitisse acessar os artigos da base sobre o movimento LGBTQIA+. Foram retornados pouco mais de 400 artigos dos quais lemos o título, o resumo e as palavras-chaves para filtrar apenas os que fossem do nosso interesse. Encontramos, então, na base de dados Scopus um total de 46 artigos para a análise. Entretanto, para ampliar o escopo de textos, buscamos textos no Google Acadêmico — usando a mesma string de busca da Scopus — e também artigos que constam em três periódicos voltados especificamente para os estudos de gênero e diversidade sexual, que são: A Revista Bagoas – Estudos Gays: gênero e sexualidades, a Revista Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (Rebeh) e a Cadernos de Gênero e Diversidade (Cagedi). Nestes periódicos, encontramos um adicional de 50 textos. Desta forma, nosso corpus de análise contou com um total de 96 artigos.

Utilizamos a linguagem de programação Python através do Google Colaboratory para analisar os dados. Importante ressaltar que utilizamos algumas bibliotecas Python de Machine Learning para a coleta, organização e análise dos dados, o que necessita de nossa parte uma explicação mais detalhada deste processo. O próximo tópico tem dois objetivos; o primeiro é tentar delimitar uma compreensão do que são Inteligência Artificial e Machine Learning, bem como problematizar alguns impactos sociais no seu emprego; e o segundo é detalhar melhor quais foram e como usamos os algoritmos de Inteligência Artificial em nossa pesquisa.

4.4.1 – Como a IA foi Utilizada na Pesquisa:

As bibliotecas da linguagem de programação Python nos forneceu uma base sólida para pesquisas qualitativas e quantitativas nas ciências humanas. Elas capacitam os pesquisadores a explorar dados de maneira mais profunda, automatizar tarefas repetitivas e obter insights valiosos que podem enriquecer nossas compreensões sobre a sociedade, a cultura e o comportamento humano. À medida que essas bibliotecas continuam a se desenvolver, espera-se que as possibilidades de pesquisa nas ciências humanas se expandam ainda mais, permitindo a criação de abordagens mais sofisticadas e perspicazes para entender o mundo ao nosso redor.

A linguagem de programação Python é amplamente reconhecida por sua simplicidade e versatilidade. Ela é uma linguagem de alto nível que se destaca por sua sintaxe clara e legível, o

⁷ A string usada para buscar os artigos foi a seguinte: (“Moviment* Socia*” OR “Aç* Coletiv*” OR Ativismo OR “Identidade Coletiva”) AND (GAY OR Lésbicas OR Travestis OR Transsexuais OR Queer OR GLBT OR LGBT OR LGBTQIA+ OR “Diversidade Sexual”).

que a torna uma escolha popular para uma variedade de aplicações. Sua relação com a IA é profunda e significativa. Hoje em dia, Python desempenha um papel fundamental nos trabalhos com Ciência de Dados e Processamento de Linguagem Natural (PLN). Sua simplicidade, grande comunidade de desenvolvedores e vasto ecossistema de bibliotecas o tornam uma das melhores escolhas para aqueles que buscam explorar esses campos.

Segundo Provost e Fawcett (2016), a Ciência de Dados representa uma série de métodos empregados na extração de conhecimento a partir de conjuntos de informações. O profissional que atua nessa área é conhecido como Cientista de Dados e sua função envolve a análise avançada de dados, demandando habilidades em diversos campos, tais como matemática, estatística, ciência da computação e negócios. A abordagem adotada pelo Cientista de Dados é a construção de modelos de análise, que, após terem sua capacidade preditiva comprovada, são implantados em produção para operar em tempo real. Por exemplo, ao estimar a probabilidade de uma nova transação com cartão de crédito ser uma fraude ou não, o modelo preditivo armazenado na nuvem pode receber os dados da transação, processá-los e retornar a probabilidade de fraude. Se a probabilidade for significativamente alta, a transação pode ser bloqueada automaticamente (Provost e Fawcett, 2016).

O Processamento de Linguagem Natural (PLN) é um campo da inteligência artificial e da linguística computacional que se concentra na interação entre máquinas e linguagem humana. O objetivo principal do PLN é capacitar os computadores a entender, interpretar e até mesmo gerar texto de maneira semelhante a como os seres humanos o fazem. Para alcançar isso, o PLN utiliza técnicas e algoritmos avançados para analisar e processar dados linguísticos, permitindo que as máquinas compreendam o contexto, o significado e a estrutura das palavras e frases em diferentes idiomas. Para realizar essas tarefas, o PLN utiliza recursos como algoritmos de aprendizado de máquina, processamento estatístico de linguagem e modelos de linguagem pré-treinados. À medida que a tecnologia PLN continua avançando, espera-se que sua capacidade de compreensão e geração de linguagem se torne cada vez mais sofisticada, tornando-a uma ferramenta essencial em muitos setores da sociedade.

As bibliotecas do Python têm desempenhado um papel transformador nas pesquisas qualitativas e quantitativas das ciências humanas. Ao combinar o poder da linguagem Python com bibliotecas especializadas, pesquisadoras/es têm à disposição uma vasta gama de ferramentas para explorar e analisar dados textuais e numéricos de maneira mais eficaz e detalhada. No contexto das pesquisas qualitativas, as bibliotecas de processamento de

linguagem natural, como o NLTK e o Spacy, permitem a análise de grandes volumes de texto. Isso possibilita a extração de insights valiosos de documentos, entrevistas, transcrições e redes sociais. Por exemplo, a análise de sentimento pode ser aplicada para entender as opiniões e emoções expressas em texto, enquanto a análise de tópicos ajuda a identificar temas recorrentes em documentos. Nas pesquisas quantitativas, as bibliotecas de ciência de dados, como o Pandas, NumPy e Matplotlib, são cruciais para a organização e análise de dados numéricos. Elas permitem a criação de gráficos e visualizações para representar tendências e padrões, enquanto algoritmos de aprendizado de máquina, disponíveis em bibliotecas como o scikit-learn, podem ser usados para prever comportamentos com base em dados históricos.

- 4.4.1.1 – *Sumarização de Textos (Sumy):*

Para a Análise de Conteúdo, não utilizamos os artigos em sua totalidade. Usamos uma biblioteca de Machine Learning para criar resumos dos textos a serem analisados. A Biblioteca Sumy foi projetada para processar textos e extrair automaticamente informações relevantes para a criação de resumos. Ela é treinada para identificar as frases mais importantes e significativas em um texto, condensando-as em um resumo coeso e objetivo. A grande vantagem da biblioteca Sumy reside em sua capacidade de compreender o contexto de um texto, identificando as palavras-chave e as estruturas gramaticais que indicam a relevância de uma sentença.

A biblioteca Sumy inicia o processo de sumarização removendo ruídos, como pontuação desnecessária e caracteres especiais, além de converter todas as palavras para um formato padronizado para facilitar a análise. O texto é dividido em frases individuais para que a Sumy possa analisar e classificar cada sentença separadamente. A Sumy, então, calcula a importância de cada sentença com base em fatores como frequência das palavras-chave, posição no texto e relações semânticas. Por fim, a biblioteca seleciona as frases mais relevantes e bem classificadas para formar o resumo final.

Com a Sumy, é possível resumir dados textuais gerados a partir de entrevistas, grupos focais ou reportagens para facilitar/acelerar o processo de análise e de categorização. Para pesquisas realizadas a partir de Análise de Conteúdo é possível, em primeiro lugar, reduzir a quantidade bruta de textos a serem analisadas, focando-se apenas nas sentenças mais relevantes de cada texto. Em segundo lugar, por serem classificadas pelo algoritmo como as mais

relevantes, as sentenças (frases) retornadas nos resumos podem ser tomadas como as unidades de registro da análise de conteúdo.

Para a Análise de Conteúdo Categorical, usamos o algoritmo Sumy para resumir os artigos analisados a um terço⁸ (33%) do tamanho original. Assim, foi possível reduzir a quantidade de texto (e o tempo de leitura para a categorização) ao mesmo tempo em que preservamos as passagens mais relevantes dos artigos. Entretanto, tendo em vista a lógica como a biblioteca Sumy funciona, cabe ressaltar um ponto muito importante para as pesquisas em Ciências Sociais. Como, até o momento da escrita deste texto, não foram encontrados estudos apresentando métricas que validem a representatividade da amostra (os resumos feitos pela Sumy) em relação à população (os textos completos), precisamos apresentar nossos dados com certa parcimônia e deixar explícito que a fonte dos dados são os **resumos obtidos a partir de algoritmos de Inteligência Artificial**.

- 4.4.1.2 – *Regras de Associação (MLxtend)*:

Nossa análise se deu investigando as relações entre as categorias. Usamos um algoritmo de Mineração de Dados para descobrir quais categorias ocorrem mais vezes em conjunto no nosso banco de dados. O principal objetivo destes algoritmos é encontrar padrões relevantes nos dados que possam ser usados para identificar comportamentos pouco usuais. As Regras de Associação têm como premissa básica encontrar elementos que ocorrem na presença de outros elementos em uma mesma transação, ou seja, encontrar relacionamentos ou padrões frequentes entre conjuntos de dados. Ele permite apreender quando duas ou mais categorias binárias booleanas (0 e 1, Falso e Verdadeiro) ocorrem juntas no conjunto de dados analisados.

Gonçalves (2005) argumenta que, atualmente, a maioria das operações realizadas por empresas gera registros em bancos de dados permitindo a essas empresas continuamente coletar e armazenar uma enorme quantidade de dados sobre seus clientes, fornecedores, produtos e serviços. Essa vasta quantidade de dados pode ser analisada por especialistas para descobrir novas informações que beneficiem a organização.

Segundo Gonçalves (2005), no início da década de 1990 pesquisadores introduziram conceitos que levariam ao desenvolvimento de uma área de pesquisa denominada mineração de

⁸ Escolhemos este tamanho para os resumos devido ao fato de que, se por um lado há a redução considerável do material textual a ser analisado, por outro as sentenças retornadas percorrem o texto da introdução à conclusão resultando em um resumo conciso dos principais argumentos dos artigos.

dados. A mineração de dados é um processo automatizado de análise de grandes bases de dados com o objetivo de extrair informações implícitas, desconhecidas anteriormente e potencialmente úteis. As informações descobertas por meio da mineração de dados geralmente são expressas na forma de regras e padrões. Entre os diferentes tipos de informações que podem ser extraídas estão regras de associação, hierarquias de classificação, clusters de dados, padrões sequenciais e padrões em séries temporais.

Regras de Associação são combinações de itens que ocorrem com certa frequência em uma base de dados. Um exemplo típico é a análise de transações de compra. A partir de uma base de dados que registra os produtos comprados por clientes de um supermercado ou loja de departamentos, a mineração de regras de associação poderia revelar, por exemplo, que $\{\text{feijão}\} \wedge \{\text{couve}\} \Rightarrow \{\text{linguiça}\}$. Isso significa que clientes que comprem feijão e couve tendem também a comprar linguiça. Tanto o antecedente quanto o consequente de uma regra de associação podem ser formados por conjuntos contendo um ou mais itens. A simplicidade de compreensão dessas regras é uma de suas características mais atraentes. É importante notar que o termo “transação” não se aplica apenas a compras de produtos. Dependendo da aplicação, uma transação pode representar as páginas visitadas por um usuário em um portal da internet ou as doenças apresentadas por um paciente em um hospital, entre outros exemplos (Gonçalves, 2005).

Duas importantes métricas na interpretação das Regras de Associação são o “Suporte” e a “Confiança”. O Suporte mede a frequência com que um conjunto de itens/categorias (representado por A) aparece em todas as transações. Em termos simples, indica a popularidade do conjunto de itens. Quanto maior o suporte, mais frequente é o conjunto. É calculado dividindo o número de ocorrências de A pelo número de ocorrências de todas as categorias. A fórmula para o cálculo do Suporte é a seguinte:

$$\text{Suporte}(A) = (\text{Número de transações que contêm } A) / (\text{Número total de transações})$$

A confiança é uma medida que nos diz o quão provável é (em termos percentuais) que uma categoria B apareça quando a categoria A também aparecer. A Confiança é calculada pela frequência de A + B dividido pela frequência de A. A fórmula para o cálculo do Suporte é a seguinte:

Confiança ($A \Rightarrow B$) = (Número de transações que contêm A e B) / (Número de transações que contêm A)

O modelo típico para mineração de regras de associação em bases de dados consiste em encontrar todas as regras que possuem suporte e confiança maiores ou iguais a um suporte mínimo (SupMin) e uma confiança mínima (ConfMin), especificados pelo usuário. Por isso, esse modelo é conhecido como “Modelo Suporte/Confiança”. Esse processo de mineração é dividido em duas etapas: 1) determinar todos os conjuntos de itens com suporte maior ou igual a um SupMin, chamados de conjuntos frequentes. 2) para cada conjunto frequente encontrado na primeira etapa, gerar as regras de associação com confiança maior ou igual a uma ConfMin. No Modelo Suporte/Confiança, para que uma regra seja considerada forte e interessante, é necessário que ela apresente altos valores de suporte e confiança. A decisão sobre quais regras manter e quais descartar durante o processo de mineração é baseada nesses dois índices, que atuam como medidas de interesse. Medidas de interesse objetivas são índices estatísticos utilizados para selecionar regras interessantes (Gonçalves, 2005).

O Modelo Suporte/Confiança tem recebido muitas críticas nos últimos anos. O número de regras geradas pelo modelo geralmente é muito grande, dificultando a análise pelo usuário. A mineração de bases de dados reais pode gerar centenas de milhares de regras de associação, muitas delas óbvias, redundantes ou contraditórias. Para resolver esses problemas, foram propostas outras medidas de interesse além do suporte e da confiança, visando identificar as regras realmente relevantes e úteis. Uma das medidas mais utilizadas para avaliar dependências é o “Lift”. Dada uma regra de associação $A \Rightarrow B$, essa medida indica a frequência com que B ocorre quando A ocorre. Se $\text{Lift}(A \Rightarrow B) = 1$, A e B são independentes; se $\text{Lift}(A \Rightarrow B) > 1$, A e B são positivamente dependentes; se $\text{Lift}(A \Rightarrow B) < 1$, A e B são negativamente dependentes. Essa medida varia entre 0 e infinito, e quanto maior o valor do lift, mais interessante é a regra (Gonçalves, 2005).

O Lift compara a confiança na regra $A \Rightarrow B$ com a probabilidade de B ser comprado independentemente de A. Um valor de Lift igual a 1 significa que a compra de A não afeta a compra de B. Um Lift maior que 1 indica que a compra de A aumenta a probabilidade de B ser comprado, enquanto um Lift menor que 1 indica que a compra de A diminui a probabilidade de B ser comprado. É calculado dividindo-se a Confiança das ocorrências de A com B pelo Suporte de B. A fórmula para o cálculo do Suporte é a seguinte:

$$\text{Lift}(A \Rightarrow B) = (\text{Confiança}(A \Rightarrow B)) / (\text{Suporte}(B))$$

Outra medida de interesse objetiva é o índice Rule Interest (RI). Essa medida indica a diferença entre o suporte real e o suporte esperado de uma regra de associação. O Lift é eficaz em destacar dependências positivas entre conjuntos de itens com suporte baixo, enquanto o RI é especialmente útil para dependências positivas entre conjuntos de itens com suporte médio ou alto (Gonçalves, 2005). Configuramos o algoritmo para retornar até mesmo as regras de associação com baixo suporte, por isso a medida de interesse com a qual baseamos nossa análise foi Lift.

A MLxtend, uma biblioteca de grande relevância no campo do aprendizado de máquina e mineração de dados, desempenha um papel fundamental ao implementar uma variedade abrangente de algoritmos. Dentre a gama diversificada de funções que o MLxtend apresenta, destacam-se os algoritmos de seleção sequencial de recursos, as implementações de generalização empilhada aplicáveis tanto à classificação quanto à regressão, bem como os algoritmos dedicados à mineração de padrões frequentes e, relevante para nosso estudo, a descoberta de regras de associações entre diferentes categorias.

Abaixo temos como exemplo uma das regras de associação mineradas usando a MLxtend em nosso estudo:

Regra 80: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.53, Lift: 1.68, Suporte: 0.1).

No exemplo dos dados apresentados acima, uma confiança de 0,53 informa que, em 53% das vezes em que um texto é resultado de uma pesquisa que empregou os métodos Etnografia ou Observação Participante, então ele apresenta uma crítica ao essencialismo identitário ou a política identitária. Quando vemos um valor de Lift de 1.68, significa que quando a categoria A ('Etnografia/Observação Participante') aparece, as chances de que a

categoria B ('Crítica ao Essencialismo/Política Identitário') ocorra aumentam em 68%. Então, um Lift de 1.68 nos informa que existe uma relação positiva entre as categorias '**Etnografia/Observação Participante**' e '**Crítica ao Essencialismo/Política Identitário**'.

Ou seja, é possível afirmar com **53% de confiança** (em 53% das vezes em que os estudos foram feitos com 'Etnografia/Observação Participante') que Etnografias e Observações Participantes aumentam em **68%** as chances de ocorrerem nos textos críticas à política identitária.

Cabe ressaltar a importância de uma interpretação humana das associações geradas pelo algoritmo. Algumas das associações encontradas podem revelar apenas padrões inerentes ao objeto de estudo sem apresentar de fato um dado de pesquisa relevante. Por exemplo, uma das regras de associação encontradas em nosso estudo foi a seguinte:

Regra 132: Se 'Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.91, Lift: 1.39, Suporte: 0.31)

Segundo essa regra, com uma alta confiança, se um texto apresenta o método de entrevista então ele é uma pesquisa qualitativa. Essa informação não traz uma inferência relevante uma vez que entrevistas são em si métodos qualitativos. Então, logicamente, sempre que um estudo usa entrevista, se trata de uma pesquisa qualitativa — não seria necessário um algoritmo de regras de associação para inferir essa informação⁹.

Assim como exposto, conseguimos usar os algoritmos de regras de associação para encontrar padrões de relações entre as categorias e subcategorias de uma Análise de Conteúdo Categorical. Tomando a ocorrência de categorias como transações, o algoritmo conseguiu encontrar padrões nos dados textuais úteis aos nossos objetivos de pesquisa.

4.4.2 – Procedimentos de pesquisa:

Uma vez gerados os resumos através do algoritmo sumy, os textos foram lidos e as sentenças foram organizadas segundo onze códigos, sete deles construídos a partir das teorias clássicas dos movimentos sociais:

⁹ Entretanto, o aparecimento dessa regra indica que os dados foram categorizados e analisados de forma lógica. Se, por acaso, tivesse aparecido uma regra afirmando que “se entrevista, então pesquisa quantitativa”, isso teria indicado um problema lógico na etapa de categorização e/ou análise dos dados.

1) ‘Tipo de Artigo (Ensaio Teórico ou Resultado de Pesquisa)’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam se o artigo é resultado de uma revisão de literatura ou de uma pesquisa.

2) ‘Metodologia’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam a metodologia empregada em caso de pesquisa. Nos casos dos Ensaaios Teóricos, esta parte era categorizada como “Revisão de Literatura”.

3) ‘Afiliação Institucional da Primeiro/a Autor/a’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam a qual instituição o/a primeiro/a autor/a pertence.

4) ‘Área de Atuação do/a Primeiro/a Autor/a’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam a área de atuação do/a primeiro/a autor/a.

5) ‘Sujeito Coletivo’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam qual é o Sujeito Coletivo (a categoria que o grupo representa) a qual o texto faz referência.

6) ‘Conceito de Identidade’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que fazem referência a algum conceito de identidade (seja ela individual, coletiva e/ou política).

7) ‘Repertórios de Ação’¹⁰: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam as táticas e ações do movimento.

8) ‘Expressão do Conflito’¹¹: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam o conflito/problema/bandeira que o movimento expressa.

9) ‘Mobilização de Recursos’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que informam os meios pelos quais as OMS lançam mão para financiar suas ações.

10) ‘Oportunidades Políticas’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que fazem menção a situações e/ou sujeitos que impulsionaram a criação de grupos LGBTQIA+.

11) ‘Relações Institucionais’: neste código ficaram agrupadas as sentenças do texto que fazem referência às relações dos movimentos com as instituições do Estado e dos partidos políticos.

10 As referências às paradas do Orgulho LGBTQIA+ foram agrupadas aqui por entender que as paradas figuram entre as ações mais representativas do movimento.

11 O conflito expresso pelo movimento e o sujeito coletivo do movimento, em geral, são elementos muito próximos. Mas ambos aparecem com traços bem particulares nos artigos analisados, o suficiente para formarem códigos diferentes.

Como a nossa pesquisa é uma Análise de Conteúdo indutiva, não trabalhamos com categorias previamente construídas, optamos por construí-las ao longo da leitura dos dados. As sentenças atribuídas a cada código foram lidas e analisadas. De acordo com as ideias expressas no texto, atribuímos a cada sentença — e/ou conjunto de sentenças que expressam a mesma ideia — uma ou mais categorias para descrever aquela ideia criada no momento da leitura dos textos em análise ou analisados anteriormente. Ao total, emergiram 211 categorias no processo. Cada categoria foi representada por uma variável (coluna) em um banco de dados em .csv e quando o artigo apresentava sentenças que se enquadrava em uma dada categoria, a variável referente a categoria recebeu um valor 1, se não havia sentenças no artigo que se enquadrava na categoria, recebeu o valor 0. Cada uma das 211 categorias foi adicionada ao livro de códigos¹² bem como uma descrição do significado de cada uma.

Uma vez todas as categorizações feitas, realizamos uma primeira rodada de mineração de dados com o banco de dados. Voltamos ao banco de dados, criamos outras categorias¹³ a partir da junção de algumas das primeiras e fomos para a segunda rodada de mineração de dados. Foram mineradas 1332 Regras de Associação, selecionamos XX que se relacionavam aos nossos objetivos de pesquisa e as agrupamos em três grupos de análise:

‘Campo de Estudos’: dados concernentes às características do campo de pesquisa, como as instituições e áreas mais presentes nas produções ou os métodos de pesquisas mais usados pelos/as pesquisadores/as.

‘Movimentos LGBTQIA+’: dados sobre os movimentos LGBTQIA+ em si, como os repertórios de ação mais frequentes, fontes de financiamento mais comuns e as oportunidades políticas mais percebidas pelos/as pesquisadores/as.

‘Universalidade e Contingência nos movimentos LGBTQIA+’: dados que dialogam de maneira mais direta com a nossa pergunta de pesquisa, principalmente os relacionados ao ‘Sujeito Coletivo’ e à ‘Identidade Coletiva’.

4.5 – CONCLUSÃO:

Este capítulo tem por objetivo apresentar o modelo da pesquisa de doutorado que mapeia a introdução de um sujeito coletivo universal contingente nos estudos dos movimentos

¹² Ver Apêndice A.

¹³ As categorias criadas nesta etapa foram: ‘LBTQIAN+’ e ‘Classe e Outros Movimentos Sociais’.

sociais LGBTQIA+ brasileiros, utilizando a Análise de Conteúdo Categorical para examinar artigos científicos. Apresentamos a justificativa do projeto, seus objetivos, os elementos da análise de conteúdo e o desenho da pesquisa, incluindo categorias de análise, amostra de textos e softwares utilizados. Esta pesquisa visa mapear a produção acadêmica sobre movimentos LGBTQIA+ brasileiros, analisando como pesquisadores percebem a construção de um sujeito coletivo Universal Contingente. Pretendemos identificar estudos que questionam o sujeito coletivo hegemônico e visibilizam outros sujeitos coletivos, incluindo aqueles interseccionados com categorias como classe e raça, propondo a construção de um sujeito universal contingente. O objetivo geral deste estudo é mapear a produção acadêmica sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros, apresentando críticas e questionamentos ao sujeito coletivo hegemônico do movimento, visando abrir a possibilidade de pensar em um sujeito coletivo universal contingente. Especificamente, busca-se mapear as pesquisas empíricas sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ no Brasil e analisar como o sujeito coletivo do movimento é entendido nesses estudos.

Para compreender como os pesquisadores têm operacionalizado a noção de Sujeito Coletivo nos estudos sobre os movimentos LGBTQIA+ brasileiros, utilizamos análises qualitativas para aprofundar a interpretação dos conceitos e teorias presentes nas pesquisas analisadas. Realizamos uma Análise de Conteúdo das pesquisas escolhidas, codificando e categorizando os dados resultantes. Segundo Sampaio e Lycarião (2021), a Análise de Conteúdo é um método sistemático que permite criar inferências válidas sobre conteúdos verbais, visuais ou escritos, descrevendo, quantificando ou interpretando significados e contextos de fenômenos. Essa técnica é amplamente utilizada para analisar dados textuais de diversas fontes, como entrevistas e reportagens, e tem sido aplicada por pesquisadores brasileiros para avaliar artigos científicos em diferentes áreas. A codificação do material analisado é um processo essencial na Análise de Conteúdo, onde dados são organizados em unidades sistemáticas que formam categorias. As categorias, baseadas em teorias ou experiências do pesquisador, descrevem fenômenos e são definidas através de um esquema de codificação detalhado em um manual apropriado. A codificação qualitativa permite descobrir padrões ocultos no texto estudado, refinando gradativamente o texto bruto em etapas até alcançar uma narrativa teórica que sintetiza os achados da pesquisa.

Esta pesquisa bibliográfica e documental foi produzida a partir de publicações científicas disponíveis online, com o objetivo descritivo de caracterizar o campo de estudos dos movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros. Utilizando dados gerados por algoritmos de

Processamento de Língua Natural (PLN), analisamos os textos publicados entre 2000 e 2022. Nosso foco foi compreender como os pesquisadores têm captado possibilidades de construção de um sujeito coletivo universal contingente nos movimentos sociais, analisando o uso dos conceitos de Identidade Coletiva e Sujeito Coletivo. Seleccionamos estudos teóricos e empíricos de periódicos indexados na base Scopus, ampliando a amostra com textos do Google Acadêmico e periódicos específicos de gênero e diversidade sexual. Utilizando Python e bibliotecas de Machine Learning, coletamos e analisamos um total de 96 artigos.

Embora a análise de dados textuais seja tradicionalmente classificada como qualitativa (Flick, 2009), o uso de inteligência artificial e algoritmos de Processamento de Língua Natural (PLN) desafia essa definição. Ao empregar algoritmos na coleta e análise dos dados, surgem questionamentos sobre a natureza qualitativa ou quantitativa da pesquisa e sua compatibilidade com a noção de Método Misto Integrativo (Seawright, 2016). A análise estatística envolvida nos resumos gerados pelo algoritmo Summy, que seleciona sentenças relevantes com base em variáveis como a frequência das palavras, exemplifica essa complexidade. Levando-se em consideração esta complexidade dos dados gerados neste estudo, consideramos que Método Misto Integrativo é a melhor definição metodológica para nossa pesquisa. Com o Método Misto Integrativo, combinamos análise quantitativa e qualitativa das categorias centrais do estudo, harmonizando técnicas de coleta e análise de diferentes tradições metodológicas. Diferente da Triangulação de Métodos, que verifica se diferentes métodos produzem as mesmas conclusões, a pesquisa integrativa combina métodos para suportar uma inferência unificada, onde cada método reforça ou testa as inferências produzidas (Seawright, 2016).

O uso das bibliotecas da linguagem de programação Python tem proporcionado uma base sólida para a realização de pesquisas qualitativas e quantitativas nas ciências humanas, permitindo aos pesquisadores explorar dados com maior profundidade, automatizar tarefas repetitivas e obter insights valiosos sobre sociedade, cultura e comportamento humano. Python, amplamente reconhecida por sua simplicidade e versatilidade, destaca-se na Ciência de Dados e no Processamento de Linguagem Natural (PLN) devido à sua sintaxe clara, vasta comunidade de desenvolvedores e extenso ecossistema de bibliotecas. A Ciência de Dados, envolve métodos avançados de análise de dados, enquanto o PLN foca na interação entre máquinas e linguagem humana, utilizando técnicas avançadas para compreender e gerar texto (Provost e Fawcett, 2016). Bibliotecas como NLTK e Spacy são essenciais para análise de grandes volumes de texto em pesquisas qualitativas, e ferramentas como Pandas, NumPy, Matplotlib e Scikit-learn são fundamentais para organização e análise de dados numéricos em pesquisas quantitativas.

Assim, à medida que essas bibliotecas continuam a evoluir, espera-se que as possibilidades de pesquisa nas ciências humanas se expandam ainda mais, possibilitando abordagens mais sofisticadas e detalhadas para entender o mundo ao nosso redor.

Para a Análise de Conteúdo, não utilizamos os artigos em sua totalidade, mas sim resumos gerados por uma biblioteca de Machine Learning chamada Sumy, projetada para processar textos e extrair uma síntese deles. A Sumy identifica as frases mais significativas, condensando-as em um resumo coeso e objetivo, removendo ruídos e padronizando palavras para facilitar a análise. Dividindo o texto em frases, a Sumy calcula a importância de cada sentença com base em fatores como frequência das palavras-chave, posição no texto e relações semânticas, selecionando as frases mais relevantes para formar o resumo final. Essa abordagem permite resumir dados textuais de entrevistas, grupos focais ou reportagens, facilitando o processo de análise e categorização ao reduzir a quantidade bruta de textos e focar nas sentenças mais significativas. Na Análise de Conteúdo Categorial, os artigos foram resumidos a um terço do tamanho original, preservando as passagens mais importantes. Contudo, é necessário destacar que, até o momento, não há estudos que validem a representatividade dos resumos gerados pela Sumy em relação aos textos completos, exigindo que os dados sejam apresentados com parcimônia, explicitando que são provenientes de resumos feitos por algoritmos de Inteligência Artificial.

Nossa análise investigou as relações entre categorias utilizando um algoritmo de Mineração de Dados para identificar quais categorias ocorrem frequentemente juntas em nosso banco de dados. O objetivo desses algoritmos é descobrir padrões relevantes que possam ser utilizados para identificar comportamentos não usuais. As Regras de Associação têm como premissa encontrar elementos que ocorrem juntos em uma mesma transação, revelando relacionamentos frequentes entre conjuntos de dados. Gonçalves (2005) destaca que a vasta quantidade de dados gerada por operações empresariais pode ser analisada para descobrir informações valiosas. A mineração de dados, desenvolvida nos anos 1990, automatiza a análise de grandes bases de dados para extrair informações implícitas e úteis, expressas em regras e padrões, como as regras de associação. Essas regras combinam itens que frequentemente ocorrem juntos e são interpretadas por métricas de Suporte e Confiança. O Modelo Suporte/Confiança, embora útil, gera muitas regras, muitas vezes redundantes, levando à adoção de outras medidas de interesse, como o Lift. No nosso estudo, configuramos o algoritmo para considerar até mesmo regras com baixo suporte, baseando a análise principalmente no Lift. Destacamos a importância de uma interpretação humana das associações geradas, pois algumas

podem apenas refletir padrões inerentes ao objeto de estudo. Os algoritmos de regras de associação são eficazes para encontrar padrões úteis em Análise de Conteúdo Categorical, auxiliando na interpretação dos dados textuais.

Os procedimentos de pesquisa desta tese envolveram a utilização do algoritmo Sumy para gerar resumos dos textos, os quais foram organizados em onze códigos derivados de teorias clássicas dos movimentos sociais. Esses códigos incluíam informações sobre o tipo de artigo, metodologia, afiliação e área de atuação do primeiro autor, sujeito coletivo, conceito de identidade, repertórios de ação, expressão do conflito, mobilização de recursos, oportunidades políticas e relações institucionais. A pesquisa seguiu uma abordagem de Análise de Conteúdo indutiva, em que a construção de categorias foi feita durante a leitura dos dados, resultando em 211 categorias distintas, representadas em um banco de dados. Cada categoria recebeu um valor binário (1 ou 0) conforme a presença ou ausência de sentenças relacionadas nos artigos. Após a categorização, realizou-se uma rodada de mineração de dados, seguida de uma segunda rodada após a junção de algumas categorias, culminando na mineração de 1332 Regras de Associação. As regras selecionadas foram agrupadas em três grupos de análise: 'Campo de Estudos', 'Movimentos LGBTQIA+' e 'Universalidade e Contingência nos movimentos LGBTQIA+', abordando aspectos cruciais como características do campo de pesquisa, ações e financiamentos dos movimentos, e a relação com o sujeito coletivo e a identidade coletiva. Os próximos três capítulos apresentarão as análises das regras de associação dos três grupos.

Capítulo 05 — Mapeamento do campo de estudos

Neste capítulo, buscamos uma caracterização dos artigos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ mapeando algumas características dos textos que foram evidenciadas pela análise das Regras de Associação entre as categorias do nosso estudo. O capítulo se divide em três tópicos. Na primeira parte, apresentamos de forma breve as áreas de atuação dos/as primeiros/as autores/as dos artigos e as instituições às quais eles/as estão afiliados. Verificamos que entre as instituições com mais contribuições, UFRGS, UFRJ, UFMG, Unicamp e UnB figuram entre as mais frequentes. Entre as áreas de atuação, Psicologia, Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais lideram as contribuições.

Na segunda parte, a análise recai sobre os ensaios teóricos. Através da análise das regras de associação, tomando a categoria ‘Ensaio Teórico’ como antecedente, pudemos verificar os principais temas e abordagens usados nas revisões de literatura dos/as autores/as do campo. Na terceira parte, a análise das regras de associação se dá sobre os aspectos metodológicos dos textos tomando a categoria ‘Pesquisa Qualitativa’ — devido a baixa ocorrência, as categorias ‘Pesquisa Quantitativa’ e ‘Pesquisa Método Misto’ não apresentaram regras de associações. Os dados indicam que as pesquisas de caráter qualitativo são as predominantes entre os estudos empíricos. Analisamos também quais métodos as/os pesquisadoras/es têm utilizado. Apesar de termos encontrado uma diversidade de métodos de pesquisa, entrevistas seguidas de análise de documentos e etnografias são preponderantes no campo.

A análise destas características se deu recorrendo às categorias que as descrevem e apresentando as regras de associação que tomam estas categorias como antecedentes. A partir daí, verificamos quais categorias aparecem associadas a elas e qual a força desta associação.

5.1 – ÁREAS E AFILIAÇÃO INSTITUCIONAL DO/A PRIMEIRO/A AUTOR/A.

Neste tópico, realizamos uma breve apresentação das áreas de atuação e as instituições às quais os primeiros autores dos artigos integram. Com esses dados, conseguimos visualizar as áreas e instituições com mais contribuições para o campo de estudos em questão. As regras de associação, porém, não mostraram relações significativas da filiação institucional e por área dos/as autores/as com as outras categorias de estudo.

5.1.1 – Afiliação Institucional do/a primeiro/a autor/a:

Tabela 5.1 – Instituições do/a primeiro/a autor/a

Instituição	Frequência	Suporte (%)
UNIFAL	1.0	1.04
UFRGS	6.0	6.25
Universidade Nova de Lisboa	1.0	1.04
UFRJ	7.0	7.29
UFS	2.0	2.08
IFRJ	1.0	1.04
SEDUC-Mato Grosso	1.0	1.04
ESPM Rio	1.0	1.04
UFRB	2.0	2.08
UniBH	1.0	1.04
USP	3.0	3.12
UFF	1.0	1.04
UFBA	2.0	2.08
UFMG	8.0	8.33
UFT	1.0	1.04
UFPE	2.0	2.08
ONG SOMOS	1.0	1.04
IFPI	2.0	2.08
UFV	1.0	1.04
IESP/UERJ	4.0	4.17
Centro Universitário AGES	1.0	1.04
UFCG	1.0	1.04
FLACSO Brasil	1.0	1.04
ALESP	1.0	1.04
IHEID – Genebra/Suíça	1.0	1.04
UNICAMP	6.0	6.25
UFC	1.0	1.04
UnB	5.0	5.21
UNEB	1.0	1.04
Universidade Cruzeiro do Sul	1.0	1.04

UFRN	2.0	2.08
UNILAB	1.0	1.04
FURG	2.0	2.08
Fundação Oswaldo Cruz	2.0	2.08
UNIR	1.0	1.04
PUC-Campinas	1.0	1.04
UFPB	1.0	1.04
UFSC	2.0	2.08
UESC	1.0	1.04
UFG	1.0	1.04
Universidade do Minho	1.0	1.04
UFMS	1.0	1.04
UFMT	1.0	1.04
UESB	1.0	1.04
UFOP	1.0	1.04
UFRPE	1.0	1.04
Unifesp	1.0	1.04
Cefet-MG	1.0	1.04
Fundação Hospitalar Vicente de Paula	1.0	1.04
Unisinos	1.0	1.04
UFPR	1.0	1.04
UVV	1.0	1.04
UFSM	1.0	1.04
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab		

Verificamos que há uma distribuição considerável em relação às instituições a qual o/a primeiro/a autor está afiliado. Dos 96 artigos analisados, verificamos 54 instituições de vínculo do/a primeiro/a autor/a. Destes, 36 instituições apresentam apenas 1 artigo e 10 com 2 artigos. Entre as instituições com mais publicações, 5 apresentam 5 ou mais artigos — UFRGS, UFRJ, UFMG, Unicamp e UnB — sendo a UFMG a universidade com mais textos, 8 no total. Importante destacar a presença, mesmo que tímida, de instituições não universitárias, sendo 2 fundações hospitalares (Fundação Oswaldo Cruz, com 2 artigos e Fundação Hospitalar Vicente de Paula, com 1 texto), 1 secretaria estadual de educação (SEDUC-Mato Grosso com 1 texto) e 1 ONG LGBTQIA+ (ONG SOMOS com 1 texto).

5.1.2 – Área do/a Primeiro/a Autor/a:

Tabela 5.2 – Área do/a Primeiro/a Autor/a

Área	Frequência	Suporte (%)
Ciência Política (1º Autor)	6.0	6.25
Sociologia	11.0	11.46
Antropologia	12.0	12.50
Ciências Sociais	11.0	11.46
Psicologia	13.0	13.54
Comunicação Social	2.0	2.08
Direito	3.0	3.12
História	2.0	2.08
Educação	7.0	7.29
Políticas Públicas	5.0	5.21
Estudos Linguísticos	3.0	3.12
Literatura	1.0	1.04
Estudos de Gênero	2.0	2.08
Saúde Coletiva	5.0	5.21
Serviço Social	4.0	4.17
Difusão do Conhecimento	1.0	1.04
Filosofia	1.0	1.04
Sociedade e Cultura	1.0	1.04
Relações Internacionais	1.0	1.04
Ciências Humanas	1.0	1.04
Cultura e Turismo	1.0	1.04
Relações Étnicas e Contemporaneidade	1.0	1.04
Multimeios	1.0	1.04
Museologia	1.0	1.04
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab		

Em relação às áreas de atuação dos/as primeiros/as autores/as, verificamos uma predominância da área das Ciências Humanas (sendo apenas 5 artigos na Saúde Coletiva). A

Psicologia lidera com 13 textos sendo seguida de perto pela Sociologia (11 artigos), Antropologia (12 artigos) e Ciências Sociais (11 artigos). Em seguida, contendo entre 5 e 10 artigos, temos a área da Educação (7 textos), Ciência Política (6 textos), Políticas Públicas (5 textos) e Saúde Coletiva (5 textos).

Se tomarmos as Ciências Sociais como um todo¹⁴, incluindo as disciplinas da Antropologia, Ciência Política e Sociologia, verificamos uma hegemonia desta área nos estudos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+. Dos 96 textos, a área é responsável por 40 artigos (41,67%) analisados, quase metade das contribuições.

5.2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS ARTIGOS ANALISADOS:

Neste tópico, apresentamos os dados relativos ao tipo de artigo, se revisão de literatura ou pesquisa empírica. Os dados apontam o campo de estudos dos movimentos sociais LGBTQIA+ como predominantemente composto por pesquisas qualitativas. Dos 96 textos analisados, 63 artigos se originaram de pesquisas qualitativas, 28 de ensaios teóricos e uma grande minoria são compostos por métodos quantitativos ou mistos (quali e quanti) – 2 e 3 artigos respectivamente. As análises abaixo mostram as regras de associação relativas às categorias ‘Ensaio Teórico’ e ‘Pesquisa Qualitativa’. Apresentamos quais associações estas categorias estabelecem tomando-as como antecedentes considerados de maior interesse para o nosso estudo. Isso nos permitiu mapear algumas características importantes do campo que estes tipos de estudo apresentam.

Tabela 5.3 – Aspectos Metodológicos

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Pesquisa Qualitativa	63	65.62
Ensaio Teórico	28	29.17
Pesquisa Método Misto (Quali/Quanti)	3	3.12
Pesquisa Quantitativa	2	2.08
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab		

5.2.1 – Ensaio Teórico:

¹⁴ Considerando-se as três áreas que compõem as Ciências Sociais conforme a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Neste tópico, vamos discutir algumas das associações tomando a categoria ‘Ensaio Teórico’ como antecedente. Com estes dados, foi possível ver um panorama geral dos principais temas, teorias e métodos abordados nas revisões de literatura sobre o movimento LGBTQIA+. No livro de códigos, a categoria ‘Ensaio Teórico’ se refere aos textos que são resultado de revisões de literatura e não apresentam dados de pesquisa de qualquer natureza.

Aparecendo como associações moderadas, destacamos a associação entre ensaios teóricos e a presença de autocrítica ou conflitos internos no movimento LGBTQIA+. Cerca de 46% dos ensaios teóricos abordam essa temática, evidenciando a abertura para o debate sobre os desafios e contradições existentes dentro do movimento. Observamos associações moderadas entre ensaios teóricos e a combinação de críticas ao essencialismo/política identitária com a valorização da identidade. Isso demonstra a coexistência de diferentes perspectivas dentro dos ensaios teóricos, reconhecendo a importância da crítica reflexiva e da valorização da identidade.

Tabela 5.4 – Regras de Associação: ‘Ensaio Teórico’

Regra 125: Se 'Ensaio Teórico' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.57, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)
Regra 89: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.61, Lift: 1.24, Suporte: 0.18)
Regra 534: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.36, Lift: 1.37, Suporte: 0.1)
Regra 71: Se 'Ensaio Teórico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.6, Suporte: 0.15)
Regra 46: Se 'Ensaio Teórico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.46, Lift: 1.31, Suporte: 0.14)
Regra 355: Se 'Ensaio Teórico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)
Regra 353: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.59, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)
Regra 447: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 2.07, Suporte: 0.11)
Regra 450: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.39, Lift: 1.64, Suporte: 0.11)
Regra 127: Se 'Ensaio Teórico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)
Regra 540: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)
Regra 538: Se 'Ensaio Teórico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.71, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab

Os ensaios teóricos possuem uma associação fraca, quase nula, com as referências ao sujeito do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica. Essa associação aumenta quando os ensaios teóricos fazem referência ao movimento como identitário. A **regra 125** sugere uma associação fraca entre ensaios teóricos e menções ao sujeito coletivo do movimento LGBTQIA+ de forma genérica. A confiança de 0.57 indica que, em 57% das vezes em que há um ensaio teórico (categoria '*Ensaio Teórico*'), também há menções ao sujeito coletivo movimento como LGBTQIA+ de forma genérica (categoria '*LGBTQIA+ Genérico*'). O lift próximo a 1 (1.08) sugere uma associação fraca e positiva (a ocorrência da primeira categoria aumenta em 8% a probabilidade de ocorrência da segunda), enquanto o suporte de 0.17 indica que esta associação ocorre em aproximadamente 17% dos textos.

Já as referências ao movimento como identitário nos ensaios teóricos possuem uma associação positiva moderada. Pela **regra 89**, com uma confiança de 0.61, em 61% das ocorrências de '*Ensaio Teórico*' então '*Movimento como Identitário*' também aparece. O lift de 1,24 indica que essa associação é positiva (a ocorrência da primeira aumenta em 24% a probabilidade de ocorrência da segunda). Essa associação apareceu em 18% (suporte 0.18) dos artigos analisados.

Uma associação moderada ocorre quando as duas categorias aparecem juntas nos ensaios teóricos. Pelas regras de associação, há uma probabilidade considerável de que os ensaios teóricos façam referência ao movimento como identitário e ao sujeito coletivo do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica. Pela **regra 534**, com uma confiança de 0,36, em 36% das vezes que o código '*Ensaio Teórico*' aparece, então '*Movimento como Identitário*' e '*LGBTQIA+ Genérico*' aparecem juntos. O lift de 1,37 indica que a ocorrência de '*Ensaio Teórico*' aumenta em 37% a probabilidade das outras duas categorias ocorrerem juntas. Essa associação aparece em 10% (suporte 0,1) dos textos analisados.

Importante ressaltar que nos ensaios teóricos, a referência ao movimento LGBTQIA+ como identitário não significa a ausência de críticas a essa concepção. Há uma probabilidade de 56% de que os ensaios teóricos apresentem ao mesmo tempo referências ao movimento como identitário e apresentem autocríticas e conflitos internos (em geral, relacionadas ao sujeito universal "gay" do movimento). A **regra 355** indica uma associação entre ensaios teóricos, autocrítica/conflitos internos e referências ao movimento como identitário. A confiança de 0.36 sugere que, em 36% das vezes em que há um ensaio teórico, encontramos a combinação das

categorias ‘*Autocrítica/Conflitos Internos*’ e ‘*Movimento como Identitário*’. O lift de 1.56 sugere uma associação moderada, apontando que a ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência das outras duas em conjunto em 56%. O suporte de 0.1 indica que essa associação ocorre em aproximadamente 10% dos textos.

Há também 64% de probabilidade de que os ensaios teóricos apresentem ao mesmo tempo referências ao movimento como identitário e críticas ao essencialismo identitário e a ideia de política identitária. A **regra 450** indica uma associação entre ensaios teóricos, críticas ao essencialismo/política identitária e referências ao movimento como identitário. A confiança de 0.39 sugere que, em 39% das vezes em que há um ensaio teórico (categoria ‘*Ensaio Teórico*’), encontramos a combinação de ‘*Movimento como Identitário*’ e ‘*Crítica ao Essencialismo/Política Identitário*’. O lift de 1.64 sugere uma associação de moderada à forte, em que a presença da primeira aumenta a probabilidade de ocorrência das duas consequentes em 64%. O suporte de 0.11 indica que essa associação ocorre em aproximadamente 11% dos textos.

Entretanto, há também uma associação moderada, porém mais forte, dos ensaios teóricos com críticas ao essencialismo identitário e à ideia do movimento como identitário. Pela **regra 71**, em 50% (confiança 0.5) das vezes que ‘*Ensaio Teórico*’ aparece, então ‘*Crítica ao Essencialismo/Política Identitário*’ também aparece. O lift de 1,6 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 60% a probabilidade de ocorrência da segunda. Essa associação ocorre em 15% (suporte 0,15) dos artigos.

A presença de autocríticas e de conflitos internos ao movimento também possui uma associação moderada com os ensaios teóricos. A **regra 46** indica a existência de uma associação moderada entre a presença de ensaios teóricos e a ocorrência de autocrítica ou conflitos internos nos textos. A confiança de 0.46 sugere que cerca de 46% das vezes em que há um ensaio teórico (categoria ‘*Ensaio Teórico*’), também encontramos autocrítica ou conflitos internos (categoria ‘*Autocrítica/Conflitos Internos*’). O valor de lift de 1.31 indica que a ocorrência dessas variáveis juntas é 31% (a ocorrência da primeira categoria aumenta em 31% a probabilidade de ocorrência da segunda) mais provável do que seria esperado ao acaso. O suporte de 0.14 sugere que esta associação ocorre em aproximadamente 14% dos textos analisados.

Parte considerável destas críticas (tanto as críticas relacionadas ao essencialismo identitário quanto as autocríticas ou conflitos internos) dizem das disputas internas por visibilidade que levaram à fragmentação e proliferação das “letrinhas” do movimento. Muitas das críticas internas são, por exemplo, de lésbicas, travestis e transexuais que questionaram o sujeito coletivo “gay” (homens, brancos, masculinizados) que representou o movimento

durante muitos anos. Entender o sujeito coletivo do movimento a partir da categoria “gay” tem invisibilizado a experiência e a contribuição de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais bem como das dinâmicas de preconceito e discriminação interseccionadas. Um exemplo entre os artigos analisados é mostrado no texto de Facchini (2009):

Embora a proliferação de categorias implicasse demandas por reconhecimento de especificidades e de sujeitos que se sentiam invisibilizados ou de algum modo excluídos, a própria percepção de especificidades e toda a árdua negociação política que permitiria sua inclusão na agenda do movimento e na sigla que o representa eram permeadas por relações de aliança e de conflito que envolviam organizações ativistas e vários outros atores políticos presentes no “campo” (Facchini, 2009).

Se isolarmos os ensaios teóricos que fazem referência ao movimento como identitário, a probabilidade de ocorrência de autocríticas e/ou conflitos internos aumenta para 66%. Pela **regra 353**, com uma confiança de 0,59, em 59% das ocorrências de ‘Ensaio Teórico’ em conjunto com ‘Movimento como Identitário’ então ‘Autocrítica/Conflitos Internos’ também ocorre. O lift de 1,66 indica uma associação positiva em que a ocorrência das duas primeiras categorias aumenta em 66% a probabilidade da categoria consequente. O suporte de 0,1 informa que esta associação ocorre em 10% dos textos. Um exemplo está no artigo de Vieira Junior (2008) em que, mesmo entendendo o movimento como identitário, isso não significou a inexistência de críticas internas a quais identidades são representativas do movimento:

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, inúmeros movimentos vêm contribuindo para o empoderamento identitário, por meio do sentimento de pertença, de homens e mulheres que optaram por viver seus desejos divergindo dos critérios normatizantes (Vieira Junior, 2008).

[...] muito mais que as prioridades políticas defendidas pelos vários subgrupos que formavam a chamada comunidade gay, o que de fato estava sendo questionado era a construção de uma identidade homossexual forjada exclusivamente na experiência masculina, o que não garantia a possibilidade da diversidade e nem das diferenças, tão marcantes na comunidade (Vieira Junior, 2008).

Ainda entre os ensaios teóricos que fazem referência ao movimento como identitário, há também uma alta probabilidade (107%) de que nos ensaios teóricos que façam referência ao movimento como identitário também apresentem críticas ao essencialismo e às políticas identitárias. Pela **regra 447**, 65% (confiança 0,65) dos artigos que apresentam ‘Ensaio Teórico’ e ‘Movimento como Identitário’ também apresentam ‘Crítica ao Essencialismo/Política Identitário’. O lift é de 2,07 (107%) e essa associação ocorre em 11% (suporte 0,11) dos textos. Um exemplo é o artigo de Ferreira (2020) em que há o reconhecimento do movimento identitário em um primeiro momento e, logo em seguida, há a crítica a essa compreensão:

Se no Brasil os movimentos da diversidade sexual e de gênero surgem junto aos chamados “novos movimentos sociais” em torno centralmente de lutas por reivindicação identitária – inspirados hegemonicamente no que foi denominado naquele momento de “estudos gays e lésbicos”, o que já apontaria para uma concepção de fixidez da identidade – esses movimentos, na quadra histórica contemporânea, passam a coexistir com outros que, apesar de não serem igualmente institucionalizados, propõe uma análise diferenciada a respeito dos processos sociais em torno da sexualidade e do gênero, inspirados na teoria queer. Esses movimentos queer (ou a reinvenção das organizações anteriores, agora influenciadas pelo aparecimento das teorias queer no país) propõem com mais vigor a desnaturalização das identidades sexuais e de gênero e das políticas em torno dessas identidades⁹, onde já não haveria mais uma base natural (“gay”, “lésbica” etc.) que legitimasse a ação política, mesmo diante de um entendimento “social” sobre a construção das identidades sexuais e de gênero já se fazer presente entre teorias do campo desde a década de 1980 (Ferreria, 2020).

Há uma tendência de compreensão por parte dos/as autores que fazem referência aos Executivos como parceiros de entenderem o movimento como identitários. Uma associação que apareceu foi entre os ensaios teóricos e as referências a algum executivo (municipal, estadual e/ou federal) como parceiro do movimento, porém esta associação foi fraca (2%), quase irrelevante. Na **regra 127** observamos essa associação. A confiança de 0.5 indica que, em 50% das vezes em que há um ensaio teórico (categoria ‘*Ensaio Teórico*’), também há essa menção (categoria ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’). O lift próximo a 1 (1.02) sugere uma associação positiva fraca, quase nula (2% de probabilidade). O suporte de 0.14 indica que esta associação ocorre em aproximadamente 14% dos textos.

Entretanto, a probabilidade de ocorrência de referências aos executivos como parceiros aumenta (56%) nos ensaios teóricos quando estes fazem referência ao movimento como identitário. Pela **regra 540**, em 36% (confiança 0,36) das ocorrências de ‘*Ensaio Teórico*’ então ‘*Movimento como Identitário*’ e ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’ ocorrem juntos. O lift de 1,56 indica que a ocorrência da primeira aumenta em 56% a probabilidade de ocorrência das duas últimas em conjunto. O suporte de 0,1 indica que esta associação ocorre em 10 dos casos.

Também há uma probabilidade moderada (46%) dos ensaios teóricos que fazem referência aos executivos como parceiros fazerem referência ao movimento como identitário. Pela **regra 538**, em 71% (confiança 0,71) das ocorrências de ‘*Ensaio Teórico*’ em conjunto com ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’ então ‘*Movimento como Identitário*’ também ocorre. O lift de 1,46 indica que a ocorrência da primeira aumenta em 46% a probabilidade de ocorrência das duas últimas em conjunto. O suporte de 0,1 indica que esta associação ocorre em 10 dos casos.

5.2.2 – Pesquisa Qualitativa:

Neste tópico, vamos discutir algumas das associações tomando “Pesquisa Qualitativa” como antecedente. Com estes dados, nos será possível ver um panorama geral dos principais temas, teorias e métodos abordados nas pesquisas empíricas sobre o movimento LGBTQIA+. Nossas análises mostram que a quase totalidade das pesquisas empíricas analisadas são pesquisas qualitativas o que nos permite afirmar que o campo de pesquisas sobre o movimento LGBTQIA+ é um campo hegemonicamente qualitativo. Dessa forma, a análise da categoria ‘Pesquisa Qualitativa’ nos permite apreender as características das pesquisas empíricas como um todo do campo.

Tabela 5.5 – Regras de Associação: ‘Pesquisa Qualitativa’

Regra 6: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.32, Lift: 1.13, Suporte: 0.21)
Regra 24: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' (Confiança: 0.21, Lift: 1.17, Suporte: 0.14)
Regra 74: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.25, Lift: 0.81, Suporte: 0.17)
Regra 48: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.33, Lift: 0.94, Suporte: 0.22)
Regra 395: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.5, Lift: 1.41, Suporte: 0.16)
Regra 138: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.48, Lift: 0.9, Suporte: 0.31)
Regra 140: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.3, Lift: 1.11, Suporte: 0.2)
Regra 400: Se 'LBTQIAN+, Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.53, Lift: 1.49, Suporte: 0.1)
Regra 142: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)
Regra 28: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Construção do "NÓS" na Internet' (Confiança: 0.19, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)
Regra 146: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Encontros/Semana da Diversidade/Seminários' (Confiança: 0.19, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)
Regra 148: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Produção de Conteúdo/Informação Online' (Confiança: 0.16, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)
Regra 152: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Conquistas/Ações das OMS de Outras Regiões ou Temas' (Confiança: 0.17, Lift: 1.52, Suporte: 0.11)
Regra 149: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.21, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)

Regra 155: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.21, Lift: 0.86, Suporte: 0.14)
Regra 157: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.46, Lift: 0.94, Suporte: 0.3)
Regra 162: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)
Regra 160: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.27, Lift: 1.08, Suporte: 0.18)
Regra 164: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.17, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)
Regra 1254: Se 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.56, Lift: 1.78, Suporte: 0.1)
Regra 1258: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.34, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab

As regras de associação têm mostrado que a articulação das lutas dos movimentos LGBTQIA+ com outros movimentos sociais (como os feministas e negros) e a confluência entre lutas por redistribuição e reconhecimento apareceram relacionados às pesquisas empíricas. A **regra 06** indica que, com uma confiança de 0,32, em 32% das ocorrências de '*Pesquisa Qualitativa*' então '*Articulação com Outras Bandeiras*' também ocorre. O lift de 1,13 informa que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 13% a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação ocorre em 21% (suporte 0,21) dos artigos analisados. Já a **regra 24** indica que, em 21% (confiança 0,21) das ocorrências de '*Pesquisa Qualitativa*' então '*Confluência Reconhecimento/Redistribuição*' também ocorre. A ocorrência da primeira aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 17% (lift 1,17) e esta associação ocorre em 14% (suporte 0,14) dos textos analisados.

A análise das regras de associação tem mostrado uma leve dissonância entre as pesquisas empíricas e as críticas à ideia de política identitárias e as autocríticas do movimento. A **regra 74** aponta que, com uma confiança de 0,25, a ocorrência da categoria '*Pesquisa Qualitativa*' diminui em 19% (lift 0,81) a ocorrência de '*Crítica ao Essencialismo/Política Identitário*'. Já a **regra 48** mostra que, com uma confiança de 0,33, que a ocorrência da categoria '*Pesquisa Qualitativa*' diminui em 6% (lift 0,94) a ocorrência de '*Autocrítica/Conflitos Internos*' (suporte 0,22). Entretanto, cabe ressaltar, entre as pesquisas que utilizam entrevista como método de coleta de dados, esta associação fica moderadamente

positiva A **regra 395** indica que se ‘*Pesquisa Qualitativa*’ e ‘*Entrevista*’ então a probabilidade de ‘*Autocrítica/Conflitos Internos*’ aumenta em 41% (confiança de 0,5 e lift de 1,41).

A análise aponta uma tendência, nas pesquisas empíricas, de diminuição na referência ao sujeito coletivo do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica. A **regra 138** indica que, com uma confiança de 0,48, em 48% das ocorrências da categoria ‘*Pesquisa Qualitativa*’, a categoria ‘*LGBTQIA+ Genérico*’ também ocorre. Essa associação, porém, é negativa em que a ocorrência da primeira diminui em 10% (lift de 0,9) a probabilidade de ocorrência da segunda.

As regras não apontaram associações significativas de ‘*Pesquisa Qualitativa*’ com as categorias ‘*LGBTQIA+ Genérico (Maior/Completa ênfase aos homens gays)*’ e ‘*Classe e Outros Movimentos Sociais*’, o que indica que as pesquisas têm se focado principalmente na diversidade das “letrinhas” do movimento (como as travestis e transexuais, lésbicas negras, gays indígenas e etc.). Essa informação é reforçada pela **regra 140** que aponta, com uma confiança de 0,3, a associação de ‘*Pesquisa Qualitativa*’ (em 30% das vezes) com ‘*LBTQIAN+*’. A presença da primeira categoria aumenta as chances da presença da segunda em 11% (lift de 1,11) e esta associação ocorre em 20% dos textos analisados (suporte de 0,2).

Apesar de pesquisas qualitativas estarem negativamente associadas à ocorrência de autocríticas e conflitos internos ao movimento, as regras de associação mostram que, quando o sujeito coletivo é algum dos especificados na categoria ‘*LBTQIAN+*’, a probabilidade de ocorrência de ‘*Autocrítica/Conflitos Internos*’ se torna moderadamente positiva. A **regra 400** indica que, com uma confiança de 0,53, em 53% das vezes que ‘*LBTQIAN+*’ e ‘*Pesquisa Qualitativa*’ aparecem juntas, a categoria ‘*Autocrítica/Conflitos Internos*’ também aparece. A ocorrência das duas primeiras categorias juntas aumenta em 49% (lift de 1,49) a probabilidade de ocorrência da última. Essa associação aparece em 10% (suporte de 0,1) dos artigos analisados. Isso aponta que as análises de OMS com os diversos sujeitos coletivos do movimento captam as disputas internas por visibilidade que levaram à fragmentação e proliferação das “letrinhas” do movimento e apresentam as críticas ao sujeito coletivo “gay” (homens, brancos, masculinizados) tomado como o “universal” do movimento por muito tempo. O texto de Amaral (2014) é um caso em que a adoção de um sujeito coletivo Queer é reflexo de críticas internas ao movimento LGBTQIA+ como um todo, especificamente críticas quanto ao sujeito coletivo fixo e essencializado:

Um problema recorrente tanto nos estudos sobre movimentos sociais (sobretudo movimentos LGBT) quanto na militância desses movimentos é uma concepção monolítica de identidade calcada em um sujeito pré-

estabelecido. [...] No movimento feminista, ter uma noção pré-concebida de “mulher” fez com que as outras que não se encaixem nesse modelo não se sentissem representadas pelo movimento. [...] No movimento LGBT, a figura de um sujeito coletivo “homossexual” provocou o silenciamento de outros sujeitos (como as lésbicas, as/os travestis, as/os transsexuais e as/os bissexuais) resultando em diversos rachas internos em alguns grupos e na fragmentação do sujeito do movimento. [...] Os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual buscam construir sua militância tentando romper com a necessidade de um sujeito político unitário. [...] Essas/es militantes sempre procuram enfatizar a multiplicidade e a heterogeneidade dos sujeitos que compõe a militância e constantemente apontam a “causa” como fator aglutinador do grupo ao invés de uma identidade “homossexual”, “gay” ou “lésbica” (Amaral, 2014).

As análises das regras de associação mostraram também que as pesquisas sobre o movimento LGBTQIA+ tem mobilizado a teoria Interseccional para compreender o sujeito coletivo do movimento. A **regra 142** aponta que em 19% (confiança de 0,19) das vezes em que ocorre a categoria ‘*Pesquisa Qualitativa*’, também ocorre a categoria ‘*Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)*’¹⁵. A ocorrência da primeira categoria aumenta em 22% (lift de 1,22) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação aparece em 12% (suporte 0,12) dos textos analisados.

As análises também apontam, com uma força moderada, que as/os pesquisadoras/es têm percebido a importância da internet na construção/compreensão do sujeito coletivo do movimento. Pela **regra 28**, em 19% (confiança de 0,19) das vezes que a categoria ‘*Pesquisa Qualitativa*’ aparece, a categoria ‘*Construção do "NÓS" na Internet*’ também aparece. A ocorrência da primeira categoria aumenta em 41% (lift de 1,41) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação aparece em 12% (suporte de 0,12) dos artigos.

Em relação aos repertórios de ação do movimento, as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ mostraram uma associação positiva muito fraca (quase irrelevante)¹⁶ com as pesquisas qualitativas. A organização de Encontros, Semanas da Diversidade e/ou Seminários aparece também associada às pesquisas qualitativas com uma associação positiva de fraca a moderada. Pela **regra 146**, em 19% (confiança de 0,19) das vezes em que a categoria ‘*Pesquisa Qualitativa*’ aparece, a categoria ‘*Encontros/Semana da Diversidade/Seminários*’. A ocorrência da primeira categoria aumenta em 14% (lift de 1,14) a probabilidade de ocorrência da segunda. Essa associação ocorre em 12% (suporte de 0,12) dos textos.

¹⁵ Quando o/a pesquisador/a analisam o sujeito coletivo do movimento a partir da Teoria Interseccional.

¹⁶ Regra 144: Se ‘*Pesquisa Qualitativa*’ então ‘*Parada do Orgulho LGBTQIA+*’ (Confiança: 0.29, Lift: 1.02, Suporte: 0.19)

Um repertório de ação que se mostrou moderadamente considerável nas pesquisas qualitativas foi a produção de conteúdo e informações online. A **regra 148** indica que em 16% das vezes que a categoria '*Pesquisa Qualitativa*' ocorre, a categoria '*Produção de Conteúdo/Informação Online*' também ocorre. A primeira categoria aumenta em 52% (lift de 1,52) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação aparece em 10% (suporte de 0,1) dos artigos. Assim como na questão do sujeito coletivo dos movimentos, a internet tem sido captada nas pesquisas empíricas como uma importante ferramenta de ação dos coletivos¹⁷.

As pesquisas empíricas também têm apontado as conquistas de outros Movimentos Sociais e grupos como Oportunidade Política para o surgimento das OMS estudadas. A **regra 152** informa que em 17% (confiança de 0,17) das vezes que a categoria '*Pesquisa Qualitativa*' aparece, a categoria '*Conquistas/Ações das OMS de Outras Regiões ou Temas*' também aparece. A primeira categoria aumenta em 52% (lift de 1,52) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação aparece em 11% (suporte de 0,11) dos artigos.

A relação dos movimentos sociais LGBTQIA+ com as instituições políticas apresentaram associações negativas com as pesquisas empíricas. Pela análise das regras de associação, parece haver uma tendência, mesmo que seja fraca, de que a presença da categoria '*Pesquisa Qualitativa*' diminua a ocorrência das categorias relacionadas a este tema. Isso indica que o tema da institucionalização parece não ter figurado entre os interesses de pesquisas das/os estudosas/os do movimento.

Pela **regra 149**, a presença da categoria '*Pesquisa Qualitativa*' diminui em 6% a probabilidade de ocorrência da categoria '*Recursos Institucionais*¹⁸' (Confiança: 0.21, Lift: 0.94, Suporte: 0.14). Pela **regra 155**, a categoria '*Pesquisa Qualitativa*' diminui em 14% a probabilidade de ocorrência da categoria '*Instituições Políticas (Genérico) Parceiras*¹⁹' (Confiança: 0.21, Lift: 0.86, Suporte: 0.14). Pela **regra 157**, a categoria '*Pesquisa Qualitativa*' diminui em 6% a probabilidade de ocorrência da categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*²⁰' (Confiança: 0.46, Lift: 0.94, Suporte: 0.3). Pela **regra 162**, a categoria '*Pesquisa Qualitativa*' diminui em 6% a probabilidade de ocorrência da categoria '*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*²¹' (Confiança: 0.21, Lift: 0.94, Suporte: 0.14).

17 Uma análise mais detalhada das categorias relacionadas à internet será realizada no capítulo 07 desta tese.

18 Quando o movimento utiliza de recursos provenientes do poder público, como editais de financiamento ou uso de imóveis ou espaços públicos.

19 Quando há a referência à instituições políticas como parceiras do movimento sem especificar qual.

20 Quando há a referência aos executivos (municipal, estadual e/ou federal) como parceiros do movimento.

21 Quando há a referência aos legislativos (municipal, estadual e/ou federal) como parceiros do movimento.

As únicas categorias sobre este tema que apresentam associações positivas com as pesquisas empíricas são as relativas aos Executivos como adversários e aos partidos políticos como parceiros do movimento. Pela **regra 160**, a ocorrência de '*Pesquisa Qualitativa*' aumenta em 8% a probabilidade de ocorrência de '*Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)*', uma associação fraca (Confiança: 0.27, Lift: 1.08, Suporte: 0.18). Pela **regra 164**, a ocorrência de '*Pesquisa Qualitativa*' aumenta em 12% a probabilidade de ocorrência de '*Partidos Políticos Parceiros*', também uma associação fraca (Confiança: 0.17, Lift: 1.12, Suporte: 0.11).

As análises apontaram um dado interessante de ser mostrado. Apesar de apresentar associações fracas com as pesquisas qualitativas, as categorias '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*', '*LGBTQIA+ Genérico*' e '*Executivos Parceiros*' se mostraram relacionadas entre si quando aparecem nos estudos empíricos. As pesquisas empíricas em que as Paradas LGBTQIA+ aparecem como repertório de ação se mostraram consideravelmente associadas à referência ao sujeito do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica e aos Executivos (municipal, estadual e/ou federal) como parceiros do movimento. A **regra 1254** indica que em 56% (confiança de 0,56) das vezes em que '*Pesquisa Qualitativa*' e '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' aparecem juntos, '*LGBTQIA+ Genérico*' e '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' também aparecem juntos. A ocorrência das duas primeiras categorias juntas aumenta em 78% (lift de 1,78) a ocorrência das duas últimas e esta associação aparece em 10% (suporte de 0,1) dos textos.

Há também uma associação considerável entre as pesquisas que apresentam os Executivos como parceiros e a referência ao sujeito do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica e as Paradas LGBTQIA+ como repertório de ação. Pela **regra 1258**, em 34% (confiança de 0,34) das vezes em que '*Pesquisa Qualitativa*' e '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparecem juntos, '*LGBTQIA+ Genérico*' e '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' também aparecem juntos. A ocorrência das duas primeiras categorias juntas aumenta em 58% (lift de 1,58) a ocorrência das duas últimas e esta associação aparece em 10% (suporte de 0,1) dos textos.

Esses dados apontam para uma tendência em que os Executivos aparecem como parceiros na realização das Paradas do Orgulho, que estas são consideradas pelas/os pesquisadoras como um repertório de ação da comunidade LGBTQIA+ como um todo e que, ao mesmo tempo, há limites por parte do Estado para trabalhar com políticas voltadas para

categorias específicas do movimento (como, por exemplo, travestis negras e gays indígenas) e lida melhor com os sujeitos “genéricos” do movimento.

5.2.3 – Métodos de Pesquisa:

Nos aprofundamos na análise dos métodos de pesquisa buscando quais deles as/os pesquisadoras/es têm lançado mão. Como dito anteriormente, entrevistas, análises de documentos e etnografias são os métodos predominantes nos estudos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+, aparecendo 33, 32 e 19 vezes respectivamente cada um. Cabe ressaltar, porém, que as pesquisas não se limitam a apenas estes métodos. Em menor escala, verificamos as análises de sites e/ou documentos online (5), as etnografias online (5), o uso de história oral (3), cartografias (2), grupos focais (1), debates online (1), relatos de experiência (1) e análises de controvérsias online (1). Entre os métodos quantitativos levantados encontramos os uso de questionários/surveys (2), matrizes (1) e escalas (1).

Tabela 5.6 – Métodos

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Entrevista	33	34.38
Análise de Documentos	32	33.33
Revisão de Literatura (Texto Teórico)	28	29.17
Etnografia/Observação Participante	19	19.79
Análise de Sites/Documentos Online	5	5.21
Etnografia Online	5	5.21
História Oral	3	3.12
Questionário	2	2.08
Cartografia	2	2.08
Grupo Focal	1	1.04
Debate Online	1	1.04
Relato de Experiência	1	1.04
Análise de Controvérsia Online	1	1.04
Matriz	1	1.04
Escala	1	1.04
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab		

Dada a preponderância das entrevistas, análises de documentos e etnografias, analisamos as relações destes métodos com outras categorias que apareceram nas regras de associação. A análise toma as categorias relacionadas a estes métodos — ‘Entrevistas’, ‘Análises de Documentos’ e ‘Etnografia/Observação Participante’ — como antecedente e verifica quais categorias estão associadas a elas. Dada a baixa frequência de ocorrência dos outros métodos, o algoritmo de regras de associação não encontrou relações significativas para eles e, por isso, nos focamos nestes três.

A análise sobre o uso do método de entrevista nas pesquisas empíricas relacionadas ao movimento LGBTQIA+ revelou uma série de associações significativas interessantes, fornecendo insights valiosos sobre as dinâmicas internas e interações desse movimento com outras agendas políticas e ideológicas. Em primeiro lugar, destaca-se a presença recorrente da articulação do movimento LGBTQIA+ com outras bandeiras, como o feminismo, o ambientalismo e a luta de classe. Esta associação, embora relativamente fraca, indica que a realização de entrevistas está correlacionada com a discussão e interseção dessas diferentes pautas, evidenciando a complexidade e a interconexão dos movimentos sociais contemporâneos.

Além disso, os dados revelam uma associação mais robusta entre entrevistas e a identificação de autocrítica ou conflitos internos dentro do próprio movimento LGBTQIA+. Esta descoberta sugere que as entrevistas são uma ferramenta eficaz para explorar as tensões e divergências, fornecendo uma visão crítica e auto-reflexiva sobre suas estratégias, objetivos e dinâmicas internas.

Por fim, as entrevistas também emergiram como um espaço onde críticas à política identitária do movimento LGBTQIA+ são expressas. Embora essa associação seja fraca, ela aponta para uma tendência de que as pesquisas qualitativas estão associadas à identificação de críticas ao essencialismo ou à política identitária durante as entrevistas. Isso sugere um debate interno dentro do movimento LGBTQIA+ sobre as abordagens políticas e identitárias adotadas, destacando a diversidade de perspectivas e a necessidade de diálogo e reflexão contínuos sobre as estratégias de mobilização e advocacy.

Tabela 5.7 – Regras de Associação: ‘Entrevista’

Regra 8: Se 'Entrevista' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.36, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)
--

Regra 52: Se 'Entrevista' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.45, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)
Regra 78: Se 'Entrevista' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitária' (Confiança: 0.33, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)
Regra 180: Se 'Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.58, Lift: 1.08, Suporte: 0.2)
Regra 182: Se 'Entrevista' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.58, Lift: 1.18, Suporte: 0.2)
Regra 844: Se 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.63, Lift: 1.19, Suporte: 0.12)
Regra 184: Se 'Entrevista' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.45, Suporte: 0.12)
Regra 178: Se 'Entrevista' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.39, Lift: 1.18, Suporte: 0.14)
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab

Analisando mais detidamente as regras de associação, temos que a **regra 8** sugere uma associação entre a menção de entrevistas e a articulação com outras bandeiras. A confiança de 0.36 indica que cerca de 36% das vezes em que a categoria '*Entrevista*' aparece, também aparece '*Articulação com Outras Bandeiras*'. O lift de 1.29 sugere que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 29% a probabilidade de ocorrência da segunda. O suporte de 0.12 indica que 12% das instâncias do conjunto de dados incluem entrevistas e articulação com outras bandeiras.

A **regra 52** indica que há uma associação entre entrevistas e discussões sobre autocrítica ou conflitos internos dentro do movimento. A confiança de 0.45 sugere que em 45% das vezes em que ocorre a categoria '*Entrevistas*', também se observa a categoria '*Autocrítica/Conflitos Internos*'. O lift de 1.28 indica que a primeira categoria aumenta em 28% a probabilidade de observação da segunda categoria. O suporte de 0.16 sugere que 16% dos textos analisados apresentam essa associação.

A **regra 78** sugere uma associação fraca entre entrevistas e críticas ao essencialismo ou política identitária. A confiança de 0.33 indica que cerca de 33% das vezes em que se observa a categoria '*Entrevista*', também se observa '*Crítica ao Essencialismo/Política Identitária*'. O lift de 1.07 sugere uma associação positiva fraca, em que a primeira categoria possibilita uma ligeira elevação de 7% na probabilidade de ocorrência da segunda. O suporte de 0.11 indica que 11% das instâncias do conjunto de dados incluem entrevistas e críticas ao essencialismo/política identitária.

As referências ao sujeito coletivo do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica apareceram de forma consideravelmente fraca nas entrevistas. A **regra 180** indica que, com uma confiança de 0,58, em 58% das observações da categoria '*Entrevista*' foi observada também a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*'. O lift de 1,08 indica uma fraca associação positiva em que a ocorrência da primeira categoria aumenta em apenas 8% a ocorrência da segunda. Esta associação aparece em 20% (suporte de 0,2) dos textos.

A **regra 182** indica uma associação entre entrevistas e menções aos Executivos como parceiros. A confiança de 0.58 sugere que em 58% das vezes em que observamos a categoria '*Entrevista*', também há menções a '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*'. O lift de 1,18 sugere que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 18% a probabilidade de ocorrência da segunda. O suporte de 0.14 indica que 14% das instâncias do conjunto de dados incluem entrevistas e menções ao Executivo Federal como parceiro. Entre as pesquisas que utilizam entrevistas como método de produção de dados e fazem referências aos executivos como parceiros do movimento, as regras de associação apontaram uma leve tendência a compreender o sujeito coletivo de forma genérica. A **regra 844** aponta que, com uma confiança de 0,63, em 63% das ocorrências conjuntas das categorias '*Entrevista*' e '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*', a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' também aparece. O lift de 1,19 indica uma leve associação positiva em que a ocorrência conjunta das duas primeiras categorias aumenta em 19% a probabilidade de ocorrência da última. Esta associação ocorre em 12% (suporte de 0,12) dos textos.

Já o entendimento dos executivos como adversários apresentou uma associação moderada com as entrevistas. Pela **regra 184**, com uma confiança de 0,36, em 36% das vezes que a categoria '*Entrevista*' ocorre, a categoria '*Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)*' também ocorre. O lift de 1,45 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 45% a ocorrência da segunda. Esta associação foi encontrada em 12% (suporte de 0,12) dos artigos.

A pesquisa sobre o movimento LGBTQIA+ tem sido um campo vital nas ciências sociais, especialmente no que diz respeito à compreensão das dinâmicas internas dos movimentos sociais, suas interações com outras agendas políticas e sociais, bem como suas relações com entidades governamentais. A análise de documentos tem emergido como uma ferramenta fundamental nesse contexto, permitindo uma investigação aprofundada das narrativas, discursos e políticas relacionadas ao movimento.

Um aspecto significativo que surge dos dados analisados é, assim como no caso das entrevistas, a presença de associações fortes nas pesquisas empíricas entre a análise de documentos e a articulação do movimento LGBTQIA+ com outras bandeiras, como o feminismo, o ambientalismo e a luta de classe. Essa associação moderada, evidenciada pela confiança de aproximadamente 17%, indica uma tendência consistente em encontrar pesquisas que abordam a interseccionalidade do movimento com outras causas sociais, revelando uma compreensão multifacetada e interconectada das lutas por justiça e igualdade.

Tomamos também a categoria ‘Análise de Documentos’ como antecedente das regras e os resultados revelaram associações significativas entre o uso da análise de documentos e certos aspectos específicos das pesquisas sobre o movimento LGBTQIA+. Por exemplo, foi identificada uma associação forte entre a menção à análise de documentos e a articulação com outras bandeiras do movimento, assim como foi constatado com as entrevistas. Especificamente, a probabilidade de mencionar a articulação com outras bandeiras em pesquisas com análise de documentos é de 38%, indicando uma conexão intrínseca entre esses dois temas. Além disso, outra associação forte foi encontrada entre a análise de documentos e a menção ao sujeito coletivo LGBTQIA+ de forma genérica. Quando a análise de documentos é mencionada, há uma probabilidade significativa (66%) de que também se faça referência ao sujeito coletivo LGBTQIA+ de maneira ampla. Esses achados ressaltam a importância da análise de documentos como uma ferramenta para explorar e compreender a diversidade e a amplitude do movimento LGBTQIA+. Além das associações fortes, foram identificadas associações moderadas entre a análise de documentos e outros temas de pesquisa. Por exemplo, houve uma associação moderada entre a menção à análise de documentos e a menção ao Executivo Federal como parceiro ou adversário, assim como encontrado nas pesquisas com entrevistas. Esses achados sugerem que a análise de documentos pode estar relacionada à investigação das relações entre o movimento LGBTQIA+ e as instituições governamentais.

Tabela 5.8 – Regras de Associação: ‘Análise de Documentos’

Regra 9: Se 'Análise de Documentos' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.38, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)
Regra 99: Se 'Análise de Documentos' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.38, Lift: 0.77, Suporte: 0.12)
Regra 191: Se 'Análise de Documentos' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.66, Lift: 1.24, Suporte: 0.22)

Regra 195: Se 'Análise de Documentos' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.41, Lift: 1.62, Suporte: 0.14)
--

Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab

A articulação com outras bandeiras aparece com força considerável nas pesquisas que utilizam análises de documentos. Pela **regra 09**, em 38% (confiança de 0,38) das observações da categoria '*Análise de Documentos*', observa-se também a categoria '*Articulação com Outras Bandeiras*'. O lift de 1,33 indica uma associação positiva em que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 33% a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação é encontrada em 12% (suporte de 0,12) dos textos.

As pesquisas com análises de documentos parecem ir na contramão do entendimento do movimento como identitário. A **regra 99** indica que em 38% (confiança de 0,38) das vezes que a categoria '*Análise de Documentos*' aparece, a categoria '*Movimento como Identitário*' também aparece. O lift de 0,77 indica uma associação moderadamente negativa em que a ocorrência da primeira categoria diminui em 23% a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta é uma associação que se encontra em 12% dos artigos.

Já a probabilidade de entendimento do sujeito do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica parece ser considerável entre as pesquisas com análises de documentos. A **regra 191** informa que em 66% (confiança de 0,66) das ocorrências da categoria '*Análise de Documentos*', há também a ocorrência da categoria '*LGBTQIA+ Genérico*'. O lift de 1,24 indica que a primeira categoria aumenta em 24% a probabilidade de se observar a segunda. Esta associação se encontra em 22% (suporte de 0,22) dos textos.

Uma associação considerável que encontramos com as análises de documentos foi a compreensão dos Executivos como adversários do movimento. A **regra 195** aponta que em 41% (confiança de 0,41) das ocorrências da categoria '*Análise de Documentos*', a categoria '*Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)*' também aparece. O lift de 1,62 indica uma considerável associação positiva entre as duas em que a ocorrência da primeira aumenta em 62% a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação foi encontrada em 14% (suporte de 0,14) dos textos.

A análise das regras de associação mostrou relações consideráveis sobre o uso conjunto dos métodos de entrevista e análise de documentos. Ao todo, 13 artigos apresentaram o uso

combinado dos dois métodos. Três associações envolvendo as duas categorias se mostraram de interesse para o presente.

Tabela 5.9 – Regras de Associação: ‘Entrevista’ + ‘Análise de Documentos’

Regra 177: Se 'Análise de Documentos' então 'Entrevista' (Confiança: 0.41, Lift: 1.18, Suporte: 0.14)
Regra 178: Se 'Entrevista' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.39, Lift: 1.18, Suporte: 0.14)
Regra 838: Se 'Análise de Documentos, Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.85, Lift: 1.59, Suporte: 0.11)
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab

A **regra 177** indica que em 41% (confiança de 0,41) das vezes que ‘*Análise de Documentos*’ aparece, ‘*Entrevista*’ também aparece. Já a **regra 178** indica que em 39% (confiança de 0,39) das vezes que ‘*Entrevista*’ foi observado, ‘*Análise de Documentos*’ também foi. As duas associações apresentaram um lift de 1,18, o que significa que a ocorrência de entrevistas tende a aumentar a probabilidade de análises de documentos em 18% e vice-versa. O suporte para ambas as associações é de 14%.

A única associação encontrada envolvendo os dois métodos que se mostrou interessante para a nossa análise foi a relacionada ao entendimento do sujeito coletivo do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica. O interesse por esta associação se dá porque a categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’ apareceu negativamente associada à ‘Pesquisa Qualitativa’. Mas nas pesquisas qualitativas que usam entrevistas em conjunto com análises de documentos, a associação com esta categoria aparece com força considerável. Pela **regra 838**, em 85% (confiança de 0,85) das vezes que ‘*Análise de Documentos*’ e ‘*Entrevista*’ apareceram juntas, ‘*LGBTQIA+ Genérico*’ também aparece. O lift de 1,59 aponta uma associação positiva de força considerável em que a ocorrência das duas primeiras categorias juntas aumenta a probabilidade de ocorrência da última em 59%. Esta associação foi encontrada em 11% (suporte de 0,11) dos artigos.

Analizamos também as regras de associação que tomaram a categoria ‘Etnografia/Observação Participante’ como antecedente. Os resultados revelaram associações significativas entre o uso de etnografia/observação participante e certas dimensões da pesquisa sobre o movimento LGBTQIA+. Em particular, foi observado que entre os estudos que adotam essa metodologia, há uma forte probabilidade (53%) de que eles também incluam uma análise crítica ao essencialismo ou à política identitária. Esse achado indica uma conexão intrínseca

entre a abordagem etnográfica/observacional e a reflexão sobre questões fundamentais relacionadas à identidade e à política dentro do movimento. Além disso, outra associação robusta identificada foi entre o uso de etnografia/observação participante e a referência ao movimento como identitário. Esse padrão sugere que os estudos que empregam essas metodologias estão particularmente propensos (68% de confiança) a enfatizar a dimensão identitária do movimento, revelando a importância dessas abordagens para compreender as dinâmicas identitárias dentro do ativismo LGBTQIA+.

Além das associações fortes, também foram identificadas associações moderadas entre o uso de etnografia/observação participante e outros temas de pesquisa. Por exemplo, foi observado que essas metodologias estão associadas a uma probabilidade razoável (53%) de que o sujeito coletivo do movimento seja referido de maneira genérica como LGBTQIA+ nos estudos. Embora essa associação não seja tão forte, ela ainda ressalta a tendência dos estudos que empregam a etnografia/observação participante de incluir discussões sobre a comunidade LGBTQIA+ em um contexto mais amplo.

Tabela 5.10 – Regras de Associação: ‘Etnografia/Observação Participante’

Regra 80: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.53, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)
Regra 98: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.68, Lift: 1.4, Suporte: 0.14)
Regra 187: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)
Fonte: Gerado pelo próprio autor usando através do Google Colab

A **regra 80** indica que em 53% (confiança de 0,53) das pesquisas que usam a abordagem de etnografia ou observação participante (categoria ‘*Etnografia/Observação Participante*’), este trabalho realiza uma análise crítica ao essencialismo ou à política identitária (‘*Crítica ao Essencialismo/Política Identitário*’). O valor de Lift 1.68 sugere que a ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 68%. O suporte de 0.1 indica que essa relação é observada em 10% dos casos analisados.

Pela **regra 98**, em 68% (confiança de 0,68) das ocorrência da categoria ‘*Etnografia/Observação Participante*’, a categoria ‘*Movimento como Identitário*’ também ocorre. O valor de Lift de 1.4 sugere que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 40% a

probabilidade de ocorrência da segunda. O suporte de 0.14 indica que esta relação é observada em 14% dos casos analisados.

Por se tratar de estudos imersivos no cotidiano das organizações, os estudos que utilizam etnografia tendem a apreender experiências de sujeitos concretos em detrimento de uma compreensão genérica dos atores que compõem a luta. Pela **regra 187**, em 53% (confiança de 0,53) das ocorrências da categoria '*Etnografia/Observação Participante*', a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' também ocorre. Porém, o valor de Lift próximo a 1 (0.99) sugere que não há uma associação significativa entre essas categorias, sendo que a ocorrência da primeira diminui em 1% a probabilidade de ocorrência da segunda. O suporte de 0.1 indica que esta associação é observada em 10% dos casos analisados.

5.3 – CONCLUSÃO:

A análise das afiliações institucionais dos primeiros autores dos artigos analisados revela uma ampla diversidade de instituições de vínculo. Observamos uma distribuição ampla e variada em relação às instituições, com 54 diferentes entidades representadas nos 96 artigos analisados. No entanto, a maioria dessas instituições (36) contribui com apenas um artigo cada, e apenas algumas instituições se destacam por uma produção mais elevada. As universidades que mais se destacam são UFRGS, UFRJ, UFMG, Unicamp e UnB, com a UFMG liderando com 8 artigos. Notamos também a participação de instituições não universitárias, embora em menor número. Estas incluem duas fundações hospitalares, uma secretaria estadual de educação e uma ONG LGBTQIA+. A Fundação Oswaldo Cruz e a Fundação Hospitalar Vicente de Paula contribuíram com dois e um artigos, respectivamente. A Secretaria de Educação do Mato Grosso e a ONG SOMOS também participaram com um artigo cada.

No que se refere às áreas de atuação dos primeiros autores, observamos uma predominância clara das Ciências Humanas. Entre as disciplinas específicas, a Psicologia, Sociologia e Antropologia lideram, seguidas por Ciências Sociais, Educação, Ciência Política, Políticas Públicas e Saúde Coletiva. A predominância das Ciências Humanas sugere que os estudos sobre movimentos sociais LGBTQIA+ estão sendo amplamente abordados por disciplinas que investigam questões sociais, comportamentais e culturais. Particularmente, a área das Ciências Sociais, quando considerada em conjunto (incluindo Antropologia, Ciência Política e Sociologia), responde por quase metade dos artigos analisados, reforçando a

hegemonia dessa área na pesquisa sobre movimentos sociais LGBTQIA+. Esses dados indicam que as Ciências Sociais são a principal lente através da qual os movimentos sociais LGBTQIA+ estão sendo estudados, possivelmente devido à sua capacidade de abordar de forma holística e crítica as complexas dinâmicas sociais e políticas envolvidas na construção dos sujeitos LGBTQIA+.

A análise dos dados gerados pelo algoritmo de regras de associação revela uma complexidade nas abordagens teóricas sobre o movimento LGBTQIA+, evidenciando associações de diferentes magnitudes entre diversos conceitos e categorias. Primeiramente, observamos que os ensaios teóricos apresentam uma fraca associação com referências ao movimento LGBTQIA+ de forma genérica. A associação fraca indica que, embora existam menções ao sujeito coletivo LGBTQIA+ de forma genérica, elas não são predominantes nos ensaios teóricos.

Por outro lado, quando os ensaios teóricos fazem referência ao movimento como identitário, a associação se torna mais forte e positiva. Há uma probabilidade de 61% de que essas referências ocorram juntas, evidenciando um interesse maior por parte das revisões de literatura em discutir o movimento em termos identitários. Além disso, uma análise mais detalhada mostra que parte considerável dos ensaios teóricos mencionam tanto o movimento como identitário quanto o sujeito coletivo LGBTQIA+ de forma genérica, com uma associação moderada, indicando uma interseção significativa entre essas categorias.

A presença de autocríticas e conflitos internos dentro dos ensaios teóricos é outra dimensão importante. De acordo com os dados, os ensaios teóricos que discutem o movimento como identitário também abordam autocríticas e conflitos internos, com uma associação moderada a forte. Essa análise é crucial, pois indica que a concepção identitária do movimento não está isenta de críticas e reflexões internas, muitas vezes questionando o papel central do sujeito “gay” e destacando as disputas internas por visibilidade e inclusão.

As críticas ao essencialismo identitário e às políticas identitárias também são frequentemente associadas aos ensaios teóricos. Em 50% das vezes, esses ensaios incluem críticas ao essencialismo, com uma associação moderada. Essa crítica é ainda mais acentuada nos ensaios que mencionam o movimento como identitário, com uma probabilidade de 65% de ocorrência conjunta, sugerindo uma reflexão crítica sobre as bases identitárias do movimento LGBTQIA+ e questionando a fixidez das identidades. Além disso, a análise revela que as referências a executivos como parceiros do movimento são fracas nos ensaios teóricos, com

uma associação quase irrelevante. No entanto, essa associação se fortalece quando o movimento é discutido como identitário.

As análises de regras de associação aplicadas aos dados sobre as pesquisas empíricas qualitativas sobre os movimentos LGBTQIA+ revelam insights importantes sobre as dinâmicas e interações dessas lutas com outras bandeiras sociais, bem como suas abordagens metodológicas e temáticas predominantes. As pesquisas qualitativas demonstram uma tendência significativa de articulação dos movimentos LGBTQIA+ com outras lutas sociais, como movimentos feministas e negros. As associações evidenciam também uma interação significativa entre as lutas por redistribuição e reconhecimento. A articulação das lutas e a confluência entre reconhecimento e redistribuição aparecem em uma parcela notável dos artigos analisados, refletindo a complexidade e a interseção das demandas desses movimentos.

No entanto, as análises também mostram uma dissonância entre as pesquisas empíricas e as críticas à política identitária e ao essencialismo. As regras indicam que a pesquisa qualitativa tende a diminuir a ocorrência de críticas ao essencialismo e à política identitária, sugerindo uma possível lacuna na abordagem crítica dessas temáticas nas pesquisas. Curiosamente, quando se adota a entrevista como método de coleta de dados, há uma tendência de aumento nas menções a autocríticas e conflitos internos, indicando que métodos qualitativos mais aprofundados podem capturar melhor essas dinâmicas internas.

A análise aponta uma diminuição na referência ao sujeito coletivo LGBTQIA+ de forma genérica, com as pesquisas qualitativas focando mais nas especificidades das diferentes identidades dentro do movimento. A ênfase nas identidades específicas, como travestis, transexuais, lésbicas negras e gays indígenas, reflete um movimento de maior visibilidade das diversas “letrinhas” do movimento. Essa fragmentação é uma resposta às críticas internas ao sujeito coletivo “gay” universalizado, destacando a multiplicidade e a heterogeneidade dos sujeitos que compõem o movimento. Outro ponto relevante é a mobilização da teoria interseccional nas pesquisas, que aparece como uma ferramenta significativa para compreender o sujeito coletivo do movimento. Além disso, a importância da internet na construção e compreensão do sujeito coletivo é destacada, evidenciando a relevância das redes digitais como espaço de mobilização e ação.

Em relação aos repertórios de ação, as pesquisas qualitativas associam-se mais frequentemente com a organização de encontros, semanas da diversidade e seminários, e com a produção de conteúdo online, do que com as tradicionais paradas do orgulho LGBTQIA+. Esse

dado sugere uma diversificação das estratégias de mobilização e uma maior valorização das ações educativas e de conscientização. Além disso, as conquistas de outros movimentos sociais são vistas como oportunidades políticas, destacando a interconexão entre diferentes lutas sociais.

A relação dos movimentos LGBTQIA+ com as instituições políticas apresenta uma tendência negativa nas pesquisas qualitativas, sugerindo um desinteresse ou uma crítica implícita à institucionalização. No entanto, quando se trata de executivos como adversários e partidos políticos como parceiros, há uma associação positiva, embora fraca. Por fim, há uma associação interessante entre as categorias de paradas LGBTQIA+, referência ao sujeito LGBTQIA+ de forma genérica e executivos parceiros, sugerindo que, nos estudos onde as paradas são destacadas, há uma tendência de reconhecer uma relação do apoio institucional com uma visibilidade genérica do sujeito coletivo do movimento.

Ao focar a análise dos métodos usados nas pesquisas nas entrevistas, encontramos muitas das associações que aparecem nas pesquisas qualitativas como um todo, porém com algumas diferenças pontuais. A presença da categoria ‘Entrevistas’, assim como no caso da categoria ‘Pesquisa Qualitativa’, revela uma associação significativa com a articulação do movimento LGBTQIA+ com outras bandeiras sociais, como feministas e negros. Isso sugere que as entrevistas, enquanto método de coleta de dados, têm captado a intersecção das lutas e a colaboração entre diferentes movimentos sociais. Outro ponto destacado é a correlação entre entrevistas e discussões sobre autocrítica e conflitos internos dentro do movimento. As entrevistas parecem ser um método valioso para explorar e documentar as tensões e os debates internos, refletindo a complexidade e a diversidade de opiniões e identidades dentro do movimento LGBTQIA+. Embora haja uma associação fraca entre entrevistas e críticas ao essencialismo ou à política identitária, isso não quer dizer que esses temas não são abordados, mas que não são centrais nas pesquisas que utilizam entrevistas. A menção ao sujeito coletivo LGBTQIA+ de forma genérica nas entrevistas também aparece de forma fraca. Isso é reflexo, em nossa interpretação, do fato de as pesquisas de campo produzirem dados junto a grupos concretos, com sujeitos coletivos bem demarcados. Hoje em dia, parece haver uma tendência de que as OMS busquem explicitar as diferentes lógicas de opressão, isso exige que a representação dos grupos seja feita de forma focalizada ao invés das lutas genéricas contra a “homofobia” e para os sujeitos LGBTQIA+ como um todo.

As entrevistas também mostram uma associação significativa com a menção aos Executivos como parceiros do movimento, refletindo uma tendência de reconhecimento por parte dos militantes das alianças estratégicas com entidades governamentais na formulação e implementação de políticas públicas. Entretanto, há uma leve propensão de que, quando mencionados executivos como parceiros, as pesquisas tendem a tratar o sujeito coletivo de forma genérica. Isso pode indicar um movimento na contramão das OMS de, por um, lado grupos que buscam cada vez mais representar sujeitos específicos e, por outro, alguns limites por parte dos Estado em compreender/lidar com estas especificidades e necessitar de categorias sexuais genéricas para a construção de políticas. Por outro lado, o entendimento dos executivos como adversários também apresenta uma associação moderada com as entrevistas. Esse dado sugere que, através das entrevistas, os/as pesquisadores/as captam as percepções críticas dos/as militantes em relação aos obstáculos institucionais e adversidades políticas enfrentadas.

Em relação ao uso de análises de documentos nas pesquisas sobre o movimento LGBTQIA+, em primeiro lugar, é notável a força da associação entre a análise de documentos e a articulação com outras bandeiras, seguindo a tendência geral das pesquisas empíricas como um todo. Isso indica que uma parcela significativa das pesquisas que analisam documentos enfoca a interseção das lutas LGBTQIA+ com outras causas sociais, refletindo uma perspectiva abrangente e inclusiva nas lutas por direitos.

Além disso, as análises de documentos parecem se afastar da visão do movimento como identitário. A presença da categoria ‘Movimento como Identitário’ é moderadamente negativa quando comparada com ‘Análise de Documentos’, sugerindo que essas pesquisas tendem a abordar o movimento de uma forma que vai além das identidades fixas e essencialistas, possivelmente enfatizando questões estruturais e interseccionais.

A referência ao sujeito do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica é considerável nas pesquisas que utilizam a análise de documentos. Isso mostra que, ao examinar documentos, os pesquisadores frequentemente recorrem a um termo abrangente para descrever o movimento. Muito disso se dá devido ao fato de boa parte dos documentos analisados nestas pesquisas serem documentos oficiais emitidos pelo poder público, que tende a se referir aos sujeitos do movimento de forma genérica. Outra associação importante é a compreensão dos executivos como adversários do movimento. As análises de documentos frequentemente identificam autoridades federais, estaduais e municipais como opositores, sugerindo que essas

pesquisas destacam os desafios e as resistências enfrentadas pelo movimento LGBTQIA+ por parte das instituições governamentais tanto em governos de direita, quanto de esquerda.

Importante ressaltar que as análises captaram uma associação recíproca entre análises de documentos e entrevistas, indicando que a presença de um método tende a aumentar a probabilidade da presença do outro. Isso sugere que uma tendência de muitos estudos combinarem esses dois métodos para obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada do movimento. O aspecto mais relevante dessas associações é a relação com o entendimento do sujeito coletivo do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica. Enquanto as pesquisas qualitativas apresentam uma associação negativa com essa caracterização genérica, as pesquisas que combinam análises de documentos e entrevistas mostram uma associação positiva e considerável com a categoria 'LGBTQIA+ Genérico', associação essa muito puxada pelas análises de documentos.

Como um campo de estudos muito marcado pela presença da Antropologia e suas contribuições, as etnografias se mostraram um método muito utilizado nas pesquisas sobre o movimento. Primeiramente, identificamos uma forte associação entre a abordagem da etnografia e a realização de análises críticas ao essencialismo ou à política identitária. Isso sugere que os estudos imersivos no cotidiano das organizações tendem a propiciar uma compreensão crítica das questões relacionadas à essência e à política identitária dentro do movimento, enfatizando uma abordagem reflexiva e contextualizada. Apesar do campo fértil às críticas às concepções de identidade, entretanto, observamos que a aplicação da etnografia frequentemente resulta na caracterização do movimento como identitário.

No entanto, uma descoberta interessante foi a falta de associação significativa entre a abordagem da etnografia e a referência genérica ao sujeito coletivo do movimento como LGBTQIA+. Embora a categoria 'LGBTQIA+ Genérico' esteja presente em uma proporção considerável das pesquisas que utilizam etnografia, a análise revela que sua ocorrência não está diretamente ligada à aplicação dessa abordagem. Isso sugere que, embora a etnografia permita uma compreensão detalhada das experiências individuais dos participantes, ela não necessariamente leva a uma representação genérica do movimento.

Capítulo 06 — Movimentos LGBTQIA+ como Sujeitos de Pesquisa

Neste capítulo, exploraremos alguns elementos relativos aos movimentos sociais LGBTQIA+ em si como sujeitos de pesquisas. Elencamos algumas características comuns aos estudos de movimentos sociais e verificamos como elas apareceram no conjunto de textos que analisamos. Mais especificamente, focaremos nossa análise nas categorias com associações relevantes sobre como os/as pesquisadores/as têm percebido os Repertórios de Ação, o processo de Institucionalização e o Sujeito Coletivo do movimento. Nosso objetivo neste capítulo é, ao apresentar estas características das organizações, mostrar um panorama “do que é” estudado e “como é” estudados pelas/os pesquisadoras/es do campo.

As Paradas do Orgulho LGBTQIA+ são frequentemente estudadas em pesquisas qualitativas sobre o movimento LGBTQIA+, refletindo sua centralidade no ativismo. Elas emergem como um repertório de ação destacado, desempenhando um papel crucial na representação e identidade coletiva da comunidade LGBTQIA+. As Paradas funcionam como um símbolo unificador e uma plataforma de visibilidade, frequentemente mencionadas em discussões sobre identidade LGBTQIA+. A análise revela que as Paradas também se associam a outras dimensões do ativismo, como o feminismo, ambientalismo, lutas antirracistas e campanhas de combate/prevenção ao HIV, ampliando seu alcance e impacto. Ademais, há uma forte associação entre as Paradas e o apoio institucional, especialmente no que tange ao financiamento público, indicando que esses eventos são importantes para a captação de recursos das organizações LGBTQIA+. Parcerias com executivos federais, estaduais e municipais são comuns, mas também há menções a conflitos com autoridades, particularmente em contextos municipais, evidenciando desafios na luta por reconhecimento e direitos.

A análise dos dados obtidos a partir do algoritmo de regras de associação revela uma complexa teia de relações entre os movimentos sociais LGBTQIA+ e as instituições políticas no Brasil, destacando uma predominância de parcerias com os Executivos (Federal, Estadual e Municipal), embora adversidades também sejam significativas. As parcerias institucionais são fortemente ligadas a aspectos do movimento como a articulação com outras bandeiras, a identidade do movimento e a realização de campanhas de combate/prevenção ao HIV, indicando que tais parcerias frequentemente resultam em apoio material e iniciativas de saúde pública. A análise também sugere que as parcerias com Executivos aumentam a probabilidade

de trabalhos teóricos, enquanto referências a pesquisas qualitativas são menos frequentes, possivelmente refletindo uma discussão teórica mais prevalente sobre parcerias. Além disso, a coexistência de referências a Executivos como parceiros e adversários em contextos semelhantes, exemplificada pelo caso do governo Dilma Rousseff e o kit anti-homofobia, reflete a natureza multifacetada dessas relações. As relações com partidos políticos parceiros e legislativos parceiros (federais, estaduais e municipais) também mostraram associações significativas, sugerindo que alianças com partidos estão frequentemente ligadas à pesquisa qualitativa e à construção de identidade, enquanto parcerias legislativas reforçam a ideia de uma integração política multifacetada no apoio ao movimento LGBTQIA+.

As associações envolvendo o Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico mostram um padrão claro de discussão teórica e metodológica, com forte presença em ensaios teóricos e pesquisas qualitativas, sugerindo a prevalência da reflexão teórica e coleta de dados por entrevistas na análise desse sujeito coletivo. Associações moderadas com análise de documentos, paradas do orgulho LGBTQIA+, editais públicos e campanhas de combate/prevenção ao HIV indicam uma conexão prática e operacional do movimento com esses temas. No entanto, as associações fracas com etnografias sugerem menor percepção do sujeito coletivo genérico em pesquisas de observação participante. A categoria 'LBTQIAN+' demonstra forte associação com pesquisa qualitativa, destacando uma abordagem empírica significativa no estudo desses sujeitos, mas ausência de associação com ensaios teóricos, apontando que a diversidade dos sujeitos do movimento é menos presente em revisões de literatura e mais comum em pesquisas empíricas. A associação moderada entre LBTQIAN+ e a crítica ao essencialismo/política identitária sugere um questionamento profundo das concepções identitárias hegemônicas, refletindo uma discussão crítica dentro do movimento. Críticas ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+ estão fortemente associadas à autocrítica e conflitos internos, indicando uma reflexão contínua sobre práticas e representações, levantando questões sobre a falta de visibilidade de sujeitos diversos como lésbicas, travestis e transexuais, e a sobrerrepresentação de homens brancos, refletindo um movimento em constante diálogo e negociação interna para incluir uma gama mais ampla de experiências e identidades.

6.1 – REPERTÓRIOS DE AÇÃO:

Nos estudos sobre movimentos sociais, o conceito de “Repertórios de Ação” desempenha um papel fundamental na compreensão das estratégias e dinâmicas adotadas por grupos e indivíduos engajados em atividades de contestação e reivindicação. O termo “repertório de ação” refere-se ao conjunto de métodos, estratégias, práticas e símbolos utilizados por um movimento social para expressar suas demandas, exercer pressão política e promover mudanças sociais.

Os repertórios de ação são moldados pela interação dinâmica entre os atores sociais e o contexto em que estão inseridos. Eles representam as formas pelas quais os movimentos sociais organizam e expressam suas reivindicações, adaptando-se às condições políticas, econômicas, culturais e tecnológicas de seu tempo. Assim, esses repertórios não são estáticos, mas sim fluidos e passíveis de evolução ao longo do tempo.

Um aspecto importante a ser considerado ao analisar os repertórios de ação é a sua diversidade. Movimentos sociais diferentes podem adotar estratégias e táticas distintas, dependendo de uma variedade de fatores, como suas metas, recursos disponíveis, estrutura organizacional e o contexto político em que operam. Alguns movimentos podem optar por protestos pacíficos, como passeatas e manifestações públicas, enquanto outros podem recorrer a formas mais disruptivas de ação, como ocupações de espaços públicos, boicotes ou até mesmo confrontos diretos com autoridades.

Além disso, os repertórios de ação também incorporam símbolos e rituais que desempenham um papel crucial na mobilização e identificação dos participantes do movimento. Esses símbolos podem incluir bandeiras, slogans, canções e gestos específicos que ajudam a fortalecer o senso de solidariedade e pertencimento entre os membros do movimento.

Em nossa análise sobre os movimentos sociais LGBTQIA+, as Paradas do Orgulho são tomadas pelas/es pesquisadoras/es como as mais proeminentes. Entretanto, é importante ressaltar, o movimento LGBTQIA+ lança mão de uma diversidade expressiva de Repertórios de Ação para canalizar as suas reivindicações. Encontramos nos artigos analisados as seguintes ações dos movimentos: Parada do Orgulho LGBTQIA+ (27), Encontros/Semana da Diversidade/Seminários (16), Apresentações/Manifestações Artísticas/Culturais (14), Campanhas/Assessorias de Combate/Prevenção ao HIV (11), Publicação de Revistas/Periódicos e Materiais Informativos/Educativos (11), Produção de Conteúdo/Informação Online (10), GT/Debates Públicos (8), Centro de Referência (8), Organização de Festas (7), Manifestações/Protestos (6), Debates Online (5), Projetos na Área de

Educação (4), Análise Interseccional do RA (4), Formação de Agentes Públicos (3), Participação em Conselhos (3), Manifestações/Protestos Online (3), Articulação Com Outras Bandeiras (3), Parada/Caminhada das Lésbicas (2), Marcha Pela Visibilidade Trans (2), Beijaço (2), Campanhas Assembléia Constituinte de 1988 (2), Elaboração de Relatórios Sobre Casos de Violência (1), Assessoria Jurídica (1), Marchas p/ Jesus (1), Cartas à Instituições/Órgãos Públicos (1), Assembléias Populares (1), Campanhas de Doações (Cestas Básicas, Roupas e Remédios) (1), Oficinas (1), Participação em Festas/Eventos Festivos de Terceiros (1), Disseminação Online de Discursos de Ódio, Intimidação de Adversários e/ou Fake News (1), Eventos Esportivos/Recreativos (1), Eventos Culinários (1), Advocacy (1).

Tabela 6.1 – Repertórios de Ação

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Parada do Orgulho LGBTQIA+	27	28.12
Encontros/Semana da Diversidade/Seminários	16	16.67
Apresentações/Manifestações Artísticas/Culturais	14	14.58
(RA) Campanhas/Assessorias de Combate/Prevenção ao HIV	11	11.46
Publicação de Revistas/Periódicos e Materiais Informativos/Educativos	11	11.46
Produção de Conteúdo/Informação Online	10	10.42
GT/Debates Públicos	8	8.33
Centro de Referência	8	8.33
Organização de Festas	7	7.29
Manifestações/Protestos	6	6.25
Debates Online	5	5.21
Projetos na Área de Educação	4	4.17
Análise Interseccional do RA	4	4.17
Formação de Agentes Públicos	3	3.12
Participação em Conselhos	3	3.12
Manifestações/Protestos Online	3	3.12
Articulação Com Outras Bandeiras	3	3.12
Beijaço	2	2.08
Campanhas Assembléia Constituinte de 1988	2	2.08
Parada/Caminhada das Lésbicas	2	2.08
Marcha Pela Visibilidade Trans	2	2.08
Elaboração de Relatórios Sobre Casos de Violência	1	1.04
Assessoria Jurídica	1	1.04
Marchas p/ Jesus	1	1.04
Cartas à Instituições/Órgãos Públicos	1	1.04
Assembléias Populares	1	1.04

Campanhas de Doações (Cestas Básicas, Roupas e Remédios)	1	1.04
Oficinas	1	1.04
Participação em Festas/Eventos Festivos de Terceiros	1	1.04
Disseminação Online de Discursos de Ódio, Intimidação de Adversários e/ou Fake News	1	1.04
Eventos Esportivos/Recreativos	1	1.04
Eventos Culinários	1	1.04
Advocacy	1	1.04
Análise Queer do RA	0	0.00
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.		

6.1.1 – Parada do Orgulho LGBTQIA+:

Neste tópico, apresentamos os resultados da análise que tomou como antecedente as menções às Paradas do Orgulho LGBTQIA+ como repertórios de ação nos artigos sobre o movimento LGBTQIA+. As descobertas revelam padrões significativos que evidenciam a importância das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ como eventos e símbolos dentro do ativismo LGBTQIA+. Os resultados destacam associações fortes entre a menção às Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e diversas categorias como, por exemplo, foi identificada uma forte associação entre a menção às Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e a menção ao Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico. Isso sugere que as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ são frequentemente citadas em textos que enfatizam a representação e a identidade coletiva da comunidade como LGBTQIA+ de forma genérica. Além disso, outra associação forte foi encontrada entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e a menção aos Editais Públicos como fonte de recursos. Esse achado indica que as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ estão significativamente associadas à discussão sobre financiamento público e apoio institucional, evidenciando a importância desses eventos como espaços de mobilização política e forma de captar recursos para as organizações.

Além das associações fortes, foram identificadas associações moderadas entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e outros temas de pesquisa. Por exemplo, foi observada uma associação moderada entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e a menção à Articulação com Outras Bandeiras. Embora essa associação não seja tão forte quanto as mencionadas anteriormente, ela ainda sugere uma conexão entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e a interseccionalidade com outras lutas sociais. Outra associação moderada foi encontrada entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e as OP Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV. Isso

sugere que as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ estão relacionadas à discussão sobre a epidemia de HIV como motivador do surgimento de organizações do movimento LGBTQIA+.

Tabela 6.2 – Regras de Associação: ‘Parada do Orgulho LGBTQIA+’

Regra 143: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.67, Lift: 1.02, Suporte: 0.19)
Regra 60: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.37, Lift: 1.05, Suporte: 0.1)
Regra 756: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.48, Lift: 1.54, Suporte: 0.14)
Regra 200: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.78, Lift: 1.46, Suporte: 0.22)
Regra 106: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.21, Suporte: 0.17)
Regra 231: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.19)
Regra 960: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 2.49, Suporte: 0.15)
Regra 971: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.67, Lift: 3.05, Suporte: 0.12)
Regra 973: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.44, Lift: 2.51, Suporte: 0.12)
Regra 895: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.56, Lift: 1.78, Suporte: 0.16)
Regra 1287: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.41, Lift: 2.79, Suporte: 0.11)
Regra 234: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.48, Suporte: 0.1)
Regra 236: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.69, Suporte: 0.1)
Regra 14: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.37, Lift: 1.32, Suporte: 0.1)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

A referência às Paradas do Orgulho LGBTQIA+ como um repertório de ação do movimento não aparece associado significativamente nas pesquisas empíricas do movimento. A **regra 143** sugere, com uma confiança de 0,67, que há uma probabilidade de 67% de que a

menção à categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' esteja associada à categoria '*Pesquisa Qualitativa*'. O Lift de 1,02 indica uma associação fraca, quase nula, em que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 2% a ocorrência da segunda. O suporte de 0,19 mostra que essa associação ocorre em 19% dos dos casos analisados.

A categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' também aparece com uma associação positiva muito fraca em relação à categoria '*Autocrítica/Conflitos Internos*', o que indica que os/as autores/as não têm usado as análises sobre as Paradas do Orgulho para apontar conflitos internos ou realizar autocríticas ao movimento. A **regra 60** indica que em 37% (confiança de 0,37) das vezes que a categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' aparece, a categoria '*Autocrítica/Conflitos Internos*' também ocorre. O lift de 1,05 aponta que essa associação é fraca, quase irrelevante, em que a ocorrência da primeira categoria aumenta em apenas 5% a ocorrência da segunda. Esta associação ocorre em 10% dos textos analisados.

Entretanto, a categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' aparece com associações mais fortes com as pesquisas empíricas em que o sujeito coletivo do movimento é entendido de forma genérica como LGBTQIA+. Segundo a **regra 756**, com uma confiança de 0,48, em 48% das vezes que a categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' aparece, também ocorrem as categorias '*LGBTQIA+ Genérico*' e '*Pesquisa Qualitativa*'. O lift de 1,54 indica que a presença de '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' aumenta em 54% a probabilidade de ocorrência das categorias '*LGBTQIA+ Genérico*' e '*Pesquisa Qualitativa*'. O suporte de 0,14 indica que esta associação está em 14% dos artigos analisados. Essa associação, entretanto, é influenciada devido a relação das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ com a concepção genérica de sujeito LGBTQIA+. Pela **regra 200**, com uma confiança de 0,78, em 78% das vezes que a categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' aparece, a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' também aparece. O lift de 1,46 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 46% a probabilidade de ocorrência da segunda. O suporte de 0,22 indica que esta associação ocorre em 22% dos textos analisados.

Há também uma associação moderada entre a ocorrência das Paradas do Orgulho como repertórios de ação e a compreensão do movimento como identitário. A **regra 106** indica que, com uma confiança de 0,59, que em 59% das ocorrências da categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*', a categoria '*Movimento como Identitário*' também aparece. O lift de 1,21 sugere que a presença da primeira categoria aumenta em 21% a probabilidade de ocorrência da segunda categoria. Esta associação aparece em 17% dos textos analisados.

Os executivos aparecem como parceiros dos movimentos na organização das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ com associações significativas. Segundo a **regra 231**, em 67% (confiança de 0,67) das ocorrências da categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*', há também a ocorrência da categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*'. A ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda categoria em 36% (lift de 1,36) e 19% dos textos contêm esta associação. A força desta associação cresce consideravelmente quando a categoria '*Recursos Institucionais*' aparece junto à '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' como consequente. Ao que indicam os dados, os executivos aparecem fornecendo recursos aos movimentos para a organização do evento. Pela **regra 960**, em 52% (confiança de 0,52) das ocorrências da categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*', há também a ocorrência das categorias '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' e '*Recursos Institucionais*' juntas. A ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência das duas últimas em 149% (lift de 2,49) e 15% dos textos contêm esta associação.

As categorias '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' então '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparecem associados de forma considerável com a categoria '*(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV*'. Pela **regra 971**, em 67% (confiança de 0,67) das ocorrências conjuntas das categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' e '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*', há também a ocorrência da categoria '*(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV*'. A ocorrência das duas primeiras categorias aumenta a probabilidade de ocorrência da última em 205% (lift de 3,05) e 12% dos textos contêm esta associação. Pela **regra 973**, em 44% (confiança de 0,44) das ocorrências da categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*', há também a ocorrência das categorias '*(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV*' e '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*'. A ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência das duas últimas em 151% (lift de 2,51) e 12% dos textos contêm esta associação. Essa associação é reflexo do fato de muitos movimentos terem como oportunidade política para a emergência os editais públicos de fomento às campanhas de combate e prevenção ao HIV na década de 1990 e as Paradas serem uma das ações de prevenção adotadas pelo grupo.

Quando as categorias '*LGBTQIA+ Genérico*' e '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparecem juntas, a força da associação delas com a categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' fica mais forte. A **regra 895** sugere, com uma confiança de 0,56, que há uma probabilidade de 56% de que a menção à categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' esteja associada às categorias '*LGBTQIA+ Genérico*' e '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*'. O Lift de 1,78 indica uma associação moderada, em que a ocorrência da primeira categoria

aumenta em 78% a probabilidade de ocorrência das duas últimas. O suporte de 0,16 mostra que essa associação ocorre em 16% dos dos casos analisados. Quando levamos em conta a presença da categoria ‘Recursos Institucionais’ no consequente junto das categorias ‘LGBTQIA+ Genérico’ e ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’, a força da associação fica consideravelmente mais forte. A **regra 1287** indica que em 41% (confiança de 0,41) das vezes que a categoria ‘*Parada do Orgulho LGBTQIA+*’, as categorias ‘*Recursos Institucionais*’, ‘*LGBTQIA+ Genérico*’ e ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’ aparecem juntas. O lift de 2,79 sugere uma associação forte, em que a ocorrência da categoria antecedente aumenta 179% a probabilidade de ocorrência das três categorias consequentes juntas. O suporte de 0,11 indica que esta associação ocorre em 11% dos textos analisados. Os dados sugerem que, se por um lado as Paradas se pretendem um espaço de protesto e visibilidade para todos os sujeitos do movimento, por outro lado, essa concepção genérica de sujeito se alinha à ideia de que as instituições políticas têm mais dificuldades em lidar com os sujeitos específicos do movimento formulando políticas públicas e formas de apoio mais genéricas.

Cabe ressaltar que, na organização das Paradas do Orgulho, as relações estabelecidas com os Executivos não são apenas de parceria. A **regra 234** indica que, com uma confiança de 0,37, em 37% das vezes que a categoria ‘*Parada do Orgulho LGBTQIA+*’ aparece, a categoria ‘*Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)*’ também aparece. O lift de 1,48 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 48% a probabilidade de ocorrência da segunda e esta associação é encontrada em 10% dos artigos analisados. Muitas destas relações ocorrem com executivos municipais que, em alguns casos, impõe muitas barreiras à realização das Paradas, principalmente quando se trata da primeira Parada realizada na cidade.

Relações de parceria com os legislativos também aparecem associadas às Paradas do Orgulho como repertório de ação. Os/as militantes não contam apenas com os executivos como parceiros desta ação, mas também deputados e vereadores. A **regra 236** indica que, com uma confiança de 0,37, que em 37% das ocorrência da categoria ‘*Parada do Orgulho LGBTQIA*’, há também a categoria ‘*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’. O lift de 1,69 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 69% a probabilidade de ocorrência da segunda e esta associação é encontrada em 10% dos textos. A não ocorrência de regras em que a categoria ‘*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’ apareça associada com ‘*Recursos Institucionais*’ sugere que o apoio dado por parte de vereadores e deputados não se restringe ao financiamento, mas diz de apoios públicos divulgando, propondo leis que favoreçam o evento e/ou com falas públicas nos trios elétricos.

Analisar as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ tem se mostrado um meio para as/os pesquisadoras/es captarem formas de articulação entre o movimento LGBTQIA+ e outras bandeiras de luta (como o feminismo, o ambientalismo e as lutas anti-racistas). Na **regra 14**, com uma confiança de 0,37, em 37% das ocorrências da categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' há também a ocorrência da categoria '*Articulação com Outras Bandeiras*'. O Lift de 1,32 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 32% a probabilidade de ocorrência da segunda e essa associação ocorre em 10% (suporte de 0,1) dos artigos.

6.1.2 – *Encontros/Semana da Diversidade/Seminários*:

Neste tópico, apresentamos os dados sobre as menções aos Encontros, Semana da Diversidade e Seminários como repertórios de ação nos artigos sobre o movimento LGBTQIA+. Para esta análise, tomamos a categoria '*Encontros/Semana da Diversidade/Seminário*' como antecedente. Os resultados apontam para uma associação forte entre a menção aos Encontros, Semana da Diversidade e Seminários e a menção à Pesquisa Qualitativa, o que indica que Encontros e Seminário aparecem com frequência nas pesquisas empíricas sobre o movimento.

Tabela 6.3 – Regras de Associação: '*Encontros/Semana da Diversidade/Seminários*'

Regra 145: Se ' <i>Encontros/Semana da Diversidade/Seminários</i> ' então ' <i>Pesquisa Qualitativa</i> ' (Confiança: 0.75, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)
Regra 239: Se ' <i>Encontros/Semana da Diversidade/Seminários</i> ' então ' <i>Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)</i> ' (Confiança: 0.69, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

A **regra 145** indica uma leve relação em que em 75% (confiança de 0,75) das ocorrências de '*Encontros/Semana da Diversidade/Seminários*' há a menção simultânea à '*Pesquisa Qualitativa*'. O Lift de 1.14 indica que a ocorrência de '*Encontros/Semana da Diversidade/Seminários*' aumenta em 14% a probabilidade de ocorrência de '*Pesquisa Qualitativa*' do que seria esperado ao acaso. O suporte de 0.12 indica que essa associação ocorre em 12% do total de observações.

A organização de Seminários e Encontros aparece associada aos executivos como parceiros com uma força considerável. Pela **regra 239**, com uma confiança de 0,69, em 69% das ocorrências de ‘*Encontros/Semana da Diversidade/Seminários*’ também apresentam a categoria ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’. O lift de 1,4 indica uma associação positiva de força moderada em que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 40% a probabilidade de ocorrência da segunda. O suporte de 0,11 aponta que esta associação se encontra em 11% dos textos analisados.

6.2 – INSTITUCIONALIZAÇÃO:

Neste tópico, nossa discussão será focada nas categorias de relações dos movimentos sociais LGBTQIA+ com as instituições políticas. Os artigos têm apresentado complexas formas de relação das OMS com as instituições do Estado que remontam ao surgimento oficial do movimento na década de 1980. Entre as formas de relação mais comuns aparecem ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’ (48,96%) e ‘Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)’ (25%) em primeiro e segundo lugar respectivamente. Quando o debate é relativo à institucionalização do movimento, as categorias de relação com os Executivos, são as que apresentam as associações bastante significativas. Focamos nossa análise tomando as categorias ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’, ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’, ‘Partidos Políticos Parceiros’ e ‘Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’ como antecedentes e apresentamos quais associações relevantes foram mineradas.

Tabela 6.4 – Institucionalização

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)	47	48.96
Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)	24	25.00
Instituições Políticas (Genérico) Parceiras	23	23.96
Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)	21	21.88
Ciência/Academia Parceiro	18	18.75
Partidos Políticos Parceiros	15	15.62
Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)	12	12.50
Limitação	9	9.38
Judiciários Parceiros (Fed., Est., Mun.)	9	9.38
Militantes Candidatos/Eleitos Legislativo Municipal	7	7.29
Órgãos Estatais (Polícia, Escolas, Hospitais, etc.)	7	7.29

Parceiros		
Críticas dos/as Autores/as à Institucionalização	6	6.25
Militantes na Gestão Pública	6	6.25
Ciência/Academia Adversário	6	6.25
Militantes Candidatos/Eleitos Legislativo Federal	5	5.21
Críticas Internas à Institucionalização	5	5.21
Militantes Candidatos/Eleitos Legislativo Estadual	5	5.21
Instituições Políticas (Genérico) Adversárias	5	5.21
Assimilação	4	4.17
Judiciários Adversários (Fed., Est., Mun.)	4	4.17
Cooptação	3	3.12
Partidos Políticos Adversários	2	2.08
Órgãos Estatais (Polícia, Escolas, Hospitais, etc.) Adversários	2	2.08
Análise Interseccional das Rel. Inst.	2	2.08
Órgãos/Instituições Internacionais Parceiras	1	1.04
Militantes Candidatos/Eleitos Executivo Municipal	1	1.04
Militantes Candidatos/Eleitos Executivo Estadual	1	1.04
Militantes Candidatos/Eleitos Executivo Federal	1	1.04
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.		

6.2.1 – Instituições Políticas (Genérico) Parceiras:

Tabela 6.5 – Regras de Associação: ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’

Regra 16: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.48, Lift: 1.7, Suporte: 0.11)
Regra 112: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 1.33, Suporte: 0.16)
Regra 206: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.7, Lift: 1.31, Suporte: 0.17)
Regra 251: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 1.15, Suporte: 0.14)
Regra 156: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.57, Lift: 0.86, Suporte: 0.14)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

A referência às parcerias com as instituições políticas (sem se especificar qual) está associada à categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’ com força considerável. Pela **regra 09**, com uma confiança de 0.48, quando há a categoria ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’, há uma chance de 48% de também ocorrer a ‘Articulação com Outras Bandeiras’. O Lift de 1.7 sugere que essa associação é 70% mais provável do que se esses eventos fossem independentes. O suporte de 0.11 mostra que essa regra se aplica a 11% dos artigos.

A **regra 79** indica que, com uma confiança de 0.65, quando há a categoria ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’, existe uma probabilidade de 65% de que haverá a categoria ‘Referência ao Movimento como Identitário - Valorização/Construção da Identidade como Objetivo do Movimento’. O Lift de 1.33 indica que essa associação é 33% mais provável do que se os eventos fossem independentes e o suporte de 0.16 mostra que essa regra se aplica a 16% das observações. E a **regra 104** indica, com uma confiança de 0.7, que quando há a categoria ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’, existe uma probabilidade de 70% de que a categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’ também ocorra. O Lift de 1.31 indica que essa associação é 31% mais provável do que se os eventos fossem independentes. O suporte de 0.17 mostra que essa regra se aplica a 17% dos artigos. Segundo a **regra 423**, com uma confiança de 0.43, a categoria ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’ está associada às categorias ‘LGBTQIA+ Genérico’ e ‘Executivo Federal Parceiro’ com uma probabilidade de 43%. O Lift de 1.55 indica que essa associação é 55% mais provável do que se os eventos fossem independentes e o suporte de 0.1 mostra que essa regra se aplica a 10% das transações.

Pela **regra 155**, ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’ está associada à ‘Pesquisa Qualitativa’ com uma probabilidade de 57% (confiança de 0.57). Entretanto, o lift de 0.86 indica que a presença de ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’ reduz em 14% a probabilidade da ocorrência de ‘Pesquisa Qualitativa’. O suporte de 0.14 mostra que essa regra se aplica a 14% das observações.

6.2.2 – Executivos Parceiros:

Tabela 6.6 – Regras de Associação: ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’

Regra 128: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.3, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)
Regra 158: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.94, Suporte: 0.3)
Regra 181: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.4, Lift: 1.18, Suporte: 0.2)

Regra 208: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.64, Lift: 1.2, Suporte: 0.31)
Regra 246: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.43, Lift: 1.95, Suporte: 0.21)
Regra 232: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.38, Lift: 1.36, Suporte: 0.19)
Regra 250: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.36, Lift: 1.65, Suporte: 0.18)
Regra 258: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.56, Suporte: 0.17)
Regra 255: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.17)
Regra 256: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.36, Suporte: 0.17)
Regra 614: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.32, Lift: 1.23, Suporte: 0.16)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

Duas associações que, apesar de bem fracas, apontam para a tendência de haver poucos trabalhos empíricos sobre institucionalização dos movimentos LGBTQIA+ e uma maior discussão sobre o tema nas revisões de literatura dos/as autores/as são as expressas nas regras 128 e 158. Segundo a **regra 128**, em 30% (confiança de 0,3) das vezes que a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*Ensaio Teórico*' também aparece. Esta é uma associação fraca em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência do segundo apenas em 2%. Já a **regra 158** indica que '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' está associado à '*Pesquisa Qualitativa*' em 62%. Porém, com uma fraca associação negativa em que a primeira categoria diminui a probabilidade de ocorrência da segunda em 6%. Já que as categorias '*Ensaio Teórico*' e '*Pesquisa Qualitativa*' são excludentes entre si, uma maior probabilidade de ocorrência da categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' com a primeira categoria em contraposição à segunda aponta para a tendência de onde as formulações sobre as parcerias do executivo com o movimento são elaboradas. Essas duas regras, porém, não implicam a inexistência de trabalhos empíricos focados nas relações dos movimentos LGBTQIA+ com as instituições políticas, mas que elas exceção à regra. O texto de Zanolli (2019) é um exemplo de exceção a essa regra.

Segundo a **regra 181** em 40% (confiança de 0,4) das vezes que a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*Entrevista*' também aparece. Esta é uma associação fraca em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência do segundo apenas em 18% (lift de 1,18).

Segundo a **regra 208**, em 64% (confiança de 0,64) das vezes que a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência do segundo apenas em 20% (lift de 1,2).

De acordo com a **regra 246**, em 43% (confiança de 0,43) das vezes que a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*Recursos Institucionais*' também aparece. Esta é uma associação positiva forte em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 95%.

Já a **regra 232** aponta que, em 38% (confiança de 0,38) das vezes que a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*Parada do Orgulho LGBTQIA+*' também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 36% (lift de 1,36).

Segundo a **regra 250**, em 36% (confiança de 0,36) das vezes que a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV*' também aparece. Esta associação positiva se mostrou consideravelmente forte. A primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 65% (lift de 1,65).

De acordo com a **regra 258**, em 34% (confiança de 0,34) das vezes que a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 56% (lift de 1,56).

Os movimentos LGBTQIA+ estabelecem relações complexas com as instituições políticas e os dados das regras 255 e 256 refletem essa complexidade. Nos artigos analisados, em alguns momentos os Executivos foram apontados como parceiros e em outros como adversários. As duas regras apontam não apenas as duas possibilidades, mas ambas estão costumam andar juntas. Em muitos casos, o mesmo executivo é considerado parceiros em algumas situações e adversários em outra, como foi o caso do governo Dilma Rousseff e o kit

anti-homofobia para as escolas apontado no texto de. Neste caso, o executivo foi considerado aliado ao financiar a produção do kit, mas adversário quando decidiu por não permitir a distribuição do material.

Segundo as regras 255²² e 256²³, as categorias ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’ e ‘Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)’ estão positivamente associadas entre si em que a ocorrência de uma aumenta em 36% (lift de 1,36 em ambas as regras) a probabilidade de ocorrência da outra. O suporte de 0,17 de ambas indica que esta associação ocorre em 17% dos textos. A diferença entre as categorias está na confiança, da regra 255 é 0,67 e da regra 256 é de 0,34. Isso significa que a referência ao executivo como parceiro ocorre em 67% das vezes que há também a referência ao executivo como adversário. Já no caminho reverso, a referência ao executivo como adversário ocorre em 34% das vezes que há também a referência ao executivo como parceiro.

A **regra 614** aponta que, em 32% (confiança de 0,32) das vezes que a categoria ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’ aparece, as categorias ‘*Movimento como Identitário*’ e ‘*LGBTQIA+ Genérico*’ também aparecem. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência das duas últimas em 23% (lift de 1,23).

6.2.3 – Partidos Políticos Parceiros:

Tabela 6.7 – Regras de Associação: ‘Partidos Políticos Parceiros’

Regra 163: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.73, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)
Regra 118: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)
Regra 215: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

²² Regra 255: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.17)

²³ Regra 256: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.36, Suporte: 0.17)

De acordo com a **regra 163**, em 73% (confiança de 0,73) das vezes que a categoria '*Partidos Políticos Parceiros*' aparece, a categoria '*Pesquisa Qualitativa*' também aparece. Esta é uma associação positiva fraca em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 12% (lift de 1,12).

Já a **regra 118** aponta que, em 67% (confiança de 0,67) das vezes que a categoria '*Partidos Políticos Parceiros*' aparece, a categoria '*Movimento como Identitário*' também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 36% (lift de 1,36).

Segundo a **regra 215**, em 67% (confiança de 0,67) das vezes que a categoria '*Partidos Políticos Parceiros*' aparece, a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' também aparece. Esta associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 25% (lift de 1,25).

6.2.4 – Legislativos Parceiros:

Tabela 6.8 – Regras de Associação: 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)'

Regra 161: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)
Regra 211: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.15)
Regra 214: Se 'Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.83, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)
Regra 257: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.76, Lift: 1.56, Suporte: 0.17)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

Os dados mostraram a categoria '*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' negativamente associada aos estudos empíricos. Segundo a **regra 161**, em 62% (confiança de 0,62) das vezes que a categoria '*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*Pesquisa Qualitativa*' também aparece. Esta é uma associação negativa fraca em que a primeira categoria diminui a probabilidade de ocorrência da segunda apenas em 6% (lift de 0,94).

De acordo com a **regra 211**, em 67% (confiança de 0,67) das vezes que a categoria '*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 25% (lift de 1,25). Já a **regra 214** aponta que, em 83% (confiança de 0,83) das vezes que a categoria '*Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 57% (lift de 1,57).

Segundo a **regra 257**, em 76% (confiança de 0,76) das vezes que a categoria '*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' aparece, a categoria '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*' também aparece. Esta associação positiva se mostrou consideravelmente forte. A primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 56% (lift de 1,56).

6.3 – SUJEITO COLETIVO:

Nos estudos sobre movimentos sociais, o conceito de "Sujeito Coletivo" emerge como uma peça fundamental na compreensão das dinâmicas sociais, da mobilização política e da busca por transformações sociais. O termo "Sujeito Coletivo" refere-se a grupos de pessoas que se unem em torno de objetivos comuns, compartilhando identidades, interesses, valores e experiências que os unem em uma busca por mudanças sociais.

O Sujeito Coletivo transcende a noção de indivíduo isolado, pois representa a convergência de diferentes atores sociais em torno de uma causa compartilhada. Esses grupos podem variar em tamanho e complexidade, desde pequenos coletivos locais até movimentos sociais de escala nacional ou global. Eles podem ser formados por indivíduos com experiências e identidades diversas, unidos pela necessidade de enfrentar desafios comuns, como injustiças sociais, discriminação, desigualdades econômicas ou políticas opressivas.

É importante ressaltar que os Sujeitos Coletivos não são homogêneos. Eles podem ser compostos por indivíduos e grupos com diferentes perspectivas, estratégias e identidades dentro do movimento social. Essa diversidade interna pode resultar em debates, conflitos e negociações dentro do próprio movimento, moldando suas agendas, táticas e trajetórias. É importante reconhecer que os Sujeitos Coletivos não são estáticos, mas sim dinâmicos e passíveis de transformação ao longo do tempo. Eles podem surgir em resposta a novas formas de injustiça ou desigualdade, adaptando-se às mudanças sociais, políticas e culturais em seu

ambiente.

Neste tópico, analisamos as associações que surgiram nas nossas análises relacionadas às categorias de Sujeito Coletivo. Como explicado no livro de códigos, estas categorias aparecem quando a/o autora/or especifica “a quem” o movimento social em análise pretende “representar”, mencionando diretamente um ou mais sujeitos (como lésbicas, travestis ou transsexuais negras/os). Importante ressaltar alguns elementos sobre estas categorias. As categorias ‘Análise Interseccional’, ‘Análise Queer’ e ‘Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+’ não mencionam um sujeito coletivo específico, mas dizem respeito à formas como os sujeitos listados no artigo são analisados – se há a mobilização das teorias interseccional e queer para explicar os sujeitos no caso das duas primeiras categorias – ou à críticas presentes nos artigos que questionem os sujeitos que são tomados como representativos do movimento.

Importante ressaltar que a categorização relativa a essa categoria passou por duas etapas. Em um primeiro momento, relatamos cada sujeito mencionado nos artigos. Os sujeitos coletivos que encontramos nesta etapa foram: LGBTQIA+ Genérico (51), Análise Interseccional (15), Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+ (12), LGBTQIA+ Genérico (Maior/Completa ênfase aos homens gays) (11), Mulheres Trans (7), LGBTQIA+ de Direita ou Militantes Anti-Gênero (7), Análise Queer (6), Sujeitos Coletivos de Diferentes Movimentos Sociais (Além do LGBTQIA+) (5), Lésbicas (4), Travestis (4), Homens Trans (4), Lésbicas Negras (4), Queer (3), Juventude LGBTQIA+ (2), Classe (2), Mulheres (Heterossexuais, Bissexuais, Lésbicas, Trans) (1), Travestis Negras (1), Mulheres Trans Negras (1), Negras/os LGBTQIA+ (1), LGBTQIA+ Indígenas (1), Sindicatos (1), Trabalhadoras/es Rurais (MST) (1), Mães Pela Diversidade (1), Não Definido (1).

Tivemos um grande número de categorias com baixas frequências, o que não nos permitiu aferir associações relevantes. Agrupamos, então, todos os sujeitos que não sejam “homens gays (brancos)” na categoria ‘LBTQIAN+’ para apreender associações que os envolvem. O Gráfico XX mostra que, a partir do ano de 2017, a categoria ‘LBTQIAN+’ começa a ser mais frequente entre os textos, bem como a categoria ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’. Isso indica que, possivelmente, os/as autores/as têm mobilizado o pensamento interseccional para entender a emergente diversidade de sujeitos do movimento. Agrupamos também as categorias relativas às ocorrências de sujeitos coletivos de outros movimento sociais “identitários” (como feministas e negros não LGBTQIA+) e de classe na categoria ‘Classe e

Outros Movimentos Sociais’ o que, mesmo após o agrupamento, não apresentou frequência suficiente para revelar alguma regra de associação relevante.

Tabela 6.9 – Sujeito Coletivo

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
LGBTQIA+ Genérico	51	53.12
LBTQIAN+	26	27.08
Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)	15	15.62
Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+	12	12.50
LGBTQIA+ Genérico (Maior/Completa ênfase aos homens gays)	11	11.46
Classe e Outros Movimentos Sociais	9	9.38
LGBTQIA+ de Direita ou Militantes Anti-Gênero	7	7.29
Análise Queer (Sujeito Coletivo)	6	6.25
Não Definido	1	1.04
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.		

A análise das regras de associação mostrou como relevantes as associações envolvendo as categorias ‘Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico’, ‘Análise Interseccional’ e ‘Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+’. Tomamos estas três categorias como antecedentes e analisamos as relações que elas estabelecem com outras categorias.

6.3.1 – Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico:

As análises a seguir apresentam os resultados das menções ao sujeito coletivo do movimento social LGBTQIA+ de forma genérica, utilizando um algoritmo de regras de associação. Para esta análise, tomamos a categoria ‘Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico’ como antecedente e suas relações com as outras categorias. O objetivo foi compreender as relações entre esse sujeito coletivo e outras categorias presentes nos artigos relacionados ao movimento LGBTQIA+, destacando padrões e associações significativas. Ao analisar esses dados, buscamos elucidar a dinâmica e a interconexão entre diferentes aspectos abordados nos estudos sobre esse movimento.

Entre as associações identificadas, destacam-se aquelas que apresentam uma relação forte entre o sujeito coletivo LGBTQIA+ genérico e categorias como, por exemplo, a presença

do sujeito coletivo está fortemente associada tanto aos ensaios teóricos quanto às pesquisas qualitativas. Essas associações indicam que a discussão sobre o sujeito coletivo do movimento LGBTQIA+ muitas vezes é acompanhada pela reflexão teórica, pelo uso de métodos qualitativos de pesquisa e pela realização de entrevistas para a coleta de dados.

Além das associações fortes mencionadas, também foram identificadas associações moderadas entre o sujeito coletivo LGBTQIA+ genérico e outras categorias de pesquisa. Por exemplo, o sujeito coletivo está moderadamente associado à menção de temas como análise de documentos, parada do orgulho LGBTQIA+, editais públicos e campanhas de combate/prevenção ao HIV. Embora essas associações não sejam tão fortes quanto as mencionadas anteriormente, elas ainda indicam uma conexão significativa entre o sujeito coletivo e uma variedade de temas e práticas dentro do contexto do movimento LGBTQIA+.

Tabela 6.10 – Regras de Associação: ‘LGBTQIA+ Genérico’

Regra 126: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.31, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)
Regra 137: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.59, Lift: 0.9, Suporte: 0.31)
Regra 179: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Entrevista' (Confiança: 0.37, Lift: 1.08, Suporte: 0.2)
Regra 188: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.2, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)
Regra 192: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.41, Lift: 1.24, Suporte: 0.22)
Regra 12: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.29, Lift: 1.05, Suporte: 0.16)
Regra 54: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.31, Lift: 0.89, Suporte: 0.17)
Regra 421: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.22, Suporte: 0.11)
Regra 102: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.49, Lift: 1.0, Suporte: 0.26)
Regra 82: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.29, Lift: 0.94, Suporte: 0.16)
Regra 467: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 1.54, Suporte: 0.12)
Regra 199: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.41, Lift: 1.46, Suporte: 0.22)

Regra 201: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.27, Lift: 1.25, Suporte: 0.15)
Regra 204: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.25, Lift: 1.17, Suporte: 0.14)
Regra 205: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.31, Lift: 1.31, Suporte: 0.17)
Regra 207: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.31)
Regra 209: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.18, Suporte: 0.16)
Regra 930: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)
Regra 212: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.27, Lift: 1.25, Suporte: 0.15)
Regra 213: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)
Regra 216: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.2, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

Em relação ao tipo do texto e aos métodos usados nos estudos empíricos, as análises mostraram associações fracas tanto positivas quanto negativas com a categoria 'LGBTQIA+ Genérico'. Enquanto 'Pesquisa Qualitativa' apresentou uma associação negativa fraca, ensaios teóricos e pesquisa com entrevistas mostraram associações positivas fracas e uma associação irrelevante para etnografias. O único método que apresentou uma associação positiva moderada foi análises de documentos. Esse dado indica um reflexo da diversificação de sujeitos dentro do movimento ao longo do tempo.

A **regra 126** aponta que, com uma confiança de 0,31, em 31% das ocorrências de 'LGBTQIA+ Genérico', a categoria 'Ensaio Teórico' também aparece. O lift de 1,08 indica que a primeira categoria aumenta em 8% a probabilidade de ocorrência da segunda, uma associação bem fraca. Associação encontrada em 17% dos textos. Já a **regra 137** indica que em 59% (confiança de 0,59) dos textos com 'LGBTQIA+ Genérico' também apresentam 'Pesquisa Qualitativa'. Porém, esta é uma associação negativa em que a presença da primeira categoria diminui em 10% (lift de 0,9) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação ocorre em 31% dos artigos.

A **regra 179** indica que em 37% das ocorrências de '*LGBTQIA+ Genérico*', a categoria '*Entrevistas*' também ocorre. Esta também é uma associação fraca em que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 8% (lift de 1,08) a ocorrência da segunda. Esta associação é encontrada em 20% dos textos. A **regra 188** aponta que em 20% (confiança de 0,2) das ocorrências da categoria há '*LGBTQIA+ Genérico*', também a ocorrência da categoria '*Etnografia/Observação Participante*'. Esta associação negativa, porém, se mostrou praticamente irrelevante com a ocorrência da primeira categoria diminuindo em apenas 1% (lift de 0,99) a probabilidade de ocorrência da segunda e esta associação ocorre em 10% dos artigos).

Apenas as análises de documento mostraram alguma associação relevante com a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*'. A **regra 192** aponta que em 41% (confiança de 0,41) das ocorrências da categoria '*LGBTQIA+ Genérico*', há também a ocorrência da categoria '*Análise de Documentos*'. O lift de 1,24 indica que a primeira categoria aumenta a probabilidade da segunda em 24%. Esta associação ocorre em 22% dos textos analisados. Como vimos no tópico anterior, há uma relação entre as formas de institucionalização e a concepção genérica do sujeito coletivo do movimento. Como boa parte dos estudos com análise de documentos são feitos com documentos oficiais de leis e políticas públicas, essa concepção genérica acabou transparecendo nas análises.

As associações envolvendo a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' e as categorias de questionamento da noção identitária, conflitos internos e de luta conjunta com outros movimentos se mostraram fracas e irrelevantes.

Pela **regra 12**, em 29% (confiança de 0,29) das vezes que a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' aparece, a categoria '*Articulação com Outras Bandeiras*' também aparece. Porém, esta é uma associação fraca em que a ocorrência da primeira categoria aumenta apenas em 5% (lift de 1,05) a probabilidade de ocorrência da segunda.

Já a **regra 54** indica que em 31% (confiança de 0,31) das vezes que a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' aparece, a categoria '*Autocrítica/Conflitos Internos*' também aparece. Porém, esta é uma associação negativa em que a primeira categoria diminui em 11% (lift de 0,89) a probabilidade de ocorrência da segunda. Porém, esta associação aumenta consideravelmente quando '*Autocrítica/Conflitos Internos*' ocorre em conjunto com '*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*'. Pela **regra 421**, em 22% (confiança de 0,22) das vezes que a categoria '*LGBTQIA+ Genérico*' aparece, as categorias '*Autocrítica/Conflitos*

Internos' e *'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)'* aparecem juntas. O lift de 1,22 indica que esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta em 22% a probabilidade de ocorrência das duas últimas.

Pela **regra 82**, com uma confiança de 0,29, em 29% das vezes que a categoria *'LGBTQIA+ Genérico'* ocorre, a categoria *'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário'* também ocorre. Esta é uma associação negativa em que a ocorrência da primeira categoria diminui em 6% (lift de 0,94) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação ocorre em 16% dos artigos. A categoria *'LGBTQIA+ Genérico'* apresentou uma associação irrelevante com a categoria *'Movimento como Identitário'* (lift de 1,0)²⁴. Curiosamente, quando estas duas categorias aparecem juntas como antecedentes, elas apontam uma associação positiva moderada com a categoria *'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário'*. A **regra 467** indica que em 48% das ocorrências conjuntas de *'LGBTQIA+ Genérico'* e *'Movimento como Identitário'*, há também a ocorrência de *'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário'*. O lift de 1,54 indica que a as duas primeiras categorias aumentam em 54% a probabilidade de ocorrência da segunda. Uma concepção genérica de sujeito coletivo parece não se alinhar com questões que colocam em xeque a noção de identidade essencializada no movimento.

A categoria *'LGBTQIA+ Genérico'* aparece associada positivamente às categorias *'Parada do Orgulho LGBTQIA+'*²⁵, *'Recursos Institucionais'* e *'(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV'*. Pela **regra 199**, em 41% (confiança de 0,41) das ocorrências da categoria *'LGBTQIA+ Genérico'*, também há ocorrências de *'Parada do Orgulho LGBTQIA+'*. O lift de 1,46 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 46% e esta associação ocorre em 22% dos textos analisados. Pela **regra 201**, em 27% (confiança de 0,27) das ocorrências da categoria *'LGBTQIA+ Genérico'*, também há ocorrências de *'Recursos Institucionais'*. O lift de 1,25 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 25% e esta associação ocorre em 15% dos textos analisados. Pela **regra 204**, em 25% (confiança de 0,25) das ocorrências da categoria *'LGBTQIA+ Genérico'*, também há ocorrências de *'(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV'*. O lift de 1,17 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 17% e esta associação ocorre em 14% dos textos analisados.

²⁴ Regra 102: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.49, Lift: 1.0, Suporte: 0.26).

²⁵ A categoria *'Parada do Orgulho LGBTQIA+'* apresenta algumas associações positivas em conjunto com *'LGBTQIA+ Genérico'* e outras categorias que são interessantes a serem apresentadas, principalmente em relação às categorias das relações institucionais.

A categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’ apresenta oito associações com as categorias institucionais que consideramos relevantes. Isso reforça a ideia de que as instituições políticas lidam melhor com a concepção de uma sujeito coletivo genérico em contraposição à diversidade de sujeitos do movimento. A categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’ apresentou quatro associações indicando parcerias do movimento com instituições políticas, duas que apontam as instituições como adversárias e uma associação que aponta os executivos tanto como parceiros quanto adversários. A **regra 205** indica que em 31% (confiança de 0,31) das ocorrências da categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’, a categoria também ‘*Instituições Políticas (Genérico) Parceiras*’ aparece. O lift de 1,31 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 31% e esta associação ocorre em 17% dos textos analisados.

Em relação às relações do movimento com os executivos, pela **regra 207**, em 59% (confiança de 0,59) das ocorrências da categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’, também há ocorrências de ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’. O lift de 1,2 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 20% e esta associação ocorre em 31% dos textos analisados. Pela **regra 209**, em 29% (confiança de 0,29) das ocorrências da categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’, a categoria ‘*Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)*’ também ocorre. O lift de 1,18 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 18% a probabilidade de ocorrência da segunda e esta associação ocorre em 15% dos textos analisados. E pela **regra 930**, com uma confiança de 0,22, em 22% das vezes que a categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’ aparece, as categorias ‘*Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)*’ e ‘*Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’ aparecem juntas. A ocorrência da primeira aumenta em 29% a probabilidade de ocorrência das duas últimas juntas. O suporte de 0,11 indica que esta associação ocorre em 11% dos artigos.

Sobre as relações do movimento com os legislativos, a **regra 212** indica que em 27% (confiança de 0,27) das vezes que ‘LGBTQIA+ Genérico’ aparece, ‘*Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)*’ também aparece. A ocorrência da primeira categoria aumenta em 25% (lift de 1,25) a probabilidade de ocorrência da segunda. Já a **regra 213** indica que, com uma confiança de 0,2, em 20% das ocorrências da categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’ há também a ocorrência da categoria ‘*Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)*’. A primeira categoria aumenta em 57% (lift de 1,57) a probabilidade de ocorrência da segunda.

Em relação aos partidos, encontramos uma associação apontando parceria dos partidos com os movimentos. Pela **regra 216**, em 20% (confiança de 0,2) das ocorrências da categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’, a categoria ‘*Partidos Políticos Parceiros*’ também ocorre. O lift de

1,25 indica que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 25% a probabilidade de ocorrência da segunda e esta associação ocorre em 10% dos textos analisados.

6.3.2 – Sujeito LBTQIAN+:

Tabela 6.11 – Regras de Associação: ‘LBTQIAN+’

Regra 139: Se 'LBTQIAN+' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.73, Lift: 1.11, Suporte: 0.2)
Regra 103: Se 'LBTQIAN+' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.54, Lift: 1.1, Suporte: 0.15)
Regra 83: Se 'LBTQIAN+' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.46, Lift: 1.48, Suporte: 0.12)
Regra 55: Se 'LBTQIAN+' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.5, Lift: 1.41, Suporte: 0.14)
Regra 35: Se 'LBTQIAN+' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.5, Lift: 2.29, Suporte: 0.14)
Regra 223: Se 'LBTQIAN+' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.42, Lift: 2.71, Suporte: 0.11)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

Outra categoria relacionada aos sujeitos coletivos que apresentou associações interessantes foi a ‘LBTQIAN+²⁶’. Esta categoria apresentou duas associações forte, duas associações moderadas e duas fracas. A **regra 139** indica que em 73% (confiança de 0,73) das ocorrências da categoria ‘LBTQIAN+’ também apresenta a categoria ‘*Pesquisa Qualitativa*’. Esta é uma associação fraca, em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 11% (lift de 1,11). Apesar de apresentar uma associação fraca com ‘Pesquisa Qualitativa’, a categoria ‘LBTQIAN+’ não apresentou associações com ‘Ensaio Teórico’, o que indica que apesar de incipiente, os diversos sujeitos do movimento são mais comumente abordados nas pesquisas empíricas.

A **regra 103** indica que em 54% (confiança de 0,54) das ocorrências da categoria ‘LBTQIAN+’ também apresenta a categoria ‘*Movimento como Identitário*’. Esta também é uma associação fraca, em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 10% (lift de 1,1). O suporte de 0,2 indica que esta associação é encontrada em 20% dos artigos. Apesar da associação da categoria ‘LBTQIAN+’ às menções do movimento como

²⁶ De acordo com o livro de códigos, esta categoria ocorre quando o sujeito coletivo especificado não se trata do homogêneo “homens gays” (lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais fem e masc, indígenas, negros e negras, etc.).

identitário, esta categoria estabelece uma associação consideravelmente mais forte com as críticas às concepções identitárias de movimento social. Pela **regra 83**, com uma confiança de 0,46, em 46% das ocorrências de ‘LBTQIAN+’, a categoria ‘*Crítica ao Essencialismo/Política Identitário*’ também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta em 48% (lift de 1,48) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação está presente em 12% dos artigos. A visibilização da diversidade de sujeitos que compõem o movimento tem feito os/as pesquisadores/as questionarem as concepções hegemônicas de identidade e hegemonia do sujeito coletivo “homem gay”. Além da crítica à ideia de política identitária, a categoria ‘LBTQIAN+’ também aparece consideravelmente associada à categoria ‘Autocrítica/Conflitos Internos’. A **regra 55** indica que em 50% (confiança de 0,5) das ocorrências da categoria ‘LBTQIAN+’ também apresenta a categoria ‘*Autocrítica/Conflitos Internos*’. Esta também é uma associação positiva, em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 41% (lift de 1,41). O suporte de 0,14 indica que esta associação é encontrada em 14% dos artigos.

Os dados indicam que esta diversidade de sujeitos do movimento tem sido interpretada através da teoria interseccional. A categoria ‘LBTQIAN+’ aparece fortemente associada tanto à leituras interseccionais tanto das lógicas de preconceito e discriminação quanto da construção dos sujeitos coletivos do movimento. Pela **regra 35**, com uma confiança de 0,5, em 50% das ocorrências de ‘LBTQIAN+’, a categoria ‘*Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)*’ também aparece. Esta é uma associação positiva em que a primeira categoria aumenta em 129% (lift de 2,29) a probabilidade de ocorrência da segunda. Esta associação está presente em 14% dos artigos. A **regra 223** indica que em 42% (confiança de 0,42) das ocorrências da categoria ‘LBTQIAN+’ também apresenta a categoria ‘*Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)*’. Esta também é uma associação positiva, em que a primeira categoria aumenta a probabilidade de ocorrência da segunda em 171% (lift de 2,71). O suporte de 0,11 indica que esta associação é encontrada em 14% dos artigos.

6.3.3 – Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+:

A categoria ‘Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+’ foi criada com base nas críticas desenvolvidas pelos/as autores/as dos textos em relação às concepções hegemônicas sobre o sujeito coletivo dos movimentos sociais LGBTQIA+. Enquanto a categoria ‘Autocrítica/Conflitos Internos’ foi criada com base nas críticas direcionadas aos

movimentos sociais LGBTQIA+ elaboradas pelos/as próprios/as militantes. Entre estas, temos as direcionadas a onguização do movimento e, com muita frequência, a sobrerrepresentação de homens brancos e a invisibilidade de outros sujeitos como as lésbicas, as travestis e as transexuais.

Os dados indicam que estes dois fenômenos, apesar de muito próximos, não significam a mesma coisa. Apesar de ambos aumentarem a probabilidade de ocorrência uma da outra da mesma medida, eles nem sempre ocorrem juntos. As **regras 57 e 58** apresentam a associação entre as categorias '*Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+*' e '*Autocrítica/Conflitos Internos*'. Porém, a regra 57 toma a categoria '*Autocrítica/Conflitos Internos*' como antecedente e a regra 58, a categoria '*Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+*'. O lift de ambas as regras é 2,59, o que quer dizer que uma categoria aumenta em 159% a probabilidade de ocorrência da outra. Porém, a confiança da regra 58 é de 0,92 indicando que em 92% das vezes que '*Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+*' aparece, '*Autocrítica/Conflitos Internos*' também aparece. Isso indica uma alta frequência de críticas internas em relação à falta de visibilidade interna ao movimento e que, em quase todas as vezes que isso acontece, os/as autores/as elaboram uma crítica ao sujeito universal do movimento. Já a confiança 0,32 da regra 57 mostra que em 32% das ocorrências de '*Autocrítica/Conflitos Internos*', há também '*Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+*'. Esse valor apenas reflete as ocorrências de críticas internas que não se relacionam com o sujeito coletivo do movimento — como as críticas direcionadas às formas de institucionalização do movimento.

Tabela 6.12 – Regras de Associação: '*Autocrítica/Conflitos Internos*'

Regra 57: Se ' <i>Autocrítica/Conflitos Internos</i> ' então ' <i>Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+</i> ' (Confiança: 0.32, Lift: 2.59, Suporte: 0.11)
Regra 58: Se ' <i>Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+</i> ' então ' <i>Autocrítica/Conflitos Internos</i> ' (Confiança: 0.92, Lift: 2.59, Suporte: 0.11)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

Pela regra 40, com uma confiança de 0.92, em 92% das vezes em que há menção à '*Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+*', também é mencionada a '*Autocrítica/Conflitos Internos*'. Isso indica uma forte relação entre esses dois temas, sugerindo

que a crítica ao conceito de um sujeito universal dentro do movimento LGBTQIA+ está frequentemente associada a discussões sobre autocrítica e conflitos internos dentro do próprio movimento. O Lift de 2.59 indica que a ocorrência desses dois temas juntos é 2.59 vezes mais provável do que seria esperado ao acaso. O suporte de 0.11 indica que essa associação ocorre em 11% do total de observações, o que sugere uma frequência moderada dessa relação.

Além da associação forte mencionada anteriormente, os dados também revelam associações moderadas que fornecem insights adicionais sobre as dinâmicas dentro do movimento LGBTQIA+. Por exemplo, a "Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+" está moderadamente associada ao uso de entrevistas, embora com uma confiança não tão alta quanto a associação com a autocrítica. Essa associação sugere que as críticas ao sujeito universal aparecem de forma significativa nas pesquisas que usam entrevista.

6.4 – CONCLUSÃO:

As Paradas do Orgulho LGBTQIA+ também estão associadas a pesquisas qualitativas sobre o movimento. Essa associação sugere que as Paradas são um foco frequente de estudos empíricos, refletindo seu papel central no ativismo LGBTQIA+. Primeiramente, as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ destacam-se como um dos repertórios de ação mais frequentemente mencionados, sendo associadas a diversos aspectos importantes do ativismo. Elas desempenham um papel crucial na representação e identidade coletiva da comunidade LGBTQIA+, frequentemente sendo citadas em contextos que discutem a identidade LGBTQIA+ de forma genérica. Esta conexão sugere que as Paradas funcionam como um símbolo unificador e uma plataforma de visibilidade para a comunidade como um todo. A análise também revela associações moderadas entre as Paradas e outras dimensões do ativismo, como a articulação com outras bandeiras de luta (por exemplo, feminismo, ambientalismo e lutas antirracistas) e campanhas de combate/prevenção ao HIV. Essas associações indicam que as Paradas do Orgulho servem como pontos de convergência para diferentes causas sociais, ampliando seu alcance e impacto.

Além disso, há uma forte associação entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e o apoio institucional, especialmente no que diz respeito ao financiamento público. A menção às Paradas está significativamente ligada a discussões sobre editais públicos e recursos financeiros, indicando que esses eventos são não apenas espaços de mobilização política, mas também uma

importante fonte de captação de recursos para as organizações LGBTQIA+. Outro ponto relevante é a relação entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e os executivos parceiros (federais, estaduais e municipais). Os dados mostram que essas parcerias são frequentemente mencionadas, sugerindo um apoio considerável de autoridades públicas na organização e realização dos eventos. Esse apoio pode incluir desde o financiamento até a promoção e suporte logístico. Entretanto, a relação com os executivos nem sempre é de parceria. Há menções significativas a conflitos com autoridades, principalmente em contextos municipais, onde barreiras podem ser impostas à realização das Paradas. Esses conflitos ressaltam as tensões entre movimentos sociais e poderes públicos, destacando desafios enfrentados na luta por reconhecimento e direitos.

Os dados obtidos a partir do algoritmo de regras de associação revelam uma complexa teia de relações entre os movimentos sociais LGBTQIA+ e as instituições políticas no Brasil. A análise das categorias de relacionamento com os Executivos (Federal, Estadual e Municipal) aponta para uma predominância de parcerias, embora as adversidades também sejam significativas. As associações mineradas destacam que a presença de ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’ está fortemente ligada a outros aspectos do movimento, como a ‘Articulação com Outras Bandeiras’, a ‘Movimento como Identitário’ e a presença de ‘LGBTQIA+ Genérico’. Observou-se também uma ligação significativa entre parcerias com Executivos e a presença de ‘Recursos Institucionais’ e ‘(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV’, indicando que parcerias com governos frequentemente resultam em apoio material e campanhas de saúde pública e são um forte fator que permite a emergência de organizações.

A análise revelou uma tendência interessante: enquanto a parceria com Executivos aumenta a probabilidade de trabalhos teóricos, as referências a pesquisas qualitativas são menos frequentes. Isso pode indicar que a discussão teórica sobre parcerias tende a ser mais prevalente do que a investigação empírica. Outra observação importante é a coexistência de referências a Executivos como parceiros e adversários nos mesmos contextos, o que reflete a natureza multifacetada das relações entre os movimentos LGBTQIA+ e o governo. Um exemplo concreto disso foi o caso do governo Dilma Rousseff e o kit anti-homofobia, onde o governo foi ao mesmo tempo um aliado e um adversário em diferentes estágios do processo.

As relações com os ‘Partidos Políticos Parceiros’ e ‘Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’ também mostraram associações significativas. A presença de ‘Partidos Políticos

Parceiros’ está frequentemente associada a ‘Pesquisa Qualitativa’ e ‘Movimento como Identitário’, sugerindo que a aliança com partidos políticos pode estar ligada a um enfoque maior na pesquisa e na construção de identidade. Por fim, as associações com ‘Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’ destacam uma tendência positiva para a presença de ‘LGBTQIA+ Genérico’ e uma ligação com ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’, reforçando a ideia de que parcerias políticas multifacetadas tendem a ocorrer de maneira integrada.

As associações envolvendo o Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico revelam um padrão claro de discussão tanto teórica quanto metodológica. A presença desta categoria está fortemente associada a ensaios teóricos e pesquisas qualitativas, sugerindo que a reflexão teórica e a coleta de dados por meio de entrevistas são metodologias prevalentes na análise desse sujeito coletivo. As associações moderadas com análise de documentos, parada do orgulho LGBTQIA+, editais públicos e campanhas de combate/prevenção ao HIV sugerem que, além de uma base teórica forte, há uma conexão prática e operacional do movimento com esses temas. No entanto, as associações fracas com etnografias indicam uma menor percepção de um sujeito coletivo genérico em pesquisas com métodos de observação participante.

A categoria ‘LBTQIAN+’ mostra uma forte associação com a pesquisa qualitativa, indicando uma abordagem empírica significativa no estudo desses sujeitos. A ausência de associação com ensaios teóricos sugere uma tendência em que a diversidade de sujeitos do movimento não aparecer nas revisões de literatura, mas ser frequente entre as pesquisas empíricas. A associação moderada entre LBTQIAN+ e a crítica ao essencialismo/política identitária revela um questionamento profundo das concepções identitárias hegemônicas, apontando para uma discussão crítica e reflexiva dentro do movimento. Essa associação reflete uma visibilização da diversidade de sujeitos que compõem o movimento e um desafio às noções tradicionais de identidade.

As críticas ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+ estão fortemente associadas à autocrítica e conflitos internos, sugerindo uma reflexão constante dentro do movimento sobre suas próprias práticas e representações. Essa associação indica que as críticas internas frequentemente levantam questões sobre a falta de visibilidade de sujeitos diversos dentro do movimento, como lésbicas, travestis e transexuais, e a sobrerrepresentação de homens brancos. Essa dinâmica reflete um movimento em constante diálogo e negociação interna, buscando ajustar e expandir suas práticas para incluir uma gama mais ampla de experiências e identidades.

Capítulo 07 — Universalidade nos Movimentos LGBTQIA+

Este capítulo é dedicado a discutir os achados relacionados ao nosso problema central de pesquisa, ou seja, como as/os pesquisadoras/es têm percebido a possibilidade de um Sujeito Coletivo Universal Contingente no movimento LGBTQIA+ brasileiro. É importante, porém, ressaltar nossa escolha analítica de como entendemos essa questão. Uma vez que não há uma discussão explícita sobre Universalidade Contingente nem entre os militantes (sujeitos das pesquisas) nem entre as/os estudiosos do campo, nossa análise focou em elementos mais sutis que apontam para essa possibilidade. Analisamos os dados que, segundo a nossa interpretação, apontam para a possibilidade de articulação de um Sujeito Universal Contingente.

No primeiro tópico, nos voltamos para as relações de tensão e aproximação entre o movimento e as lutas de classe, e para a sua articulação com outras bandeiras de luta (como os feminismos, as lutas antirracistas e etc.). A análise dos dados gerados pelo algoritmo de regras de associação revela uma intersecção significativa entre questões identitárias e de classe nos estudos empíricos sobre o movimento LGBTQIA+. A presença da categoria ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’²⁷ está fortemente associada à ‘Pesquisa Qualitativa’, indicando uma preocupação em abordar as questões de classe em conjunto com a sexualidade na população LGBTQIA+ nos estudos empíricos sobre o movimento. Por outro lado, a ausência de associação com ‘Ensaio Teórico’ sugere uma lacuna na literatura teórica sobre essa intersecção. A articulação das questões de classe e sexualidade também se estende a outras lutas sociais, com uma forte associação entre as categorias ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ e ‘Articulação com Outras Bandeiras’. Isso aponta para uma colaboração entre o movimento LGBTQIA+ e outras causas sociais, embora a separação teórica entre lutas identitárias e de classe persista. As pesquisas empíricas captam essa articulação, especialmente através de métodos qualitativos como a análise de documentos e entrevistas. A categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’ está moderadamente associada a essas metodologias. No entanto, essa categoria aparece de forma menos frequente em ensaios teóricos, indicando uma necessidade de maior inclusão dessas discussões na literatura revisada. A ‘Articulação com Outras Bandeiras’ também mostra uma associação significativa com o ‘Movimento como Identitário’, refletindo uma tendência de ver o movimento LGBTQIA+ como parte de um espectro mais amplo de “lutas identitárias”.

²⁷ Esta categoria aparece quando há a referência a ações de lutas tanto por Reconhecimento quanto por Redistribuição no OMS estudada.

Além disso, essa categoria está associada ao ‘Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico’, embora de forma mais fraca, sugerindo que a alta frequência dessa categoria nas pesquisas pode diluir a força da associação. Outro ponto relevante é a associação entre a categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e o repertório de ação ‘Parada do Orgulho LGBTQIA+’, indicando que as Paradas são vistas como espaços propícios para a convergência de diferentes movimentos sociais. Isso se reflete tanto em menções pontuais nos textos quanto em análises mais aprofundadas que entendem as Paradas como plataformas de alianças e articulações diversas. Por fim, a ‘Articulação com Outras Bandeiras’ está positivamente associada às ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’, o que sugere uma tendência de colaboração com instituições políticas em geral. Essas associações refletem a multifacetada dinâmica de alianças e tensões no campo político, destacando a importância de parcerias estratégicas para o avanço das lutas LGBTQIA+. Finalizamos o capítulo apresentando algumas categorias que não apresentaram associações significativas e, por isso mesmo, são dados de interesse. A categoria ‘Crítica ao Capitalismo/Neoliberalismo’ não aparece como significativa em nenhuma das regras de associação mineradas.

Os dados também revelaram uma presença menos expressiva que o esperado da Teoria Queer nas análises sobre as organizações do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Apenas 9,6% dos artigos utilizam a Teoria Queer para discutir opressões, 6,72% para abordar questões de identidade e 5,76% para analisar o sujeito coletivo do movimento. Essa baixa mobilização da Teoria Queer foi confirmada pela ausência de associações relevantes nas regras de associação quando estas categorias foram tomadas como antecedentes. Esses resultados nos levaram a refutar um dos marcadores de pesquisa inicial que previa uma centralidade da Teoria Queer nos estudos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+. A presença residual do pensamento queer no campo de estudos indica que os pesquisadores têm se baseado em outras abordagens teóricas para analisar o movimento LGBTQIA+ no Brasil. Nossos dados apontam o pensamento Interseccional com este papel.

No segundo tópico, nos voltamos para a mobilização da lente teórica interseccional que tem questionado o sujeito coletivo unitário e a identidade coletiva essencializada do movimento. A teoria interseccional abre espaço, em nossa interpretação, para uma articulação mais ampla de sujeitos políticos em torno das lutas pelos direitos sexuais e, ao mesmo tempo, das lutas de esquerda como um todo.

A análise dos dados gerados pelo algoritmo de regras de associação revela uma utilização significativa do pensamento interseccional nas pesquisas empíricas sobre o movimento LGBTQIA+, especialmente a partir de 2017. As associações dessas categorias com ‘Pesquisa Qualitativa’ sugerem que as questões interseccionais são frequentemente exploradas nos achados empíricos. A crítica ao essencialismo e à política identitária é comum entre os autores que utilizam a teoria interseccional, refletindo uma abordagem crítica às noções fixas de identidade. Os pesquisadores têm mobilizado a teoria interseccional para analisar várias dimensões do movimento, como formas de opressão, identidade, sujeito coletivo, repertórios de ação e relações institucionais. A teoria interseccional foi utilizada em 21,88% dos textos para analisar as formas de opressão, em 15,62% para discutir o sujeito coletivo, em 12,5% para abordar questões de identidade, em 4,17% para analisar repertórios de ação e em 2,08% para tratar das relações institucionais. A presença do pensamento interseccional torna-se mais evidente a partir de 2017, com picos significativos em anos específicos para as categorias relacionadas. Uma associação importante encontrada foi entre as categorias ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’. Isso indica que as pesquisas não apenas explicam os diferentes marcadores que atravessam os sujeitos, mas também compreendem as formas de opressão como elementos articulados. Essa relação destaca como os sujeitos se tornam coletivos ao perceberem injustiças compartilhadas, mostrando que essas duas categorias andam em concordância nas análises empíricas. Outra descoberta relevante é a forte associação das categorias interseccionais com a categoria ‘LBTQIAN+’, indicando uma tendência crescente de utilizar a teoria interseccional para ler as demandas por visibilidade de todos os sujeitos que compõem a luta LGBTQIA+. Isso é particularmente evidente no final dos anos 2010. Por fim, a análise revela uma associação fraca entre a ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e a categoria ‘Movimento como Identitário’. Esta fraqueza sugere que os estudos interseccionais não tendem a compreender o movimento LGBTQIA+ apenas como identitário, mas sim como um movimento multifacetado e articulado em torno de várias formas de opressão e identidades.

Por último, no terceiro tópico, analisamos também o papel da Internet tanto na coleta de dados das pesquisas empíricas bem como na ação política das organizações. Isso se justifica por reconhecermos nas articulações feitas online uma grande possibilidade de ampliação não apenas das estratégias dos movimentos sociais, como também da própria percepção de si dos sujeitos políticos em luta. Os embates discursivos online envolvem confrontos entre narrativas que refletem diferentes posições políticas, criando comunidades de interesse que reforçam as

identidades políticas e ideológicas dos usuários (Penteado et. al., 2023). Esses antagonismos discursivos surgem das dinâmicas de união e oposição entre elementos diversos, orientadas pelas lógicas de equivalência e diferença (Laclau, 2013). As interações sociais na internet criam um ambiente propício para o surgimento de antagonismos discursivos, contribuindo para a polarização política observada em vários contextos contemporâneos. Essa complexa rede de significados e conflitos molda o cenário político e social, desafiando as noções tradicionais de consenso e coesão social (Vinhas, Sainz, Recuero; 2020).

Mostram uma influência crescente da internet tanto na ação dos movimentos LGBTQIA+ quanto nas pesquisas acadêmicas sobre o campo. A internet desempenha um papel significativo na construção do sujeito coletivo do movimento, nos repertórios de ação e nos métodos de pesquisa utilizados pelos pesquisadores. A presença da internet é notável tanto entre os métodos de pesquisa (como a etnografia online e a análise de sites/documentos online) quanto na atuação dos militantes (como a produção de conteúdo/informação online pelas organizações). A categoria ‘Construção do ‘NÓS’ na Internet’ destaca a importância da internet para o reconhecimento de identidades individuais e coletivas entre os militantes. Esse aspecto é exemplificado no artigo de Jesus (2018), que discute como a internet permite a construção de uma luta de esquerda mais articulada e abrangente, facilitando a circulação de ideias e a formação de alianças entre movimentos sociais. As categorias relacionadas à internet no cotidiano de militância que apresentaram associações significativas foram ‘Construção do ‘NÓS’ na Internet’ e ‘Produção de Conteúdo/Informação Online’, ambas relacionadas à categoria ‘Pesquisa Qualitativa’. Isso indica que a presença da internet tem sido percebida nos estudos empíricos sobre o movimento. A não ocorrência destas categorias com ‘Ensaio Teórico’ apontam que este não tem sido suficientemente considerado nas revisões de literatura teórica.

7.1 – O QUE NÃO FOI ENCONTRADO

Iniciamos a apresentação dos dados discutindo algumas categorias que não apresentaram associações significativas e que, por isso mesmo, se mostraram interessantes. Das categorias que compreendem as relações dos movimentos LGBTQIA+ com as questões de classe, percebemos uma frequência moderada da categoria ‘Confluência Redistribuição/Reconhecimento’, apresentando algumas associações mineradas, em contraposto a uma baixa frequência da categoria ‘Crítica ao Capitalismo/Neoliberalismo’ (10 ocorrências), que não apresentou associações. Em nossa interpretação, apesar de o debate de

classe ser reconhecido nos estudos sobre o movimento, o debate de classe se dá em torno da “aceitação do capitalismo como único jogo” apontado por Žižek (2000). Muito dos direitos alcançados por sujeitos subalternizados nas sociedades ocidentais se deu dentro da chave liberal (cotas no mercado de trabalho burguês para mulheres e negros/as e o direito a constituição de uma família nuclear burguesa pela população LGBTQIA+). A ascensão da extrema-direita mostra que, em momentos de crise, o sistema capitalista recorre a uma lógica de espoliação de direitos da classe trabalhadora para a sua sobrevivência através de governos totalitários. Seguindo esta lógica, por afetar de forma direta a todas as “identidades” que compõem o campo da esquerda, o sistema capitalista de produção seria o grande “inimigo” a ser combatido (Žižek, 2000, 2011, 2016; Colins, 2021). Os dados apontam que os/as pesquisadores/as dos movimentos sociais LGBTQIA+ não têm formulado sistematicamente uma crítica ao sistema de produção capitalista e à filosofia neoliberal. Em nossa interpretação, esse ponto seria essencial para a construção de equivalências de demanda entre a luta por diversidade sexual e as outras causas consideradas de esquerda.

Outro dado que nos chamou a atenção foi a baixa mobilização da Teoria Queer para explicar os elementos fundamentais sobre as organizações do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Apenas 9,6% artigos usam a teoria para discutir opressões – um total de 10 ocorrências da categoria ‘Análise Queer dos Conflitos (Opressões)’ –, 6,72% para discutir identidade – um total de 7 ocorrências da categoria ‘Leitura Queer Sobre as Identidades’ – e 5,76% discutem o sujeito coletivo do movimento a partir deste pensamento – um total de 6 ocorrência da categoria ‘Análise Queer (Sujeito Coletivo)’. A presença do pensamento queer no campo de estudos se mostrou residual e as análises das regras de associação não encontraram associações relevantes tomando alguma destas categorias como antecedentes.

Tabela 7.1 – Pensamento Queer

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Análise Queer dos Conflitos (Opressões)	10	10.42
Leitura Queer Sobre as Identidades	7	7.29
Análise Queer (Sujeito Coletivo)	6	6.25
Análise Queer do RA	0	0.00
Análise Queer das Rel. Inst.	0	0.00
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.		

7.2 – RELAÇÃO COM OUTROS MOVIMENTO SOCIAIS E A ESQUERDA

O primeiro ponto que vamos analisar diz da relação dos movimentos sociais LGBTQIA+ com outros movimentos sociais “identitários” e com a esquerda “clássica”. Apesar da aceitação do capitalismo como único sistema possível, a capacidade de articulação do movimento com outras bandeiras e lutas possibilita ao movimento LGBTQIA+ estabelecer cadeias de equivalência com a esquerda como um todo (Laclau, 2000; 2013) e se articular em torno de um Universal Contingente. As categorias ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ são as mais expressivas com 27 e 17 ocorrências cada uma. Foram as únicas duas a aparecerem nas regras de associação mineradas. Em seguida, temos as categorias ‘Tensão Reconhecimento/Redistribuição’ e ‘Crítica ao Capitalismo/Neoliberalismo’ com 10 ocorrências cada uma. O sujeito coletivo relativo a ‘Classe e Outros Movimentos Sociais’ apareceu em 9 artigos e relatos de casos de ‘Homofobia da Esquerda’ foram 5. A categoria ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ apresentou um número modesto de associações, mas que nos permitiu afirmar uma presença expressiva do debate nos estudos sobre os movimentos. Já ‘Articulação com Outras Bandeiras’ apareceu em uma maior diversidade de contextos.

Tabela 7.2 – Relação com Outros Movimentos

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Articulação com Outras Bandeiras	27	28.12
Confluência Reconhecimento/Redistribuição	17	17.71
Tensão Reconhecimento/Redistribuição	10	10.42
Crítica ao Capitalismo/Neoliberalismo	10	10.42
Classe e Outros Movimentos Sociais	9	9.38
Homofobia da Esquerda	5	5.21
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.		

7.2.1 – Confluência Reconhecimento/Redistribuição:

Tabela 7.3 – Regras de Associação: ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’

Regra 02: Se 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' então 'Articulação com Outras Bandeiras'

(Confiança: 0.59, Lift: 2.09, Suporte: 0.1)
Regra 22: Se 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)
Regra 23: Se 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.76, Lift: 1.17, Suporte: 0.14)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

Nossos dados mostram que certo alinhamento entre questões identitárias e questões de classe aparece nos estudos empíricos sobre o movimento. Segundo a **regra 23**, com uma confiança 0,76, quando ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ está presente, há uma probabilidade de 76% de que o estudo seja uma ‘Pesquisa Qualitativa’. O lift de 1,17 sugere que a ocorrência de ‘Pesquisa Qualitativa’ é 17% mais provável quando ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ está presente em comparação com o esperado ao acaso. Isso indica uma associação moderada entre esses itens. O suporte de 0,14 mostra que 14% das observações contêm as duas categorias em conjunto. O aparecimento destas duas categorias juntas pode indicar certa preocupação das/os militantes em pensar as questões de classe com a sexualidade para a população LGBTQIA+. O não aparecimento de uma associação entre ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ e ‘Ensaio Teórico’ mostra que as/os pesquisadores não têm se dedicado com frequência a realizar revisões de literatura em que esta questão está presente. O não aparecimento de regras de associação com a categoria ‘Tensão Reconhecimento/Redistribuição’ indica uma maior preocupação em se pensar na classe em articulação com a sexualidade do que oposta à ela.

A confluência entre questões de classe e de sexualidade também aparece relacionada com outras lutas sociais para além destas duas. Pela **regra 02**, com uma confiança de 0,59, quando a categoria ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ está presente, há uma probabilidade de 59% de que a categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’ também esteja presente. O lift de 2,09 sugere que a ocorrência de ‘Articulação com Outras Bandeiras’ é 1,09% mais provável quando ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’ está presente em comparação com o esperado ao acaso. Isso indica uma associação forte e significativa entre esses itens. O suporte de 0,1 mostra que 10% das observações contêm esta associação.

As regras 23 e 02 sugerem uma tendência nas pesquisas empíricas de um alinhamento entre as lutas dos movimentos LGBTQIA+ com as questões redistributivas e com as lutas de outros movimentos sociais. Este ponto de contato das lutas pela diversidade sexual com as

outras bandeiras que compõem a esquerda como um todo abre espaço para a construção de demandas em comum. Este espaço permite alianças entre os sujeitos em luta (Butler, 2018) e possibilita para a construção de uma luta conjunta em torno de um significante vazio/flutuante que construa uma equivalência entre as diversas demandas (Laclau, 2000; 2015) e faça emergir um sujeito universal contingente (Butler, 2000; Laclau, 2000; Žižek, 2000).

Entretanto, a separação teórica entre lutas identitárias e lutas de classe permanece mesmo quando há a confluência entre demandas por Reconhecimento e por Redistribuição nos textos. A **regra 22** indica que, com uma confiança 0.59, quando a categoria 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' está presente, há uma probabilidade de 59% de que a categoria 'Movimento como Identitário' também esteja presente. O lift de 1,2 sugere que a ocorrência de 'Movimento como Identitário' é 20% mais provável quando 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' está presente em comparação com o esperado ao acaso. Isso indica uma associação moderada entre esses itens. O suporte de 0,1 mostra que 10% dos artigos contêm esta associação.

7.2.2 – Articulação Entre Bandeiras:

Tabela 7.4 – Regras de Associação: 'Articulação com Outras Bandeiras'

Regra 5: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.74, Lift: 1.13, Suporte: 0.21)
Regra 10: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.44, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)
Regra 7: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Entrevista' (Confiança: 0.44, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)
Regra 1: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' (Confiança: 0.37, Lift: 2.09, Suporte: 0.1)
Regra 4: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.21, Suporte: 0.17)
Regra 277: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.48, Lift: 1.54, Suporte: 0.14)
Regra 11: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.56, Lift: 1.05, Suporte: 0.16)
Regra 300: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.37, Lift: 1.19, Suporte: 0.1)
Regra 13: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.37, Lift: 1.32, Suporte: 0.1)

Regra 15: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.41, Lift: 1.7, Suporte: 0.11)
Regra 17: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 0.98, Suporte: 0.14)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

A possibilidade de articulação das lutas dos movimentos LGBTQIA+ com outras bandeiras, como os feminismos e as lutas antirracistas, têm sido captadas pelas pesquisas empíricas do campo. A não ocorrência desta categoria associada a ‘Ensaio Teórico’ indica que esta questão não tem sido frequente nas revisões de literatura das/os pesquisadoras. A **regra 05** regra indica que há uma associação fraca, mas positiva, entre a Articulação com Outras Bandeiras e a Pesquisa Qualitativa. A Confiança de 0,74 significa que em 74% das vezes em que ocorre a categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’, também ocorre a ‘Pesquisa Qualitativa’. O Lift de 1,13 sugere que a ocorrência da primeira categoria aumenta em 13% a probabilidade de ocorrência da segunda. O Suporte de 0.21 indica que a proporção de transações que incluem tanto a Articulação com Outras Bandeiras quanto a Pesquisa Qualitativa é de 21%.

Os métodos de pesquisa mais associados a esta categoria são a análise de documento seguida pelas entrevistas. A **regra 10** sugere que há uma associação moderada entre a categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e a categoria ‘Análise de Documentos’. A Confiança de 0,41 indica que em 41% das vezes em que ocorre a primeira categoria, também ocorre a segunda. O Lift de 1,33 sugere que a ocorrência de ‘Análise de Documentos’ é 33% mais provável quando a ‘Articulação com Outras Bandeiras’ ocorre do que quando não ocorre. O Suporte de 0,11 indica que a proporção de transações que incluem esta associação é de 11%. Já a **regra 07** indica que há uma associação moderada entre a Articulação com Outras Bandeiras e a combinação de Entrevista e Pesquisa Qualitativa. A Confiança de 0,44 indica que em 44% das vezes em que ocorre a ‘Articulação com Outras Bandeiras’, também ocorre ‘Entrevista’. O Lift de 1,19 sugere que a ocorrência de Entrevista é 19% mais provável quando a ‘Articulação com Outras Bandeiras’ ocorre do que quando não ocorre. O Suporte de 0,1 indica que a proporção de transações que incluem Articulação com Outras Bandeiras, Entrevista e Pesquisa Qualitativa é de 10%.

A articulação das lutas do movimento com outras pautas aparece significativamente associada com pautas de classe. Essa associação indica momentos de articulação não apenas

entre diferentes movimentos “identitários”, mas também entre estes e os movimentos de classe, como mostra o artigo de Mascarenhas e Zanolli (2019):

The homosexual movement and the MNU had further connections. MacRae (1990) highlights that MNU was a significant ally to Somos, reminding that the first public appearance of Somos at a protest was at an event organized by the Black organization, in 1979. According to MacRae, there were two reasons for the connections between the two organizations. First, the influence of *Lampião* on Somos and its politics of alliances, since the newspaper – despite being centred on gays and lesbian themes – had published a lot of material on feminism, the Black movement, sexism, and racism. Second, members of the Socialist Convergence were present in both Somos and the MNU, thus the influence of the Trotskyist group had a connective effect. Third, there was active participation of members from both organizations in each other’s activities (Mascarenhas e Zanolli, 2019, p. 130).

Pela **regra 01**, há uma associação forte entre a ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e a ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’. A Confiança de 0,37 indica que em 37% das vezes em que ocorre a ‘Articulação com Outras Bandeiras’, também ocorre a ‘Confluência Reconhecimento/Redistribuição’. O Lift de 2.09 sugere que a ocorrência da Confluência Reconhecimento/Redistribuição é 2,09 vezes (109%) mais provável quando a Articulação com Outras Bandeiras ocorre do que quando não ocorre. O Suporte de 0,1 indica que a proporção de transações que incluem tanto a Articulação com Outras Bandeiras quanto a Confluência Reconhecimento/Redistribuição é de 10%. Este tipo de associação acima é um exemplo de possibilidade do que estamos chamando de Universal Contingente, um campo de articulação de diferentes movimentos sociais em torno do significante flutuante “esquerda” sem que haja o silenciamento/invisibilização de nenhuma das bandeiras.

A categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’ também aparece associada às referências ao movimento como identitário, apesar de essa não ser uma associação forte. Estas duas categorias, porém, não aparecem analiticamente juntas nos artigos, o que se reflete na baixa força da associação. Sua associação se dá pelo entendimento teórico dos novos movimento sociais como identitários por parte das/os autoras/es no mesmo texto em que eles fazem referências à articulação do movimento LGBTQIA+ com outras bandeiras, como a feita por Gustavo Gomes da Costa Santos (2007):

Categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’:

Também propunha um modelo igualitário de identidade sexual, rejeitando modelos hierárquicos de relações sexuais/afetivas presentes na cultura brasileira [...] e reivindicando uma identidade homossexual na qual se identificariam todos aqueles que eram vítimas da discriminação e do preconceito independentemente das diferenças existentes dentro da comunidade homossexual [...] (Santos, 2007, p. 125).

Categoria ‘Movimento como Identitário’:

Com efeito, houve, nesse período, uma grande interação entre diversos movimentos sociais, tornando o contato entre grupos extremamente frutífero para a luta contra o autoritarismo e pelo direito à diferença. Grupos de homossexuais passaram a ter contato direto com a causa feminista e dos negro [...] (Santos, 2007, p. 129).

A **regra 04** sugere que há uma associação moderada entre ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e a ‘Movimento como Identitário’. A Confiança de 0,59 indica que em 59% das vezes em que ocorre a ‘Articulação com Outras Bandeiras’, também ocorre a categoria ‘Movimento como Identitário’. O Lift de 1,21 sugere que a ocorrência de ‘Movimento como Identitário’ é 1.21 vezes (21%) mais provável quando a ‘Articulação com Outras Bandeiras’ ocorre do que quando não ocorre. O Suporte de 0.17 indica que a proporção de artigos que incluem ambas as categorias é de 17%. A **regra 277** indica que esta associação é mais frequente nas pesquisas empíricas. Esta regra indica que há uma associação moderada entre a ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e a combinação de ‘Pesquisa Qualitativa’ e ‘Movimento como Identitário’. A Confiança de 0,48 indica que em 48% das vezes em que ocorre ‘Articulação com Outras Bandeiras’, também ocorrem ‘Pesquisa Qualitativa’ e ‘Movimento como Identitário’. O Lift de 1,54 sugere que a ocorrência da combinação de ‘Pesquisa Qualitativa’ e ‘Movimento como Identitário’ é 1,54 vezes (54%) mais provável quando a ‘Articulação com Outras Bandeiras’ ocorre do que quando não ocorre. O Suporte de 0,14 indica que a proporção de observações que incluem esta combinação é de 14%.

A articulação entre bandeiras aparece associada com o sujeito coletivo ‘LGBTQIA+ Genérico’, porém com uma associação fraca e quase irrelevante. Essa associação se dá, provavelmente, pela alta frequência com que este sujeito é referenciado nas pesquisas. A **regra 11** indica que, com uma confiança de 0,56, em 56% das vezes quando há ‘Articulação com Outras Bandeiras’, também ocorre a categoria ‘LGBTQIA+ Genérico’. O Lift de 1,05 sugere que a ocorrência de ‘LGBTQIA+ Genérico’ é 5% mais provável quando há Articulação com Outras Bandeiras do que quando não há, uma relação muito fraca. O Suporte de 0,16 indica que 16% das transações no conjunto de dados contêm tanto Articulação com Outras Bandeiras quanto LGBTQIA+ Genérico. Essa associação fica ligeiramente mais forte – porém não muito – quando é analisada entre as pesquisas qualitativas. A **regra 300** indica que, com uma confiança de 0,37, quando há ‘Articulação com Outras Bandeiras’, em 37% das vezes também ocorrem as categorias ‘LGBTQIA+ Genérico’ e ‘Pesquisa Qualitativa’ juntos. O Lift de 1,19 sugere que a ocorrência da combinação das duas últimas categorias é 1,19 vezes (19%) mais provável quando há ‘Articulação com Outras Bandeiras’ do que quando não há. O Suporte de 0,1 indica

que 10% dos textos contêm esta associação. Uma associação deste tipo não foi encontrada em conjunto com a categoria ‘Ensaio Teórico’.

Encontramos uma associação considerável entre ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e o repertório de ação ‘Parada do Orgulho LGBTQIA+’. Segundo a **regra 13**, com uma Confiança de 0,37, quando há a categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’, em 37% das vezes também ocorre o repertório de ação ‘Parada do Orgulho LGBTQIA+’. O Lift de 1,32 sugere que a ocorrência da Parada do Orgulho LGBTQIA+ é 32% mais provável quando há Articulação com Outras Bandeiras do que quando não há. O Suporte de 0,1 indica que 10% das transações no conjunto de dados contêm tanto Articulação com Outras Bandeiras quanto Parada do Orgulho LGBTQIA+. Esta associação aponta para dois cenários de convergência entre estas duas categorias. A primeira se dá quando ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e ‘Parada do Orgulho LGBTQIA+’ são referenciadas no artigo sem que haja uma análise conjunta das duas questões, apenas aparecem em momentos/posições diferentes dos textos, como é o caso do texto de Santos (2007):

Categoria ‘Parada do Orgulho LGBTQIA+’:

Apesar disso, foi neste ano que os grupos de São Paulo organizaram a Parada do Orgulho GLT, que se tornou símbolo do movimento homossexual no Brasil. Mesmo depois de uma primeira tentativa frustrada em 1996, em 28 de junho de 1997, aproximadamente duas mil pessoas seguiram pela Avenida Paulista com o intuito de atrair a atenção da sociedade e dar visibilidade pública às reivindicações dos homossexuais. A Parada do Orgulho GLBT passou a acontecer todos os anos, tornando-se parte integrante do calendário oficial da cidade. Ao reunir aproximadamente um milhão e meio de pessoas,30 esse evento passou a ser uma das principais formas de o movimento homossexual afirmar sua existência como sujeito político (Santos, 2007, p. 127).

Categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’:

Com efeito, houve, nesse período, uma grande interação entre diversos movimentos sociais, tornando o contato entre grupos extremamente frutífero para a luta contra o autoritarismo e pelo direito à diferença. Grupos de homossexuais passaram a ter contato direto com a causa feminista e dos negro [...] (Santos, 2007, p. 129).

A segunda acontece quando as duas categorias são mobilizadas conjuntamente para a análise. Os textos de Jesus (2018) e Rovai (2019), apesar de não desenvolverem extensamente esta questão, entendem as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ como terrenos propícios para a luta conjunta de diferentes movimentos sociais:

No contexto desses eventos [Paradas do Orgulho LGBTQIA+], afirmam-se múltiplas identidades presentes nos movimentos sociais LGBTI e se estabelece a comunicação entre suas ações e a relação de parcerias com outros movimentos que lutam por causas sociais, como os movimentos negros e feministas (Jesus, 2018, p. 50).

Dentre as práticas que revelam consensos e dissonâncias no movimento LGBT está a realização da Parada do Orgulho LGBT, que também acontece em Alfenas desde 2004, organizada pelos membros do MGA, em associação com outros grupos políticos (Rovai, 2019, p. 10).

Como uma mistura de protesto e festa, as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ podem ser compreendidas como assembléias em que os corpos têm o potencial de estabelecer alianças (Butler, 2018) e em que demandas heterogêneas podem ser articuladas em torno do significante “esquerda” (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 2005). Em nossa leitura, as Paradas do Orgulho são os repertórios de ação estabelecidos pelo movimento LGBTQIA+ onde há possibilidade do exercício de um Sujeito Universal Contingente (Butler, 2000; Laclau, 2000; Žižek, 2000).

Verificamos dois padrões interessantes de associações entre a categoria ‘Articulação com Outras Bandeiras’ a as categorias referentes à institucionalização dos movimentos LGBTQIA+. A primeira é uma associação positiva de força considerável com a categoria ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’. A segunda indica uma associação negativa de força moderada com a categoria ‘Executivo Federal Parceiro’. Pela **regra 15**, com uma confiança de 0,41, quando há Articulação com Outras Bandeiras, em 41% das vezes também ocorre o termo ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’. O Lift de 1,7 sugere que a ocorrência de Instituições Políticas (Genérico) Parceiras é 70% mais provável quando há Articulação com Outras Bandeiras do que quando não há. O Suporte de 0,11 indica que 11% das observações no conjunto de dados contém a relação entre as duas categorias. A **regra 17** mostra também uma associação entre as categorias ‘Articulação com Outras Bandeiras’ e ‘Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)’. Porém, o Lift de 0,98 indica uma influência praticamente irrelevante entre as categorias (a primeira categoria diminui em 2% a probabilidade de ocorrência da segunda).

7.3 – PENSAMENTO INTERSECCIONAL:

Diferentemente do pensamento queer, o pensamento interseccional tem entrado de forma expressiva principalmente nas pesquisas empíricas sobre o movimento, principalmente a partir do ano de 2017, conforme nossos dados. Os dados a seguir mostram as formas como as/os

autoras/es utilizam a teoria Interseccional para analisar diferentes aspectos dos movimentos LGBTQIA+ como as formas de opressão, o sujeito coletivo, os repertórios de ação e etc. De todos os textos analisados, 21,88% mobilizam a teoria interseccional para analisar as formas de opressão (um total de 21 ocorrências da categoria ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’²⁸); 15,62% analisam o sujeito coletivo do movimento a partir desta teoria (um total de 15 ocorrências da categoria ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’); 12,5% discutem identidade a partir do pensamento interseccional (12 ocorrências da categoria ‘Leitura Interseccional Sobre as Identidades’); 4,17% analisam os repertórios de ação do movimento a partir desta teoria (4 ocorrências da categoria ‘Análise Interseccional do RA’); 2,08% analisam as relações institucionais do movimento de um ponto de vista interseccional (2 ocorrências da categoria ‘Análise Interseccional das Rel. Inst.’); e houve uma única observação da categoria ‘Análise Queer of Colour dos Conflitos (Opressões)’. O Gráfico apresenta a distribuição destas categorias ao longo dos anos. A partir de 2017, as categorias relacionadas ao pensamento interseccional se tornam mais comuns entre os artigos sobre os movimentos LGBTQIA+. No ano de 2018, há um pico de 6 ocorrências da categoria ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’. Em 2021, houve outro pico de 5 ocorrências desta categoria e um pico de seis ocorrências ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e de quatro ocorrências de ‘Leitura Interseccional Sobre as Identidades’.

Tabela 7.5 – Pensamento Interseccional

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)	21	21.88
Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)	15	15.62
Leitura Interseccional Sobre as Identidades	12	12.50
Análise Interseccional do RA	4	4.17
Análise Interseccional das Rel. Inst.	2	2.08
Análise Queer of Colour dos Conflitos (Opressões)	1	1.04
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.		

²⁸ Importante destacar as diferenças na construção e, consequentemente, na categorização usando as categorias ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’. A categoria ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ foi mobilizada quando o/a autor/a do artigo mobilizou a teoria interseccional nas referências do texto para explicar as lógicas de opressão contra as quais os grupos lutam contra. Já a categoria ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’ ocorre quando o/a autor/a recorre ao pensamento interseccional para explicar os sujeitos aos quais o grupo representa.

Na análise das regras de associação, encontramos quatro associações significativas com a categoria ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e três com a categoria ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’.

Tabela 7.6 – Regras de Associação: Pensamento Interseccional

Regra 37: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.67, Lift: 4.27, Suporte: 0.15)
Regra 38: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.93, Lift: 4.27, Suporte: 0.15)
Regra 315: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.79, Lift: 1.2, Suporte: 0.11)
Regra 141: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.8, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)
Regra 33: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.71, Lift: 1.09, Suporte: 0.16)
Regra 224: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.73, Lift: 2.71, Suporte: 0.11)
Regra 36: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.62, Lift: 2.29, Suporte: 0.14)
Regra 311: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.67, Lift: 2.46, Suporte: 0.1)
Regra 29: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)
Regra 31: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

Uma associação que pode ser considerada óbvia, mas que merece atenção, é a existente entre ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e ‘Análise Interseccional’. As pesquisas empíricas têm mobilizado a teoria interseccional não apenas para explicar os diferentes marcadores que atravessam os sujeitos, como também têm compreendido diferentes formas de opressão (como a homofobia e o racismo) articulados e estes dois elementos andam juntos. Apesar de serem dois elementos que andam em concordância — os sujeitos se tornam coletivos quando percebem uma situação de injustiça que é compartilhada —, optamos por criar categorias de análise que proporcionassem independência analítica aos dois elementos, até mesmo para inferir o quão independentes (ou não) eles podem ser um do outro. A não ocorrência destas categorias associadas à categoria ‘Ensaio Teórico’ indicam que este problema

não tem estado nas revisões de literatura das/os estudiosas/os de forma sistemática. Porém, a sua associação à categoria ‘Pesquisa Qualitativa’ mostra que estas questões têm aparecido entre os achados empíricos.

A relação intrínseca entre as duas categorias foi captada pela **regra 37**. Esta regra indica que, com uma confiança de 0,67, quando a categoria ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ está presente, há uma probabilidade de 67% de que a categoria ‘Análise Interseccional’ também esteja presente. O lift de 4,27 sugere que a ocorrência de ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’ é 327% mais provável quando ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ está presente em comparação com o esperado ao acaso. Isso indica uma associação muito forte e significativa entre esses itens. O suporte de 0.15 mostra que 15% das observações contêm esta associação. A **regra 38** mostra a mesma associação, porém com a categoria ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’ como antecedente. Os valores de lift e suporte, apenas a confiança é maior nesse caso – confiança de 0.93.

As duas categorias, juntas, aparecem moderadamente associadas à categoria ‘Pesquisa Qualitativa’. A **regra 315** mostra que, com uma confiança de 0,79, quando as categorias ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’ estão presentes, há uma probabilidade de 79% de que a categoria ‘Pesquisa Qualitativa’ também estejam presente. O lift de 1,2 sugere que a ocorrência das duas primeiras categorias juntas aumentam em 20% a probabilidade de ocorrência da última, uma associação moderada. O suporte de 0,11 mostra que 11% dos textos apresentam esta associação.

Autores/as que mobilizaram a teoria interseccional para compreender as lógicas de opressão tendem a ser críticos/as às noções essencializadas de identidade e noção de política identitária. Pela **regra 29**, com uma confiança de 0,48, quando a categoria ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ está presente, há uma probabilidade de 48% de que a categoria ‘Crítica ao Essencialismo/Política Identitário’ também esteja presente. O lift de 1,52 sugere que a ocorrência de ‘Crítica ao Essencialismo/Política Identitário’ é 52% mais provável quando ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ está presente em comparação com o esperado ao acaso. Isso indica uma associação moderadamente positiva entre esses itens. O suporte de 0,1 mostra que 10% dos artigos apresentam tanto ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ quanto ‘Crítica ao Essencialismo/Política Identitário’.

Em nossas análises, a categoria ‘LBTQIAN+’ apareceu com uma forte associação às categorias ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e ‘Análise Interseccional (Sujeito

Coletivo)’. Isso nos indica, dado o período de maior ocorrência das categorias relacionadas ao pensamento interseccional, uma tendência de, no final dos anos 2010, ler as demandas históricas por visibilidade de todos os sujeitos que compõem a luta LGBTQIA+ através da teoria Interseccional. Segundo a **regra 36**, a categoria ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ aumenta probabilidade de ocorrência da categoria ‘LBTQIAN+’ em 129% (Confiança: 0.62, Lift: 2.29, Suporte: 0.14). Já a **regra 224** diz que a categoria ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’ aumenta probabilidade de ocorrência da categoria ‘LBTQIAN+’ em 171% (Confiança: 0.73, Lift: 2.71, Suporte: 0.11).

Uma associação fraca, quase irrelevante, que consideramos interessante mostrar é a da **regra 31**. Segundo esta regra, com uma confiança de 0,48, a categoria ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ está associada à categoria ‘Movimento como Identitário’ em 48%. O lift de 0,97 indica uma associação negativa fraca em que a ocorrência da primeira categoria diminui em 3% a ocorrência da segunda (Suporte de 0,1). O que há de interessante nesta regra é justamente a sua “fraqueza”, é mostrar que os estudos que mobilizam a teoria interseccional não se associam às compreensões do movimento como identitário.

7.4 – INTERNET E MOVIMENTO LGBTQIA+

Ainda que de forma incipiente, a internet tem sido significativa tanto na ação dos movimentos LGBTQIA+ quanto nas pesquisas do campo. Sua influência se verifica na construção do sujeito coletivo do movimento, nos seus repertórios de ação e entre os métodos de pesquisa utilizados pelas/os pesquisadoras/es em seus estudos.

Tabela 7.7 – Internet

Categoria	Ocorrências	Suporte (%)
Construção do "NÓS" na Internet	13	13.54
Produção de Conteúdo/Informação Online	10	10.42
Debates Online	5	5.21
Etnografia Online	5	5.21
Análise de Sites/Documentos Online	5	5.21
Manifestações/Protestos Online	3	3.12
Disseminação Online de Discursos de Ódio, Intimidação de Adversários e/ou Fake News	1	1.04
Debate Online	1	1.04
Análise de Controvérsia Online	1	1.04

Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.
--

A internet tem estado presente tanto entre os métodos de pesquisa usados pelas/os pesquisadoras/es (como mostrado pelas categorias ‘Etnografia Online’ e ‘Análise de Sites/Documentos Online’ com 5 observações cada e a ‘Análise de Controvérsia Online’ com 1 observação) quanto na atuação das/os militantes (como a ‘Produção de Conteúdo/Informação Online’ pelas organizações com 10 observações, ‘Manifestações/Protestos Online’ com 3 observações, 1 observação de ‘Debate Online’ e 1 observação ‘Disseminação Online de Discursos de Ódio, Intimidação de Adversários e/ou Fake News’ — este último verificado em um texto sobre movimentos de direita). O dado que nos chamou mais a atenção em relação à presença da internet no cotidiano de militância é o relacionado à categoria ‘Construção do "NÓS" na Internet’ que, segundo o livro de códigos, diz da importância da internet para o reconhecimento de si (identidades de sujeito e coletiva) entre as/os militantes. Este aspecto é muito bem exemplificado no artigo de Jesus (2018):

Esses feminismos praticam, em suas vertentes mais populares, uma interseccionalidade digital que pode ser denominada como 2.0: na qual o discurso acerca da interação de opressões e da indissociabilidade das identidades, oriundo do Feminismo Negro, vai além do oral e encontra o escrito e o imagético na rede global de comunicação. [...] As nossas imagens sobre quem são as mulheres – e os homens – têm sido afetadas pelas mensagens que circulam pelas redes sociais, pelos *blogs*, pelos *micro blogs* e por outros programas informatizados (Jesus, 2018, p. 07)

Ao ampliar a forma como compreendemos não apenas o que é ser homem ou mulher, mas também o que é ser negro, cristão, trabalhador e etc., a internet abre a possibilidade para que possamos vislumbrar uma luta de esquerda unificada — ou, pelo menos, mais articulada — através de um Sujeito Universal Contingente. A internet nos permite não apenas questionar diferentes posições de sujeito, mas também fazer circular ideias de uma luta de esquerda através de uma aliança mais ampla entre os movimentos sociais.

As categorias relativas à internet no cotidiano de militância que apareceram com associações significativas foram 'Construção do "NÓS" na Internet' e 'Produção de Conteúdo/Informação Online', que aparecem relacionadas à categoria 'Pesquisa Qualitativa'. A presença da internet nos repertórios de ação e na construção do sujeito coletivo do movimento LGBTQIA+ tem sido percebida pelos estudos empíricos sobre o movimento. Além disso, a não existência de associações destas categorias com a categoria ‘Ensaio Teórico’ indicam que as

revisões de literatura feitas pelas/os estudiosas/os do movimento não têm levado em consideração a internet no cotidiano da militância.

Tabela 7.8 – Regras de Associação: ‘Construção do "NÓS" na Internet’

Regra 27: Se 'Construção do "NÓS" na Internet' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.92, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)
Regra 147: Se 'Produção de Conteúdo/Informação Online' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)
Fonte: Elaborado pelo autor através do Google Colab.

A **regra 27** indica que há uma forte associação entre as categorias ‘Construção do "NÓS" na Internet’ e ‘Pesquisa Qualitativa’. A Confiança de 0.92 indica que em 92% das vezes em que ocorre a Construção do "NÓS" na Internet, também ocorre a Pesquisa Qualitativa. O Lift de 1.41 sugere que a ocorrência da Pesquisa Qualitativa é 1.41 (41%) vezes mais provável quando a ‘Construção do "NÓS" na Internet’ ocorre do que quando não ocorre. O Suporte de 0.12 indica que a proporção de observações que incluem ambas categorias é de 12%. E a **regra 147** indica que há uma associação perfeita entre a Produção de Conteúdo/Informação Online e a Pesquisa Qualitativa, pois a Confiança é de 1.0, o que significa que sempre que ocorre a Produção de Conteúdo/Informação Online, também ocorre a Pesquisa Qualitativa. O Lift de 1.52 sugere que a ocorrência da Pesquisa Qualitativa é 1.52 (52%) vezes mais provável quando a Produção de Conteúdo/Informação Online ocorre do que quando não ocorre. O Suporte de 0.1 indica que 10% das transações incluem tanto a Produção de Conteúdo/Informação Online quanto a Pesquisa Qualitativa.

7.5 – CONCLUSÃO:

A análise dos dados gerados pelo algoritmo de regras de associação revela uma intersecção significativa entre questões identitárias e de classe nos estudos empíricos sobre o movimento LGBTQIA+. A presença da categoria 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' está fortemente associada à 'Pesquisa Qualitativa', indicando uma preocupação em abordar as questões de classe em conjunto com a sexualidade na população LGBTQIA+ nos estudos empíricos sobre o movimento. Por outro lado, a ausência de associação com 'Ensaio Teórico' sugere uma lacuna na literatura teórica sobre essa intersecção.

A articulação dessas questões também se estende a outras lutas sociais, com uma forte associação entre 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' e 'Articulação com Outras Bandeiras'. Isso aponta para uma colaboração entre o movimento LGBTQIA+ e outras causas sociais, embora a separação teórica entre lutas identitárias e de classe persista. As pesquisas empíricas captam essa articulação, especialmente através de métodos qualitativos como a análise de documentos e entrevistas. A categoria 'Articulação com Outras Bandeiras' está moderadamente associada a essas metodologias. No entanto, essa articulação aparece de forma menos frequente em ensaios teóricos, indicando uma necessidade de maior inclusão dessas discussões na literatura revisada.

A 'Articulação com Outras Bandeiras' também mostra uma associação significativa com o 'Movimento como Identitário', refletindo uma tendência de ver o movimento LGBTQIA+ como parte de um espectro mais amplo de lutas identitárias. A relação entre essas categorias sugere um reconhecimento da diversidade dentro do movimento e um desafio às noções tradicionais de identidade. Além disso, essa articulação está associada ao 'Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico', embora de forma mais fraca, sugerindo que a alta frequência dessa categoria nas pesquisas pode diluir a força da associação. Outro ponto relevante é a associação entre a 'Articulação com Outras Bandeiras' e o repertório de ação 'Parada do Orgulho LGBTQIA+', indicando que as Paradas são vistas como espaços propícios para a convergência de diferentes movimentos sociais. Isso se reflete tanto em menções pontuais nos textos quanto em análises mais aprofundadas que entendem as Paradas como plataformas de alianças e articulações diversas.

Por fim, a 'Articulação com Outras Bandeiras' está positivamente associada às 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras', mas negativamente associada ao 'Executivo Federal Parceiro'. Isso sugere uma tendência de colaboração com instituições políticas em geral, mas uma relação mais complexa e talvez conflituosa com o Executivo Federal. Essas associações refletem a multifacetada dinâmica de alianças e tensões no campo político, destacando a importância de parcerias estratégicas para o avanço das lutas LGBTQIA+.

Os dados também revelaram uma presença menos expressiva que o esperado da Teoria Queer nas análises sobre as organizações do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Apenas 9,6% dos artigos utilizam a Teoria Queer para discutir opressões, 6,72% para abordar questões de identidade e 5,76% para analisar o sujeito coletivo do movimento. Essa baixa mobilização da Teoria Queer foi confirmada pela ausência de associações relevantes nas regras de associação

quando estas categorias foram tomadas como antecedentes. Esses resultados nos levaram a refutar um dos marcadores de pesquisa inicial que previa uma centralidade da Teoria Queer nos estudos sobre os movimentos sociais LGBTQIA+. A presença residual do pensamento queer no campo de estudos indica que os pesquisadores têm se baseado em outras abordagens teóricas para analisar o movimento LGBTQIA+ no Brasil. Nossos dados apontam o pensamento Interseccional com este papel.

Os dados revelam uma utilização significativa do pensamento interseccional nas pesquisas empíricas sobre o movimento LGBTQIA+, especialmente a partir de 2017. As associações dessas categorias com ‘Pesquisa Qualitativa’ sugerem que as questões interseccionais são frequentemente exploradas nos achados empíricos. A crítica ao essencialismo e à política identitária é comum entre os autores que utilizam a teoria interseccional, refletindo uma abordagem crítica às noções fixas de identidade.

Os pesquisadores têm mobilizado a teoria interseccional para analisar várias dimensões do movimento, como formas de opressão, identidade, sujeito coletivo, repertórios de ação e relações institucionais. A teoria interseccional foi utilizada em 21,88% dos textos para analisar as formas de opressão, em 15,62% para discutir o sujeito coletivo, em 12,5% para abordar questões de identidade, em 4,17% para analisar repertórios de ação e em 2,08% para tratar das relações institucionais. A presença do pensamento interseccional torna-se mais evidente a partir de 2017, com picos significativos em anos específicos para as categorias relacionadas.

Uma associação importante encontrada foi entre as categorias ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e ‘Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)’. Isso indica que as pesquisas não apenas explicam os diferentes marcadores que atravessam os sujeitos, mas também compreendem as formas de opressão como elementos articulados. Essa relação destaca como os sujeitos se tornam coletivos ao perceberem injustiças compartilhadas, mostrando que essas duas categorias andam em concordância nas análises empíricas. Outra descoberta relevante é a forte associação das categorias interseccionais com a categoria ‘LBTQIAN+’, indicando uma tendência crescente de utilizar a teoria interseccional para ler as demandas por visibilidade de todos os sujeitos que compõem a luta LGBTQIA+. Isso é particularmente evidente no final dos anos 2010.

Por fim, a análise revela uma associação fraca entre a ‘Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)’ e a categoria ‘Movimento como Identitário’. Esta fraqueza sugere que os estudos interseccionais não tendem a compreender o movimento LGBTQIA+ apenas como

identitário, mas sim como um movimento multifacetado e articulado em torno de várias formas de opressão e identidades.

A análise dos dados gerados pelo algoritmo de regras de associação revela a influência crescente da internet tanto na ação dos movimentos LGBTQIA+ quanto nas pesquisas acadêmicas sobre o campo. A internet desempenha um papel significativo na construção do sujeito coletivo do movimento, nos repertórios de ação e nos métodos de pesquisa utilizados pelos pesquisadores. A presença da internet é notável tanto entre os métodos de pesquisa (como a etnografia online e a análise de sites/documentos online) quanto na atuação dos militantes (como a produção de conteúdo/informação online pelas organizações). A categoria 'Construção do 'NÓS' na Internet' destaca a importância da internet para o reconhecimento de identidades individuais e coletivas entre os militantes. Esse aspecto é exemplificado no artigo de Jesus (2018), que discute como a internet permite a construção de uma luta de esquerda mais articulada e abrangente, facilitando a circulação de ideias e a formação de alianças entre movimentos sociais. As categorias relacionadas à internet no cotidiano de militância que apresentaram associações significativas foram 'Construção do 'NÓS' na Internet' e 'Produção de Conteúdo/Informação Online', ambas relacionadas à categoria 'Pesquisa Qualitativa'. Isso indica que a presença da internet tem sido percebida nos estudos empíricos sobre o movimento. A não ocorrência destas categorias com 'Ensaio Teórico' apontam que este não tem sido suficientemente considerado nas revisões de literatura teórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o cenário das lutas dos movimentos sociais, a noção de Universalidade é reconsiderada à luz das novas relações de colaboração entre grupos. Esta revisão implica transferir a base de formação da solidariedade das ações coletivas das identidades individuais para um sujeito coletivo contingente e aberto à diversidade de categorias. De um lado, as teorias clássicas sobre emancipação assumem uma homogeneidade dos atores em luta, de outro lado, as teorias pós-modernas partem da diversidade de demandas. O ambiente político brasileiro dos últimos dez anos levanta dúvidas sobre a pertinência da pluralidade de lutas em contraposição às lutas universais, especialmente com o retorno do populismo de extrema direita. Isso nos leva a considerar a viabilidade da integração de estratégias e sujeitos universais nos movimentos sociais contemporâneos, como discutido por Butler, Laclau e Žižek em “Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary dialogues on the left”. Os autores concordam que, considerando-se a incompletude das identidades, a ideia de universalidade ainda é relevante para entender a política democrática radical e a ação dos movimentos sociais. Essa discussão questiona como estabelecer uniões políticas sem se basear em características específicas, destacando a significância da identidade coletiva sem se prender a uma identidade única e fechada.

Assim como foi desenvolvido por Laclau e Mouffe, o conceito de hegemonia é essencial para captar a noção de um sujeito universal. A hegemonia permite a uma identidade específica atinja a condição de universal por meio de uma luta hegemônica. Laclau e Mouffe analisam as mudanças políticas do campo da esquerda no fim do século XX, afirmando que as alterações históricas questionaram conceitos clássicos dos estudos políticos e o lugar das lutas sociais. Eles defendem a hegemonia como um princípio básico para compreender as lutas atuais, contestando a abordagem convencional do movimento socialista centrada no proletariado e sublinhando a importância da articulação política em campos atravessados por antagonismos.

A noção de um sujeito universal, na teoria destes pensadores e pensadoras, não se restringe apenas à discussão ocorrida na virada do milênio. A concepção não essencialista de sujeito e a ideia de um ator universal pode ser vista em diversas publicações deles e delas. O livro “A Razão Populista” de Ernesto Laclau defende que a imprecisão e indeterminação do movimento populista são características essenciais ao contexto social, enfatizando a importância do discurso na formação da realidade objetiva e o lugar dos significantes flutuantes na criação de identidades distintas. O “povo” do populismo, para Laclau, pode ser interpretado

como um universal contingente em que uma diversidade de demandas, inicialmente não relacionadas, se articula ao redor de um significante vazio/flutuante contra um oponente comum. A autora Judith Butler, na obra “Corpos em Aliança e a Política das Ruas”, analisa a interação dos indivíduos em manifestações e paralisações, sustentando que a mobilização conjunta pode confrontar princípios políticos básicos e ressaltando a importância física dessas ações na demonstração de demandas. Esta união entre os indivíduos nas manifestações de rua estabelece uma correspondência entre as exigências, facilitando o surgimento de um ator universal. O filósofo Slavoj Žižek, nas obras “Em Defesa das Causas Perdidas” e “O Sujeito Incômodo”, propõe o ressurgimento do pensamento revolucionário e a revitalização do comunismo em que uma ideia de ator universal une as batalhas em torno da oposição ao capitalismo. A teórica Chantal Mouffe, no livro “Por Um Populismo de Esquerda”, sustenta que o populismo de esquerda pode fortalecer a democracia e criar uma nova liderança democrática, unindo várias exigências democráticas. Tal como Laclau sugere, Mouffe afirma o povo como um universal contingente para as mobilizações da esquerda.

As mudanças no cenário político brasileiro nas primeiras duas décadas do século XXI, especialmente as Jornadas de Junho de 2013 e o surgimento da extrema direita, impactaram significativamente a esquerda, demandando uma rearticulação de suas estratégias. Essa transformação exige novas abordagens analíticas por parte dos militantes e pesquisadores para compreender e responder adequadamente ao novo contexto político. Este debate desempenha um papel crucial ao fornecer uma base para contextualizar a política brasileira atual, tentando responder à questão da necessidade de voltarmos a falar de lutas universais. Além disso, destaca como sujeitos coletivos universais estão sendo concebidos e implementados na prática.

As Jornadas de Junho de 2013 representaram um ponto de virada significativo na política brasileira contemporânea, marcando não apenas um ciclo de manifestações, mas também um momento de reconfiguração na compreensão da identidade coletiva e das dinâmicas políticas. Os protagonistas desses protestos eram os mesmos grupos sociais tradicionais, mas organizados de maneira diferente, unindo-se em torno de uma identidade coletiva universal e contingente. Ao ampliar as demandas para além da questão do transporte público e abraçar pautas como combate à corrupção e melhorias na saúde e educação, as manifestações evidenciaram a insatisfação generalizada com a classe política e o Estado, consolidando o “povo” como o principal ator político. A heterogeneidade das narrativas e demandas presentes nas Jornadas de Junho de 2013 desafia as concepções tradicionais de identidade coletiva, indicando a emergência de um sujeito político que não se encaixa em categorias pré-

determinadas de classe, raça ou gênero. Esse sujeito coletivo universal contingente questiona as noções de identidades fixas e coerentes, refletindo uma mudança na compreensão dos movimentos sociais e das formas de organização política. As manifestações não apenas integraram demandas por reconhecimento e redistribuição, mas também transcenderam essa dicotomia, evidenciando uma nova dinâmica de mobilização política.

O legado das Jornadas de Junho de 2013 se estende para além do momento dos protestos, influenciando a configuração do cenário político brasileiro pós-2013. A dispersão das demandas e dos sujeitos durante e após os protestos permitiu a rearticulação de forças políticas opostas, culminando na polarização observada durante o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e na ascensão do populismo bolsonarista. O surgimento dos movimentos sociais ultraliberais no contexto político brasileiro, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro, e suas conexões com a crise da democracia, são discutidos no capítulo 02. O distanciamento temporal do período de redemocratização criou um ambiente propício para o surgimento de uma direita mais assertiva, combinando-se com uma onda conservadora, oposição às políticas de redistribuição de renda e mobilidade social, e a disseminação do discurso anti-gênero, liderado por setores religiosos. Esses movimentos encontram sua coesão na defesa do livre mercado e na oposição ao pensamento de esquerda, manifestando-se em repúdio a figuras políticas e ideias associadas à esquerda. A crise democrática brasileira, marcada por eventos como as manifestações de junho de 2013, o processo eleitoral acirrado de 2014 e a eleição de Bolsonaro em 2018, tem raízes profundas, incluindo a crise global do capitalismo de 2008. Essa crise se intensificou com ataques à democracia por meio de golpes políticos e uma retórica anti-gênero disseminada por setores religiosos. O governo Bolsonaro, caracterizado por instabilidade, ataques à imprensa e desprezo pela política formal, reflete uma tendência global de ascensão de líderes populistas autoritários. Bolsonaro, ao se posicionar como representante do “povo” contra uma elite política corrupta, capitaliza o descontentamento popular e vocaliza demandas de uma parte substancial da sociedade, apesar de ser numericamente minoritária, visando impor um projeto autoritário sobre a democracia.

A construção dessa universalidade contingente está intimamente ligada à reconstrução interpretativa das identidades coletivas pelos pesquisadores ao analisarem os movimentos sociais. No campo dos estudos dos movimentos LGBTQIA+, as críticas mais incisivas às noções de identidade provêm da teoria queer e da abordagem interseccional. A teoria queer, influenciada pelos trabalhos de Judith Butler, questiona o universalismo do sujeito gay e propõe

o sujeito queer como uma alternativa mais inclusiva. A teoria interseccional, por sua vez, destaca as interações complexas entre raça, gênero, classe e outras categorias sociais na compreensão das dinâmicas de poder e opressão, desafiando visões monolíticas da identidade coletiva. Essas perspectivas, juntas, abrem caminho para a construção de uma universalidade contingente que reconheça e respeite a diversidade de experiências e realidades sociais presentes nos movimentos sociais LGBTQIA+.

A Teoria Queer, surgida no campo dos estudos de gênero e sexualidade, desafia a concepção central da Identidade na compreensão da luta anti-LGBTQIfóbica, propondo-se como uma forma de militância e produção teórica voltada para contestar as normas sociais baseadas no sexo. Diferente das políticas de igualdade que pressupõem a integração das minorias sexuais aos valores dominantes, os teóricos queer veem nessas minorias espaços de resistência e desconstrução das normas excludentes. Ao politizar a dissidência sexual e rejeitar identidades essencializadas, a Teoria Queer estabelece que as minorias sexuais devem permanecer em uma posição estratégica de luta, resistindo à assimilação aos padrões dominantes e defendendo uma política de identidades em constante transformação. Ao destacar a historicidade das identidades e das categorias de gênero, a Teoria Queer questiona a concepção estática do sujeito coletivo, enfatizando sua construção contínua em relação às dinâmicas sociais e políticas. A abordagem queer também desafia as noções de identidade política dentro dos movimentos sociais LGBTQIA+, argumentando que uma concepção monolítica de identidade pode resultar em exclusões internas e fragmentação do movimento. Ao enfatizar a multiplicidade e heterogeneidade dos sujeitos envolvidos na militância, os grupos queer buscam construir uma política baseada na contestação das normas, em vez de se apoiarem em uma identidade política predefinida.

O conceito de interseccionalidade revela-se uma ferramenta vital para entender as complexas dinâmicas de poder que permeiam as experiências individuais e as estruturas sociais. Ao reconhecer a interconexão entre raça, gênero, classe e outras categorias sociais, a interseccionalidade desafia abordagens simplistas e essencialistas sobre opressão, destacando a necessidade de considerar múltiplas dimensões de identidade e poder. No contexto do feminismo negro, essa abordagem oferece uma compreensão mais abrangente das formas específicas de subordinação enfrentadas por mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, destacando a importância de analisar as interseções entre opressões sistêmicas. As contribuições das mulheres negras para os movimentos feminista e antirracista foram fundamentais para a construção de um feminismo interseccional que reconhece as complexidades das experiências

vividas por mulheres racializadas. Figuras como Lélia Gonzalez defenderam a necessidade de abordagens que integrem raça, gênero e classe em uma análise interseccional. Essas mulheres pioneiras inseriram temas até então negligenciados no movimento feminista, articulando demandas específicas e construindo agendas próprias que reconheçam as interconexões entre opressões.

A interseccionalidade emerge como uma abordagem fundamental para compreender as identidades individuais e coletivas, desafiando visões simplistas e fixas sobre o tema. Collins (2021) discute a importância de uma compreensão mais precisa das questões relacionadas à interseccionalidade e à identidade na academia. A autora destaca a necessidade de examinar como as dimensões políticas das identidades individuais e coletivas podem ser pontos de partida para a pesquisa e a prática interseccionais. Ao considerar o papel da identidade na interseccionalidade, Collins (2021), a partir de Spivak, apresenta a noção de essencialismo estratégico, sugerindo que as identidades mobilizadas em lutas por direitos não são fixas, mas sim estrategicamente essencialistas. Isso destaca a importância política das categorias de identidade em contextos específicos, permitindo que indivíduos e grupos se unam em torno de questões específicas.

A perspectiva interseccional emerge como uma ferramenta crítica fundamental na avaliação das limitações da teoria queer, especialmente no que diz respeito à sua abordagem em relação à questão racial. Embora a teoria queer tenha abordado questões raciais, essa presença foi muitas vezes secundária e criticada por sua predominância burguesa e branca. A crítica interseccional enfatiza a importância de considerar as interseções entre raça, classe, gênero e sexualidade na formação da identidade. A crítica queer de cor, especialmente na América Latina, desafia a predominância do eurocentrismo na teoria queer e destaca a importância de uma abordagem interseccional que leve em conta as complexidades das identidades étnico-raciais e de classe. A Teoria Queer of Colour (QOC) surge como uma resposta importante à falta de representatividade e à reprodução de padrões normativos associados à burguesia e à branquitude na teoria queer clássica. Essa abordagem promove uma leitura complexa e interseccional do gênero e das sexualidades, articulando-as com críticas ao capitalismo neoliberal, aos imperialismos e à produção de hierarquias e privilégios em termos de raça, nacionalidade e classe.

O advento da internet e das redes sociais transformou profundamente as dinâmicas da sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito à construção da identidade

coletiva e ao engajamento político. Movimentos como Occupy, Indignados e as Jornadas de Junho de 2013 demonstraram um uso intenso das plataformas digitais para organização e divulgação de eventos, conferindo aos indivíduos e grupos uma nova voz e capacidade de mobilização. A Sociologia Digital surge como uma subárea dedicada a compreender essas transformações, buscando atualizar teorias e métodos para analisar as novas dinâmicas entre público e privado, tradição e modernidade, entre outras fronteiras sociais. A teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe emerge como uma ferramenta metodológica fundamental para compreender esses fenômenos, enfatizando a natureza contingente e precária das articulações discursivas e os antagonismos que moldam as identidades políticas e ideológicas na era digital. Embora essas plataformas ofereçam novos instrumentos de ação política e promovam o reconhecimento das identidades políticas, também apresentam desafios, como a disseminação de desinformação e polarização ideológica. No entanto, essas ferramentas têm sido fundamentais para a mobilização política, especialmente no ativismo LGBTQIA+.

A análise sobre a relação entre identidade coletiva e internet revela um cenário complexo e multifacetado. A partir das contribuições de diversos autores, emerge a compreensão de que a internet desencadeia transformações significativas nos processos de mobilização política e na construção de identidades coletivas. As redes sociais digitais, em particular, oferecem um espaço propício para a expressão de indignação, a coordenação de protestos e a formação de novos canais de informação. Amplia-se, assim, a pluralidade de percepções de mundo e promove-se uma maior visibilidade para questões sociais conflitivas. Contudo, as análises também apontam para divergências e desafios. Enquanto alguns estudiosos, como Bennett e Segerberg (2013), enfatizam a emergência de uma "ação conectiva" que dispensa a necessidade de uma identidade coletiva unificada, outros, como Gerbaudo e Treré (2015), argumentam que as mídias sociais complementam, ao invés de substituir, a construção da identidade coletiva. Nesse sentido, a internet não torna a identidade coletiva redundante, mas amplia e remodela os processos pelos quais ela é criada, reproduzida e mantida. Além disso, em movimentos como o LGBTQIA+, os estudos revelam como a mobilização política online desempenha um papel crucial na reconstrução das identidades de gênero e sexualidade. A análise desses casos evidencia a importância das plataformas online como espaços de embate discursivo, onde diferentes demandas podem estabelecer cadeias de equivalência e ressignificar concepções de sujeito, tanto individual quanto coletivo.

No capítulo 04, apresentamos o modelo de pesquisa de doutorado que visa mapear a introdução de um sujeito coletivo universal contingente nos estudos dos movimentos sociais

LGBTQIA+ brasileiros, utilizando a Análise de Conteúdo Categorical para examinar artigos científicos. O estudo justifica-se pela necessidade de analisar como os pesquisadores percebem e constroem a noção de um sujeito coletivo universal contingente nesses movimentos. O objetivo geral foi mapear a produção acadêmica sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ brasileiros e identificar críticas ao sujeito coletivo hegemônico, propondo uma visão mais inclusiva e interseccionada com categorias como classe e raça.

A pesquisa utiliza Análise de Conteúdo para codificar e categorizar os dados, permitindo uma interpretação aprofundada dos conceitos e teorias presentes nos estudos analisados. A Análise de Conteúdo é um método sistemático que facilita a criação de inferências válidas sobre conteúdos verbais, visuais ou escritos, sendo amplamente utilizada para descrever e interpretar fenômenos sociais. A codificação organiza os dados em categorias baseadas em teorias ou experiências do pesquisador, descobrindo padrões ocultos no texto. A metodologia envolve a análise de publicações científicas online, abrangendo textos publicados entre 2000 e 2022. Utilizando Python e bibliotecas de Machine Learning, coletamos e analisamos 96 artigos, focando em como os pesquisadores têm abordado a construção de um sujeito coletivo universal contingente. O uso de bibliotecas da linguagem de programação Python, como NLTK e Spacy, permitiu uma análise aprofundada dos textos, automatizando tarefas repetitivas e extraindo insights valiosos.

A Análise de Conteúdo foi realizada a partir de resumos gerados pela biblioteca de Machine Learning Sumy, que sintetiza textos identificando as frases mais significativas. Embora ainda não haja validação para a representatividade dos resumos gerados pela Sumy em relação aos textos completos, essa abordagem facilitou a análise e categorização dos dados. Além disso, utilizamos algoritmos de Mineração de Dados para identificar padrões relevantes nas relações entre categorias, aplicando as Regras de Associação para encontrar elementos que ocorrem frequentemente juntos. Essa técnica revelou relacionamentos frequentes entre conjuntos de dados, ajudando a interpretar os dados textuais. A Inteligência Artificial Generativa foi utilizada na escrita da tese, com modelos de linguagem como o ChatGPT ajudando a descrever dados, resumir fichamentos e criar textos iniciais. No entanto, os textos gerados pela IA passaram por reescritas para corrigir erros e adequar a linguagem acadêmica.

Os procedimentos de pesquisa incluíram a organização dos resumos gerados em onze códigos derivados de teorias clássicas dos movimentos sociais, resultando em 211 categorias distintas. Após a categorização, realizamos duas rodadas de mineração de dados, culminando na

extração de 1332 Regras de Associação. As regras foram agrupadas em três grupos de análise: “Campo de Estudos”, “Movimentos LGBTQIA+” e “Universalidade e Contingência nos movimentos LGBTQIA+”.

A análise das afiliações institucionais dos primeiros autores dos artigos revela uma diversidade significativa, com 54 diferentes entidades representadas em 96 artigos. No entanto, a maioria dessas instituições (36) contribui com apenas um artigo cada, com destaque para algumas universidades como UFMG, UFRGS, UFRJ, Unicamp e UnB, sendo a UFMG a mais proeminente, com oito artigos. Instituições não universitárias também participaram, embora em menor número, incluindo fundações hospitalares, uma secretaria estadual de educação e uma ONG LGBTQIA+.

Quanto às áreas de atuação dos primeiros autores, observou-se uma predominância das Ciências Humanas, especialmente Psicologia, Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Ciência Política, Políticas Públicas e Saúde Coletiva. As Ciências Sociais, consideradas em conjunto (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), respondem por quase metade dos artigos, sugerindo que essas disciplinas são as principais lentes através das quais os movimentos sociais LGBTQIA+ são estudados, devido à sua capacidade de abordar as dinâmicas sociais e políticas de forma holística e crítica.

A análise das abordagens teóricas, com base em dados gerados pelo algoritmo de regras de associação, demonstra uma complexidade nas associações entre conceitos e categorias. Ensaos teóricos que referenciam o sujeito coletivo do movimento como LGBTQIA+ de forma genérica apresentam uma fraca associação, mas essa associação se fortalece quando o movimento é discutido como identitário. Além disso, ensaios teóricos que abordam o movimento identitário tendem a incluir autocríticas e conflitos internos, críticas ao essencialismo identitário e às políticas identitárias.

As pesquisas empíricas qualitativas sobre movimentos LGBTQIA+ mostram articulações significativas com outras lutas sociais, como feministas e negros, e uma interação entre lutas por redistribuição e reconhecimento. No entanto, críticas ao essencialismo e à política identitária tendem a diminuir nessas pesquisas. A utilização de entrevistas como método de coleta de dados revela uma maior captura de autocríticas e conflitos internos, enquanto a ênfase em identidades específicas dentro do movimento reflete uma maior visibilidade das diferentes identidades. As pesquisas qualitativas também demonstram uma diversificação dos repertórios de ação, com maior frequência de organização de eventos e

produção de conteúdo online em comparação com as tradicionais paradas do orgulho LGBTQIA+. A relação dos movimentos LGBTQIA+ com instituições políticas é geralmente negativa, mas há uma leve associação positiva quando se trata de executivos como parceiros e partidos políticos como aliados. No uso de análises de documentos, observa-se uma forte associação com a articulação de outras bandeiras sociais e uma tendência a se afastar da visão do movimento como identitário. As referências ao sujeito LGBTQIA+ de forma genérica são comuns, especialmente em documentos oficiais. Além disso, as análises de documentos frequentemente identificam executivos como adversários do movimento, destacando os desafios enfrentados. As etnografias, um método amplamente utilizado, revelam uma forte associação com críticas ao essencialismo e à política identitária, apesar de também caracterizarem o movimento como identitário. A abordagem etnográfica não leva necessariamente a uma representação genérica do movimento, mas sim a uma compreensão detalhada das experiências individuais.

As Paradas do Orgulho LGBTQIA+ têm sido um foco frequente de estudos empíricos, refletindo seu papel central no ativismo LGBTQIA+. Essas Paradas destacam-se como um dos repertórios de ação mais mencionados, desempenhando um papel crucial na representação e identidade coletiva da comunidade LGBTQIA+. Elas são frequentemente citadas em contextos que discutem a identidade LGBTQIA+ de forma genérica, funcionando como um símbolo unificador e uma plataforma de visibilidade para a comunidade. Além disso, há associações moderadas entre as Paradas e outras dimensões do ativismo, como a articulação com outras bandeiras de luta (feminismo, ambientalismo, lutas antirracistas) e campanhas de combate/prevenção ao HIV. Isso indica que as Paradas servem como pontos de convergência para diferentes causas sociais, ampliando seu alcance e impacto.

Há também uma forte associação entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e o apoio institucional, especialmente no que diz respeito ao financiamento público. A menção às Paradas está significativamente ligada a editais públicos e recursos financeiros institucionais, evidenciando que esses eventos são importantes para a captação de recursos para as organizações LGBTQIA+. A relação com os executivos parceiros (federais, estaduais e municipais) é frequentemente mencionada, sugerindo um apoio considerável de autoridades públicas na organização e realização dos eventos, que pode incluir desde o financiamento até a promoção e suporte logístico. Contudo, a relação com os executivos nem sempre é de parceria, havendo menções significativas a conflitos com autoridades, principalmente em contextos municipais, onde barreiras podem ser impostas à realização das Paradas.

Os dados obtidos revelam uma complexa teia de relações entre os movimentos sociais LGBTQIA+ e as instituições políticas no Brasil. A análise das categorias de relacionamento com os Executivos (Federal, Estadual e Municipal) aponta para uma predominância de parcerias, embora as adversidades também sejam significativas. As associações destacam que a presença de ‘Instituições Políticas (Genérico) Parceiras’ está fortemente ligada a outros aspectos do movimento, como a ‘Articulação com Outras Bandeiras’, o ‘Movimento como Identitário’ e a presença de ‘LGBTQIA+ Genérico’. Observou-se também uma ligação significativa entre parcerias com Executivos e a presença de ‘Recursos Institucionais’ e ‘(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV’, indicando que parcerias com governos frequentemente resultam em apoio material e campanhas de saúde pública.

A análise revelou que a parceria com Executivos aumenta a probabilidade de trabalhos teóricos, enquanto as referências a pesquisas qualitativas são menos frequentes. Isso pode indicar que a discussão teórica sobre parcerias tende a ser mais prevalente do que a investigação empírica. Outro ponto importante é a coexistência de referências a Executivos como parceiros e adversários nos mesmos contextos, refletindo a natureza multifacetada das relações entre os movimentos LGBTQIA+ e o governo. Exemplos concretos incluem o caso do governo Dilma Rousseff e o kit anti-homofobia, onde o governo foi ao mesmo tempo aliado e adversário em diferentes estágios do processo.

As relações com ‘Partidos Políticos Parceiros’ e ‘Legislativos Parceiros (Federais, Estaduais e Municipais)’ também mostraram associações significativas. A presença de ‘Partidos Políticos Parceiros’ está frequentemente associada a ‘Pesquisa Qualitativa’ e ‘Movimento como Identitário’, sugerindo que a aliança com partidos políticos pode estar ligada a um enfoque maior na pesquisa e na construção de identidade. As associações com ‘Legislativos Parceiros (Federais, Estaduais e Municipais)’ destacam uma tendência positiva para a presença de ‘LGBTQIA+ Genérico’ e uma ligação com ‘Executivos Parceiros (Federais, Estaduais e Municipais)’, reforçando a ideia de que parcerias políticas multifacetadas tendem a ocorrer de maneira integrada.

As associações envolvendo o Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico revelam um padrão claro de discussão tanto teórica quanto metodológica. A presença desta categoria está fortemente associada a ensaios teóricos e pesquisas qualitativas, sugerindo que a reflexão teórica. A categoria ‘LBTQIAN+’ mostra uma forte associação com a pesquisa qualitativa, indicando um interesse por parte dos/as pesquisadores/as nas experiências de lutas dos diversos

sujeitos que compõem a militância. A ausência de associação com ensaios teóricos sugere uma tendência de que a diversidade de sujeitos do movimento não apareça nas revisões de literatura, mas seja frequente entre as pesquisas empíricas. A associação moderada entre LBTQIAN+ e a crítica ao essencialismo/política identitária revela um questionamento profundo das concepções identitárias hegemônicas, apontando para uma discussão crítica e reflexiva dentro do movimento. Essa associação reflete uma visibilização da diversidade de sujeitos que compõem o movimento e um desafio às noções tradicionais de identidade.

As críticas ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+ estão fortemente associadas à autocrítica e conflitos internos, sugerindo uma reflexão constante dentro do movimento sobre suas próprias práticas e representações. Essa associação indica que as críticas internas frequentemente levantam questões sobre a falta de visibilidade de sujeitos diversos dentro do movimento, como lésbicas, travestis e transexuais, e a sobrerrepresentação de homens brancos. Essa dinâmica reflete um movimento em constante diálogo e negociação interna, buscando ajustar e expandir suas práticas para incluir uma gama mais ampla de experiências e identidades.

Na análise das relações entre movimentos LGBTQIA+ e questões de classe, a categoria ‘Confluência Redistribuição/Reconhecimento’ mostrou uma frequência moderada e algumas associações mineradas. Em contraste, a categoria ‘Crítica ao Capitalismo/Neoliberalismo’ apresentou baixa frequência e nenhuma associação. Isso sugere que, embora o debate de classe seja reconhecido, ele ocorre dentro de uma aceitação do capitalismo como sistema dominante (Žižek, 2000). Os direitos alcançados por grupos subalternizados têm sido obtidos dentro de uma lógica liberal, mas a ascensão da extrema-direita revela uma tendência do capitalismo em recorrer à espoliação de direitos em momentos de crise.

Os dados indicam que os pesquisadores dos movimentos sociais LGBTQIA+ não têm formulado uma crítica sistemática ao sistema capitalista e à filosofia neoliberal, sendo este ponto crucial para a construção de demandas equivalentes entre a luta por diversidade sexual e outras causas de esquerda. A análise revelou também uma baixa presença da Teoria Queer nas pesquisas sobre o movimento LGBTQIA+ brasileiro, contrariando expectativas iniciais. Apenas uma pequena porcentagem dos artigos utiliza a Teoria Queer para discutir opressões, identidade e o sujeito coletivo do movimento, indicando que os pesquisadores preferem outras abordagens teóricas, como o pensamento Interseccional.

Como dito anteriormente, a análise dos dados mostrou uma intersecção significativa entre questões identitárias e de classe nos estudos empíricos sobre o movimento LGBTQIA+,

apesar de não haver sistematicamente uma crítica ao sistema capitalista nas análises do movimento. A categoria 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' está fortemente associada à 'Pesquisa Qualitativa', evidenciando uma preocupação em abordar questões de classe nas pesquisas empíricas. No entanto, a ausência de associação com 'Ensaio Teórico' sugere uma lacuna nas revisões de literatura teórica sobre essa intersecção. A articulação entre lutas sociais também aparece nos dados, com uma forte associação entre 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' e 'Articulação com Outras Bandeiras', refletindo uma colaboração entre o movimento LGBTQIA+ e outras causas sociais.

A categoria 'Articulação com Outras Bandeiras' mostrou uma associação significativa com o 'Movimento como Identitário', sugerindo um reconhecimento da divisão entre lutas identitárias e de classes. Esta categoria também está associada ao 'Sujeito Coletivo LGBTQIA+ Genérico', embora de forma mais fraca, e ao repertório de ação 'Parada do Orgulho LGBTQIA+', indicando que as Paradas são vistas como espaços de convergência para diferentes movimentos sociais. Além disso, a 'Articulação com Outras Bandeiras' está positivamente associada às 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' e levemente negativo ao 'Executivo Federal Parceiro', refletindo uma dinâmica multifacetada de alianças e tensões políticas.

A análise apontou uma utilização significativa do pensamento interseccional nas pesquisas empíricas sobre o movimento LGBTQIA+. A teoria interseccional é mobilizada para analisar várias dimensões do movimento, como formas de opressão, identidade, sujeito coletivo, repertórios de ação e relações institucionais. Por fim, a análise dos dados indica a crescente influência da internet tanto na ação dos movimentos LGBTQIA+ quanto nas pesquisas acadêmicas sobre o campo. A internet é crucial para a construção do sujeito coletivo do movimento, repertórios de ação e métodos de pesquisa, com a categoria 'Construção do 'NÓS' na Internet' destacando sua importância para o reconhecimento de si por parte dos/as militantes. As interações online criam antagonismos discursivos que moldam o cenário político e social, facilitando a articulação e formação de alianças entre movimentos sociais. No entanto, a presença da internet ainda não é suficientemente considerada nos ensaios teóricos, evidenciando uma área a ser explorada nas revisões de literatura teórica.

REFERÊNCIAS:

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. n.76, pp. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. (2008), “Identidade e Estratégia na Formação do Movimento Ambientalista Brasileiro”. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 4, no 70, pp. 151-167.
- ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Cia das Letras, 2023.
- AMARAL, Julião G. *Lutas por Reconhecimento e Heteronormatividade nas Universidades: Um estudo descritivo sobre os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual do Brasil*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. San Francisco, Aunt Lute Books, 2012.
- AUERBACH, Carl F.; SILVERSTEIN, LOUISE B. *Qualitative Data: An Introduction to Coding and Analysis*. New York University Press, New York and London: 2003
- ARENDT, H. *The human condition*. Chicago, University of Chicago Press, 1989
- AVRITZER, Leonardo. *O PÊNDULO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: Uma análise da crise 2013–2018*. *Novos Estud. Cebrap*. São Paulo, v37n02. Mai. – Ago, 2018.
- AVRITZER, Leonardo; RENNO, Lucio. *The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil*. *Journal of Politics in Latin America*, 2021.
- BENNETT, W. Lance and SEGERBERG, Alexandra. *The Logic of Connective Action: Digital Media and the personalization of Contentious Politics*. Cambridge. New York, 2013.
- BIONDO, Fabiana Poças; SIGNORINI, Inês. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. *DELTA*, v. 31, n. especial, p. 198-219, ago. 2015. DOI: 10.1590/0102-445084824426219897.

BIROLI, Flávia. The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy. Lasa Forum, 2020.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Editora Filosófica Politeia: São Paulo, 2019.

BUGHIN, Jacques et al. Notes from the AI frontier: Modeling the impact of AI on the world economy. McKinsey Global Institute, 2018.

BUTLER, Judith. Merely Cultural. Social Text, n. 52/53, p. 265-277, 1997. DOI: <https://doi.org/10.2307/466744>

BUTLER, Judith. Restaging the Universal: Hegemony and the Limits of Formalism. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; Žižek, Slavoj. Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left. Londres: Verso, 2000.

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires/ Barcelona/México: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Civilização Brasileira, 2018.

CALDEIRA NETO, O. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CARVALHO, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de. Inteligência Artificial: Riscos, benefícios e uso responsável. Estudos Avançados, São Paulo, v. 35, n. 101, 2021.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. Insight Inteligência. Edição 72, Jan/Fev/Mar, 2016

CODATO, Adriano; MADEIRA, Rafael; BITTENCOURT, Maiane. Political Science in Latin America: A Scientometric Analysis. Brazilian Political Science Review, 14 (3), 2020.

COZMAN, Fabio Gagliardi. No canal da Inteligência Artificial: Nova temporada de desgrenhados e empertigados. Estudos Avançados, São Paulo, v. 35, n. 101, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, jan./jun. 2002.

DIETTERICH, T. G.; HORVITZ, E. Rise of concerns about AI: Reflections and directions. *Communications of the ACM*, v. 58, n. 10, p. 38-40, 2015.

DEVLIN, Jacob et al. BERT: Pre-training of Deep Bidirectional Transformers for Language Understanding. In: *Proceedings of the 2019 Conference of the North American Chapter of the Association for Computational Linguistics: Human Language Technologies, Volume 1 (Long and Short Papers)*, p. 4171–4186, Minneapolis, Minnesota, 2019.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond Seção Garamond Universitária, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas*, v. 3, n. 04, jan/jun, 2009.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. *Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: Sujeitos, Teias e Enquadramentos*. *Educ. Soc.* 41, 2020.

FERNANDES, Estevão Rafael. *Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Post-Socialist’ Age. *New Left Review*, v. 01, n. 212, 1995.

FRASER, Nancy. A Rejoinder to Iris Young. *New Left Review*, v. 01, n. 223, 1997.

GARFIELD, E. *From bibliographic coupling to co-citation analysis via algorithmic historiobibliography: a citationist’s tribute to Belver C. Griffith*. Philadelphia, 2001.

GERBAUDO, Paolo; TRERÉ, Emiliano. In search of the ‘we’ of social media activism: introduction to the special issue on social media and protest identities. *Information, Communication & Society*, 18:8, 865-871, 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. Cad. CRH 27 (71) • Ago 2014

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GUIMARÃES, Gêssica. Ensaio Feminista Sobre o Sujeito Universal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

GONÇALVES, E. C. . Regras de Associação e suas Medidas de Interesse Objetivas e Subjetivas. INFOCOMP (UFLA. IMPRESSO) , v. 4, p. 26-35, 2005.

HERNÁNDEZ, Franklin Gil. Fronteras morales y políticas sexuales: apuntes sobre ‘la política LGBT’ y el deseo del Estado. Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana, n.13, abr., pp.43-68, 2013.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

hooks, bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Criatividade e Resistência: A Parada do Orgulho LGBTI-Rio de 2017. REBEH, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. REBEH, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2018.

KAVADA, Anastasia. Creating the collective: social media, the Occupy Movement and its constitution as a collective actor, Information, Communication & Society, 18:8, 872-886, 2015.

KOVÁTZ, E.; POIM, M. (Eds.). Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilization in Europe. Budapest: FEPS, 2015.

LACAN, J. O Seminário: Livro 3. As psicoses. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

LACLAU, Ernesto. Identity and Hegemony: The Role of Universality in the Constitution of Political Logics. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; Žižek, Slavoj. Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left. Londres: Verso, 2000.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - Uma política pós-identitária para educação. Revista Estudos Feministas, 9 (2), 2001.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LUDERMIR, Teresa Bernarda. Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina: Estado atual e tendências. Estudos Avançados, São Paulo, v. 35, n. 101, 2021.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. ‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 29(1), 2021.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. Galaxia (São Paulo, online), n. 37, jan-abr., 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. Crise e golpe. São Paulo: Boitempo, 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 66, p. 130-159, abr. 2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ERCAN, Selen A.; OZGUC, Umut; REIS, Stephanie Lorraine Gomes; SIMÕES, Paula Guimarães. Protestos como “eventos”: as lutas simbólicas nas manifestações de 2013 na Turquia e no Brasil. Rev. Sociol. Polit., v. 27, n. 69, 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FIGUEIREDO, Júlia Moreira de. No olho do furacão: protagonismo e incerteza nas Jornadas de Junho de 2013. *Rev. Serv. Público Brasília* 70 (4) 735-754 out/dez, 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; DOMINGUES, Letícia Birchall. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 37, p. 1-36, 2022.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. *Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto* 2012.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes. 2001.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 179-207, Junho 2008.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de; CAMILO, Everton da Silva; SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos. Big Data e Inteligência Artificial: Aspectos Éticos e Legais Mediante a Teoria Crítica. *Complexitas - Revista de Filosofia Temática*, Belém, v. 3, n. 1, p. 50-60, jan./jun. 2018. ISSN: 2525-4154

MIAO, F.; HOLMES, W. *International Forum on AI and the Futures of Education, Developing Competencies for the AI Era: synthesis report*. Paris: UNESCO, 2020.

MILAN, S. *From social movements to cloud protesting: the evolution of collective Identity*. Information, Communication & Society, 2015.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. El futuro ya fue: una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genérica y queer identitarias en Abya Yala. In: FERRERA-BAANQUET, Raúl Moarquech. *Andar Erótico Decolonial*. Buenos Aires, Ediciones del Signo, pp.21-35, 2015.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, no 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado.*, Brasília , v. 32, n. 3, p. 725-748, Dec. 2017.
- Mira, B. S. de, & Castanha, R. G. (2023). Processamento de linguagem natural e acoplamento bibliográfico: uma análise da proximidade entre os artigos mais acessados do periódico *Scientometrics. Informação & Informação*, 27(3), 262–287. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n3p262>
- MORSELLI, Davide; BERAMENDI, Maite; BENDALI, Zakaria; FILLIEULE, Olivier. A longitudinal approach to online “collective identity work”: The case of the Gilets Jaunes in the Var Department. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 28, n. 3, p. 301-322, 2023.
- MOUFFE, Chantal. *For a Left Populism*. London; Brooklyn, NY: Verso, 2018
- MOUFFE, Chantal. *Towards a Green Democratic Revolution: Left Populism and the Power of Affects*. London, New York: Verso, 2022.
- NETO, Rubens Mascarenhas; ZANOLI, Vinícius. Black, LGBT and from the Favelas: an Ethnographic Account on Disidentificatory Performances of an Activist Group in Brazil. *Culture Unbound*, v. 11, n. 1, p. 124-140, 2019. DOI 10.3384/cu.2000.1525.2019111124.
- NETO, Victo José da Silva; BONACELLI, Maria Beatriz Machado; PACHECO, Carlos Américo. O Sistema Tecnológico Digital: Inteligência Artificial, Computação em Nuvem e Big Data. *Revista Brasileira de Inovação, Campinas*, v. 19, e0200024, p. 1-31, 2020.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- NOGUEIRA, Nadia Cristina. Lésbicas negras em movimento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 29(3), 2021.
- OLIVEIRA, Taís Silva; LIMA, Dulcilei da Conceição; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. #Quemmandoumatarmarielle: A mobilização online um ano após o assassinato de Marielle Franco. *Ano XXIII*, n. 45, jan.-jun., 2020.
- PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; GOYA, Denise Hideko; SANTOS, Patrícia Dias dos; JARDIM, Luiza. Populismo, desinformação e Covid-19: comunicação de Jair Bolsonaro no Twitter. *Revista Media & Jornalismo*, v. 22, n. 40, p. 239-260, 2022.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; PEREIRA, Marcus Abílio; CERVI, Emerson Urizzi; ALMEIDA, Helga do Nascimento de; ROCHA, Bruno Anunciação; CHAVES, Julia Marks Santana. Embates discursivos, atores envolvidos e polarização no Twitter: a demissão do Ministro da Educação Abraham Weintraub do governo Bolsonaro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 691-723, set.-dez., 2023.

PEREIRA, Marcus Abilio; do PATEO, Rogério Duarte. “Aprender com”: ecologia dos saberes e a obra de Davi Kopenawa. *R. Katál.*, Florianópolis, v.27, e-93429, 2024. ISSN 1982-0259.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril, 2011.

PRECIADO, Paul Beatriz. Manifesto contrassexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz. Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. *Cadernos Pagu* (53), 2018.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “Que Possamos Ser o que Somos”: memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, e2019303, 2019.

ROCHA, Camila. “MENOS MARX, MAIS MISES”: UMA GÊNESE DA NOVA DIREITA BRASILEIRA (2006-2018). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. São Paulo: 2018.

ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. *DADOS*, Rio de Janeiro, vol.62(3): 2019.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 34, pp 1-54, 2021.

ROSS, Marlon B. Beyond the Closet as Raceless Paradigm. In: JOHNSON, E. Patrick; HENDERSON, Mae G. (Eds.). *Black Queer Studies. A Critical Anthology*. London: Duke

University Press, 2005.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 147-164, 2007.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 22, p. 93-128, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172203>.

SCHWARZ, Ori. Identity as a barrier: claiming universality as a strategy in the Israeli vegan movement. *Social Movement Studies*, Volume 20, 2021.

SMALL, H. Co-citation in the scientific literature: a new measure of the relationship between two documents. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 24, n. 4, p. 265-269, 1973.

SEAWRIGHT, Jason. *Multi-Method Social Science Combining Qualitative and Quantitative Tools*. Cambridge University Press, 2016.

SICHMAN, Jaime Simão. Inteligência Artificial e sociedade: Avanços e riscos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, 2021.

SOUSA, João Carlos; MORAIS, Ricardo. A mobilização cívica e política na era das redes sociais: uma análise da ação de movimentos sociais no Facebook. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 27, nº 1, jan.-abr., p. 51-89, 2021.

TARROW, Sidney G. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press, 2011.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie* 17, 112-135, 2018

UNESCO. *Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial*. Brasília, 2022.

VASWANI, A. et al. Attention is all you need. In: *Advances in Neural Information Processing Systems*, 2017, p. 5998--6008.

VICARI, Rosa Maria. Influências das Tecnologias da Inteligência Artificial no ensino. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, 2021.

VINHAS, Otávio; SAINZ, Nilton; RECUERO, Raquel. Antagonismos discursivos nas hashtags #marqueteirosdojair e #bolsolão no Twitter nas eleições de 2018 no Brasil: contribuições da Análise de Redes Sociais à Sociologia Digital. *Estud. sociol. Araraquara*, v. 25, n. 48, p. 37-61, jan.-jun., 2020.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Alguém falou em teoria quare? Pensando raça e sexualidade a partir da crítica de intelectuais LGBTQIA + negres norte-americanes à teoria queer. *Revista Brasileira de História*, vol. 41, no 88, pp. 205-228, 2021.

YOUNG, Iris Marion. Unruly Categories: A Critique of Nancy Fraser's Dual Systems Theory. *New Left Review*, v. 01, n. 222, 1997.

ZANOLI, Vinícius. "Mais ativista do que gestora": ativismo institucional no campo do movimento LGBT em Campinas. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 02, p. 495–517, mai.–ago. [2019](#)

Žižek, Slavoj. Class Struggle or Postmodernism? Yes, please! In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; Žižek, Slavoj. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*. Londres: Verso, 2000.

Žižek, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Žižek, Slavoj. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Editora: Boitempo, 2016.

Apêndice A – Livro de Códigos

Livro de Códigos		
Código	Categoria	Descrição
Conflitos		
AOB	Articulação com Outras Bandeiras	Quando há a referência de ações conjuntas do mov. LGBTQIA+ com outros movimentos sociais.
CRecRed	Confluência Reconhecimento/Redistribuição	Quando há a referência a ações de lutas tanto por Reconhecimento quanto por Redistribuição no OMS estudada.
TRecRed	Tensão Reconhecimento/Redistribuição	Quando há a referência a tensões/dissonâncias a ações de lutas tanto por Reconhecimento e por Redistribuição no OMS estudada.
CritCap	Crítica ao Capitalismo/Neoliberalismo	Quando há uma análise por parte da/o pesquisador/a ou da/o militante do capitalismo como um "Eles" a ser enfrentado.
FobEsq	Homofobia da Esquerda	Quando há a referência à ações preconceituosas/discriminatórias por parte de militantes de esquerda.

NosNet	Construção do "NÓS" na Internet	Quando há a referência de uma importância da Internet na construção do Sujeito Coletivo da OMS analisada.
InterConf	Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)	Quando há uma análise das lógicas de opressão a partir da teoria Interseccional.
QueerConf	Análise Queer dos Conflitos (Opressões)	Quando há uma análise das lógicas de opressão a partir da teoria Queer.
QueerColConf	Análise Queer of Colour dos Conflitos (Opressões)	Quando há uma análise das lógicas de opressão a partir da teoria Queer of Color.
MultConf	Análise Multicultural dos Conflitos (Opressões)	Quando há uma análise das lógicas de opressão a partir da teoria Multicultural..
ConfInt	Autocrítica/Conflitos Internos	Quando o/a autor/a e/ou o/a militante faz uma crítica ao próprio movimento ou relatam situações de conflitos internos na OMS.

DivSujCol	"Rachas" no Sujeito Coletivo	Quando há a referência às divisões internas do sujeito coletivo da OMS pesquisada.
Identidade		
CritIdenEs	Crítica ao Essencialismo/Política Identitário	Quando há uma crítica à noção de "movimento identitário" ou à identidade entendida como fixa/essencializada.
MovIden	Movimento como Identitário	Quando há a referência ao Movimento como Identitário e/ou a Valorização/Construção da Identidade como Objetivo do Movimento.
EssEst	Referência ao Essencialismo Estratégico	Quando há a referência ao Essencialismo Identitário como estratégia do movimento.
IdQueer	Leitura Queer Sobre as Identidades	Quando há uma análise da Identidade por parte do/a pesquisador/a a partir da Teoria Queer.
IdInter	Leitura Interseccional Sobre as Identidades	Quando há uma análise da Identidade por parte do/a pesquisador/a a partir da Teoria Interseccional.
IdPosCol	Leitura Pós-colonial da Identidade	Quando há uma análise da Identidade por parte do/a pesquisador/a a partir da Teoria Pós-Colonial.
UnivCont	Defesa do Universal Contingente	Quando há a defesa por parte do/a pesquisador/a e/ou da/o militante de uma esquerda unificada.

Tipo de Texto		
EnsTeor	Ensaio Teórico	Quando o artigo é um ensaio teórico.
Quali	Pesquisa Qualitativa	Quando o artigo é resultado de pesquisa qualitativa.
Quanti	Pesquisa Quantitativa	Quando o artigo é resultado de pesquisa quantitativa.
QualiQuanti	Pesquisa Método Misto (Quali/Quanti)	Quando o artigo é resultado de pesquisa que combina métodos qualitativos e quantitativos.
Método Usado		
RevLit	Revisão de Literatura (Texto Teórico)	Quando o artigo é uma revisão de literatura (Ensaio Teórico).
RelExp	Relato de Experiência	Quando o método usado na pesquisa foi Relato de Experiência
Entr	Entrevista	Quando o método usado na pesquisa foi Entrevista.
HistOral	História Oral	Quando o método usado na pesquisa foi História Oral.
Etno	Etnografia/Observação Participante	Quando o método usado na pesquisa foi Etnografia e/ou Observação Participante.
OnEtno	Etnografia Online	Quando o método usado na pesquisa foi Etnografia Online.

Docs	Análise de Documentos	Quando o método usado na pesquisa foi Análise de Documentos.
OnDocs	Análise de Sites/Documents Online	Quando o método usado na pesquisa foi Análise de Sites e/ou Documentos Online.
GrupFoc	Grupo Focal	Quando o método usado na pesquisa foi Grupo Focal.
OnDeb	Debate Online	Quando o método usado na pesquisa foi Debate Online.
Cart	Cartografia	Quando o método usado na pesquisa foi Cartografia.
OnContro	Análise de Controvérsia Online	Quando o método usado na pesquisa foi Análise de Controvérsias Online.
Matriz	Matriz	Quando o método usado na pesquisa foi Matriz.
Quest	Questionário	Quando o método usado na pesquisa foi Questionário.
Escala	Escala	Quando o método usado na pesquisa foi Escala.
Sujeito Coletivo		
Generico	LGBTQIA+ Genérico	Quando não há a referência a um sujeito específico no texto.
MascGenerico	LGBTQIA+ Genérico (Maior/Completa ênfase aos homens gays)	Quando o sujeito coletivo é majoritária ou totalmente homens gays.
LBTQIAN+	LBTQIAN+	De acordo com o livro de códigos, esta categoria ocorre quando o sujeito coletivo especificado não se

		trata do hegemônico “homens gays” (lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais fem e masc, indígenas, negros e negras, etc.).
Outros	Classe e Outros Movimentos Sociais	Quando, além dos sujeitos LGBTQIA+, há a referência a sujeitos de movimentos de classe ou outros movimentos identitários.
AntiGen	LGBTQIA+ de Direita ou Militantes Anti-Gênero	Quando o sujeito coletivo são os LGBTQIA+ de direita e/ou militantes anti-gênero.
CritSujCol	Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+	Quando o/a pesquisador/a e/ou militantes fazem críticas ao sujeito universal do movimento LGBTQIA+.
SujInter	Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)	Quando o/a pesquisador/a analisam o sujeito do movimento a partir da Teoria Interseccional.
SujQueer	Análise Queer (Sujeito Coletivo)	Quando o/a pesquisador/a analisam o sujeito do movimento a partir da Teoria Queer.
ND	Não Definido	Quando o sujeito coletivo não é citado.
Repertórios de Ação		

ParOrg	Parada do Orgulho LGBTQIA+	Quando há a referencia às Paradas do Orgulho como uma das ações da OMS.
CamLes	Parada/Caminhada das Lésbicas	Quando há a referencia à Caminhada das Lésbicas como uma das ações da OMS.
MarcTrans	Marcha Pela Visibilidade Trans	Quando há a referencia às Marchas da Visibilidade Trans como uma das ações da OMS.
ForAgen	Formação de Agentes Públicos	Quando há a referencia à ações educativas/formativas de agentes públicas como uma das ações da OMS.
Relat	Elaboração de Relatórios Sobre Casos de Violência	Quando há a referencia à elaboração de relatórios sobre casos de violência homofóbica como uma das ações da OMS.
AssJur	Assessoria Jurídica	Quando há a referencia ao oferecimento de assessoria jurídica como uma das ações da OMS.
MarcJes	Marchas p/ Jesus	Quando há a referencia à Marcha para Jesus como uma das ações da OMS.
Educ	Projetos na Área de Educação	Quando há a referencia à participação de projetos na área de educação como uma das ações da OMS.
Bjaço	Beijaço	Quando há a referencia à organização de beijaços como uma das ações da OMS.
Cartas	Cartas à Instituições/Órgãos Públicos	Quando há a referencia ao envio de cartas de repúdio e/ou com demandas às instituições ou órgãos públicos como uma das ações da OMS.

AssePop	Assembléias Populares	Quando há a referencia à orgnização de assembléias populares como uma das ações da OMS.
AsseConst	Campanhas Assembléia Constituinte de 1988	Quando há a referencia à participação em campanhas pela Assembléia Constituinte de 1988 como uma das ações da OMS.
Prot	Manifestações/Protestos	Quando há a referencia à organização/participação em protestos ou manifestações públicas como uma das ações da OMS.
Doa	Campanhas de Doações (Cestas Básicas, Roupas e Remédios)	Quando há a referencia à organização de campanhas de doações como uma das ações da OMS.
CamHIV	(RA) Campanhas/Assessorias de Combate/Prevenção ao HIV	Quando há a referencia à organização de campanhas de combate e prevenção ao HIV como uma das ações da OMS.
SemDiv	Encontros/Semana da Diversidade/Seminários	Quando há a referencia à organização de semanas da diversidade e/ou seminários como uma das ações da OMS.
GT	GT/Debates Públicos	Quando há a referencia à organização de Grupos de Trabalhos ou Debates Públicos como uma das ações da OMS.
Ofic	Oficinas	Quando há a referencia organização de oficinas como uma das ações da OMS.

Publi	Publicação de Revistas/Periódicos e Materiais Informativos/Educativos	Quando há a referencia à publicação de periódicos e materiais informativos como uma das ações da OMS.
Fest	Organização de Festas	Quando há a referencia à organização de festas como uma das ações da OMS.
PartFest	Participação em Festas/Eventos Festivos de Terceiros	Quando há a referencia à participação em festas/eventos festivos organizados por terceiros como uma das ações da OMS.
Cons	Participação em Conselhos	Quando há a referencia à participação em Conselhos como uma das ações da OMS.
CentRef	Centro de Referência	Quando há a referencia aos Centros de Referência LGBTQIA+ como uma das ações da OMS.
ODIO	Disseminação Online de Discursos de Ódio, Intimidação de Adversários e/ou Fake News	Quando há a referencia à disseminação aos discursos de ódio como uma das ações da OMS.
OnlineDeb	Debates Online	Quando há a referencia participação ou organização de debates online como uma das ações da OMS.

OnlineProt	Manifestações/Protestos Online	Quando há a referencia à participação ou organização de protestos online como uma das ações da OMS.
OnlineCont	Produção de Conteúdo/Informação Online	Quando há a referencia à produção de conteúdo online como uma das ações da OMS.
Esport	Eventos Esportivos/Recreativos	Quando há a referencia à organização ou participação em eventos esportivos e/ou recreativos como uma das ações da OMS.
Culin	Eventos Culinários	Quando há a referencia à organização ou participação em eventos culinários como uma das ações da OMS.
Cult	Apresentações/ Manifestações Artísticas/Culturais	Quando há a referencia à organização ou participação em eventos culturais/artísticos como uma das ações da OMS.
Advoc	Advocacy	Quando há a referencia à realização de advocacy junto aos legislativos como uma das ações da OMS.
InterRA	Análise Interseccional do RA	Quando o/a autor/a mobiliza a teoria interseccional para explicar/analisar o repertório de ações da OMS.
QueerRA	Análise Queer do RA	Quando o/a autor/a mobiliza a teoria queer para explicar/analisar o repertório de ações da OMS.
Mobilização de Recursos		

RecInst	Recursos Institucionais	Quando há referência ao uso de recursos provenientes das instituições políticas (através de editais, uso de imóveis de propriedade pública, etc.).
ONG	Virar ONG	Quando há a referência ao fato da OMS se tornar uma ONG para ter acesso à recursos.
Priv	Organizações/Empresas Privadas	Quando há a referência ao estabelecimento de parcerias com empresas privadas para a realização de ações por parte da OMS.
FinanCol	Financiamento Coletivo	Quando há a referência ao uso de financiamentos coletivos para angariar recursos para as ações da OMS.
Fama	Apoio de Artistas e Personalidades Famosas	Quando há a referência ao apoio de artistas e/ou personalidades famosas para as ações da OMS.
	Geração Autônoma/Independente	Quando há a referência à formas autônomas de geração de recursos por parte da OMS.
Oportunidades Políticas		
OutOMS	Conquistas/Ações das OMS de Outras Regiões ou Temas	Quando há a referência de como as OMS se inspiram nas ações de outros movimentos sociais para o surgimento do grupo.

OPHIV	(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV	Quando há a referência às campanhas de combate ao HIV como um impulsionador (através de recursos) do surgimento da OMS.
OPAssConst	Mobilização Pela Assembleia Nacional Constituinte (1987/88)	Quando há a referência às campanhas pela Assembléia Constituinte de 1988 como um impulsionador do surgimento da OMS.
PolPub	Políticas Públicas	Quando há a referência aos editais de políticas públicas como um impulsionador do surgimento da OMS.
AcoesOnline	Debates/Ações na Internet	Quando há a referência à debates e ações online como um impulsionador do surgimento da OMS.
jun.2013	Junho de 2013	Quando há a referência aos protestos de Junho de 2013 como um impulsionador do surgimento da OMS.
DitMil	Luta Contra a Ditadura Militar	Quando há a referência à mobilização contra a ditadura militar como um impulsionador do surgimento da OMS.
VioPol	Violência Policial	Quando há a referência à casos de violência policial como um impulsionador do surgimento da OMS.
GovDir	Ações de Governos à Direita	Quando há a referência à ações de governos de direita como um impulsionador do surgimento da OMS.
GovEsq	Ações de Governos à Esquerda	Quando há a referência à ações de governos de esquerda como um impulsionador do surgimento da OMS.

PinMon	Pink Money	Quando há a referência ao Pink Money como um possibilitador do surgimento da OMS.
Event	Participação/Organização de Eventos	Quando há a referência à participação ou organização em algum evento como um impulsionador do surgimento da OMS.
Institucionalização		
CritInstMil	Críticas Internas à Institucionalização	Quando há no texto críticas por parte da/o militante sobre formas de institucionalização do movimento.
CritInstAut	Críticas dos/as Autores/as à Institucionalização	Quando há no texto críticas por parte da/o pesquisador/a sobre formas de institucionalização do movimento.
InstInterPar	Órgãos/Instituições Internacionais Parceiras	Quando há a referência à organizações internacionais como parceiras do movimento.
InstInterAdv	Órgãos/Instituições Internacionais Adversários	Quando há a referência à organizações internacionais como adversárias do movimento.
InstPolPar	Instituições Políticas (Genérico) Parceiras	Quando há a referência à instituições políticas como parceiras do movimento sem especificar qual.

InstPolAdv	Instituições Políticas (Genérico) Adversárias	Quando há a referência às instituições políticas como adversárias do movimento sem especificar qual.
ExecPar	Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)	Quando há a referência aos executivos (municipal, estadual e/ou federal) como parceiros do movimento.
ExecAdv	Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)	Quando há a referência aos executivos (municipal, estadual e/ou federal) como adversários do movimento.
LegPar	Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)	Quando há a referência aos legislativos (municipal, estadual e/ou federal) como parceiros do movimento.
LegAdv	Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)	Quando há a referência aos legislativos (municipal, estadual e/ou federal) como adversários do movimento.
JudPar	Judiciários Parceiros (Fed., Est., Mun.)	Quando há a referência aos judiciários (municipal, estadual e/ou federal) como parceiros do movimento.
JudAdv	Judiciários Adversários (Fed., Est., Mun.)	Quando há a referência aos judiciários (municipal, estadual e/ou federal) como adversários do movimento.

CandPref	Militantes Candidatos/Eleitos Executivo Municipal	Quando há a referência à militantes candidatos ou eleitos para prefeitas/os.
CandGover	Militantes Candidatos/Eleitos Executivo Estadual	Quando há a referência à militantes candidatos ou eleitos para governadoras/es.
CandPres	Militantes Candidatos/Eleitos Executivo Federal	Quando há a referência à militantes candidatos ou eleitos para presidentas/es da república.
CandVer	Militantes Candidatos/Eleitos Legislativo Municipal	Quando há a referência à militantes candidatos ou eleitos para vereadoras/es.
CandDepEst	Militantes Candidatos/Eleitos Legislativo Estadual	Quando há a referência à militantes candidatos ou eleitos para deputadas/os estaduais.
CandLegFed	Militantes Candidatos/Eleitos Legislativo Federal	Quando há a referência à militantes candidatos ou eleitos para deputadas/os federais e/ou senadoras/es.

GestPub	Militantes na Gestão Pública	Quando há a referência à militantes assumindo cargos de gestão pública.
PartPar	Partidos Políticos Parceiros	Quando há a referência à partidos políticos como parceiros do movimento.
PartAdv	Partidos Políticos Adversários	Quando há a referência partidos políticos como adversários do movimento.
CiencPar	Ciência/Academia Parceiro	Quando há a referência às instituições universitárias, núcleos de pesquisa e/ou pesquisadoras/es como parceiros do movimento.
CiencAdv	Ciência/Academia Adversário	Quando há a referência às instituições universitárias, núcleos de pesquisa e/ou pesquisadoras/es como adversários do movimento.
OrgPubPar	Orgãos Estatais (Polícia, Escolas, Hospitais, etc.) Parceiros	Quando há a referência à escolas, hospitais, polícias e/ou outros órgãos públicos como parceiros do movimento.
OrgPubAdv	Orgãos Estatais (Polícia, Escolas, Hospitais, etc.) Adversários	Quando há a referência à escolas, hospitais, polícias e/ou outros órgãos públicos como adversários do movimento.
Coopt	Cooptação	Quando há a referência por parte da/o autor/a e/ou militante de situações de cooptação do movimento.
Assim	Assimilação	Quando há a referência por parte da/o autor/a e/ou militante de situações de assimilação do movimento.

Limit	Limitação	Quando há a referência por parte da/o autor/a e/ou militante de situações de limitação do movimento.
InstInter	Análise Interseccional das Rel. Inst.	Quando o/a autor/a faz uma análise das relações do movimento com as instituições do Estado a partir da teoria interseccional.
InstQueer	Análise Queer das Rel. Inst.	Quando o/a autor/a faz uma análise das relações do movimento com as instituições do Estado a partir da teoria queer.
Afiliação Institucional do/a primeiro/a autor/a.		
UNIFAL	UNIFAL	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Alfenas.
UFRGS	UFRGS	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UniNovLisb	Universidade Nova de Lisboa	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Nova de Lisboa.
UFRJ	UFRJ	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFS	UFS	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Sergipe.
IFRJ	IFRJ	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a ao Instituto Federal do Rio de Janeiro.
SEDUC	SEDUC-Mato Grosso	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso.
UFRB	UFRB	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
UniBH	UniBH	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à UniBH.
USP	USP	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade de São Paulo..

UFF	UFF	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal Fluminense.
UFBA	UFBA	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal da Bahia.
UFMG	UFMG	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Minas Gerais.
UFT	UFT	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Tocantins.
UFPE	UFPE	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Pernambuco.
ONG	ONG SOMOS	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à ONG SOMOS.
IFPI	IFPI	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a Instituto Federal do Piauí.
UFV	UFV	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Viçosa.
UERJ	IESP/UERJ	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e/ou ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos.
AGES	Centro Universitário AGES	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a ao Centro Universitário AGES.
UFCG	UFCG	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal Campina Grande.
FLACSO	FLACSO Brasil	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Brasil.
ALESP	ALESP	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
IHEID	IHEID – Genebra/Suíça	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a IHEID – Genebra/Suíça.
UNICAMP	UNICAMP	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade de Campinas.
UFC	UFC	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Ceará.
UnB	UnB	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade de Brasília.
UNEB	UNEB	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade do Estado da Bahia.

UniCruzSul	Universidade Cruzeiro do Sul	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Cruzeiro do Sul.
UFRN	UFRN	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
UNILAB	UNILAB	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
ESPM	ESPM Rio	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro.
FURG	FURG	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Rio Grande.
OswaCruz	Fundação Oswaldo Cruz	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Fundação Oswaldo Cruz.
UNIR	UNIR	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Rondônia.
PUC-Campinas	PUC-Campinas	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
UFPB	UFPB	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal da Paraíba.
UFSC	UFSC	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade de Santa Catarina.
UESC	UESC	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Estadual de Santa Catarina.
UFG	UFG	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Goiás.
UniMin	Universidade do Minho	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade do Minho.
UFMS	UFMS	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
UFMT	UFMT	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Mato Grosso.
UESB	UESB	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

UFOP	UFOP	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Ouro Preto.
UFRPE	UFRPE	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Unifesp	Unifesp	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de São Paulo.
Cefet	Cefet-MG	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a ao Centro Federal de Educação Tecnológica.
VicPaula	Fundação Hospitalar Vicente de Paula	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Fundação Hospitalar Vicente de Paula.
Unisinos	Unisinos	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Vale do Rio dos Sinos.
UFPR	UFPR	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal do Paraná.
UVV	UVV	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade de Vila Velha.
UFSM	UFSM	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado/a à Universidade Federal de Santa Maria.
AutInterdis	Autoria Interdisciplinar	Quando os/as autores/as do texto são de diferentes disciplinas.
ÚniAut	Único Autor(a)	Quando o texto possui apenas um/a autor/a.
Área de Atuação do/a Primeiro Autor/a		
CienPol	Ciência Política	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Ciência Política.
Socio	Sociologia	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Sociologia.
Antro	Antropologia	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Antropologia.

CienSoc	Ciências Sociais	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado às Ciências Sociais.
Psic	Psicologia	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Psicologia.
ComSoc	Comunicação Social	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Comunicação Social
Dir	Direito	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado Direito.
Hist	História	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à História.
Educ	Educação	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Educação.
PolitPubli	Políticas Públicas	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado às Políticas Públicas.
EstLing	Estudos Linguísticos	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado aos Estudos Linguísticos.
Lit	Literatura	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Literatura.
EstGen	Estudos de Gênero	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado aos Estudos de Gênero.
SaudCol	Saúde Coletiva	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Saúde Coletiva.
ServSoc	Serviço Social	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado ao Serviço Social.
DifCon	Difusão do Conhecimento	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Difusão do Conhecimento.
Filo	Filosofia	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Filosofia.
SocCult	Sociedade e Cultura	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Sociedade e Cultura.
RelInter	Relações Internacionais	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado às Relações Internacionais.

CienHum	Ciências Humanas	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado às Ciências Humanas.
CultTur	Cultura e Turismo	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Cultura e Turismo.
RelEtnCont	Relações Étnicas e Contemporaneidade	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado às Relações Étnicas e Contemporaneidade.
Mult	Multimeios	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Multimeios.
Museo	Museologia	Quando o/a primeiro/a autor/a é vinculado à Museologia.

Apêndice B – Regras de Associação

Regras de Associação

Regra 1: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' (Confiança: 0.37, Lift: 2.09, Suporte: 0.1)

Regra 2: Se 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.59, Lift: 2.09, Suporte: 0.1)

Regra 3: Se 'Movimento como Identitário' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.34, Lift: 1.21, Suporte: 0.17)

Regra 4: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.21, Suporte: 0.17)

Regra 5: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.74, Lift: 1.13, Suporte: 0.21)

Regra 6: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.32, Lift: 1.13, Suporte: 0.21)

Regra 7: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Entrevista' (Confiança: 0.44, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)

Regra 8: Se 'Entrevista' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.36, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)

Regra 9: Se 'Análise de Documentos' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.38, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 10: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.44, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 11: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.56, Lift: 1.05, Suporte: 0.16)

Regra 12: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.29, Lift: 1.05, Suporte: 0.16)

Regra 13: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.37, Lift: 1.32, Suporte: 0.1)

Regra 14: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.37, Lift: 1.32, Suporte: 0.1)

Regra 15: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.41, Lift: 1.7, Suporte: 0.11)

Regra 16: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Articulação com Outras

Bandeiras' (Confiança: 0.48, Lift: 1.7, Suporte: 0.11)

Regra 17: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 0.98, Suporte: 0.14)

Regra 18: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.28, Lift: 0.98, Suporte: 0.14)

Regra 19: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.59, Lift: 0.96, Suporte: 0.17)

Regra 20: Se 'Único Autor(a)' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.27, Lift: 0.96, Suporte: 0.17)

Regra 21: Se 'Movimento como Identitário' então 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 22: Se 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 23: Se 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.76, Lift: 1.17, Suporte: 0.14)

Regra 24: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' (Confiança: 0.21, Lift: 1.17, Suporte: 0.14)

Regra 25: Se 'Único Autor(a)' então 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' (Confiança: 0.17, Lift: 0.96, Suporte: 0.1)

Regra 26: Se 'Confluência Reconhecimento/Redistribuição' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.59, Lift: 0.96, Suporte: 0.1)

Regra 27: Se 'Construção do "NÓS" na Internet' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.92, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)

Regra 28: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Construção do "NÓS" na Internet' (Confiança: 0.19, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)

Regra 29: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 30: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 31: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 32: Se 'Movimento como Identitário' então 'Análise Interseccional dos Conflitos

(Opressões)' (Confiança: 0.21, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 33: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.71, Lift: 1.09, Suporte: 0.16)

Regra 34: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.09, Suporte: 0.16)

Regra 35: Se 'LBTQIAN+' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.5, Lift: 2.29, Suporte: 0.14)

Regra 36: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.62, Lift: 2.29, Suporte: 0.14)

Regra 37: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.67, Lift: 4.27, Suporte: 0.15)

Regra 38: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.93, Lift: 4.27, Suporte: 0.15)

Regra 39: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.57, Lift: 0.93, Suporte: 0.12)

Regra 40: Se 'Único Autor(a)' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.2, Lift: 0.93, Suporte: 0.12)

Regra 41: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.53, Lift: 1.69, Suporte: 0.19)

Regra 42: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.6, Lift: 1.69, Suporte: 0.19)

Regra 43: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 1.32, Suporte: 0.23)

Regra 44: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.47, Lift: 1.32, Suporte: 0.23)

Regra 45: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.38, Lift: 1.31, Suporte: 0.14)

Regra 46: Se 'Ensaio Teórico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.46, Lift: 1.31, Suporte: 0.14)

Regra 47: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.94, Suporte: 0.22)

Regra 48: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.33,

Lift: 0.94, Suporte: 0.22)

Regra 49: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.38, Lift: 1.31, Suporte: 0.14)

Regra 50: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.46, Lift: 1.31, Suporte: 0.14)

Regra 51: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Entrevista' (Confiança: 0.44, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 52: Se 'Entrevista' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.45, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 53: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.47, Lift: 0.89, Suporte: 0.17)

Regra 54: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.31, Lift: 0.89, Suporte: 0.17)

Regra 55: Se 'LBTQIAN+' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.5, Lift: 1.41, Suporte: 0.14)

Regra 56: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.38, Lift: 1.41, Suporte: 0.14)

Regra 57: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+' (Confiança: 0.32, Lift: 2.59, Suporte: 0.11)

Regra 58: Se 'Crítica ao Sujeito Universal do Movimento LGBTQIA+' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.92, Lift: 2.59, Suporte: 0.11)

Regra 59: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.29, Lift: 1.05, Suporte: 0.1)

Regra 60: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.37, Lift: 1.05, Suporte: 0.1)

Regra 61: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.18)

Regra 62: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.36, Lift: 1.02, Suporte: 0.18)

Regra 63: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.35, Lift: 1.88, Suporte: 0.12)

Regra 64: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança:

0.67, Lift: 1.88, Suporte: 0.12)

Regra 65: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.15, Suporte: 0.25)

Regra 66: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.41, Lift: 1.15, Suporte: 0.25)

Regra 67: Se '"Rachas" no Sujeito Coletivo' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.11)

Regra 68: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '"Rachas" no Sujeito Coletivo' (Confiança: 0.23, Lift: 2.04, Suporte: 0.11)

Regra 69: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.77, Lift: 1.57, Suporte: 0.24)

Regra 70: Se 'Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.49, Lift: 1.57, Suporte: 0.24)

Regra 71: Se 'Ensaio Teórico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.6, Suporte: 0.15)

Regra 72: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.47, Lift: 1.6, Suporte: 0.15)

Regra 73: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.53, Lift: 0.81, Suporte: 0.17)

Regra 74: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.25, Lift: 0.81, Suporte: 0.17)

Regra 75: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.47, Lift: 1.6, Suporte: 0.15)

Regra 76: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.6, Suporte: 0.15)

Regra 77: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Entrevista' (Confiança: 0.37, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 78: Se 'Entrevista' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.33, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 79: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.33, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 80: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Crítica ao Essencialismo/Política

Identitário' (Confiança: 0.53, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 81: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.5, Lift: 0.94, Suporte: 0.16)

Regra 82: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.29, Lift: 0.94, Suporte: 0.16)

Regra 83: Se 'LBTQIAN+' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.46, Lift: 1.48, Suporte: 0.12)

Regra 84: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.4, Lift: 1.48, Suporte: 0.12)

Regra 85: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.16)

Regra 86: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.32, Lift: 1.02, Suporte: 0.16)

Regra 87: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.08, Suporte: 0.21)

Regra 88: Se 'Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.34, Lift: 1.08, Suporte: 0.21)

Regra 89: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.61, Lift: 1.24, Suporte: 0.18)

Regra 90: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.36, Lift: 1.24, Suporte: 0.18)

Regra 91: Se 'Movimento como Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.64, Lift: 0.97, Suporte: 0.31)

Regra 92: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 0.97, Suporte: 0.31)

Regra 93: Se 'Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.24, Suporte: 0.18)

Regra 94: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.61, Lift: 1.24, Suporte: 0.18)

Regra 95: Se 'Movimento como Identitário' então 'Entrevista' (Confiança: 0.34, Lift: 0.99, Suporte: 0.17)

Regra 96: Se 'Entrevista' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 0.99,

Suporte: 0.17)

Regra 97: Se 'Movimento como Identitário' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.28, Lift: 1.4, Suporte: 0.14)

Regra 98: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.68, Lift: 1.4, Suporte: 0.14)

Regra 99: Se 'Análise de Documentos' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.38, Lift: 0.77, Suporte: 0.12)

Regra 100: Se 'Movimento como Identitário' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.26, Lift: 0.77, Suporte: 0.12)

Regra 101: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 1.0, Suporte: 0.26)

Regra 102: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.49, Lift: 1.0, Suporte: 0.26)

Regra 103: Se 'LBTQIAN+' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.54, Lift: 1.1, Suporte: 0.15)

Regra 104: Se 'Movimento como Identitário' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.3, Lift: 1.1, Suporte: 0.15)

Regra 105: Se 'Movimento como Identitário' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.34, Lift: 1.21, Suporte: 0.17)

Regra 106: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.21, Suporte: 0.17)

Regra 107: Se 'Movimento como Identitário' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.23, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 108: Se 'Recursos Institucionais' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.52, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 109: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.57, Lift: 1.17, Suporte: 0.12)

Regra 110: Se 'Movimento como Identitário' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.26, Lift: 1.17, Suporte: 0.12)

Regra 111: Se 'Movimento como Identitário' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.32, Lift: 1.33, Suporte: 0.16)

Regra 112: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Movimento como

Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 1.33, Suporte: 0.16)

Regra 113: Se 'Movimento como Identitário' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.47, Lift: 0.96, Suporte: 0.23)

Regra 114: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.47, Lift: 0.96, Suporte: 0.23)

Regra 115: Se 'Movimento como Identitário' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 116: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.42, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 117: Se 'Movimento como Identitário' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.21, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 118: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 119: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autoria Interdisciplinar' (Confiança: 0.21, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 120: Se 'Autoria Interdisciplinar' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 121: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.0, Suporte: 0.3)

Regra 122: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.49, Lift: 1.0, Suporte: 0.3)

Regra 123: Se 'Ensaio Teórico' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.29)

Regra 124: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.29)

Regra 125: Se 'Ensaio Teórico' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.57, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)

Regra 126: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.31, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)

Regra 127: Se 'Ensaio Teórico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 128: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança:

0.3, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 129: Se 'Ensaio Teórico' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.61, Lift: 0.99, Suporte: 0.18)

Regra 130: Se 'Único Autor(a)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.29, Lift: 0.99, Suporte: 0.18)

Regra 131: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.48, Lift: 1.39, Suporte: 0.31)

Regra 132: Se 'Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.91, Lift: 1.39, Suporte: 0.31)

Regra 133: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.2)

Regra 134: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.3, Lift: 1.52, Suporte: 0.2)

Regra 135: Se 'Análise de Documentos' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.94, Lift: 1.43, Suporte: 0.31)

Regra 136: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.48, Lift: 1.43, Suporte: 0.31)

Regra 137: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.59, Lift: 0.9, Suporte: 0.31)

Regra 138: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.48, Lift: 0.9, Suporte: 0.31)

Regra 139: Se 'LBTQIAN+' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.73, Lift: 1.11, Suporte: 0.2)

Regra 140: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.3, Lift: 1.11, Suporte: 0.2)

Regra 141: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.8, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 142: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 143: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.67, Lift: 1.02, Suporte: 0.19)

Regra 144: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança:

0.29, Lift: 1.02, Suporte: 0.19)

Regra 145: Se 'Encontros/Semana da Diversidade/Seminários' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.75, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)

Regra 146: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Encontros/Semana da Diversidade/Seminários' (Confiança: 0.19, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)

Regra 147: Se 'Produção de Conteúdo/Informação Online' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 148: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Produção de Conteúdo/Informação Online' (Confiança: 0.16, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 149: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.21, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)

Regra 150: Se 'Recursos Institucionais' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)

Regra 151: Se 'Conquistas/Ações das OMS de Outras Regiões ou Temas' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.11)

Regra 152: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Conquistas/Ações das OMS de Outras Regiões ou Temas' (Confiança: 0.17, Lift: 1.52, Suporte: 0.11)

Regra 153: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.67, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 154: Se 'Pesquisa Qualitativa' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.22, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 155: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.21, Lift: 0.86, Suporte: 0.14)

Regra 156: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.57, Lift: 0.86, Suporte: 0.14)

Regra 157: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.46, Lift: 0.94, Suporte: 0.3)

Regra 158: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.94, Suporte: 0.3)

Regra 159: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.71, Lift: 1.08, Suporte: 0.18)

Regra 160: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)'

(Confiança: 0.27, Lift: 1.08, Suporte: 0.18)

Regra 161: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)

Regra 162: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)

Regra 163: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.73, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 164: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.17, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 165: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.56, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 166: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.16, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 167: Se 'Autoria Interdisciplinar' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.52, Lift: 0.8, Suporte: 0.11)

Regra 168: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autoria Interdisciplinar' (Confiança: 0.17, Lift: 0.8, Suporte: 0.11)

Regra 169: Se 'Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.68, Lift: 1.03, Suporte: 0.42)

Regra 170: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.03, Suporte: 0.42)

Regra 171: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.31, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)

Regra 172: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.57, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)

Regra 173: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 174: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.3, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 175: Se 'Único Autor(a)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.29, Lift: 0.99, Suporte: 0.18)

Regra 176: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Único Autor(a)' (Confiança:

0.61, Lift: 0.99, Suporte: 0.18)

Regra 177: Se 'Análise de Documentos' então 'Entrevista' (Confiança: 0.41, Lift: 1.18, Suporte: 0.14)

Regra 178: Se 'Entrevista' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.39, Lift: 1.18, Suporte: 0.14)

Regra 179: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Entrevista' (Confiança: 0.37, Lift: 1.08, Suporte: 0.2)

Regra 180: Se 'Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.58, Lift: 1.08, Suporte: 0.2)

Regra 181: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.4, Lift: 1.18, Suporte: 0.2)

Regra 182: Se 'Entrevista' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.58, Lift: 1.18, Suporte: 0.2)

Regra 183: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.5, Lift: 1.45, Suporte: 0.12)

Regra 184: Se 'Entrevista' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.45, Suporte: 0.12)

Regra 185: Se 'Único Autor(a)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.34, Lift: 0.99, Suporte: 0.21)

Regra 186: Se 'Entrevista' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.61, Lift: 0.99, Suporte: 0.21)

Regra 187: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 188: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.2, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 189: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.53, Lift: 0.86, Suporte: 0.1)

Regra 190: Se 'Único Autor(a)' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.17, Lift: 0.86, Suporte: 0.1)

Regra 191: Se 'Análise de Documentos' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.66, Lift: 1.24, Suporte: 0.22)

Regra 192: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.41, Lift: 1.24, Suporte: 0.22)

Regra 193: Se 'Análise de Documentos' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)'

(Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.17)

Regra 194: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.34, Lift: 1.02, Suporte: 0.17)

Regra 195: Se 'Análise de Documentos' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.41, Lift: 1.62, Suporte: 0.14)

Regra 196: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.54, Lift: 1.62, Suporte: 0.14)

Regra 197: Se 'Análise de Documentos' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.59, Lift: 0.97, Suporte: 0.2)

Regra 198: Se 'Único Autor(a)' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.32, Lift: 0.97, Suporte: 0.2)

Regra 199: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.41, Lift: 1.46, Suporte: 0.22)

Regra 200: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.78, Lift: 1.46, Suporte: 0.22)

Regra 201: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.27, Lift: 1.25, Suporte: 0.15)

Regra 202: Se 'Recursos Institucionais' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.15)

Regra 203: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.62, Lift: 1.17, Suporte: 0.14)

Regra 204: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.25, Lift: 1.17, Suporte: 0.14)

Regra 205: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.31, Lift: 1.31, Suporte: 0.17)

Regra 206: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.7, Lift: 1.31, Suporte: 0.17)

Regra 207: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.31)

Regra 208: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.64, Lift: 1.2, Suporte: 0.31)

Regra 209: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)'

(Confiança: 0.29, Lift: 1.18, Suporte: 0.16)

Regra 210: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.62, Lift: 1.18, Suporte: 0.16)

Regra 211: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.15)

Regra 212: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.27, Lift: 1.25, Suporte: 0.15)

Regra 213: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 214: Se 'Legislativos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.83, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 215: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 216: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.2, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 217: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.2, Lift: 1.05, Suporte: 0.1)

Regra 218: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.56, Lift: 1.05, Suporte: 0.1)

Regra 219: Se 'Autoria Interdisciplinar' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.52, Lift: 0.99, Suporte: 0.11)

Regra 220: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autoria Interdisciplinar' (Confiança: 0.22, Lift: 0.99, Suporte: 0.11)

Regra 221: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.61, Lift: 0.99, Suporte: 0.32)

Regra 222: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 0.99, Suporte: 0.32)

Regra 223: Se 'LBTQIAN+' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.42, Lift: 2.71, Suporte: 0.11)

Regra 224: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.73, Lift: 2.71, Suporte: 0.11)

Regra 225: Se 'LBTQIAN+' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.0, Suporte: 0.17)

Regra 226: Se 'Único Autor(a)' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.27, Lift: 1.0, Suporte: 0.17)

Regra 227: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.52, Lift: 2.37, Suporte: 0.15)

Regra 228: Se 'Recursos Institucionais' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.67, Lift: 2.37, Suporte: 0.15)

Regra 229: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.62, Lift: 2.2, Suporte: 0.14)

Regra 230: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.48, Lift: 2.2, Suporte: 0.14)

Regra 231: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.19)

Regra 232: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.38, Lift: 1.36, Suporte: 0.19)

Regra 233: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.42, Lift: 1.48, Suporte: 0.1)

Regra 234: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.48, Suporte: 0.1)

Regra 235: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.48, Lift: 1.69, Suporte: 0.1)

Regra 236: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.69, Suporte: 0.1)

Regra 237: Se 'Único Autor(a)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.29, Lift: 1.02, Suporte: 0.18)

Regra 238: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.02, Suporte: 0.18)

Regra 239: Se 'Encontros/Semana da Diversidade/Seminários' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.69, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 240: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Encontros/Semana da Diversidade/Seminários' (Confiança: 0.23, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 241: Se 'Encontros/Semana da Diversidade/Seminários' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.69, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 242: Se 'Único Autor(a)' então 'Encontros/Semana da Diversidade/Seminários'

(Confiança: 0.19, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 243: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.62, Lift: 2.83, Suporte: 0.14)

Regra 244: Se 'Recursos Institucionais' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.62, Lift: 2.83, Suporte: 0.14)

Regra 245: Se 'Recursos Institucionais' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.95, Lift: 1.95, Suporte: 0.21)

Regra 246: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.43, Lift: 1.95, Suporte: 0.21)

Regra 247: Se 'Único Autor(a)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.22, Lift: 1.01, Suporte: 0.14)

Regra 248: Se 'Recursos Institucionais' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.01, Suporte: 0.14)

Regra 249: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.81, Lift: 1.65, Suporte: 0.18)

Regra 250: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.36, Lift: 1.65, Suporte: 0.18)

Regra 251: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 1.15, Suporte: 0.14)

Regra 252: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.28, Lift: 1.15, Suporte: 0.14)

Regra 253: Se 'Único Autor(a)' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.25, Lift: 1.06, Suporte: 0.16)

Regra 254: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.65, Lift: 1.06, Suporte: 0.16)

Regra 255: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.17)

Regra 256: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.36, Suporte: 0.17)

Regra 257: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.76, Lift: 1.56, Suporte: 0.17)

Regra 258: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Legislativos Parceiros (Fed.,

Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.56, Suporte: 0.17)

Regra 259: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.83, Lift: 1.7, Suporte: 0.16)

Regra 260: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.32, Lift: 1.7, Suporte: 0.16)

Regra 261: Se 'Autoria Interdisciplinar' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 262: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autoria Interdisciplinar' (Confiança: 0.23, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 263: Se 'Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.49, Lift: 1.0, Suporte: 0.3)

Regra 264: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.0, Suporte: 0.3)

Regra 265: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.19)

Regra 266: Se 'Único Autor(a)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.31, Lift: 1.22, Suporte: 0.19)

Regra 267: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.01, Suporte: 0.14)

Regra 268: Se 'Único Autor(a)' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.01, Suporte: 0.14)

Regra 269: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 1.0, Lift: 1.63, Suporte: 0.16)

Regra 270: Se 'Único Autor(a)' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.25, Lift: 1.63, Suporte: 0.16)

Regra 271: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.72, Lift: 1.18, Suporte: 0.14)

Regra 272: Se 'Único Autor(a)' então 'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.22, Lift: 1.18, Suporte: 0.14)

Regra 273: Se 'Movimento como Identitário, Articulação com Outras Bandeiras' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.81, Lift: 1.24, Suporte: 0.14)

Regra 274: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com

Outras Bandeiras' (Confiança: 0.43, Lift: 1.54, Suporte: 0.14)

Regra 275: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 1.33, Suporte: 0.14)

Regra 276: Se 'Movimento como Identitário' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.28, Lift: 1.33, Suporte: 0.14)

Regra 277: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.48, Lift: 1.54, Suporte: 0.14)

Regra 278: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.21, Lift: 1.24, Suporte: 0.14)

Regra 279: Se 'Movimento como Identitário, Articulação com Outras Bandeiras' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 280: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.41, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 281: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.75, Lift: 1.53, Suporte: 0.12)

Regra 282: Se 'Movimento como Identitário' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Único Autor(a)' (Confiança: 0.26, Lift: 1.53, Suporte: 0.12)

Regra 283: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 284: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 285: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.5, Lift: 1.45, Suporte: 0.1)

Regra 286: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.83, Lift: 1.27, Suporte: 0.1)

Regra 287: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.33, Lift: 1.19, Suporte: 0.1)

Regra 288: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.37, Lift: 1.19, Suporte: 0.1)

Regra 289: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Entrevista' (Confiança: 0.16, Lift: 1.27, Suporte: 0.1)

Regra 290: Se 'Entrevista' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa'

(Confiança: 0.3, Lift: 1.45, Suporte: 0.1)

Regra 291: Se 'Análise de Documentos, Articulação com Outras Bandeiras' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.92, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 292: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.37, Lift: 1.3, Suporte: 0.11)

Regra 293: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.55, Lift: 1.65, Suporte: 0.11)

Regra 294: Se 'Análise de Documentos' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.34, Lift: 1.65, Suporte: 0.11)

Regra 295: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.41, Lift: 1.3, Suporte: 0.11)

Regra 296: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.17, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 297: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.67, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 298: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.5, Lift: 0.94, Suporte: 0.1)

Regra 299: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.33, Lift: 1.19, Suporte: 0.1)

Regra 300: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.37, Lift: 1.19, Suporte: 0.1)

Regra 301: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.2, Lift: 0.94, Suporte: 0.1)

Regra 302: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.16, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 303: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.75, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)

Regra 304: Se 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.6, Lift: 0.98, Suporte: 0.12)

Regra 305: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras' (Confiança: 0.3, Lift: 1.07, Suporte: 0.12)

Regra 306: Se 'Articulação com Outras Bandeiras' então 'Único Autor(a), Pesquisa

Qualitativa' (Confiança: 0.44, Lift: 1.07, Suporte: 0.12)

Regra 307: Se 'Único Autor(a)' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.2, Lift: 0.98, Suporte: 0.12)

Regra 308: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Articulação com Outras Bandeiras, Único Autor(a)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)

Regra 309: Se 'LBTQIAN+, Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.77, Lift: 1.17, Suporte: 0.1)

Regra 310: Se 'LBTQIAN+, Pesquisa Qualitativa' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.53, Lift: 2.41, Suporte: 0.1)

Regra 311: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.67, Lift: 2.46, Suporte: 0.1)

Regra 312: Se 'LBTQIAN+' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.38, Lift: 2.46, Suporte: 0.1)

Regra 313: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'LBTQIAN+, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.48, Lift: 2.41, Suporte: 0.1)

Regra 314: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+, Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.16, Lift: 1.17, Suporte: 0.1)

Regra 315: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.79, Lift: 1.2, Suporte: 0.11)

Regra 316: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Pesquisa Qualitativa' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.73, Lift: 4.69, Suporte: 0.11)

Regra 317: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo), Pesquisa Qualitativa' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.92, Lift: 4.19, Suporte: 0.11)

Regra 318: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.52, Lift: 4.19, Suporte: 0.11)

Regra 319: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.73, Lift: 4.69, Suporte: 0.11)

Regra 320: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.2, Suporte: 0.11)

Regra 321: Se 'LBTQIAN+, Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.91, Lift: 4.16, Suporte: 0.1)

Regra 322: Se 'LBTQIAN+, Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'Análise

Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.77, Lift: 4.92, Suporte: 0.1)

Regra 323: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.71, Lift: 2.64, Suporte: 0.1)

Regra 324: Se 'LBTQIAN+' então 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões), Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.38, Lift: 2.64, Suporte: 0.1)

Regra 325: Se 'Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' então 'LBTQIAN+', Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' (Confiança: 0.67, Lift: 4.92, Suporte: 0.1)

Regra 326: Se 'Análise Interseccional dos Conflitos (Opressões)' então 'LBTQIAN+', Análise Interseccional (Sujeito Coletivo)' (Confiança: 0.48, Lift: 4.16, Suporte: 0.1)

Regra 327: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.73, Lift: 2.33, Suporte: 0.17)

Regra 328: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.89, Lift: 1.82, Suporte: 0.17)

Regra 329: Se 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.7, Lift: 1.96, Suporte: 0.17)

Regra 330: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.47, Lift: 1.96, Suporte: 0.17)

Regra 331: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.34, Lift: 1.82, Suporte: 0.17)

Regra 332: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.53, Lift: 2.33, Suporte: 0.17)

Regra 333: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 334: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.56, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 335: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.63, Lift: 1.76, Suporte: 0.1)

Regra 336: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.29, Lift: 1.76, Suporte: 0.1)

Regra 337: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.16, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 338: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos

Internos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.33, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 339: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.56, Lift: 1.13, Suporte: 0.1)

Regra 340: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 341: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.67, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 342: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 343: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 344: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.21, Lift: 1.13, Suporte: 0.1)

Regra 345: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.6, Suporte: 0.12)

Regra 346: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.08, Suporte: 0.12)

Regra 347: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.6, Lift: 1.69, Suporte: 0.12)

Regra 348: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.35, Lift: 1.69, Suporte: 0.12)

Regra 349: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.2, Lift: 1.08, Suporte: 0.12)

Regra 350: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.4, Lift: 1.6, Suporte: 0.12)

Regra 351: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.77, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 352: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.45, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 353: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.59, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 354: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Ensaio Teórico, Movimento como

Identitário' (Confiança: 0.29, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 355: Se 'Ensaio Teórico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 356: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico' (Confiança: 0.21, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 357: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.55, Lift: 0.83, Suporte: 0.12)

Regra 358: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.57, Lift: 1.17, Suporte: 0.12)

Regra 359: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.4, Lift: 1.13, Suporte: 0.12)

Regra 360: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.35, Lift: 1.13, Suporte: 0.12)

Regra 361: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.26, Lift: 1.17, Suporte: 0.12)

Regra 362: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.19, Lift: 0.83, Suporte: 0.12)

Regra 363: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.45, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 364: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.77, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 365: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.59, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 366: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 367: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 368: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 369: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.75, Lift: 1.53, Suporte: 0.12)

Regra 370: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então

'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.55, Lift: 1.03, Suporte: 0.12)

Regra 371: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.48, Lift: 1.36, Suporte: 0.12)

Regra 372: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.35, Lift: 1.36, Suporte: 0.12)

Regra 373: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.24, Lift: 1.03, Suporte: 0.12)

Regra 374: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.26, Lift: 1.53, Suporte: 0.12)

Regra 375: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.55, Lift: 1.11, Suporte: 0.12)

Regra 376: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.71, Lift: 1.44, Suporte: 0.12)

Regra 377: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.55, Lift: 1.54, Suporte: 0.12)

Regra 378: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.35, Lift: 1.54, Suporte: 0.12)

Regra 379: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.26, Lift: 1.44, Suporte: 0.12)

Regra 380: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.26, Lift: 1.11, Suporte: 0.12)

Regra 381: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.68, Lift: 1.11, Suporte: 0.16)

Regra 382: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.62, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 383: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.52, Lift: 1.46, Suporte: 0.16)

Regra 384: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.46, Suporte: 0.16)

Regra 385: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 386: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como

Identitário' (Confiança: 0.25, Lift: 1.11, Suporte: 0.16)

Regra 387: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.14)

Regra 388: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.14)

Regra 389: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.46, Lift: 1.31, Suporte: 0.14)

Regra 390: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.38, Lift: 1.31, Suporte: 0.14)

Regra 391: Se 'Ensaio Teórico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.46, Lift: 3.43, Suporte: 0.14)

Regra 392: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico' (Confiança: 0.46, Lift: 3.43, Suporte: 0.14)

Regra 393: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.71, Lift: 2.08, Suporte: 0.16)

Regra 394: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.16)

Regra 395: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.5, Lift: 1.41, Suporte: 0.16)

Regra 396: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.44, Lift: 1.41, Suporte: 0.16)

Regra 397: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Entrevista' (Confiança: 0.24, Lift: 1.52, Suporte: 0.16)

Regra 398: Se 'Entrevista' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.45, Lift: 2.08, Suporte: 0.16)

Regra 399: Se 'LBTQIAN+, Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.77, Lift: 1.17, Suporte: 0.1)

Regra 400: Se 'LBTQIAN+, Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.53, Lift: 1.49, Suporte: 0.1)

Regra 401: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.48, Lift: 1.76, Suporte: 0.1)

Regra 402: Se 'LBTQIAN+' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa'

(Confiança: 0.38, Lift: 1.76, Suporte: 0.1)

Regra 403: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'LBTQIAN+, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.29, Lift: 1.49, Suporte: 0.1)

Regra 404: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+, Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.16, Lift: 1.17, Suporte: 0.1)

Regra 405: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 406: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.59, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 407: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.34, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 408: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.29, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 409: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.16, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 410: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.21, Lift: 0.97, Suporte: 0.1)

Regra 411: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.95, Suporte: 0.16)

Regra 412: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.16, Suporte: 0.16)

Regra 413: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.38, Lift: 1.06, Suporte: 0.16)

Regra 414: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.44, Lift: 1.06, Suporte: 0.16)

Regra 415: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.25, Lift: 1.16, Suporte: 0.16)

Regra 416: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.24, Lift: 0.95, Suporte: 0.16)

Regra 417: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.69, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 418: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então

'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.65, Lift: 1.22, Suporte: 0.11)

Regra 419: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.37, Lift: 1.04, Suporte: 0.11)

Regra 420: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.04, Suporte: 0.11)

Regra 421: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.22, Suporte: 0.11)

Regra 422: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.23, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 423: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 424: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.5, Lift: 0.94, Suporte: 0.12)

Regra 425: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.39, Lift: 1.09, Suporte: 0.12)

Regra 426: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.35, Lift: 1.09, Suporte: 0.12)

Regra 427: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.24, Lift: 0.94, Suporte: 0.12)

Regra 428: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 429: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ciência/Academia Parceiro' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.83, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 430: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.59, Lift: 3.14, Suporte: 0.1)

Regra 431: Se 'Ciência/Academia Parceiro, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.67, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 432: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Ciência/Academia Parceiro, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 433: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.56, Lift: 3.14, Suporte: 0.1)

Regra 434: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos,

Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.21, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 435: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 436: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.88, Lift: 1.44, Suporte: 0.16)

Regra 437: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.52, Lift: 1.46, Suporte: 0.16)

Regra 438: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.46, Suporte: 0.16)

Regra 439: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.25, Lift: 1.44, Suporte: 0.16)

Regra 440: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 441: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ciência/Academia Parceiro' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.83, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 442: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.42, Lift: 2.22, Suporte: 0.1)

Regra 443: Se 'Ciência/Academia Parceiro, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.77, Lift: 2.17, Suporte: 0.1)

Regra 444: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Ciência/Academia Parceiro, Único Autor(a)' (Confiança: 0.29, Lift: 2.17, Suporte: 0.1)

Regra 445: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.56, Lift: 2.22, Suporte: 0.1)

Regra 446: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.17, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 447: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 2.07, Suporte: 0.11)

Regra 448: Se 'Ensaio Teórico, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.79, Lift: 1.6, Suporte: 0.11)

Regra 449: Se 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.48, Lift: 1.64, Suporte: 0.11)

Regra 450: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Crítica ao

Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.39, Lift: 1.64, Suporte: 0.11)

Regra 451: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.23, Lift: 1.6, Suporte: 0.11)

Regra 452: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.37, Lift: 2.07, Suporte: 0.11)

Regra 453: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.52, Lift: 0.8, Suporte: 0.12)

Regra 454: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.75, Lift: 1.53, Suporte: 0.12)

Regra 455: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.4, Lift: 1.28, Suporte: 0.12)

Regra 456: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.4, Lift: 1.28, Suporte: 0.12)

Regra 457: Se 'Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.26, Lift: 1.53, Suporte: 0.12)

Regra 458: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.19, Lift: 0.8, Suporte: 0.12)

Regra 459: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.64, Suporte: 0.11)

Regra 460: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.79, Lift: 1.6, Suporte: 0.11)

Regra 461: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 2.07, Suporte: 0.11)

Regra 462: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.37, Lift: 2.07, Suporte: 0.11)

Regra 463: Se 'Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.6, Suporte: 0.11)

Regra 464: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.39, Lift: 1.64, Suporte: 0.11)

Regra 465: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.8, Lift: 1.63, Suporte: 0.12)

Regra 466: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.52, Lift: 0.98, Suporte: 0.12)

Regra 467: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.48, Lift: 1.54, Suporte: 0.12)

Regra 468: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.4, Lift: 1.54, Suporte: 0.12)

Regra 469: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.24, Lift: 0.98, Suporte: 0.12)

Regra 470: Se 'Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.26, Lift: 1.63, Suporte: 0.12)

Regra 471: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 1.07, Suporte: 0.12)

Regra 472: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.8, Lift: 1.63, Suporte: 0.12)

Regra 473: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.55, Lift: 1.75, Suporte: 0.12)

Regra 474: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.4, Lift: 1.75, Suporte: 0.12)

Regra 475: Se 'Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.26, Lift: 1.63, Suporte: 0.12)

Regra 476: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.26, Lift: 1.07, Suporte: 0.12)

Regra 477: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.65, Lift: 1.06, Suporte: 0.16)

Regra 478: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.75, Lift: 1.53, Suporte: 0.16)

Regra 479: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.52, Lift: 1.66, Suporte: 0.16)

Regra 480: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.66, Suporte: 0.16)

Regra 481: Se 'Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política

Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.53, Suporte: 0.16)

Regra 482: Se 'Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.25, Lift: 1.06, Suporte: 0.16)

Regra 483: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.6, Suporte: 0.15)

Regra 484: Se 'Ensaio Teórico, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 485: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 486: Se 'Ensaio Teórico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.5, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 487: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 488: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.47, Lift: 1.6, Suporte: 0.15)

Regra 489: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.69, Lift: 2.0, Suporte: 0.11)

Regra 490: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.11)

Regra 491: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.37, Lift: 1.17, Suporte: 0.11)

Regra 492: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.37, Lift: 1.17, Suporte: 0.11)

Regra 493: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Entrevista' (Confiança: 0.17, Lift: 1.52, Suporte: 0.11)

Regra 494: Se 'Entrevista' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.33, Lift: 2.0, Suporte: 0.11)

Regra 495: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Etnografia/Observação Participante' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 496: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.63, Lift: 3.16, Suporte: 0.1)

Regra 497: Se 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao

Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.53, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 498: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.33, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 499: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.53, Lift: 3.16, Suporte: 0.1)

Regra 500: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.16, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 501: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.6, Lift: 0.91, Suporte: 0.12)

Regra 502: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 503: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.3, Lift: 0.96, Suporte: 0.12)

Regra 504: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.4, Lift: 0.96, Suporte: 0.12)

Regra 505: Se 'Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 506: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.19, Lift: 0.91, Suporte: 0.12)

Regra 507: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 508: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.73, Lift: 1.38, Suporte: 0.11)

Regra 509: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.37, Lift: 1.17, Suporte: 0.11)

Regra 510: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.17, Suporte: 0.11)

Regra 511: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.38, Suporte: 0.11)

Regra 512: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.23, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 513: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então

'Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 514: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.5, Lift: 0.94, Suporte: 0.1)

Regra 515: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.32, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 516: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 517: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.2, Lift: 0.94, Suporte: 0.1)

Regra 518: Se 'Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.17, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 519: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.55, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 520: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 521: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.38, Lift: 1.21, Suporte: 0.11)

Regra 522: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.21, Suporte: 0.11)

Regra 523: Se 'Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 524: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 525: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 526: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.61, Lift: 1.24, Suporte: 0.18)

Regra 527: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 528: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.61, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 529: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura

(Texto Teórico)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.24, Suporte: 0.18)

Regra 530: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.61, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 531: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.63, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 532: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.59, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 533: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.4, Lift: 1.37, Suporte: 0.1)

Regra 534: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.36, Lift: 1.37, Suporte: 0.1)

Regra 535: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.2, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 536: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.21, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 537: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 538: Se 'Ensaio Teórico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.71, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 539: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.45, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 540: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 541: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 542: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 543: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.53, Lift: 1.55, Suporte: 0.17)

Regra 544: Se 'Movimento como Identitário, Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.17)

Regra 545: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Movimento como Identitário'

(Confiança: 0.53, Lift: 1.09, Suporte: 0.17)

Regra 546: Se 'Movimento como Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.34, Lift: 1.09, Suporte: 0.17)

Regra 547: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Entrevista' (Confiança: 0.25, Lift: 1.52, Suporte: 0.17)

Regra 548: Se 'Entrevista' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.48, Lift: 1.55, Suporte: 0.17)

Regra 549: Se 'Movimento como Identitário, Etnografia/Observação Participante' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.14)

Regra 550: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.43, Lift: 2.19, Suporte: 0.14)

Regra 551: Se 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.68, Lift: 1.4, Suporte: 0.14)

Regra 552: Se 'Movimento como Identitário' então 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.28, Lift: 1.4, Suporte: 0.14)

Regra 553: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.68, Lift: 2.19, Suporte: 0.14)

Regra 554: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.21, Lift: 1.52, Suporte: 0.14)

Regra 555: Se 'Análise de Documentos, Movimento como Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.12)

Regra 556: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.4, Lift: 0.82, Suporte: 0.12)

Regra 557: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.4, Lift: 1.2, Suporte: 0.12)

Regra 558: Se 'Análise de Documentos' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.38, Lift: 1.2, Suporte: 0.12)

Regra 559: Se 'Movimento como Identitário' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.26, Lift: 0.82, Suporte: 0.12)

Regra 560: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.19, Lift: 1.52, Suporte: 0.12)

Regra 561: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa

Qualitativa' (Confiança: 0.6, Lift: 0.91, Suporte: 0.16)

Regra 562: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.5, Lift: 0.94, Suporte: 0.16)

Regra 563: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.16)

Regra 564: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.32, Lift: 1.02, Suporte: 0.16)

Regra 565: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.29, Lift: 0.94, Suporte: 0.16)

Regra 566: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.24, Lift: 0.91, Suporte: 0.16)

Regra 567: Se 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.69, Lift: 1.05, Suporte: 0.11)

Regra 568: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.37, Lift: 1.3, Suporte: 0.11)

Regra 569: Se 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.61, Lift: 1.25, Suporte: 0.11)

Regra 570: Se 'Movimento como Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.23, Lift: 1.25, Suporte: 0.11)

Regra 571: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.41, Lift: 1.3, Suporte: 0.11)

Regra 572: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.17, Lift: 1.05, Suporte: 0.11)

Regra 573: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.4, Lift: 0.82, Suporte: 0.12)

Regra 574: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.55, Lift: 0.83, Suporte: 0.12)

Regra 575: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.41, Lift: 0.85, Suporte: 0.12)

Regra 576: Se 'Movimento como Identitário' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.26, Lift: 0.85, Suporte: 0.12)

Regra 577: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Executivos

Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 0.83, Suporte: 0.12)

Regra 578: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.26, Lift: 0.82, Suporte: 0.12)

Regra 579: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.69, Lift: 1.05, Suporte: 0.21)

Regra 580: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.08, Suporte: 0.21)

Regra 581: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.21)

Regra 582: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.43, Lift: 1.02, Suporte: 0.21)

Regra 583: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.34, Lift: 1.08, Suporte: 0.21)

Regra 584: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.05, Suporte: 0.21)

Regra 585: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.4, Lift: 1.37, Suporte: 0.1)

Regra 586: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.59, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 587: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.63, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 588: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 589: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 590: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.36, Lift: 1.37, Suporte: 0.1)

Regra 591: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 592: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.45, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 593: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est.,

Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.71, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 594: Se 'Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 595: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 596: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 597: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.41, Lift: 1.2, Suporte: 0.12)

Regra 598: Se 'Movimento como Identitário, Entrevista' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 599: Se 'Único Autor(a), Entrevista' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.6, Lift: 1.23, Suporte: 0.12)

Regra 600: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.26, Lift: 1.23, Suporte: 0.12)

Regra 601: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Entrevista' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 602: Se 'Entrevista' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.2, Suporte: 0.12)

Regra 603: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.48, Lift: 1.71, Suporte: 0.12)

Regra 604: Se 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.75, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)

Regra 605: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.57, Lift: 1.17, Suporte: 0.12)

Regra 606: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.26, Lift: 1.17, Suporte: 0.12)

Regra 607: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.24, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)

Regra 608: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.44, Lift: 1.71, Suporte: 0.12)

Regra 609: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos

Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.6, Lift: 1.23, Suporte: 0.16)

Regra 610: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.68, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 611: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.16)

Regra 612: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.02, Suporte: 0.16)

Regra 613: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.28, Suporte: 0.16)

Regra 614: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.32, Lift: 1.23, Suporte: 0.16)

Regra 615: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.68, Lift: 1.11, Suporte: 0.18)

Regra 616: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.59, Lift: 1.1, Suporte: 0.18)

Regra 617: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.55, Lift: 1.12, Suporte: 0.18)

Regra 618: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.12, Suporte: 0.18)

Regra 619: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.1, Suporte: 0.18)

Regra 620: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.29, Lift: 1.11, Suporte: 0.18)

Regra 621: Se 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 622: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.45, Lift: 1.62, Suporte: 0.1)

Regra 623: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.56, Lift: 1.13, Suporte: 0.1)

Regra 624: Se 'Movimento como Identitário' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.13, Suporte: 0.1)

Regra 625: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário,

Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.62, Suporte: 0.1)

Regra 626: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.21, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 627: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.41, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 628: Se 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 629: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.71, Lift: 1.44, Suporte: 0.12)

Regra 630: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.26, Lift: 1.44, Suporte: 0.12)

Regra 631: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 632: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 633: Se 'Movimento como Identitário, Recursos Institucionais' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.11)

Regra 634: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.5, Lift: 2.29, Suporte: 0.11)

Regra 635: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.55, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 636: Se 'Movimento como Identitário' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 637: Se 'Recursos Institucionais' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 2.29, Suporte: 0.11)

Regra 638: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Recursos Institucionais' (Confiança: 0.23, Lift: 2.04, Suporte: 0.11)

Regra 639: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Movimento como Identitário' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.83, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 640: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 641: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então

'(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.45, Lift: 2.08, Suporte: 0.1)

Regra 642: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 2.08, Suporte: 0.1)

Regra 643: Se 'Movimento como Identitário' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 644: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.21, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 645: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.38, Lift: 1.58, Suporte: 0.11)

Regra 646: Se 'Movimento como Identitário, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 647: Se 'Único Autor(a), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.73, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 648: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.23, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 649: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.19, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 650: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.58, Suporte: 0.11)

Regra 651: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.55, Lift: 1.13, Suporte: 0.17)

Regra 652: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.18, Suporte: 0.17)

Regra 653: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.55, Lift: 1.13, Suporte: 0.17)

Regra 654: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.13, Suporte: 0.17)

Regra 655: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.27, Lift: 1.18, Suporte: 0.17)

Regra 656: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.13, Suporte: 0.17)

Regra 657: Se 'Movimento como Identitário, Partidos Políticos Parceiros' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 1.0, Lift: 1.63, Suporte: 0.1)

Regra 658: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.34, Lift: 2.21, Suporte: 0.1)

Regra 659: Se 'Partidos Políticos Parceiros, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 660: Se 'Movimento como Identitário' então 'Partidos Políticos Parceiros, Único Autor(a)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 661: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 2.21, Suporte: 0.1)

Regra 662: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.17, Lift: 1.63, Suporte: 0.1)

Regra 663: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.17)

Regra 664: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.57, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)

Regra 665: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.17)

Regra 666: Se 'Ensaio Teórico' então 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.57, Lift: 3.43, Suporte: 0.17)

Regra 667: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.31, Lift: 1.08, Suporte: 0.17)

Regra 668: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.57, Lift: 3.43, Suporte: 0.17)

Regra 669: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 670: Se 'Ensaio Teórico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 671: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 672: Se 'Ensaio Teórico' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 673: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Executivos

Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 3.43, Suporte: 0.15)

Regra 674: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.3, Lift: 1.02, Suporte: 0.15)

Regra 675: Se 'Ensaio Teórico, Único Autor(a)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 676: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.61, Lift: 0.99, Suporte: 0.18)

Regra 677: Se 'Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 678: Se 'Ensaio Teórico' então 'Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.61, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 679: Se 'Único Autor(a)' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.29, Lift: 0.99, Suporte: 0.18)

Regra 680: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.61, Lift: 3.43, Suporte: 0.18)

Regra 681: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 682: Se 'Ensaio Teórico, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.71, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 683: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 0.39, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 684: Se 'Ensaio Teórico' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.43, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 685: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 686: Se 'Único Autor(a)' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 687: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.37, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 688: Se 'Análise de Documentos, Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.85, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 689: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Análise de Documentos' (Confiança:

0.37, Lift: 1.1, Suporte: 0.11)

Regra 690: Se 'Análise de Documentos' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.34, Lift: 1.1, Suporte: 0.11)

Regra 691: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, Entrevista' (Confiança: 0.17, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 692: Se 'Entrevista' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.33, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 693: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.53, Lift: 1.55, Suporte: 0.17)

Regra 694: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.84, Lift: 1.28, Suporte: 0.17)

Regra 695: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 1.0, Suporte: 0.17)

Regra 696: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.31, Lift: 1.0, Suporte: 0.17)

Regra 697: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' (Confiança: 0.25, Lift: 1.28, Suporte: 0.17)

Regra 698: Se 'Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.48, Lift: 1.55, Suporte: 0.17)

Regra 699: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.59, Lift: 1.71, Suporte: 0.18)

Regra 700: Se 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.89, Lift: 1.36, Suporte: 0.18)

Regra 701: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 1.16, Suporte: 0.18)

Regra 702: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.36, Lift: 1.16, Suporte: 0.18)

Regra 703: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.27, Lift: 1.36, Suporte: 0.18)

Regra 704: Se 'Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 1.71, Suporte: 0.18)

Regra 705: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' então

'Entrevista' (Confiança: 0.65, Lift: 1.88, Suporte: 0.11)

Regra 706: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.92, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 707: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.47, Suporte: 0.11)

Regra 708: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.46, Lift: 1.47, Suporte: 0.11)

Regra 709: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Entrevista' (Confiança: 0.17, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 710: Se 'Entrevista' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.33, Lift: 1.88, Suporte: 0.11)

Regra 711: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.47, Lift: 1.38, Suporte: 0.2)

Regra 712: Se 'Único Autor(a), Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.95, Lift: 1.45, Suporte: 0.2)

Regra 713: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.03, Suporte: 0.2)

Regra 714: Se 'Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.32, Lift: 1.03, Suporte: 0.2)

Regra 715: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.3, Lift: 1.45, Suporte: 0.2)

Regra 716: Se 'Entrevista' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.58, Lift: 1.38, Suporte: 0.2)

Regra 717: Se 'Etnografia/Observação Participante, LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 718: Se 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 719: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.33, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 720: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.53, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 721: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa

Qualitativa' (Confiança: 0.2, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 722: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Etnografia/Observação Participante, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.16, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 723: Se 'Etnografia/Observação Participante, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 724: Se 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.53, Lift: 0.86, Suporte: 0.1)

Regra 725: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Etnografia/Observação Participante' (Confiança: 0.25, Lift: 1.26, Suporte: 0.1)

Regra 726: Se 'Etnografia/Observação Participante' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.53, Lift: 1.26, Suporte: 0.1)

Regra 727: Se 'Único Autor(a)' então 'Etnografia/Observação Participante, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.17, Lift: 0.86, Suporte: 0.1)

Regra 728: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Etnografia/Observação Participante, Único Autor(a)' (Confiança: 0.16, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 729: Se 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.9, Lift: 1.38, Suporte: 0.2)

Regra 730: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.63, Lift: 1.19, Suporte: 0.2)

Regra 731: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.63, Lift: 1.9, Suporte: 0.2)

Regra 732: Se 'Análise de Documentos' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.59, Lift: 1.9, Suporte: 0.2)

Regra 733: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.37, Lift: 1.19, Suporte: 0.2)

Regra 734: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.3, Lift: 1.38, Suporte: 0.2)

Regra 735: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.47, Lift: 0.95, Suporte: 0.15)

Regra 736: Se 'Análise de Documentos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.88, Lift: 1.33, Suporte: 0.15)

Regra 737: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise

de Documentos' (Confiança: 0.48, Lift: 1.45, Suporte: 0.15)

Regra 738: Se 'Análise de Documentos' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.45, Suporte: 0.15)

Regra 739: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.33, Suporte: 0.15)

Regra 740: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.3, Lift: 0.95, Suporte: 0.15)

Regra 741: Se 'Análise de Documentos, Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.92, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)

Regra 742: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.4, Lift: 1.6, Suporte: 0.12)

Regra 743: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.71, Lift: 2.12, Suporte: 0.12)

Regra 744: Se 'Análise de Documentos' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.38, Lift: 2.12, Suporte: 0.12)

Regra 745: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.5, Lift: 1.6, Suporte: 0.12)

Regra 746: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.41, Suporte: 0.12)

Regra 747: Se 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.95, Lift: 1.44, Suporte: 0.19)

Regra 748: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.6, Lift: 0.98, Suporte: 0.19)

Regra 749: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.45, Lift: 1.35, Suporte: 0.19)

Regra 750: Se 'Análise de Documentos' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.56, Lift: 1.35, Suporte: 0.19)

Regra 751: Se 'Único Autor(a)' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.31, Lift: 0.98, Suporte: 0.19)

Regra 752: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.44, Suporte: 0.19)

Regra 753: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Pesquisa

Qualitativa' (Confiança: 0.62, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)

Regra 754: Se 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.72, Lift: 1.36, Suporte: 0.14)

Regra 755: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.43, Lift: 1.54, Suporte: 0.14)

Regra 756: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.48, Lift: 1.54, Suporte: 0.14)

Regra 757: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.25, Lift: 1.36, Suporte: 0.14)

Regra 758: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.21, Lift: 0.94, Suporte: 0.14)

Regra 759: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 1.16, Suporte: 0.18)

Regra 760: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.57, Lift: 0.86, Suporte: 0.18)

Regra 761: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.59, Lift: 1.1, Suporte: 0.18)

Regra 762: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.1, Suporte: 0.18)

Regra 763: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.27, Lift: 0.86, Suporte: 0.18)

Regra 764: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.36, Lift: 1.16, Suporte: 0.18)

Regra 765: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.55, Lift: 0.84, Suporte: 0.18)

Regra 766: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.57, Lift: 0.92, Suporte: 0.18)

Regra 767: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.42, Lift: 0.8, Suporte: 0.18)

Regra 768: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.33, Lift: 0.8, Suporte: 0.18)

Regra 769: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa'

(Confiança: 0.29, Lift: 0.92, Suporte: 0.18)

Regra 770: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.27, Lift: 0.84, Suporte: 0.18)

Regra 771: Se 'LBTQIAN+, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.75, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)

Regra 772: Se 'LBTQIAN+, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.03, Suporte: 0.12)

Regra 773: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+' (Confiança: 0.3, Lift: 1.11, Suporte: 0.12)

Regra 774: Se 'LBTQIAN+' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.46, Lift: 1.11, Suporte: 0.12)

Regra 775: Se 'Único Autor(a)' então 'LBTQIAN+, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.2, Lift: 1.03, Suporte: 0.12)

Regra 776: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LBTQIAN+, Único Autor(a)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.14, Suporte: 0.12)

Regra 777: Se 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.12)

Regra 778: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.67, Lift: 1.02, Suporte: 0.12)

Regra 779: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.41, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 780: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 781: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.02, Suporte: 0.12)

Regra 782: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.26, Lift: 1.36, Suporte: 0.12)

Regra 783: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.59, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 784: Se 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.56, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 785: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+'

(Confiança: 0.25, Lift: 0.89, Suporte: 0.1)

Regra 786: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.37, Lift: 0.89, Suporte: 0.1)

Regra 787: Se 'Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.17, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 788: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.16, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 789: Se 'Recursos Institucionais, Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.92, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 790: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.41, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 791: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.6, Lift: 0.91, Suporte: 0.12)

Regra 792: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 0.91, Suporte: 0.12)

Regra 793: Se 'Recursos Institucionais' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 794: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.26, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 795: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 796: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.59, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 797: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.34, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 798: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 799: Se 'Pesquisa Qualitativa' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.16, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 800: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.21, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 801: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Instituições Políticas (Genérico)

Parceiras' (Confiança: 0.25, Lift: 1.04, Suporte: 0.1)

Regra 802: Se 'Único Autor(a), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.67, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 803: Se 'Pesquisa Qualitativa, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.77, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 804: Se 'Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.17, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 805: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.16, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 806: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.43, Lift: 1.04, Suporte: 0.1)

Regra 807: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 808: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.63, Lift: 0.95, Suporte: 0.1)

Regra 809: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.38, Suporte: 0.1)

Regra 810: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.42, Lift: 1.38, Suporte: 0.1)

Regra 811: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.16, Lift: 0.95, Suporte: 0.1)

Regra 812: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 813: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.47, Lift: 0.97, Suporte: 0.2)

Regra 814: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.66, Lift: 1.0, Suporte: 0.2)

Regra 815: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.66, Lift: 1.07, Suporte: 0.2)

Regra 816: Se 'Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.07, Suporte: 0.2)

Regra 817: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est.,

Mun.)' (Confiança: 0.3, Lift: 1.0, Suporte: 0.2)

Regra 818: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.4, Lift: 0.97, Suporte: 0.2)

Regra 819: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.72, Lift: 1.1, Suporte: 0.14)

Regra 820: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.76, Lift: 1.24, Suporte: 0.14)

Regra 821: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.3, Suporte: 0.14)

Regra 822: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.54, Lift: 1.3, Suporte: 0.14)

Regra 823: Se 'Único Autor(a)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.22, Lift: 1.24, Suporte: 0.14)

Regra 824: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.1, Suporte: 0.14)

Regra 825: Se 'Partidos Políticos Parceiros, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.73, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 826: Se 'Partidos Políticos Parceiros, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 1.0, Lift: 1.63, Suporte: 0.11)

Regra 827: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.27, Lift: 1.76, Suporte: 0.11)

Regra 828: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.73, Lift: 1.76, Suporte: 0.11)

Regra 829: Se 'Único Autor(a)' então 'Partidos Políticos Parceiros, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.19, Lift: 1.63, Suporte: 0.11)

Regra 830: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Partidos Políticos Parceiros, Único Autor(a)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.12, Suporte: 0.11)

Regra 831: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.39, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 832: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 833: Se 'Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+

Genérico' (Confiança: 0.71, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 834: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 835: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 836: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.43, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 837: Se 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Entrevista' (Confiança: 0.52, Lift: 1.52, Suporte: 0.11)

Regra 838: Se 'Análise de Documentos, Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.85, Lift: 1.59, Suporte: 0.11)

Regra 839: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.58, Lift: 1.74, Suporte: 0.11)

Regra 840: Se 'Análise de Documentos' então 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' (Confiança: 0.34, Lift: 1.74, Suporte: 0.11)

Regra 841: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Análise de Documentos, Entrevista' (Confiança: 0.22, Lift: 1.59, Suporte: 0.11)

Regra 842: Se 'Entrevista' então 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.33, Lift: 1.52, Suporte: 0.11)

Regra 843: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.4, Lift: 1.16, Suporte: 0.12)

Regra 844: Se 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.63, Lift: 1.19, Suporte: 0.12)

Regra 845: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)

Regra 846: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' (Confiança: 0.26, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)

Regra 847: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.19, Suporte: 0.12)

Regra 848: Se 'Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.16, Suporte: 0.12)

Regra 849: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.35,

Lift: 1.03, Suporte: 0.11)

Regra 850: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.58, Lift: 0.94, Suporte: 0.11)

Regra 851: Se 'Único Autor(a), Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.55, Lift: 1.04, Suporte: 0.11)

Regra 852: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.22, Lift: 1.04, Suporte: 0.11)

Regra 853: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' (Confiança: 0.19, Lift: 0.94, Suporte: 0.11)

Regra 854: Se 'Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.03, Suporte: 0.11)

Regra 855: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.48, Lift: 1.4, Suporte: 0.15)

Regra 856: Se 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.74, Lift: 1.2, Suporte: 0.15)

Regra 857: Se 'Único Autor(a), Entrevista' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.7, Lift: 1.43, Suporte: 0.15)

Regra 858: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.3, Lift: 1.43, Suporte: 0.15)

Regra 859: Se 'Único Autor(a)' então 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.2, Suporte: 0.15)

Regra 860: Se 'Entrevista' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.42, Lift: 1.4, Suporte: 0.15)

Regra 861: Se 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 862: Se 'Análise de Documentos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.69, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 863: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.37, Lift: 1.1, Suporte: 0.11)

Regra 864: Se 'Análise de Documentos' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.1, Suporte: 0.11)

Regra 865: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Análise de Documentos, Executivos Parceiros

(Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 866: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.23, Lift: 1.07, Suporte: 0.11)

Regra 867: Se 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.57, Lift: 0.93, Suporte: 0.12)

Regra 868: Se 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.63, Lift: 1.19, Suporte: 0.12)

Regra 869: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.39, Lift: 1.16, Suporte: 0.12)

Regra 870: Se 'Análise de Documentos' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.38, Lift: 1.16, Suporte: 0.12)

Regra 871: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.19, Suporte: 0.12)

Regra 872: Se 'Único Autor(a)' então 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.2, Lift: 0.93, Suporte: 0.12)

Regra 873: Se 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.53, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 874: Se 'Análise de Documentos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 875: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.34, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 876: Se 'Análise de Documentos' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.31, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 877: Se 'Único Autor(a)' então 'Análise de Documentos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 878: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 879: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.52, Lift: 2.39, Suporte: 0.11)

Regra 880: Se 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.79, Lift: 1.48, Suporte: 0.11)

Regra 881: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais' então 'Parada do Orgulho

LGBTQIA+' (Confiança: 0.79, Lift: 2.79, Suporte: 0.11)

Regra 882: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais' (Confiança: 0.41, Lift: 2.79, Suporte: 0.11)

Regra 883: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.22, Lift: 1.48, Suporte: 0.11)

Regra 884: Se 'Recursos Institucionais' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.52, Lift: 2.39, Suporte: 0.11)

Regra 885: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.77, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 886: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.77, Lift: 1.45, Suporte: 0.1)

Regra 887: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.48, Lift: 2.18, Suporte: 0.1)

Regra 888: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.48, Lift: 2.18, Suporte: 0.1)

Regra 889: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.2, Lift: 1.45, Suporte: 0.1)

Regra 890: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.37, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 891: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.46, Suporte: 0.16)

Regra 892: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.5, Lift: 1.78, Suporte: 0.16)

Regra 893: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.83, Lift: 1.57, Suporte: 0.16)

Regra 894: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.57, Suporte: 0.16)

Regra 895: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.56, Lift: 1.78, Suporte: 0.16)

Regra 896: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.32, Lift: 1.46, Suporte: 0.16)

Regra 897: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Parada do Orgulho

LGBTQIA+' (Confiança: 0.42, Lift: 1.49, Suporte: 0.14)

Regra 898: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.01, Suporte: 0.14)

Regra 899: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.76, Lift: 1.44, Suporte: 0.14)

Regra 900: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.25, Lift: 1.44, Suporte: 0.14)

Regra 901: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.22, Lift: 1.01, Suporte: 0.14)

Regra 902: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.49, Suporte: 0.14)

Regra 903: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.15)

Regra 904: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.47, Lift: 2.13, Suporte: 0.15)

Regra 905: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.7, Lift: 1.32, Suporte: 0.15)

Regra 906: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.27, Lift: 1.32, Suporte: 0.15)

Regra 907: Se 'Recursos Institucionais' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 2.13, Suporte: 0.15)

Regra 908: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais' (Confiança: 0.3, Lift: 2.04, Suporte: 0.15)

Regra 909: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.14)

Regra 910: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.76, Lift: 1.44, Suporte: 0.14)

Regra 911: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.43, Lift: 1.98, Suporte: 0.14)

Regra 912: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.62, Lift: 1.98, Suporte: 0.14)

Regra 913: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao

HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.25, Lift: 1.44, Suporte: 0.14)

Regra 914: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.28, Lift: 2.04, Suporte: 0.14)

Regra 915: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.69, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 916: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.37, Lift: 1.53, Suporte: 0.11)

Regra 917: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.85, Lift: 1.59, Suporte: 0.11)

Regra 918: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.22, Lift: 1.59, Suporte: 0.11)

Regra 919: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.53, Suporte: 0.11)

Regra 920: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.23, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 921: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.32, Lift: 1.35, Suporte: 0.1)

Regra 922: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 923: Se 'Único Autor(a), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 924: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.2, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 925: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' (Confiança: 0.17, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 926: Se 'Instituições Políticas (Genérico) Parceiras' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.43, Lift: 1.35, Suporte: 0.1)

Regra 927: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 928: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.47, Suporte: 0.11)

Regra 929: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est.,

Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.69, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 930: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 931: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.46, Lift: 1.47, Suporte: 0.11)

Regra 932: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 933: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 934: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.63, Lift: 1.18, Suporte: 0.1)

Regra 935: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 936: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.52, Suporte: 0.1)

Regra 937: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.18, Suporte: 0.1)

Regra 938: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.21, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 939: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.58, Lift: 1.19, Suporte: 0.19)

Regra 940: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.6, Lift: 0.98, Suporte: 0.19)

Regra 941: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.62, Lift: 1.17, Suporte: 0.19)

Regra 942: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.35, Lift: 1.17, Suporte: 0.19)

Regra 943: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.31, Lift: 0.98, Suporte: 0.19)

Regra 944: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.38, Lift: 1.19, Suporte: 0.19)

Regra 945: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então

'Único Autor(a)' (Confiança: 0.8, Lift: 1.3, Suporte: 0.12)

Regra 946: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.39, Lift: 1.55, Suporte: 0.12)

Regra 947: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.12)

Regra 948: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.25, Suporte: 0.12)

Regra 949: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.55, Suporte: 0.12)

Regra 950: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.3, Suporte: 0.12)

Regra 951: Se 'Partidos Políticos Parceiros, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 952: Se 'Partidos Políticos Parceiros, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 1.0, Lift: 1.63, Suporte: 0.1)

Regra 953: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Partidos Políticos Parceiros' (Confiança: 0.32, Lift: 2.06, Suporte: 0.1)

Regra 954: Se 'Partidos Políticos Parceiros' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 2.06, Suporte: 0.1)

Regra 955: Se 'Único Autor(a)' então 'Partidos Políticos Parceiros, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.17, Lift: 1.63, Suporte: 0.1)

Regra 956: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Partidos Políticos Parceiros, Único Autor(a)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 957: Se 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.15)

Regra 958: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.78, Lift: 3.56, Suporte: 0.15)

Regra 959: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.7, Lift: 2.49, Suporte: 0.15)

Regra 960: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 2.49, Suporte: 0.15)

Regra 961: Se 'Recursos Institucionais' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos

Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 3.56, Suporte: 0.15)

Regra 962: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.3, Lift: 2.04, Suporte: 0.15)

Regra 963: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.59, Lift: 2.69, Suporte: 0.1)

Regra 964: Se 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.16, Suporte: 0.1)

Regra 965: Se 'Único Autor(a), Recursos Institucionais' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.77, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 966: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a), Recursos Institucionais' (Confiança: 0.37, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 967: Se 'Único Autor(a)' então 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.17, Lift: 1.16, Suporte: 0.1)

Regra 968: Se 'Recursos Institucionais' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.48, Lift: 2.69, Suporte: 0.1)

Regra 969: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.92, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 970: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.71, Lift: 2.51, Suporte: 0.12)

Regra 971: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.67, Lift: 3.05, Suporte: 0.12)

Regra 972: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 3.05, Suporte: 0.12)

Regra 973: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.44, Lift: 2.51, Suporte: 0.12)

Regra 974: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.26, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 975: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros

(Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.44, Suporte: 0.12)

Regra 976: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.41, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 977: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.08, Suporte: 0.12)

Regra 978: Se 'Único Autor(a)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.08, Suporte: 0.12)

Regra 979: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.47, Suporte: 0.12)

Regra 980: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.26, Lift: 1.44, Suporte: 0.12)

Regra 981: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Recursos Institucionais' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.92, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 982: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.71, Lift: 3.23, Suporte: 0.12)

Regra 983: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' (Confiança: 0.6, Lift: 2.74, Suporte: 0.12)

Regra 984: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 2.74, Suporte: 0.12)

Regra 985: Se 'Recursos Institucionais' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.57, Lift: 3.23, Suporte: 0.12)

Regra 986: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Recursos Institucionais' (Confiança: 0.26, Lift: 1.89, Suporte: 0.12)

Regra 987: Se 'Único Autor(a), Recursos Institucionais' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.14)

Regra 988: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.45, Lift: 2.05, Suporte: 0.14)

Regra 989: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.65, Lift: 1.06, Suporte: 0.14)

Regra 990: Se 'Único Autor(a)' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.06, Suporte: 0.14)

Regra 991: Se 'Recursos Institucionais' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.62, Lift: 2.05, Suporte: 0.14)

Regra 992: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Recursos Institucionais' (Confiança: 0.28, Lift: 2.04, Suporte: 0.14)

Regra 993: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.12)

Regra 994: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 995: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.41, Lift: 1.66, Suporte: 0.12)

Regra 996: Se 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.66, Suporte: 0.12)

Regra 997: Se 'Único Autor(a)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 998: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Executivos Adversários (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' (Confiança: 0.26, Lift: 1.36, Suporte: 0.12)

Regra 999: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.77, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1000: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1001: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 1002: Se 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 1003: Se 'Único Autor(a)' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1004: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Legislativos Parceiros (Fed., Est., Mun.), Único Autor(a)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1005: Se 'Ciência/Academia Parceiro, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.85, Lift: 1.73, Suporte: 0.11)

Regra 1006: Se 'Ciência/Academia Parceiro, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 1007: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então

'Ciência/Academia Parceiro' (Confiança: 0.38, Lift: 2.02, Suporte: 0.11)

Regra 1008: Se 'Ciência/Academia Parceiro' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.61, Lift: 2.02, Suporte: 0.11)

Regra 1009: Se 'Único Autor(a)' então 'Ciência/Academia Parceiro, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 1010: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ciência/Academia Parceiro, Único Autor(a)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.73, Suporte: 0.11)

Regra 1011: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.67, Lift: 2.13, Suporte: 0.1)

Regra 1012: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1013: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.83, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 1014: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.67, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 1015: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.45, Lift: 2.18, Suporte: 0.1)

Regra 1016: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.42, Lift: 1.74, Suporte: 0.1)

Regra 1017: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.56, Lift: 1.84, Suporte: 0.1)

Regra 1018: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.34, Lift: 1.84, Suporte: 0.1)

Regra 1019: Se 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.43, Lift: 1.74, Suporte: 0.1)

Regra 1020: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' então

'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.5, Lift: 2.18, Suporte: 0.1)

Regra 1021: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.29, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 1022: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.21, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 1023: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.17, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1024: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.33, Lift: 2.13, Suporte: 0.1)

Regra 1025: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.77, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1026: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1027: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1028: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.59, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 1029: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.77, Lift: 4.34, Suporte: 0.1)

Regra 1030: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.77, Lift: 4.34, Suporte: 0.1)

Regra 1031: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.45, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 1032: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 1033: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.59, Lift: 4.34, Suporte: 0.1)

Regra 1034: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico' (Confiança: 0.59, Lift: 4.34, Suporte: 0.1)

Regra 1035: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Movimento como Identitário' (Confiança: 0.29, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 1036: Se 'Ensaio Teórico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Movimento como Identitário' (Confiança: 0.36, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1037: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.36, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1038: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1039: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico, Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.83, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1040: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.83, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 1041: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.67, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 1042: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.59, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 1043: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 2.07, Suporte: 0.1)

Regra 1044: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.45, Lift: 1.41, Suporte: 0.1)

Regra 1045: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.42, Lift: 1.6, Suporte: 0.1)

Regra 1046: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.4, Lift: 1.6, Suporte: 0.1)

Regra 1047: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.32, Lift: 1.41, Suporte: 0.1)

Regra 1048: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.34, Lift: 2.07, Suporte: 0.1)

Regra 1049: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.29, Lift: 1.66, Suporte: 0.1)

Regra 1050: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento

como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.25, Suporte: 0.1)

Regra 1051: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.7, Suporte: 0.1)

Regra 1052: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, LGBTQIA+ Genérico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.17, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1053: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 1054: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.92, Lift: 1.49, Suporte: 0.11)

Regra 1055: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.73, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 1056: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos' (Confiança: 0.69, Lift: 1.94, Suporte: 0.11)

Regra 1057: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.66, Suporte: 0.11)

Regra 1058: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.46, Lift: 2.0, Suporte: 0.11)

Regra 1059: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.65, Lift: 2.14, Suporte: 0.11)

Regra 1060: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.38, Lift: 2.14, Suporte: 0.11)

Regra 1061: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.5, Lift: 2.0, Suporte: 0.11)

Regra 1062: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.38, Lift: 1.66, Suporte: 0.11)

Regra 1063: Se 'Autocrítica/Conflitos Internos' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.94, Suporte: 0.11)

Regra 1064: Se 'Movimento como Identitário' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Único

Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 1065: Se 'Único Autor(a)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.49, Suporte: 0.11)

Regra 1066: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Autocrítica/Conflitos Internos, Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.5, Suporte: 0.11)

Regra 1067: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.11)

Regra 1068: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 2.07, Suporte: 0.11)

Regra 1069: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.79, Lift: 1.6, Suporte: 0.11)

Regra 1070: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.11)

Regra 1071: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.65, Lift: 4.44, Suporte: 0.11)

Regra 1072: Se 'Ensaio Teórico, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.79, Lift: 4.44, Suporte: 0.11)

Regra 1073: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.39, Lift: 1.64, Suporte: 0.11)

Regra 1074: Se 'Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.64, Suporte: 0.11)

Regra 1075: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.65, Lift: 4.44, Suporte: 0.11)

Regra 1076: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Revisão de Literatura (Texto

Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.79, Lift: 4.44, Suporte: 0.11)

Regra 1077: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.39, Lift: 3.43, Suporte: 0.11)

Regra 1078: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.23, Lift: 1.6, Suporte: 0.11)

Regra 1079: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.37, Lift: 2.07, Suporte: 0.11)

Regra 1080: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.39, Lift: 3.43, Suporte: 0.11)

Regra 1081: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1082: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.83, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1083: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.91, Lift: 1.86, Suporte: 0.1)

Regra 1084: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' (Confiança: 0.63, Lift: 2.0, Suporte: 0.1)

Regra 1085: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.43, Lift: 1.44, Suporte: 0.1)

Regra 1086: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 2.18, Suporte: 0.1)

Regra 1087: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 2.21, Suporte: 0.1)

Regra 1088: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 2.21, Suporte: 0.1)

Regra 1089: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.45, Lift: 2.18, Suporte: 0.1)

Regra 1090: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.34, Lift: 1.44, Suporte: 0.1)

Regra 1091: Se 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 2.0, Suporte: 0.1)

Regra 1092: Se 'Movimento como Identitário' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.86, Suporte: 0.1)

Regra 1093: Se 'Único Autor(a)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1094: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Crítica ao Essencialismo/Política Identitário, Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1095: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico, Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1096: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.63, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 1097: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.59, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 1098: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1099: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.63, Lift: 3.53, Suporte: 0.1)

Regra 1100: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.59, Lift: 3.53, Suporte: 0.1)

Regra 1101: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento

como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.36, Lift: 1.37, Suporte: 0.1)

Regra 1102: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.4, Lift: 1.37, Suporte: 0.1)

Regra 1103: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.63, Lift: 3.53, Suporte: 0.1)

Regra 1104: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.59, Lift: 3.53, Suporte: 0.1)

Regra 1105: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.36, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1106: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 1107: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 1108: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.36, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1109: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 1110: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1111: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.71, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 1112: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1113: Se 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 4.03, Suporte: 0.1)

Regra 1114: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 1115: Se 'Ensaio Teórico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento

como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.71, Lift: 4.03, Suporte: 0.1)

Regra 1116: Se 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 4.03, Suporte: 0.1)

Regra 1117: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.45, Lift: 1.56, Suporte: 0.1)

Regra 1118: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário' (Confiança: 0.71, Lift: 4.03, Suporte: 0.1)

Regra 1119: Se 'Ensaio Teórico' então 'Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1120: Se 'Movimento como Identitário' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.46, Suporte: 0.1)

Regra 1121: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.36, Lift: 3.43, Suporte: 0.1)

Regra 1122: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Ensaio Teórico, Movimento como Identitário, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 1123: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.6, Lift: 1.75, Suporte: 0.12)

Regra 1124: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 1.0, Lift: 1.52, Suporte: 0.12)

Regra 1125: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 1126: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.63, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)

Regra 1127: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.41, Lift: 1.32, Suporte: 0.12)

Regra 1128: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a),

Entrevista' (Confiança: 0.4, Lift: 1.92, Suporte: 0.12)

Regra 1129: Se 'Movimento como Identitário, Entrevista' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.75, Lift: 1.8, Suporte: 0.12)

Regra 1130: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Entrevista' (Confiança: 0.3, Lift: 1.8, Suporte: 0.12)

Regra 1131: Se 'Único Autor(a), Entrevista' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.6, Lift: 1.92, Suporte: 0.12)

Regra 1132: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.4, Lift: 1.32, Suporte: 0.12)

Regra 1133: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.26, Lift: 1.29, Suporte: 0.12)

Regra 1134: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 1135: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.19, Lift: 1.52, Suporte: 0.12)

Regra 1136: Se 'Entrevista' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.36, Lift: 1.75, Suporte: 0.12)

Regra 1137: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.59, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 1138: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 1139: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.5, Lift: 0.94, Suporte: 0.1)

Regra 1140: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 1141: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.4, Lift: 0.96, Suporte: 0.1)

Regra 1142: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.34, Lift: 1.1, Suporte: 0.1)

Regra 1143: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 1144: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário,

Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.32, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 1145: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.1, Suporte: 0.1)

Regra 1146: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.25, Lift: 0.96, Suporte: 0.1)

Regra 1147: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 1148: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.2, Lift: 0.94, Suporte: 0.1)

Regra 1149: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.17, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 1150: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.16, Lift: 0.9, Suporte: 0.1)

Regra 1151: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1152: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.63, Lift: 0.95, Suporte: 0.1)

Regra 1153: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.83, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1154: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.53, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 1155: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.14, Suporte: 0.1)

Regra 1156: Se 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.1, Suporte: 0.1)

Regra 1157: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.45, Lift: 1.09, Suporte: 0.1)

Regra 1158: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.25, Lift: 1.09, Suporte: 0.1)

Regra 1159: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.34, Lift: 1.1, Suporte: 0.1)

Regra 1160: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então

'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.14, Suporte: 0.1)

Regra 1161: Se 'Movimento como Identitário' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 1162: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.36, Suporte: 0.1)

Regra 1163: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.16, Lift: 0.95, Suporte: 0.1)

Regra 1164: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.21, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1165: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.65, Lift: 1.32, Suporte: 0.11)

Regra 1166: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.73, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 1167: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.69, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 1168: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário' (Confiança: 0.61, Lift: 1.25, Suporte: 0.11)

Regra 1169: Se 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.44, Lift: 1.46, Suporte: 0.11)

Regra 1170: Se 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.38, Lift: 1.21, Suporte: 0.11)

Regra 1171: Se 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.5, Lift: 1.55, Suporte: 0.11)

Regra 1172: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.35, Lift: 1.55, Suporte: 0.11)

Regra 1173: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.21, Suporte: 0.11)

Regra 1174: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.38, Lift: 1.46, Suporte: 0.11)

Regra 1175: Se 'Movimento como Identitário' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.25, Suporte: 0.11)

Regra 1176: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Movimento como Identitário, Único Autor(a),

Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.29, Suporte: 0.11)

Regra 1177: Se 'Único Autor(a)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.19, Lift: 1.19, Suporte: 0.11)

Regra 1178: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Movimento como Identitário, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.23, Lift: 1.32, Suporte: 0.11)

Regra 1179: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.12)

Regra 1180: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 1181: Se 'Ensaio Teórico, Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.71, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 1182: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico' (Confiança: 1.0, Lift: 3.43, Suporte: 0.12)

Regra 1183: Se 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.75, Lift: 4.24, Suporte: 0.12)

Regra 1184: Se 'Ensaio Teórico, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.71, Lift: 4.24, Suporte: 0.12)

Regra 1185: Se 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.43, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 1186: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Ensaio Teórico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.39, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 1187: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.75, Lift: 4.24, Suporte: 0.12)

Regra 1188: Se 'Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.71, Lift: 4.24, Suporte: 0.12)

Regra 1189: Se 'Ensaio Teórico' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.43, Lift: 3.43, Suporte: 0.12)

Regra 1190: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Ensaio Teórico, Único Autor(a), Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.24, Lift: 1.33, Suporte: 0.12)

Regra 1191: Se 'Único Autor(a)' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+ Genérico, Revisão de Literatura (Texto Teórico)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.22, Suporte: 0.12)

Regra 1192: Se 'Revisão de Literatura (Texto Teórico)' então 'Ensaio Teórico, LGBTQIA+

Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.43, Lift: 3.43, Suporte: 0.12)

Regra 1193: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.59, Lift: 1.71, Suporte: 0.1)

Regra 1194: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.83, Lift: 1.27, Suporte: 0.1)

Regra 1195: Se 'Entrevista, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.59, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 1196: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 1197: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.33, Lift: 1.07, Suporte: 0.1)

Regra 1198: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' (Confiança: 0.34, Lift: 1.74, Suporte: 0.1)

Regra 1199: Se 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.53, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 1200: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.68, Suporte: 0.1)

Regra 1201: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.53, Lift: 1.74, Suporte: 0.1)

Regra 1202: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.07, Suporte: 0.1)

Regra 1203: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.21, Lift: 1.28, Suporte: 0.1)

Regra 1204: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Entrevista, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.11, Suporte: 0.1)

Regra 1205: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.16, Lift: 1.27, Suporte: 0.1)

Regra 1206: Se 'Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.3, Lift: 1.71, Suporte: 0.1)

Regra 1207: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista' (Confiança: 0.59, Lift: 1.71, Suporte: 0.1)

Regra 1208: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Entrevista' então 'Pesquisa

Qualitativa' (Confiança: 0.91, Lift: 1.39, Suporte: 0.1)

Regra 1209: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.63, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1210: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 1211: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.32, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 1212: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.33, Lift: 1.6, Suporte: 0.1)

Regra 1213: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.53, Lift: 1.26, Suporte: 0.1)

Regra 1214: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Entrevista' (Confiança: 0.25, Lift: 1.26, Suporte: 0.1)

Regra 1215: Se 'Único Autor(a), Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.5, Lift: 1.6, Suporte: 0.1)

Regra 1216: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.03, Suporte: 0.1)

Regra 1217: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.2, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 1218: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.17, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1219: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.16, Lift: 1.39, Suporte: 0.1)

Regra 1220: Se 'Entrevista' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.3, Lift: 1.71, Suporte: 0.1)

Regra 1221: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Entrevista' (Confiança: 0.68, Lift: 1.99, Suporte: 0.14)

Regra 1222: Se 'Único Autor(a), Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.93, Lift: 1.41, Suporte: 0.14)

Regra 1223: Se 'Entrevista, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.76, Lift: 1.24, Suporte: 0.14)

Regra 1224: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Executivos

Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.68, Lift: 1.4, Suporte: 0.14)

Regra 1225: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.45, Lift: 1.43, Suporte: 0.14)

Regra 1226: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Entrevista' (Confiança: 0.45, Lift: 2.15, Suporte: 0.14)

Regra 1227: Se 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.68, Lift: 1.64, Suporte: 0.14)

Regra 1228: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.64, Suporte: 0.14)

Regra 1229: Se 'Único Autor(a), Entrevista' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.65, Lift: 2.15, Suporte: 0.14)

Regra 1230: Se 'Pesquisa Qualitativa, Entrevista' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.43, Lift: 1.43, Suporte: 0.14)

Regra 1231: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Entrevista' (Confiança: 0.28, Lift: 1.4, Suporte: 0.14)

Regra 1232: Se 'Único Autor(a)' então 'Entrevista, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.24, Suporte: 0.14)

Regra 1233: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Entrevista, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.21, Lift: 1.41, Suporte: 0.14)

Regra 1234: Se 'Entrevista' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.39, Lift: 1.99, Suporte: 0.14)

Regra 1235: Se 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.92, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 1236: Se 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.58, Lift: 0.94, Suporte: 0.11)

Regra 1237: Se 'Análise de Documentos, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.61, Lift: 1.15, Suporte: 0.11)

Regra 1238: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos' (Confiança: 0.65, Lift: 1.94, Suporte: 0.11)

Regra 1239: Se 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.52, Lift: 1.26, Suporte: 0.11)

Regra 1240: Se 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico,

Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.58, Lift: 1.85, Suporte: 0.11)

Regra 1241: Se 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.14, Suporte: 0.11)

Regra 1242: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Análise de Documentos, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.35, Lift: 1.14, Suporte: 0.11)

Regra 1243: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, Único Autor(a)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.85, Suporte: 0.11)

Regra 1244: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.27, Lift: 1.26, Suporte: 0.11)

Regra 1245: Se 'Análise de Documentos' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.34, Lift: 1.94, Suporte: 0.11)

Regra 1246: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Análise de Documentos, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.22, Lift: 1.15, Suporte: 0.11)

Regra 1247: Se 'Único Autor(a)' então 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.19, Lift: 0.94, Suporte: 0.11)

Regra 1248: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'Análise de Documentos, LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.4, Suporte: 0.11)

Regra 1249: Se 'Pesquisa Qualitativa, LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.77, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1250: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.67, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1251: Se 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.83, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1252: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.59, Lift: 2.09, Suporte: 0.1)

Regra 1253: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 1254: Se 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.56, Lift: 1.78, Suporte: 0.1)

Regra 1255: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)'

então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.56, Lift: 1.78, Suporte: 0.1)

Regra 1256: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.78, Suporte: 0.1)

Regra 1257: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.33, Lift: 1.78, Suporte: 0.1)

Regra 1258: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.34, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 1259: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 2.09, Suporte: 0.1)

Regra 1260: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Pesquisa Qualitativa, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1261: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.16, Lift: 1.02, Suporte: 0.1)

Regra 1262: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa, LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.21, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1263: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 1264: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.56, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 1265: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.59, Lift: 0.96, Suporte: 0.1)

Regra 1266: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.53, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 1267: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.07, Suporte: 0.1)

Regra 1268: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.33, Lift: 1.1, Suporte: 0.1)

Regra 1269: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.33, Lift: 0.8, Suporte: 0.1)

Regra 1270: Se 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.25, Lift: 0.8, Suporte: 0.1)

Regra 1271: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.34, Lift: 1.1, Suporte: 0.1)

Regra 1272: Se 'Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.34, Lift: 1.07, Suporte: 0.1)

Regra 1273: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 0.99, Suporte: 0.1)

Regra 1274: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Pesquisa Qualitativa, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.17, Lift: 0.96, Suporte: 0.1)

Regra 1275: Se 'Pesquisa Qualitativa' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.16, Lift: 0.85, Suporte: 0.1)

Regra 1276: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Pesquisa Qualitativa' (Confiança: 0.21, Lift: 1.2, Suporte: 0.1)

Regra 1277: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.11)

Regra 1278: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.73, Lift: 3.35, Suporte: 0.11)

Regra 1279: Se 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.79, Lift: 1.48, Suporte: 0.11)

Regra 1280: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.79, Lift: 2.79, Suporte: 0.11)

Regra 1281: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 2.51, Suporte: 0.11)

Regra 1282: Se 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.79, Lift: 2.51, Suporte: 0.11)

Regra 1283: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais' (Confiança: 0.61, Lift: 4.19, Suporte: 0.11)

Regra 1284: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.79, Lift: 4.19, Suporte: 0.11)

Regra 1285: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.37, Lift: 2.51, Suporte: 0.11)

Regra 1286: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.55, Lift: 2.51, Suporte: 0.11)

Regra 1287: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.41, Lift: 2.79, Suporte: 0.11)

Regra 1288: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.22, Lift: 1.48, Suporte: 0.11)

Regra 1289: Se 'Recursos Institucionais' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.52, Lift: 3.35, Suporte: 0.11)

Regra 1290: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.23, Lift: 2.04, Suporte: 0.11)

Regra 1291: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.1)

Regra 1292: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.77, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 1293: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.83, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1294: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV'

(Confiança: 0.67, Lift: 3.05, Suporte: 0.1)

Regra 1295: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.77, Lift: 4.1, Suporte: 0.1)

Regra 1296: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.77, Lift: 2.46, Suporte: 0.1)

Regra 1297: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.59, Lift: 2.69, Suporte: 0.1)

Regra 1298: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 2.69, Suporte: 0.1)

Regra 1299: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.33, Lift: 2.46, Suporte: 0.1)

Regra 1300: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.56, Lift: 4.1, Suporte: 0.1)

Regra 1301: Se '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 3.05, Suporte: 0.1)

Regra 1302: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1303: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 1304: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então '(OP) Campanhas de Combate/Prevenção ao HIV, LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.21, Lift: 2.04, Suporte: 0.1)

Regra 1305: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.77, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1306: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.56, Lift: 1.98, Suporte: 0.1)

Regra 1307: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.67, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 1308: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico' (Confiança: 0.83, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1309: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.32, Lift: 1.72, Suporte: 0.1)

Regra 1310: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 1311: Se 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.33, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 1312: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 1.88, Suporte: 0.1)

Regra 1313: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.34, Lift: 1.58, Suporte: 0.1)

Regra 1314: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a)' (Confiança: 0.56, Lift: 1.72, Suporte: 0.1)

Regra 1315: Se 'LGBTQIA+ Genérico' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.2, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1316: Se 'Único Autor(a)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.08, Suporte: 0.1)

Regra 1317: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 1.98, Suporte: 0.1)

Regra 1318: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'LGBTQIA+ Genérico, Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.21, Lift: 1.57, Suporte: 0.1)

Regra 1319: Se 'Recursos Institucionais, Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 1.0, Lift: 2.04, Suporte: 0.1)

Regra 1320: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais' (Confiança: 0.83, Lift: 3.81, Suporte: 0.1)

Regra 1321: Se 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a)' (Confiança: 0.71, Lift: 1.16, Suporte: 0.1)

Regra 1322: Se 'Único Autor(a), Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est.,

Mun.)' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.77, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 1323: Se 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.59, Lift: 2.82, Suporte: 0.1)

Regra 1324: Se 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.71, Lift: 2.36, Suporte: 0.1)

Regra 1325: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Recursos Institucionais' (Confiança: 0.56, Lift: 4.1, Suporte: 0.1)

Regra 1326: Se 'Único Autor(a), Recursos Institucionais' então 'Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.77, Lift: 4.1, Suporte: 0.1)

Regra 1327: Se 'Único Autor(a), Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.34, Lift: 2.36, Suporte: 0.1)

Regra 1328: Se 'Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.5, Lift: 2.82, Suporte: 0.1)

Regra 1329: Se 'Parada do Orgulho LGBTQIA+' então 'Único Autor(a), Recursos Institucionais, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.37, Lift: 2.74, Suporte: 0.1)

Regra 1330: Se 'Único Autor(a)' então 'Recursos Institucionais, Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.17, Lift: 1.16, Suporte: 0.1)

Regra 1331: Se 'Recursos Institucionais' então 'Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+, Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' (Confiança: 0.48, Lift: 3.81, Suporte: 0.1)

Regra 1332: Se 'Executivos Parceiros (Fed., Est., Mun.)' então 'Recursos Institucionais, Único Autor(a), Parada do Orgulho LGBTQIA+' (Confiança: 0.21, Lift: 2.04, Suporte: 0.1)

Apêndice C – Códigos Python

Sumarização de Textos – Sumy

```
# Importe as bibliotecas necessárias:

!pip install sumy
from nltk.tokenize import sent_tokenize
from sumy.parsers.plaintext import PlaintextParser
from sumy.nlp.tokenizers import Tokenizer
from sumy.summarizers.luhn import LuhnSummarizer
from pdfminer.high_level import extract_text
from nltk.tokenize import RegexpTokenizer
import nltk
nltk.download('punkt')
!pip install python-docx
from docx import Document

# Monte o Google Drive no Google Colab:

from google.colab import drive
drive.mount('/content/drive')

# Carregue o documento
doc_path = '#CAMINHO DO TEXTO '
doc = Document(doc_path)

# Extraia o texto do documento
text = ""
for paragraph in doc.paragraphs:
    text += paragraph.text + "\n"

# Imprima o número de palavras e o texto
print(len(text.split()))
#print(text)

parser1 = PlaintextParser.from_string(text, Tokenizer('english')) # text é o texto base

sumarizador = LuhnSummarizer()

# Tokeniza por sentenças
sentencas1 = sent_tokenize(text)

print(len(sentencas1))

len(sentencas1)
sc1 = (len(sentencas1)//3)
print(sc1)
```

```
resumo1 = sumador(parser1.document, sc1) # sc = sentences count, a quantidade de
sentenças que o sumador vai retornar
```

```
display(resumo1)
```

Mineração de Dados – MLxtend

```
# Montar o Google Drive no Google Colab:
```

```
from google.colab import drive
drive.mount('/content/drive')
```

```
# Carregar o arquivo CSV
```

```
df = pd.read_csv("/content/drive/MyDrive/Doutorado/Tese/Bancos de Dados/Codificação
Completa.xlsx - Página1.csv")
```

```
# Exibir as primeiras linhas da tabela
```

```
print(df.head())
```

```
# Transformar as variáveis numéricas em variáveis booleanas
```

```
for coluna in df.columns[2:]:
    df[coluna] = df[coluna].astype(bool)
```

```
# Calcular a contagem de True em cada variável
```

```
contagem_true = df.iloc[:, 2:].sum()
```

```
print(contagem_true)
```

```
from mlxtend.frequent_patterns import apriori, association_rules
```

```
# Aplicar o algoritmo Apriori para encontrar itemsets frequentes
```

```
frequent_itemsets = apriori(df.iloc[:, 2:], min_support=0.1, use_colnames=True)
```

```
# Verificar se o DataFrame frequent_itemsets está vazio
```

```
if frequent_itemsets.empty:
```

```
    print("O DataFrame frequent_itemsets está vazio. Ajuste os parâmetros ou verifique
seus dados de entrada.")
```

```
else:
```

```
    # Gerar regras de associação
```

```
    regras = association_rules(frequent_itemsets, metric="lift", min_threshold=0.7)
```

```
    # Exibir as regras de associação encontradas
```

```
    display(regras)
```

```
from docx import Document

# Criar um novo documento Word
doc = Document()

# Adicionar um título ao documento
doc.add_heading('Regras de Associação', level=1)

# Iterar sobre as regras de associação e adicioná-las ao documento
for index, row in regras.iterrows():
    antecedente = ', '.join(row['antecedents'])
    consequente = ', '.join(row['consequents'])
    confianca = round(row['confidence'], 2)
    lift = round(row['lift'], 2)
    suporte = round(row['support'], 2)

    paragrafo = f"Regra {index + 1}: Se '{antecedente}' então '{consequente}'  
(Confiança: {confianca}, Lift: {lift}, Suporte: {suporte})"
    doc.add_paragraph(paragrafo)

# Salvar o documento Word
doc.save('regras_associacao.docx')
```